

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LAWRENCE ESTIVALET DE MELLO

**AUTONOMIA PRECÁRIA E UTOPIAS SUBORDINADAS: o direito achado e
perdido no trabalho cooperativo**

CURITIBA
2015

LAWRENCE ESTIVALET DE MELLO

**AUTONOMIA PRECÁRIA E UTOPIAS SUBORDINADAS: o direito achado e
perdido no trabalho cooperativo**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito.

Orientadora: Liana Maria da Frota Carleial.

Curitiba
2015

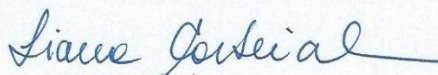
TERMO DE APROVAÇÃO

LAWRENCE ESTIVALET DE MELLO

AUTONOMIA PRECÁRIA E UTOPIAS SUBORDINADAS: o direito achado e perdido no trabalho cooperativo

Dissertação de mestrado aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Democracia pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná pela Comissão formada pelas professoras:

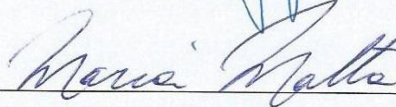
Orientadora:



Prof. Titular Dr. Liana Maria da Frota Carleial (UFPR) – Presidente



Prof. Titular Dr. Jose Antonio Peres Gediel (UFPR) – Membro



Prof. Dr. Maria de Mello Malta (UFRJ) - Membro

Curitiba, 11 de março de 2015.

Para Tânia e Tzusy Estivalet,
Mulheres trabalhadoras que ensinam, acompanham,
preenchem e renovam minha esperança, dia após dia.

Para quem é possível dar as mãos
e ver nos olhos o horizonte, denso e solidário,
que construiremos.

AGRADECIMENTOS

À árvore, aos galhos e ao chão de que sou folha¹.

Os aprendizados cuja síntese é exposta nesta dissertação são parte de um caminho coletivo. Os laços e valores que os inspiram não merecem silêncios e implícitos da discrição solitária, em refúgio de algum mérito solipsista. Sem afastar a responsabilidade subjetiva pelas escolhas metodológicas e materiais da presente pesquisa, é com gratidão e sinceridade que registro agradecimentos àquelas e àqueles que, por esses dois anos, indicaram pistas de esperança no presente e no futuro.

À minha orientadora, Liana Maria da Frota Carleial, e ao Coordenador do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania, José Antonio Peres Gediell, agradeço pela acolhida, pela generosidade intelectual, pela inquietude com o horizonte e pela responsabilidade com o real concreto e seus sujeitos históricos. O desenvolvimento de minha estada em Curitiba encontrou profunda inspiração nos grandes exemplos de humildade e no compromisso com a pesquisa e com a crítica, estabelecidos por vocês.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFPR) e ao CNPq, agradeço pela bolsa de pesquisa que possibilitou a fixação de moradia e a permanência nesta cidade, que aos poucos aprendi e sentir como minha. Às estimadas Ana Maria e Cecília, registro agradecimento extensivo a todos os trabalhadores do PPGD/UFPR, que tornaram este percurso possível.

Pelas reflexões e debates em sala de aula, agradeço aos Mestres Celso Luiz Ludwig, Vera Karam de Chueiri, Ricardo Marcelo Fonseca, Luis Fernando Lopes Pereira, Aldacy Rachid Coutinho, Abili Castro de Lima, Wilson Ramos Filho e Sergio Staut Jr. Sem dúvida, a vinda para a UFPR e os debates com vocês são parte de valorosa descontinuidade e sensível amadurecimento na minha trajetória acadêmica.

Aos e às queridas colegas de gestão no CEJUR, Giovana Milano, Maurício Rezende, Judá Lobo, Rubens Bordinhão, Heloísa Câmara, Moisés

¹ Referência ao poema “Grão de Chão”, de Thiago de Mello: “Folha, mas viva na árvore,/ fazendo parte do verde./ Não a folha solta,/ bailando no vento/ a canção da agonia./ Grão de areia, quase nada,/ inútil quando sozinho./ Mas que é terra,/ a terra,/ quando é grão/ fazendo parte do chão,/ esta coisa firme/ por onde o homem caminha (Thiago de Mello, 1983, Grão de Chão).

Soares, Maria Vitória e Eloísa Gonçalves, agradeço pela aproximação e pelas construções, ainda que incompletas. Que nosso encontro tenha sido o primeiro de muitos, na crítica jurídica e no cotidiano que segue.

Aos colegas de Mestrado/Doutorado e núcleos de pesquisa, também Mestres e professores, Ricardo Prestes Pazello, Paulo Opuszk, Luciana Araújo, Márcio Berclaz, Leandro Gorsdorf, Danielle Wobeto, Paula Cozero, José Ricardo Menacho, Ligia Ziggioni e Luize Navarro, agradeço pelos diálogos e aprendizados compartilhados.

Dentre tantos e tantas que tive a alegria de conhecer no PPGD/UFPR, no entanto, especial destaque deve ser dado à querida e grande Elô. Colega de núcleo de pesquisa, orientação, inquietações, dias nublados e sonhos feitos de responsabilidade e amor: muito obrigado pelo exemplo, pelo carinho, pela força e pela cumplicidade. Que a França seja pequena e logo volte para nossa amizade, que apenas começa aqui.

Para além dos muros do PPGD/UFPR, outras raízes merecem destaque e menção.

À minha amada e saudosa família, Tânia, Tzusy, Suceni, Fernando, Andrea, Nandinho, Andrew e Fabrício, agradeço pelo porto seguro e forte, pela compreensão com as contínuas ausências e pelo aconchego da preocupação constante. Vocês são a prova mais preciosa e sólida de que é possível e necessário o amor. Meu mais forte obrigado.

Aos singulares amigos que me receberam, acompanharam e ensinaram sobre a vida, sem os quais Curitiba seria apenas uma breve passagem, agradeço de todo o coração. A Raphael Portelinha e Mariana Tabuchi, densos amores de todas as horas; a Henrique Kramer, exemplo de sensibilidade e grandeza; a Miao Cassiano e Hugo Simões, pela poesia e vitalidade contagiante; a Francisco Vitelli e Ricardo Peixoto, incansáveis e doces companheiros; a Matheus dos Santos e Gabriela Barchehen, de beleza, carinho e inspiração inesgotáveis; às irmãs Isabella e Bárbara Cunha, pedaço de Pelotas que me acompanha e encanta por aqui; a Thiago Kokot, Bruna Imai, Ana Raquel e Jéssica Chelsea, que renovam a esperança no amanhã; a Kamila Carvalho e Victor Romfeld, pela força, firmeza e responsabilidade cativantes; a Marcos Tavares, André Thomazoni, Luana Dornelles, Thais Medeiros, Murilo Campos, Maíra Melhado, Nycole Matoso, Daniela Calmon,

Daisy Ribeiro, Tchenna Maso, Andressa Regina, Naiara Bittencourt, Luis Otávio Fiori, Naiara Bittencourt e Reinaldo Massoquetti, presentes em distintos graus, pelo cuidado e preocupação.

Aos queridos que foram fundamentais à construção da minha identidade e fazem falta no cotidiano, Daniela Luz, Lua Gill, Franciélis Vargas, Camila Katrein, Luiza Luz, Mirella Rabaioli, Allan Gois, Gabriele Dias, Marcela Simões, Érika Clarissa, Landa Ciccone, Frederico Schmachtenberg, Jean Saraiva, Hércules Gonzales, João Goulart, Pedro Jordão, Lucas Soares, Lourival de Carvalho, Milena Pinheiro, Saionara Reis, Luiza Katrein, Winnie Bueno, Sabrine Gasperin, Letícia Baron, Gregory Rodrigues, Mateus Grellert, Finno Marques, Júlio Martins, Bruno Cordeiro, Diego Ebling, Danuza Farias, Aléxis Pedrão, Eduardo Pergher, Shin Nishimura, Rafael Ely, Matheus Pacheco, Vitor Breda, Dani Conte, Rosane Brandão, Fabiane Tejada, Verônica Christino, Vanessa Leite, Rosana Gomes, Carlos Mauch, Vilson Rebello Júnior, João Alberto Pedroso e Sérgio Christino.

Ao amigo e sempre orientador Roger Raupp Rios, pelas ideias, valores e horizontes compartilhados.

À preciosa amiga, Professora Ivone Homrich, pelos primeiros incentivos à docência e pela doce saudade.

Ao amigo e também orientador Antônio Cruz, que despertou e incentivou meu interesse pelo tema de pesquisa, com seriedade e profundidade intelectual. Ainda que divergentes nossas análises, mantém-se sincera admiração.

Às essenciais Marília Bas, Iúscia Dutra Barboza e Luís Henrique Orio, pela paciência e gentileza com que escutaram e opinaram sobre meus caminhos de pesquisa.

Às saudosas bisavó Araci e avós Alba e Iracema, sempre presentes.

Mientras pasa la estrella fugaz/ acopio este deseo instantáneo
montones de deseos hondos y prioritarios/ por ejemplo que el dolor no me apague la rabia
que la alegría no desarme mi amor/ que los asesinos del pueblo se traguen/
sus molares caninos e incisivos/ y se muerdan juiciosamente el hígado/
que los barrotes de las celdas/ se vuelvan de azúcar o se curven de piedad/
y mis hermanos puedan hacer de nuevo/ el amor y la revolución/
que cuando enfrentemos el implacable espejo/ no maldigamos ni nos maldigamos/
que los justos avancen/ aunque estén imperfectos y heridos/
que avancen porfiados como castores/ solidarios como abejas/ aguerridos como jaguares/
y empuñen todos sus noes/ para instalar la gran afirmación/
que la muerte pierda su asquerosa puntualidad/
que cuando el corazón se salga del pecho/ pueda encontrar el camino de regreso/
que la muerte pierda su asquerosa/ y brutal puntualidad/ pero si llega puntual no nos agarre/
muertos de vergüenza/
que el aire vuelva a ser respirable y de todos
y que vos muchachita sigas alegre y dolorida/ poniendo en tus ojos el alma/
y tu mano en mi mano/
y nada más
porque el cielo ya está de nuevo torvo/ y sin estrellas/
con helicóptero y sin dios

(Mario Benedetti – “Hombre que mira el cielo”)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva decodificar a especificidade, no campo do direito e seus dispositivos, da regulamentação do trabalho via direito cooperativo. Parte da relevância da divisão do direito em áreas e, em especial, da técnica jurídica trabalhista. Apresenta os perigos da interpenetração entre direito civil e direito do trabalho, com consequências para a proteção do trabalho. Analisa-se como a renovação da forma jurídica cooperativa é parte de um processo mais amplo, de negação da técnica jurídica trabalhista. As consequências ideológicas da negação incluem a tentativa de expansão ou retração da categoria subordinação, elemento central do direito do trabalho e do reconhecimento da existência de classes sociais. Esse processo é parte do movimento de conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais no Brasil, cuja ideologia é compatível à que se expressa na renovação da forma jurídica cooperativa (Lei 12.690/2012 e PL 03/2007). Aponta-se a instituição de uma autonomia precária no campo do trabalho, bem como de utopias subordinadas no âmbito da consciência social dos trabalhadores.

Palavras-chave: direito cooperativo, direito do trabalho, forma jurídica, autonomia precária, utopias subordinadas.

ABSTRACT

This research aims to decode, in the field of Law and its legal devices, the specificity of labor regulations from cooperative Law. It starts from the relevance of field division in Law and, specially, legal labor mechanism. It depicts the dangers of interpenetration between civil law and labour law, resulting in consequences for labor protection. It is analyzed by how the cooperative legal form renewal is part of a broader process, and denial of legal labor mechanisms. The ideological consequences from denial include the attempt of expansion or retraction of subordination category, core of labor law and acknowledgement of social class existence. This process is part of a mercantile-philanthropic conversion movement from social movements in Brazil, whose ideology is compatible to what is expressed by the cooperative legal form renewal [Law no. 12.690 (2012) and Act 03 (2007)]. It demonstrates the institution of precarious autonomy in the labor field, as well as subordinated utopias within social conscience of workers.

Keywords: cooperative Law, labour Law, legal form, precarious autonomy, subordinated utopias.

LISTA DE SIGLAS

AIC – Aliança Internacional Cooperativa

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EES – Empreendimentos de Economia Solidária

ES – Economia Solidária

FASFIL - Fundações Privadas e Associações

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

ONG – Organização Não Governamental

PL – Projeto de Lei

PLS – Projeto de Lei do Senado

PRONACOOP – Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho

PT – Partido dos Trabalhadores

RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária

STF – Supremo Tribunal Federal

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar em Economia Solidária

UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População total e taxa de urbanização nos diferentes continentes do mundo	79
Tabela 2 - Histórico da regulação jurídica do trabalho	109
Tabela 3 - Renda de militantes do PT em 1991, 1997 e 1999	147
Tabela 4 - Recursos da União repassados para OCB e SESCOOP mediante convênio ou a título de contribuição – Período 1995-2005	183
Tabela 5 - Relação entre formalização e comercialização nos EES	214

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Greves no período 1978–1988	143
Figura 2 - Evolução do saldo das ocupações segundo faixa de remuneração	204
Figura 3 - Evolução dos trabalhadores autônomos (1980–2009).....	206
Figura 4 - Evolução da composição dos trabalhadores autônomos segundo faixas de remuneração	207
Figura 5 - Composição dos trabalhadores autônomos segundo sexo.....	207
Figura 6 - Composição dos trabalhadores autônomos segundo cor/raça	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

CAPÍTULO UM

FORMA JURÍDICA TRABALHISTA: a relevância da divisão do direito em áreas

áreas.....	26
1.1. Os perigos da influência pós-positivista no direito do trabalho	29
1.2. Os limites do campo de visibilidade do positivismo	39
1.3. As potencialidades do campo de visibilidade do materialismo histórico	50
1.4. Aspectos-chave na relação base e superestrutura	59
1.5. Lógica do capital, expropriações e expansão do direito do trabalho.	68
1.6. A forma jurídica e sua divisão em áreas do direito	83
1.7. Considerações finais	90

CAPÍTULO DOIS

UTOPIAS SUBORDINADAS: subordinação jurídica e projetos de emancipação no Brasil

emancipação no Brasil	94
2.1. A crise da subordinação jurídica clássica: trabalho, emprego e novas compreensões	96
2.2. Os fundamentos da subordinação jurídica e as principais características do direito capitalista do trabalho	108
2.3. A história da subordinação do trabalho e da hegemonia burguesa no Brasil	118
2.4. A política da subordinação: reconhecimento de classe e projetos de emancipação no Brasil	130
2.4.1. O começo da utopia ou do não-lugar: a busca pelo reconhecimento de classe	132
2.4.2. A consolidação de uma utopia ou de um não-lugar: o projeto petista, da classe à cidadania	141
2.4.3. A conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais	154
2.5. Considerações finais	163

CAPÍTULO TRÊS

AUTONOMIA PRECÁRIA: a localização do direito cooperativo no interior da subordinação.....

3.1. A tradicional forma jurídica cooperativa: aspectos históricos	170
3.1.1. A Lei n. 5.764/1971: surgimento e modificações constitucionais..	170
3.1.2. Cooperativismo tradicional: dimensionamento e significado.....	179
3.1.3. Cooperativismo popular: ideário e crítica.....	186
3.1.3.1. Ideário clássico: anarquistas e socialistas	188
3.1.3.2. Economia solidária e crítica marxista	193

3.2. A renovação da forma jurídica cooperativa e seus velhos dilemas .	200
3.2.1. Anos 2000 e nova base da pirâmide social.....	201
3.2.2. O real concreto da economia solidária e a demanda por um novo marco jurídico.....	209
3.2.3. O substitutivo ao PL n. 03/2007: novo marco geral do cooperativismo.....	216
3.2.4. A Lei n. 12.690/2012 e as cooperativas de trabalho	220
3.3. Da origem à renovação da forma jurídica cooperativa: a tentativa de consolidação de uma “autonomia precária” no trabalho brasileiro	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
REFERÊNCIAS.....	240

INTRODUÇÃO

Onde está o direito? Nas regras dos legisladores, nas decisões dos juízes, nas políticas dos governantes? O que dizer do direito que, embora afirmado nas ruas, não encontra correspondente legislativo, executivo, judicial? Pode-se achá-lo nas experiências que a classe trabalhadora experimenta, em formas de viver, trabalhar, lutar, afirmar-se?

Eram esses os questionamentos de Roberto Lyra Filho. Eles abriam a possibilidade de encontrar sociabilidades emancipadoras, produtoras de novas consciências sociais, nos espaços públicos. Nas suas palavras, era o *direito achado na rua*². O que dizer, no entanto, do direito que se perde, nas ruas, nos tribunais, no legislativo?

Verifica-se uma recente tendência de contraposição à lógica do direito do trabalho. Perdem-se conquistas históricas da classe trabalhadora, instituídas em direito positivado. Mas essa perda não se dá apenas por meio de reformas legislativas do que já existe. Pelo contrário, operam-se decisões judiciais e produzem-se novas leis, que não reformam, mas “ajustam”, “criam alternativas”, sempre evitando o ataque frontal ao direito positivado. Lateralmente, avança-se contra a proteção do trabalho, por meio de cooperativas de trabalho, terceirização, diminuição do prazo de prescrição do FGTS, entre outros.

O “ataque lateral” se anuncia como razoabilidade, ponderação, igualdade e, ainda outras vezes, como valorização das experiências locais, com políticas focalizadas e ideário utópico. Ora ele ocorre por conta de urgências (como no caso da instituição de políticas públicas de geração de trabalho e renda), ora em razão de ajustes (como no caso de decisões do STF³). O direito do trabalho, achado nas ruas e positivado contra patrões, perde-se nos tribunais e no legislativo.

² Para o estudo da concepção do “direito achado na rua”, recomenda-se a leitura da tese de doutorado de José Geraldo de Sousa Jr., denominada “Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito” (SOUSA JUNIOR, 2008).

³ Detalha-se o perigo da lógica do direito civil sobre a lógica do direito do trabalho, bem como algumas tendências do STF, no capítulo 1 da presente dissertação.

A enunciação de direitos pode ser enganosa. Tribunais afirmam o jurídico, declaram vencedores, arbitram quantificação de danos e honorários advocatícios, determinam prazos; e então as partes, doravante vencedores e vencidos, devem contestar, até sua última chance; quando nada mais puderem fazer, eis o fim. O direito está dito, interpretado, prescrito, delimitado. A coisa, enfim, julgada.

A expressão jurídica “coisa julgada” é bastante esclarecedora das funções do direito. Quando se chega à coisa julgada, nada mais pode ser feito. Não há mais recursos a serem interpostos. O objeto da lide está fechado e serve de parâmetro para futuros conflitos com mesmo fundamento. Em harmonia, com razoabilidade, restabelece-se a segurança jurídica. Em outras palavras: no universo concernente às partes judiciais, é o fim da história, consagrado pelo direito justo, razoável, materialmente aplicado, que deve ser disseminado para a garantia da “paz social”.

A paz decretada por legisladores e juízes convive com a violência cotidiana que o direito prescreve, autoriza e silencia. Para além do cotidiano técnico no Judiciário, as “partes do processo” não perdem sua dimensão e necessidades humanas. Buscam comer, vestir, morar, construir laços de afeto e passar seus dias com alguma dignidade, isto é, trabalhar e estudar com o devido reconhecimento e estrutura. A afirmação da igualdade, realizada pelo discurso jurídico, se contradiz à perpetuação da desigualdade e da violência, no plano das relações humanas.

Assim, o direito afirma que o trabalho deve ser protegido. A exploração, sob o jogo econômico capitalista e a ordem do Estado de Direito, não é ilimitada. O que lhe dá os contornos é a materialidade histórica de um determinado campo político, em que a correlação de forças entre as classes sociais condiciona o campo do jurídico.

A proteção do trabalho pelo direito, portanto, nunca é completa. O campo jurídico que emerge de uma determinada correlação de forças não deve ser entendido como fechado, em um ordenamento jurídico estático, ainda menos no campo do trabalho. Trata-se de regras em constante disputa, para maior extração de mais-valia ou maior garantia de direitos. A defesa de

“reformas” está sempre em mirada. A resistência a elas nem sempre é forte o suficiente.

Analisa-se, na presente dissertação, os diversos sentidos da forma jurídica cooperativa, tanto em sua origem histórica quanto em seu desenvolvimento recente. Problematisa-se a forma jurídica das cooperativas do trabalho. Quando parte da regulamentação do trabalho no Brasil, as cooperativas expressam e dão materialidade a uma forma brasileira de expropriação de direitos.

De qual direito e de quais direitos se fala? Deve-se falar em retirada ou em expropriação de direitos? Qual terreno jurídico e político, no campo do trabalho, permite o surgimento e o “empresariamento” da precarização? Quais utopias forjam-se em torno desse empresariamento? Há comunhão possível entre horizontes utópicos e perspectivas empresariais? Qual a gramática das lutas sociais que dá origem a essa comunhão?

Aproximando o objeto de pesquisa, pode-se observar que a ideologia perseguida pela forma jurídica cooperativa difunde os valores da autonomia, autogestão e empreendedorismo. Ao mesmo tempo, forja uma situação de subordinação, complexifica-a, codifica uma certa linguagem e um campo no interior do qual trabalhadores e capitalistas agem.

Juridicamente, trata-se de uma modificação no campo da regulação capitalista do trabalho. Se o trabalho assalariado é comumente regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o trabalho cooperativo é regulamentado pela Lei do Cooperativismo, pela Constituição Federal, pelo Código Civil e pela recente Lei das Cooperativas de Trabalho (Lei n. 12.690/2012). Alternativamente, apenas quando em situação de fraude, este trabalho é regido pela CLT⁴.

Politicamente, o cooperativismo possui diversos momentos no Brasil: o de desenvolvimento da indústria agropecuária, o de resposta ao desemprego neoliberal, o de incentivo à constituição de redes de solidariedade, o de

⁴ O trabalho cooperado exige a ausência de subordinação entre os cooperados. Os tribunais tem decidido que, quando presente a subordinação entre o cooperado e o tomador de serviços, não existe relação de cooperação, mas sim de trabalho subordinado, configurando-se as chamadas “coopergatos”. Reconhece-se a relação de emprego, portanto, ainda que formalmente haja relação jurídica cooperativa. A base para esse reconhecimento é o princípio da “primazia da realidade”, uma das bases do direito do trabalho.

proposição de uma nova forma de trabalho e mesmo o de alternativa ao desemprego estrutural. Expande-se e consolida-se, ao receber novas leis, como a de 2012 e a que deve ser aprovada em 2015⁵.

O começo da presente pesquisa localiza que a legislação deste campo é datada historicamente. Tem como principal marco a Lei n. 5.764 de 1971. Trata-se do momento em que os governos da ditadura civil-militar buscavam tornar possível a inserção do Brasil, enquanto economia dependente, no cenário internacional. É quando a população economicamente ativa migra do campo para a cidade, em que a agropecuária passa pelo processo de mecanicização, em que a política perde campo para a economia, em um contexto de autoritarismo estatal. Nesse sentido, trata-se de uma legislação com fins e princípios predominantemente conservadores.

Deslocamentos ocorreram de 1971 até os dias atuais. Podem-se citar a força dos movimentos sociais na década de 80, com conquistas na Constituição Federal de 1988, bem como o neoliberalismo que se estrutura no Brasil na década de 90 e, conseqüentemente, o enfraquecimento de direitos sociais e aumento do desemprego aberto. Por um lado, os trabalhadores se fortaleciam em suas iniciativas e vitórias políticas; por outro lado, passavam por novo processo de enfraquecimento, dessa vez atrelado a um panorama social tido como democrático.

Expande-se, em especial na década de 1990, a necessidade de alternativas de trabalho e renda. Na aliança dessa necessidade a uma luta política, criam-se variados empreendimentos sob a alcunha “economia solidária” – que vão de cooperativas a instituições comunitárias de crédito, passando por associações, empresas recuperadas etc. –. Esses empreendimentos, abrigados na legislação de 1971, discursivamente anunciam como objetivo a estruturação de novos padrões de desenvolvimento local e micro-regional; muitas vezes, como tentativa de substituição de um modelo de trabalho marcado pela assimetria hierárquica capital-trabalho.

Como compreender esse fenômeno, de expressões tão variadas no campo teórico, jurídico e político? Parte-se de uma problemática teórica, qual

⁵ As leis citadas são a nova Lei de Cooperativas do Trabalho (2012) e a proposta de nova Lei do Cooperativismo, que são contextualizadas e debatidas no Capítulo 3.

seja, a divisão do direito em áreas. Arrolam-se, a seguir, características da relação social de trabalho, quando regulada pelo direito do trabalho, no Brasil. Por fim, finalmente, descreve-se o trabalho sob regime associativo, seus princípios, sua história e sua renovação, em alternativa normativa à regulação do trabalho assalariado.

Parte-se, pois, da compreensão de que uma das categorias principais do direito civil é a autonomia individual, ao passo que no direito do trabalho tem-se como central a categoria da subordinação. Com isso em vista, pergunta-se do significado do encontro entre a regulação da autonomia e a regulação da subordinação.

Ou, em outra forma, pode-se chamar o direito cooperativo, enquanto fenômeno jurídico não pertencente nem ao direito civil nem ao direito do trabalho, como uma espécie de encobrimento do antagonismo entre classes, bem como de sua intrínseca relação de subordinação?

Como dito, entende-se que o direito possui áreas. Essa divisão de nomenclatura não tem objetivos apenas teóricos, mas diz respeito a uma forma de organizar conflitos. Quer-se dizer: a jurisdição civil se move, sobretudo, em conflitos relativos à propriedade privada⁶; a jurisdição do trabalho, com base em conflitos entre patrões e empregados⁷; a penal, entre “bens jurídicos” protegidos pelo direito e seus supostos infratores⁸.

⁶ Entre proprietários e não-proprietários (direitos reais), entre proprietários e seus herdeiros (direito sucessório) etc.

⁷ Desde o advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, a Justiça do Trabalho alarga-se, ocupando-se das relações de trabalho, e não apenas das relações de emprego. Trata-se de modificação no artigo 114 da Constituição Federal. Anteriormente, o referido dispositivo legal limitava a competência da Justiça do Trabalho ao julgamento de lides decorrentes da espécie relação de emprego, e não do gênero relação de trabalho. Essa modificação foi motivada por forte movimento da magistratura trabalhista, junto a advogados, procuradores, entre outros, conforme aponta Souto Maior: “No final de 2001, uma mobilização bastante forte contra o desmanche da legislação trabalhista promovida pela ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas), pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) e pela ABRAT (Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas), encabeçada por seus presidentes, respectivamente, Hugo Cavalcanti Melo Filho, Regina Butrus e Luís Carlos Moro, resultou em grande ato de ‘militância’ quando juízes, procuradores e advogados, munidos de liminar em *Habeas Corpus*, concedida pelo Min. do STF, Sepúlveda Pertence, ocuparam o Congresso Nacional para se manifestarem contrários à aprovação do projeto de alteração do art. 618 da CLT. A atuação política desses profissionais, organizada nacionalmente, aliada à posição assumida pelo Presidente do TST, Ministro Fausto, em 2002, conferiu a força política necessária para que ao final das discussões da Reforma do Judiciário, que resultou na Emenda Constitucional n. 45, de 2004, a Justiça do Trabalho não apenas não fosse extinta como saísse fortalecida, com a ampliação da sua competência, especialmente no que se refere

A essa divisão são rapidamente conectados, de forma quase intuitiva, efeitos judiciais simples, como a divisão de competências entre tribunais especializados e comuns, federais e estaduais. Há consequências mais ao fundo, no entanto. Ainda no campo da decisão judicial, podem-se encontrar diferenças na forma e fundamento de decidir e, ainda, nos atores envolvidos e preteridos do campo decisório.

O direito cooperativo, de maneira geral, é classificado como um ramo do direito privado. Organiza conflitos em torno e no interior de uma forma societária, qual seja, a das cooperativas. Para tanto, classifica sua natureza jurídica, sua tipologia, seus princípios norteadores e a dupla qualidade do cooperativado, entre outros.

Não é pequeno, no entanto, o número de cooperativas que ultrapassa o campo do direito privado, chegando ao direito do trabalho, nas chamadas *coopergatos* ou *cooperativas fraudulentas*⁹. Parece que esse encontro entre direito privado e direito do trabalho diz algo sobre este campo do direito. Em especial, diz algo sobre uma forma de precarização do trabalho, que não é a forma mais comum, encontrada pela mera subtração de direitos no interior do que é garantido via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em tese, portanto, não estão sendo subtraídos direitos dos trabalhadores cooperados. Não se trata de contratos regidos pela CLT, com alguém contra quem se reivindicar algo, como férias, 13º, depósito do FGTS etc. O imaginário dos trabalhadores cooperados é moldado por uma forma jurídica, que exclui figuras como o poder de direção, dos patrões, e inclui figuras como a autonomia e a autogestão, dos próprios cooperados.

Tem-se por **objetivo geral** decodificar a especificidade, no campo do direito e dos dispositivos jurídicos que o fundamentam, da regulamentação do trabalho via direito cooperativo.

Como **objetivos específicos**, que conformam o caminho de pesquisa, analisam-se a divisão do direito em diferentes áreas e formas jurídicas (Capítulo 1), as principais características da área do direito do trabalho

às questões pertinentes aos acidentes do trabalho, que até então eram julgadas pela Justiça comum" (SOUTO MAIOR, 2014, p. 12).

⁸ Há quem entenda o direito penal também como uma espécie de "controle dos conflitos sociais". Veja-se, entre outros, Vera Malaguti, Juarez Cirino, Clara Roman etc.

⁹ Veja-se nota de rodapé n. 04.

e da categoria subordinação no Brasil (Capítulo 2) e, finalmente, o surgimento e a renovação da forma jurídica cooperativa (Capítulo 3).

As **hipóteses**, em resposta preliminar, são duas: a primeira é de que o direito cooperativo, quando regulamenta o trabalho, opera o encobrimento da relação de antagonismo de classes que move o sistema capitalista no Brasil; decorrente dessa, tem-se a segunda, de que as relações de trabalho sob regime associativo levam à configuração de uma “autonomia precária”, no âmbito da superestrutura jurídica e política.

A **justificativa social**, nesse sentido, reside em compreender que caminhos e expressões tem tomado a precarização do trabalho no Brasil. Se Paul Singer denunciava que metade da classe trabalhadora brasileira, na década de 70, encontrava-se em situação de precariedade, autores contemporâneos mantém a leitura de precarização para os dias de hoje¹⁰.

A **justificativa teórica** reside em traduzir, para a linguagem jurídica, debates que vem sendo feitos há décadas na sociologia do trabalho. Trata-se de apreender os efeitos da precarização do trabalho no campo jurídico, em específico no que concerne às categorias principais dos ramos do direito civil e do direito do trabalho, quais sejam, respectivamente autonomia e subordinação.

Detalhando-se o caminho de pesquisa, tem-se o seguinte panorama:

No Capítulo 1, aborda-se a relevância da separação do direito em áreas e o que sugere a existência de uma forma jurídica cooperativa. No contexto da expropriação de direitos sociais no Brasil, a superestrutura jurídica e política é um espaço de fortes contradições. Desenvolve-se disputa nos tribunais sobre a melhor técnica jurídica no campo que regula o trabalho. Igualmente, deve-se perguntar qual o melhor marco jurídico para essa regulação, vista sua intrínseca conexão.

Para a compreensão desse fenômeno, descreve-se o problema da confusão entre técnica jurídica trabalhista e técnica jurídica liberal, a partir da tentativa de extinção da Justiça do Trabalho e da experiência recente do STF nessa matéria. Analisam-se os limites do campo de visão do positivismo e do

¹⁰ Entre outros, Marcelo Badaró Mattos e Ruy Braga, cujos marcos serão debatidos no capítulo 2 da presente pesquisa.

materialismo histórico, como alternativas de abordagem teórica para o problema referido, bem como aspectos-chave da relação base-superestrutura. Detalha-se a lógica do capital e sua incidência sobre o campo do direito, em especial no movimento de expropriações secundárias e da regulação do trabalho por fora da lógica trabalhista. Por fim, situa-se o que seja a forma jurídica e sua conexão a relações sociais determinadas, em especial a forma jurídica civil e a forma jurídica trabalhista.

No Capítulo 2, arrolam-se as principais características do direito capitalista do trabalho e, em especial, da categoria subordinação. A riqueza da categoria subordinação se desenrola em aspectos econômicos, históricos, políticos. A subordinação do trabalhador ao patrão é aspecto central do direito capitalista do trabalho; é, por isso mesmo, atacada em alguns países, como Itália e Espanha. O ataque, no entanto, não é à subordinação em si, mas ao reconhecimento de sua existência e da proteção e luta política que essa existência demanda.

O campo em que esse ataque se desenvolve é complexo e envolve aspectos jurídicos, históricos e políticos. Para sua observação, primeiramente situa-se a crise da subordinação jurídica clássica, exemplificando-se com as regulações da parassubordinação na Itália e do Estatuto do Autônomo na Espanha. A seguir, historiciza-se o surgimento e reconhecimento da categoria subordinação, em contraposição à categoria autonomia, no direito do trabalho brasileiro. Entre as principais características do direito do trabalho, destaca-se a instituição e domesticação do trabalho, o que é possível apenas no interior de determinada correlação de forças entre as classes sociais. Para analisar esta correlação no Brasil, retoma-se o histórico da hegemonia burguesa, por um lado, e dos projetos de emancipação, por outro. Indica-se relação entre a subordinação no processo de trabalho (regulação da estrutura) e a negação da subordinação ideológica (projetos de emancipação ou utopias subordinadas). Sublinha-se a conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais, via associações sem fins lucrativos e ONGs, que encontra relação material e ideológica com o cooperativismo popular.

No Capítulo 3, materializam-se e detalham-se as considerações dos capítulos anteriores, com a localização do direito cooperativo no trabalho

brasileiro. Busca-se decodificar o que a origem e a renovação da forma jurídica cooperativa têm a dizer à teoria crítica do direito e ao mundo do trabalho no Brasil.

São três momentos de análise. Em um primeiro momento, descrevem-se a história e os princípios da forma jurídica cooperativa, difere-se o cooperativismo tradicional e o cooperativismo popular, sobre este realizando o debate e a crítica sobre seu ideário emancipatório. No segundo momento, analisa-se a renovação da forma jurídica cooperativa, com a construção da economia solidária e a nova lei de cooperativas do trabalho, com foco no novo sentido que adquirem nos anos 2000. No terceiro, enfim, dá-se fechamento às análises anteriores, com a problematização sobre a constituição de uma autonomia precária no campo do trabalho, oriunda das expropriações secundárias do capitalismo brasileiro. Sua conformação ideológica é a de menor limite à exploração, legitimada pelo ideário liberal-igualitário.

CAPÍTULO UM

FORMA JURÍDICA TRABALHISTA: a relevância da divisão do direito em áreas

Há um conjunto de elementos e representações que moldam certa forma articulada e delimitada de ver e agir com o direito. Pode-se dizer que, na modernidade, foi sobre o positivismo que o campo jurídico estabeleceu suas bases teóricas. Trata-se do exercício de classificar, ordenar, purificar, tornar científico e autônomo um conjunto de regras e procedimentos judiciais.

Não foi diferente com a divisão entre público e privado. Uma primeira aproximação nos afirma que ela responde a uma forma de compreensão dos conflitos sociais, a partir de bases teóricas de classificação e ordenação de “fatos sociais distintos”. Uma segunda aproximação, por outro lado, permite observar que não se trata apenas de “campos distintos”, enquanto delimitação negativa, que “separa”. Há também a articulação, a modelagem, a operação que afirma os horizontes passíveis de “jogo” e “disputa”, seus limites, suas contradições, suas distintas abordagens.

É afirmar: não há direito do trabalho sem direito civil e vice-versa. Essa afirmação é de todo relevante. Trata-se de apreender, no peso e dinâmica diferentes de cada campo do jurídico, como este campo contribui na dinâmica de produção e reprodução social da vida.

As diferentes regulações (do trabalho, da posse, da propriedade privada, da herança, da família, das empresas etc.) não são codificações esparsas, neutras, a-históricas e sem mútuas influências. Pelo contrário, movimentam-se de uma certa maneira, com a finalidade de direção e dominação da sociedade civil burguesa¹¹. Essa dominação possui contradições, que podem ser apreendidas no seu próprio movimento, e cujo diagnóstico permite maior precisão e mesmo eficácia na articulação da resistência e da contra-ofensiva.

¹¹ Segundo Gramsci, “A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também com a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados” (GRAMSCI *apud* SCHLESENER, 2007, p. 29).

Na formulação clássica de Gramsci, a superestrutura política e jurídica, na configuração de determinado bloco histórico, pode ser dividida, para fins didáticos, em sociedade política e sociedade civil¹². Esta é responsável pela direção política. Aquela é responsável pela dominação, propriamente. Trata-se do exercício de coerção e consenso, que atuam de forma integrada para a manutenção da ordem capitalista¹³.

Tanto o estudo dos mecanismos de dominação quanto o estudo das tendências da direção política podem ser observados a partir da forma como o direito opera a correlação de forças e suas contradições internas. Isto é: não é por alguma casualidade ou por motivo aleatório que alguns campos do direito sejam mais ou menos rígidos, mais ou menos estáticos, com maior ou menor grau de politização dos seus conflitos, que se expandam ou diminuam. Trata-se justamente dos institutos que envolvem e, em última análise, da dinâmica e do grau em que há conflitos ou antagonismos de classe envolvidos no campo jurídico em análise¹⁴.

O estudo desses conflitos, contradições e tendências, no entanto, é secundarizado por uma classificação supostamente neutra dos fenômenos sociais. Trata-se do isolamento do direito, de torná-lo abstrato, cindido da economia e da política; como algo técnico e apenas operável de forma neutra. Este legado, enquanto cultura não-questionadora do campo jurídico, nos foi transmitido pelo método positivista de investigação, que ignora relevantes

¹² A respeito da distinção entre sociedade política e sociedade civil, afirma Schleneser: "Nestas sociedades, o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio; e da sociedade civil, formada pelas instituições que elaboram e/ou divulgam as ideologias, possibilitando a formação de consenso, base de sustentação das relações de poder" (SCHLENESER, 2007, p. 28).

¹³ Segundo Schleneser, há uma unidade dialética entre sociedade política e sociedade civil, que levam à hegemonia, cujo exercício é assim explicado por Gramsci: "no terreno clássico do regime parlamentar, [a hegemonia] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública" (GRAMSCI apud SCHLENESER, 2007, p. 31).

¹⁴ Sobre haver diferenças na contribuição de cada campo do direito para a reprodução da sociedade, afirma Oscar Correias: "o que importa não é saber que tem por função a reprodução, mas sim saber como contribui para tal reprodução. E precisamente o problema do como tem uma resposta diversa 'segundo qual seja o setor do direito em que fixemos nossa atenção'" (CORREAS, 83, p. 10, *tradução livre*).

aspectos filosóficos e sociológicos envolvidos no que dá origem, expansão e retração a uma determinada área do direito.

Buscam-se oportunizar condições para a compreensão de que filosofia do direito e sociologia do direito não são apenas instrumentos “preliminares”, “pressupostos” para uma análise qualitativa das leis, codificações, decisões judiciais. Em sentido inverso, também os campos do direito permitem conclusões filosóficas e sociológicas relevantes, que oportunizam a percepção de como a dinâmica da luta de classes tem se desenvolvido em determinado Estado-Nação.

Neste capítulo, serão realizados três movimentos: um primeiro, de dimensionamento do problema, em nível de retirada de direitos, do desrespeito à técnica jurídica trabalhista, no Brasil (1.1); um segundo, de aproximação aos campos de visibilidade, ora do positivismo, ora do materialismo histórico (1.2; 1.3; 1.4); um terceiro, da relação entre a lógica do capital e as áreas do direito, com foco na acumulação do capital e expropriações secundárias (1.5) e na compreensão das diferentes formas jurídicas (1.6).

Primeiramente, descreve-se tendência recente, verificada nos tribunais superiores no Brasil, para a retirada de direitos trabalhistas, sem enfrentar conflitos na via legislativa. É a utilização da lógica pós-positivista em matéria de direito trabalhista, em especial por meio do Supremo Tribunal Federal.

Em um segundo momento, busca-se delimitar o campo de visão do positivismo, em cuja teoria se alicerça uma certa forma de classificar o direito e visualizar os fenômenos sociais. São destacados alguns aspectos centrais desse método, bem como algumas de suas limitações.

A seguir, apresenta-se um outro campo de visão do direito e dos fenômenos sociais, a partir da perspectiva do materialismo histórico. Trata-se, sobretudo, de explorar as principais características metodológicas apresentadas por Marx e Thompson, como sua concepção de história e a primazia do econômico.

Por quarto, aprofunda-se o problema teórico da relação entre base e superestrutura, em especial a partir de István Mészáros. A contribuição do marxista húngaro possibilita uma apreensão densa dessa relação. Abre-se,

com ela, um terreno matizado de visualização do jogo que se dá entre superestrutura jurídica e política e superestrutura de maneira geral, bem como seus correspondentes no campo da consciência social.

Na sequência, relaciona-se a lógica do capital e o movimento de expropriações secundárias, forma contemporânea de intensificar a exploração do trabalho, em especial com o ataque aos direitos sociais. São apresentadas e contextualizadas algumas categorias básicas da economia política, com o objetivo de situar uma das formas como ocorre a regulação do trabalho por fora do direito do trabalho.

Por fim, colhe-se na chamada “teoria crítica do direito” uma análise crítica do que seja a divisão do direito em áreas e, em especial, da especificidade das áreas que lidam com o campo do trabalho.

1.1. Os perigos da influência pós-positivista no direito do trabalho

A onda neoliberal da década de 1990¹⁵ previa a extinção da Justiça do Trabalho. Sua competência deveria ser transferida para a Justiça Comum, que julgaria as lides com “maior eficiência”, visando ao “desenvolvimento econômico”.

Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato, detinha ampla base parlamentar, o que lhe possibilitou eliminar o monopólio dos serviços energéticos e de comunicações (EC n. 05/95), reformar o Estado, com a aproximação ao “Estado Gerencial” de Bresser Pereira (EC n. 19/98) e mesmo realizar a primeira reforma da previdência (EC n. 20/98).

A Reforma do Judiciário viria com o mesmo objetivo. Fundamenta-se no Documento Técnico n. 319, do Banco Mundial (“O Setor Judiciário na América Latina e no Caribe – Elementos para Reforma”), publicado em 1996¹⁶.

¹⁵ Do ponto de vista de um balanço do neoliberalismo, importante síntese é elaborada por Perry Anderson: “Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas” (ANDERSON, 1995, p. 23).

¹⁶ SOUTO MAIOR, 2014, p. 03.

Em 1992, Hélio Bicudo (PT/SP) já havia proposto a PEC 96, com objetivo de reforma do Judiciário, no entanto tal projeto foi arquivado em 02/02/1995. Ainda em 1995, em abril, é reaberta a discussão da reforma, com proposta de extinção dos juízes classistas na Justiça do Trabalho; a nova proposta era de Gilberto Miranda (PMDB/AM) e foi denominada PEC n. 63.

A Justiça do Trabalho vinha em ampliação de sua competência. Na Constituição de 1946, era restrita à resolução de conflitos entre empregados e empregadores; na de 1988, substitui-se a palavra “empregados” por “trabalhadores”, termo juridicamente mais abrangente¹⁷. Ainda assim, ações como as decorrentes de acidentes de trabalho e danos morais prosseguiram sob tutela civil, dada sua natureza e regulamentação civil, conforme atestam as constituições de 1946 e 1967¹⁸ e súmulas do STF e do STJ¹⁹. Aos poucos, no entanto, a jurisprudência se modifica.

A ampliação da competência da Justiça do Trabalho, via tribunais, ocorre em paralelo às tentativas de sua extinção, supramencionadas. Assim, ao final de 1998, julgamentos do STF afirmam a competência trabalhista para ações de reparação, por danos materiais e morais²⁰. Com a pacificação desse

¹⁷ “Desde sua constitucionalização em 1946, a Justiça do Trabalho teve sua competência predominantemente definida no texto constitucional como *ratione persone*, falando inicialmente em conflitos entre empregados e empregadores (CF/46, art. 123 e CF/67, art. 134s), sendo ampliado tal conceito subjetivo em 1988, substituindo-se a palavra ‘empregados’ por ‘trabalhadores’ (termo juridicamente mais abrangente)” (MELLO; MEIRELLES, 2008, p. 145).

¹⁸ “As constituições de 1946 (art. 123, § 1º) e de 1967 (art. 134, §2º) dispunham expressamente que ‘os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da Justiça ordinária’, restando aos juízes estaduais o julgamento de tais causas (...)” (MELLO; MEIRELLES, 2008, 145).

¹⁹ “Assim, o Supremo Tribunal Federal sempre se posicionava pela competência dos juízes estaduais, pacificando a questão nas súmulas de números 235 (‘é competente para a ação de acidente do trabalho a justiça cível comum, inclusive em segunda instância, ainda que seja parte autarquia seguradora’, aprovada na sessão plenária de 13/12/1963) e 501 (‘compete à justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista’, sessão plenária de 03/10/1969). Com a criação do Superior Tribunal de Justiça, pela Constituição de 1988, a jurisprudência se manteve com a edição de sua súmula nº 15 ‘compete à Justiça estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho’ (DJ de 14/11/1990)” (MELLO; MEIRELLES, 2008, p. 147).

²⁰ “No final do ano de 1998, em recursos relatados pelo min. Sepúlveda Pertence, decidiu-se que ‘a ação de reparação de danos decorrentes da imputação caluniosa irrogada ao trabalhador pelo empregador a pretexto de justa causa para a despedida e, assim, decorrente da relação de trabalho, não importando deva a controvérsia ser dirimida à luz do Direito Civil’; e que a ação de reparação, por danos materiais e morais, proposta por trabalhador dispensado por justa causa sob a acusação de apropriação indébita seria da competência trabalhista ‘nada importando que o dissídio venha a ser resolvido com base nas normas de Direito Civil’. Dois meses depois da apresentação do relatório do deputado Aloysio Nunes Ferreira, tais

entendimento, o TST edita a Orientação Jurisprudencial n. 327, publicada em 2003²¹. Neste mesmo ano, o STJ reconhecia, pela primeira vez, a competência da Justiça do Trabalho para julgamento de danos morais ocorridos no ambiente de trabalho²².

Souto Maior destaca que a ampliação da Justiça do Trabalho corresponde a um período de intensa redução da eficácia protecionista de seus institutos.

Do ponto de vista dos direitos e obrigações, as interpretações e aplicações das normas primavam pelo pressuposto da necessária melhoria da condição social do trabalhador. A jurisprudência refletia tal pensamento. Mas, desde os anos 60, com intensificação nas décadas seguintes, o Direito do Trabalho caminhou em sentido contrário. Inúmeros foram os institutos jurídicos cuja eficácia protecionista foi diminuída: limitação da jornada de trabalho; intermediação de mão-de-obra; natureza salarial da parcela paga; contratos a tempo parcial; proteção contra dispensa, com reflexos na via processual (comissões de conciliação prévia e arbitragem de conflitos individuais trabalhistas)²³.

Segundo o autor, tanto a década de 1990 quanto os anos 2000 marcam a redução de direitos trabalhistas. Na década de 1990, destacam-se a Lei n. 8.949/94 (cooperativas de trabalho), a Medida Provisória n. 1.053 (Plano Real e proibição de reajustes salariais com base em índice inflacionário), a Lei n. 9.504/97 (afastamento de vínculos de emprego em campanhas eleitorais), a Lei n. 9.601/1998 (contrato provisório), a Lei n. 9.601/1998 (banco de horas), a

argumentos foram renovados no julgamento do recurso extraordinário nº 249.740-AM" (MELLO; MEIRELLES, 2008, p. 147).

²¹ "Nos termos do art. 114 da CF/1988, A Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação de trabalho" (OJ n. 327, publicada no Diário de Justiça em 09/12/2003).

²² "O STJ foi o último tribunal superior a admitir a competência especial para o julgamento de danos morais ocorridos no ambiente de trabalho. Até 2003, o entendimento majoritário era pela manutenção da competência cível (...). No mesmo ano de 2003, pela primeira vez a 4ª Turma do STJ entendeu que "a utilização pelo ex-empregado, em reclamação trabalhista, de documentos falsos como forma de macular a imagem da empresa e de obter vantagem indevida" seria 'controvérsia resultante da relação de emprego'. Em 2004, há a modificação definitiva da jurisprudência, decidindo o STJ pela 'competência para processar e julgar ação de indenização por danos morais, que tem como causa de pedir demissão com motivação político-ideológica, é da Justiça Trabalhista, pois há, nesse caso, quebra de relação empregatícia, que se supõe injustificada', chegando a 4ª Turma, pioneira nesta interpretação, a afirmar que passou a ser 'pacífica a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de que a competência para o julgamento do pedido de dano moral oriundo de relação trabalhista é da Justiça Laboral'" (MELLO; MEIRELLES, 2008, p. 148).

²³ SOUTO MAIOR, 2008, p. 162.

Lei n. 9.609/98 (trabalho voluntário) e a Medida Provisória n. 1.952-18/1999 (contrato a tempo parcial)²⁴.

Ao começo dos anos 2000, por outro lado, destacam-se a Lei n. 10.101/00 (participação nos lucros e resultados, com recusa de sua natureza salarial) e a Lei n. 10.243/01 (afasta natureza salarial de diversas parcelas recebidas pelo trabalhador), ambas sob o governo FHC. Já a partir de 2003, mantém-se a lógica anterior, “ainda que com menor intensidade”²⁵. Merecem lembrança o movimento de “faxina da CLT”, de 2004²⁶, o aumento do tempo para a aposentadoria (EC n. 41/03), a taxaço dos inativos (ADIs 3105 e 3128) e a retirada do caráter privilegiado dos créditos trabalhistas quando em hipótese de recuperação judicial (Lei 11.101/05).

Souto Maior sublinha, como principais fontes de resistência aos ataques, a Constituição Federal, a doutrina jurídica trabalhista e a Justiça do Trabalho (compreendendo, no seu interior, também advogados e Ministério Público do Trabalho)²⁷.

²⁴ "A Lei n. 8.949, de 9/12/94, que desvirtuou o instituto da cooperativa para o fim de permitir a criação de cooperativas de trabalho, que, na prática, funcionaram para inserir trabalhadores no modo de produção capitalista sem o retorno mínimo dos direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores; a Medida Provisória n. 1.053, de 30 de junho de 1995, que criou o Plano Real, pelo qual se proibiram os reajustes salariais com base em índice inflacionário e a realização de negociação coletiva, como forma de reajustar salários com base e índices de preços; a Lei n. 9.504/97, que afastou o vínculo de emprego na prestação de serviços em campanhas eleitorais; a Lei n. 9.601/1998, que criou o 'contrato provisório', pelo qual passou a ser possível a formação de um vínculo por prazo determinado sem vinculação a qualquer motivo específico, a não ser o fato de estar previsto em um instrumento coletivo desde que destinado ao aumento do número de empregados da empresa, com a contrapartida econômica da redução do FGTS de 8 para 2%; a Lei n. 9.601/1998, que regulou o 'banco de horas', permitindo, em síntese, o trabalho em horas extras sem o pagamento correspondente, mediante compensação de horas dentro do período de cento e vinte dias, que logo depois passou a ser de 12 (doze) meses; a Lei n. 9.608/98, que rechaço o vínculo de emprego para o trabalho voluntário, entendido como tal 'a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade'; e a Medida Provisória n. 1.952-18, de 9 de dezembro de 1999, que instituiu o contrato a tempo parcial, até vinte e cinco horas semanais, com salário por hora proporcional à jornada" (SOUTO MAIOR, 2014, p. 36).

²⁵ SOUTO MAIOR, 2014, p. 04.

²⁶ "O Ministério do Trabalho inaugurou, em fevereiro de 2004, um movimento de “faxina” da CLT, como se a CLT contivesse disposições que seriam autênticos lixos. Criou-se um Conselho responsável por colocar em discussão a legislação social, o que, por si, permitiu que a legislação trabalhista fosse, mais uma vez, alvo de muitos ataques. Pautou-se uma reforma sindical, que, partindo do pressuposto de que a reforma fortaleceria os sindicatos, retomava a idéia do negociado sobre o legislado" (SOUTO MAIOR, 2014, pp. 04 e 05).

²⁷ SOUTO MAIOR, 2014, pp. 02 e 03.

Verifica-se, neste ponto, o caminho que importa relevar para a presente seção. Ao final de 2014, os tribunais superiores voltaram a enfrentar o debate sobre a competência civil ou trabalhista. Dessa vez, com tendência contrária: aumenta a competência comum sobre matéria tradicionalmente regulada pelo direito do trabalho. Merece atenção o julgamento acerca da prescrição do FGTS. A jurisprudência trabalhista era absolutamente pacificada, há décadas, em relação ao período de 30 anos para a prescrição. O STF, no entanto, decidiu pela prescrição comum, de cinco anos, como será contextualizado a seguir.

O TST apresenta diferentes posturas, nos anos 1990 e nos anos 2000. No primeiro período, a mais alta corte do campo do trabalho demonstrou tendência a se posicionar pela retirada de direitos, ainda que buscando mostrar-se imparcial. Exemplo dessa postura é a autorização e até mesmo o incentivo à terceirização, com o advento do Enunciado 331, de 1993²⁸.

Já nos anos 2000, o Tribunal modifica substancialmente sua postura. Em 2003, revisa todos os seus Enunciados, com cômputo geral de aumento na proteção jurídica do trabalhador. Foram mantidos todos os favoráveis aos trabalhadores e cancelados ou alterados mais da metade dos Enunciados contrários aos trabalhadores²⁹.

Em 2005, o TST revisa novamente seus Enunciados, passando a denominá-los Súmulas³⁰. Em 2011, 2012 e 2014, novamente revisam-se as Súmulas. Souto Maior destaca que os quatro momentos de revisão projetaram maior proteção aos trabalhadores³¹. Persistem críticas a entendimentos

²⁸ SOUTO MAIOR, 2014, p. 06.

²⁹ “Tratando, especificamente, dos Enunciados editados na década de 90, todos aqueles que eram favoráveis aos trabalhadores foram mantidos (305, 319, 320, 324, 325, 328, 334, 339, 343, 346, 348, 350, 351, 360, 361, valendo o esclarecimento de que o cancelamento do Enunciado 334, que já se dado na década de 90, foi favorável aos trabalhadores). Já os Enunciados contrários aos interesses dos trabalhadores, seguindo o rol acima, foram, mais da metade, cancelados ou alterados (308; **310**; 315; **316**; **317**; 318; 322; **323**; 326; **327**; 329; **330**; 331; 332; **340**; 342; 345; 347; 349; 354; 355; 358; **359**; **362**; **363** – em negrito os que foram cancelados ou sofreram alterações)” (SOUTO MAIOR, 2014, p. 07).

³⁰ Resolução n. 129, 05 de abril de 2005.

³¹ O autor ressalva, no entanto, que a revisão de 2005 produziu retração de direitos, ao mesmo tempo que favoreceu os trabalhadores. Também ressalva que a ampliação protetiva de 2011 e 2012 foi acompanhada da influência negativa da Súmula 228, causada pela Súmula Vinculante n. 04, do STF.

jurisprudenciais do TST, o que não impede o reconhecimento do seu papel de resistência à derrocada de direitos trabalhistas³².

Um dos pontos nevrálgicos para a ampliação protetiva é, justamente, o respeito à técnica jurídica trabalhista. Dois exemplos o demonstram com precisão, quais sejam, o das terceirizações no setor público e o da prescrição do FGTS, já mencionado³³.

Quanto à terceirização, o TST possuía entendimento aquém da proteção ideal. Ainda assim, desde 2000, consagrava que o ente público era responsável subsidiário pelos direitos trabalhistas não respeitados dos terceirizados. É obrigado a rever sua posição quando, em 2010, o STF declara a constitucionalidade da Lei de Licitações, no que concerne à eliminação da

³² “Claro que ainda se podem manifestar muitas críticas aos entendimentos jurisprudenciais do TST. Em texto publicado em maio de 2009, por exemplo, expressei avaliação crítica a várias Súmulas, e muitas delas ainda hoje se mantêm¹. Reitere-se, a propósito, que a Súmula 331, que é hoje defendida como forma de resistir à tentativa empresarial de ampliação do alcance da terceirização, foi a responsável pela legitimação da terceirização e representou ao longo dos 21 anos de sua existência o fundamento para a imposição de um enorme sofrimento à classe trabalhadora, conforme pode ser constatado documentalmente nos processos judiciais que tramitaram nesse mesmo período na Justiça do Trabalho. Registre-se, ainda, a negativa da Justiça do Trabalho em reconhecer a aplicabilidade imediata do preceito constitucional que veda a dispensa arbitrária, a insistência em conferir validade ao banco de horas, às tais horas extras habituais, ao regime de 12 x 36, em pronunciar a prescrição quinquenal e bienal das ações de indenização por acidentes do trabalho, com recusa à declaração da responsabilidade objetiva etc. Mesmo assim não é possível negar a importante resistência exercida pelo Tribunal Superior do Trabalho nos anos de 2002 e 2003, com uma retomada a partir de 2011, frente às sucessivas reivindicações de derrocada plena dos direitos trabalhistas, cumprindo reconhecer que muitas das últimas decisões representaram, de fato, importantes avanços na proteção jurídica dos trabalhadores, como, por exemplo, os entendimentos refletidos nas Súmulas 244 (III), 277, 378 (III), 428 (II), 440 e 443” (SOUTO MAIOR, 2014, p. 09).

³³ Registre-se, também, as decisões referentes à competência da Justiça Comum para julgar conflitos envolvendo complementação de aposentadoria de ex-empregados da Petros e do Banco Santander Banespa S/A, como destaca Souto Maior: “Ou seja, as retrações de direitos devem ser implementadas pelo Judiciário e como a Justiça do Trabalho de certo modo resistiu à ideia de destruição plena do Direito do Trabalho, até porque seria uma atuação autofágica, o jeito é tentar fazer com que o STF cumpra esse papel, mantendo-o sob a ameaça da pecha de 'bolivarianismo' ou de 'populismo judicial'. Aliás, é dentro desse contexto de esvaziamento da influência jurídica da Justiça do Trabalho que se pode compreender o julgamento do STF, proferido, em fevereiro de 2013, nos Recursos Extraordinários 586453 e 583050, de autoria da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros) e do Banco Santander Banespa S/A, respectivamente, que atribuiu à Justiça Comum a competência julgar os conflitos envolvendo a complementação de aposentadoria dos ex-empregados dessas entidades, contrariando posicionamento firme do TST no sentido de declarar competente a Justiça do Trabalho para o julgamento de tal questão vez que envolve garantia jurídica fixada em norma trabalhista (convenção ou acordo coletivo, ou regulamento de empresa). Essa decisão representou uma grande perda para os trabalhadores também pelo aspecto de que o processo do trabalho, como se sabe, é extremamente mais célere que o processo comum” (SOUTO MAIOR, 2014, p. 20).

responsabilidade da administração pública (mais precisamente, Lei 8.666/93, art. 71, § 1º)³⁴.

Em movimento de resistência à completa desproteção dos trabalhadores, o TST altera a Súmula 331, modificando os incisos V e VI³⁵. Ao invés de “completa irresponsabilidade” do ente público, passa a vigorar a “responsabilidade subjetiva”, *in vigilando*. Assim, o STF não se utiliza da melhor técnica jurídica trabalhista. O TST, após, faz o possível para manter resguardados alguns direitos.

Quanto ao recente julgamento do FGTS³⁶, a racionalidade liberal, pós-positivista, se fez sobrepor à lógica trabalhista de forma preocupante. Como afirma Souto Maior:

No contexto acima explicitado, de um projeto neoliberal que nunca deixou de contar com o apoio de importantes segmentos empresariais, mas que se viu emperrado pela atuação da Justiça do Trabalho, a atuação do Supremo Tribunal Federal em matéria trabalhista, com uma composição de Ministros que, com exceção da Ministra Rosa Weber, não tiveram como centro de suas preocupações teóricas o estudo histórico da questão trabalhista, estando, por consequência, muito mais alinhados à racionalidade liberal, com suporte na teoria pós-positivista, ainda que com o viés humanista, submete os direitos dos trabalhadores a grave risco³⁷.

Souto Maior relembra que a “a questão da prescrição do FGTS era consolidada no Judiciário trabalhista e já estava, portanto, inserida, há décadas, no patrimônio jurídico da classe trabalhadora”³⁸. O autor se refere ao Enunciado 95, de 1980, bem como à Súmula 362, de 2003. Ambos pacificavam o entendimento trabalhista, em sentido bem mais amplo do que o entendido pelo STF.

³⁴ ADC n. 16/2010.

³⁵ Segue redação da Súmula 331, incisos V e VI: “V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral”.

³⁶ RE n. 709212, julgado em 13 de novembro de 2014.

³⁷ SOUTO MAIOR, 2014, p. 22.

³⁸ SOUTO MAIOR, 2014, p. 23.

A retração do direito ocorreu repentinamente. Analisava-se recurso do Banco do Brasil, um banco estatal. Segundo Souto Maior, a Lei n. 8.036/90, em seu art. 23, era questionada apenas “pro forma”. Ainda assim, o Supremo “entendeu, sem qualquer parâmetro, que a questão deveria ter ‘repercussão geral’”, desconsiderando “a existência de um órgão especializado para julgamento de questões trabalhistas”³⁹.

Os argumentos dos Ministros demonstraram grande desrespeito e desconhecimento da técnica trabalhista. O principal fundamento da sua decisão se concentra na compreensão de que “o FGTS é um direito trabalhista e por isso deve-se respeitar o prazo quinquenal previsto no inciso XXIX, do art. 7º da CF”⁴⁰.

Registre-se a exceção. A Ministra Rosa Weber, oriunda do TST, respeitou a técnica jurídica trabalhista. Argumentou que o *caput* do art. 7º “não deixa dúvida de que os incisos do mesmo artigo não são taxativos”⁴¹. Mencionou o princípio protetor, oriundo da disparidade entre as partes na relação de emprego, que se reflete na aplicação da norma jurídica mais favorável; inverte-se, se necessário, a hierarquia das normas. Demonstrou que o FGTS tem natureza híbrida, pois se presta a diversas finalidades sociais, isto é, é do interesse de toda a sociedade. Afirmou ainda que esse entendimento é o mesmo de toda a doutrina trabalhista, “com exceção exclusiva do único autor citado no voto do relator”⁴².

O demais Ministros foram insensíveis à fala da Ministra Rosa Weber, cujo fundamento pareceu “mais um entendimento dentre vários outros ‘entendimentos’ possíveis”⁴³ (com exceção do Ministro Teori Savaski, “mas que também pareceu não estar plenamente afeito à matéria”⁴⁴).

Os argumentos do Ministro Marco Aurélio e do Ministro Fux demonstram bem o desrespeito à técnica trabalhista. O Ministro Marco Aurélio, por exemplo, fez referência à “opção” do trabalhador pelo FGTS, o que não existe desde 1988; admitiu que não sabia se o empregado, demitido por justa

³⁹ SOUTO MAIOR, 2014, pp. 23 e 24.

⁴⁰ SOUTO MAIOR, 2014, p. 24.

⁴¹ SOUTO MAIOR, 2014, p. 24.

⁴² SOUTO MAIOR, 2014, p. 24.

⁴³ SOUTO MAIOR, 2014, p. 25.

⁴⁴ SOUTO MAIOR, 2014, p. 25.

causa, tem ou não direito ao recolhimento da verba; chegou a mencionar que a multa incidente ao FGTS é de 10%, quando a previsão da ADCT é de 40%; afirmou, ainda, que o prazo trintenário seria “privilegio”, que não poderia prevalecer diante da Constituição, “na medida em que ‘todo privilegio é odioso’”⁴⁵.

O Ministro Fux, de maneira reiterada, mencionou a “opção” ao direito do FGTS; acompanhando o Ministro Marco Aurélio, também mencionou que a multa seria de 10%, ao invés de 40%; chegou a afirmar que o tempo de prescrição seria o tempo em que o trabalhador fica desempregado. Isto é, “na lógica de seu argumento, os benefícios assistenciais seriam o fundamento para a retirada de direitos trabalhistas, o que, no fundo, não de ser, em certa medida, a política de muitos governos neoliberais”⁴⁶.

O Ministro Barroso, por outro lado, reconheceu a possibilidade infraconstitucional de ampliação de direitos, entre estes a elevação do prazo prescricional. Segundo Souto Maior, no entanto, “sua lógica, dentre todas, acabou sendo a mais deletéria para os trabalhadores”⁴⁷. Isso porque sustentou como fundamento os padrões da “razoabilidade”, a partir da compreensão individual do julgador. Com base nisso, concluiu que o prazo trintenário seria “desarrazoado e excessivo”, comprometendo a segurança jurídica, visto que é “o dobro do maior prazo de usucapião, o triplo do maior prazo prescricional no direito civil, seis vezes superior ao prazo geral do direito tributário; que excederia o prazo máximo da privação da liberdade, do direito penal etc.”⁴⁸. A inconstitucionalidade do dispositivo, portanto, consistiria no seu estímulo à litigiosidade e à insegurança jurídica.

Para Souto Maior, a teoria pós-positivista ignora a especificidade do direito do trabalho. Embora ela se anuncie como técnica em defesa da efetividade dos direitos fundamentais, acaba se transformando em “obstáculo à eficácia da proteção aos trabalhadores, isto porque legitima a extração da Constituição de princípios de natureza liberal”⁴⁹. A consequência é a retração

⁴⁵ SOUTO MAIOR, 2014, pp. 25 E 26.

⁴⁶ SOUTO MAIOR, 2014, pp. 25 e 26.

⁴⁷ SOUTO MAIOR, 2014, p. 26

⁴⁸ SOUTO MAIOR, 2014, p. 27

⁴⁹ SOUTO MAIOR, 2014, p. 30.

ou anulação da proteção jurídica dos trabalhadores, por meio do típico argumento pós-positivista, qual seja, o da ponderação⁵⁰. Como conclui:

O casuísmo favorecido pelo “pós-positivismo”, permitindo valorações de direitos sociais a partir de postulados liberais, obsta a racionalidade do Direito Social. O Direito Social – e esta é a fase atual do direito, tomada como pressuposto de análise –, afastando qualquer abstração, pressupõe, concretamente, a análise valorativa dos problemas identificados na sociedade capitalista a partir do postulado da necessidade de preservação e elevação da condição humana, tendo como método o olhar das pessoas que se encontram em posição economicamente débil no seio da sociedade, ou de alguma forma fragilizadas, em razão das limitações culturais que se produzem socialmente, embora, quanto aos efeitos, não se limite, exclusivamente, a tais pessoas, visto que a racionalidade provocada se irradia ao direito como um todo, já que o capitalismo é, em última análise, um modelo de sociedade que acaba se introduzindo no próprio inconsciente das pessoas, as quais, desse modo, tendem a reproduzir sua lógica. O Direito Social, a partir desse olhar, objetiva a formulação das coerções eficientes para impor limites necessários às relações capitalistas, visualizando a superação das injustiças sociais geradas⁵¹.

Novos desafios serão enfrentados pelo Supremo em breve, com alta relevância à classe trabalhadora. Serão julgados o alcance da terceirização (ARE n. 713211), a inconstitucionalidade da denúncia da Convenção 158 da OIT (ADI n. 1625), os entendimentos do TST sobre dispensas coletivas e direito de greve (ARE 647561 e AI 853275/RJ, respectivamente), bem como a decisão final acerca da obrigatoriedade da submissão às comissões de conciliação prévia (ADI 2139 e ADI 2160)⁵².

Pode-se perceber, desse modo, uma tendência judicial à utilização do argumento pós-positivista, liberal, em matéria tipicamente trabalhista. É o mesmo movimento que se realiza na Lei de Cooperativas de Trabalho: busca-se regular matéria trabalhista por meio da técnica jurídica civil.

⁵⁰ “Nesse sentido, a prática de evitar, em concreto, a eficácia dos preceitos jurídicos sociais, mediante a reinserção dos valores liberais por intermédio do argumento da ponderação, representa a negação do Direito enquanto experiência histórica, recusando a luta de classes, que não se elimina com a construção da norma. (...) a teoria da ponderação derrama sobre o direito um jogo de palavras que serve à atração dos valores liberais, numa perspectiva exclusiva do individualismo, mascarados em direitos fundamentais, posicionando-os no mesmo plano dos direitos sociais e talvez por isso mesmo é que essa teoria teve tanta propaganda na era neoliberal” (SOUTO MAIOR, 2014, p. 31).

⁵¹ SOUTO MAIOR, 2014, pp. 32 e 33.

⁵² SOUTO MAIOR, 2014, p. 34.

Ora, o que significa a sobreposição da técnica jurídica civil em relação à técnica jurídica trabalhista? Tem-se uma escolha individual pela sobreposição, “neutra axiologicamente”, ou, mais propriamente, um caminho específico de expropriação de direitos sendo trilhado? Adquire relevo, para responder essa questão, a localização do campo de visibilidade do positivismo (1.2), bem como do materialismo histórico e da divisão entre base e superestrutura (1.3 e 1.4). A seguir, problematiza-se a lógica do capital e sua influência sobre a expropriação de direitos (1.5), para enfim ser realizada a análise das especificidades da forma jurídica civil e da forma jurídica trabalhista (1.6).

1.2. Os limites do campo de visibilidade do positivismo

Não se analisa o positivismo, nesta seção, para afirmar que ele seja “bom” ou “ruim”. Busca-se compreender que tipo de visão epistemológica dá origem à separação, com “neutralidade axiológica”, entre direito do trabalho e direito civil, bem como que limites de visibilidade do campo jurídico são impostos por ela.

Em primeiro lugar, anote-se que por positivismo se podem misturar diferentes perspectivas, desde revolucionárias até conservadoras. Isso porque não há ideia ou representação que se movimente fora da história. Seria no mínimo anacrônico e certamente irresponsável tomá-lo como uma teoria que esteve jogada ao ar, foi descoberta por mentes iluminadas, a seguir implantada e, desde então, mantida com a mesma forma e conteúdo.

Ainda mais, afirmam-se diferentes positivismos também em termos de áreas do conhecimento. Conforme Ricardo Marcelo Fonseca, é possível observar a existência de um positivismo filosófico, com Comte; de um positivismo sociológico, com Durkheim; e ainda de um positivismo jurídico, com a Escola da Exegese Francesa⁵³. Em comum entre eles, deve-se assinalar que “todos eles têm uma forma de se aproximar do conhecimento, de captar o

⁵³ FONSECA, 2012, pp. 40 e 41.

objeto, que lhes é comum e, diga-se de passagem, muito típica do modo de ver o mundo no séc. XIX"⁵⁴.

Os vários positivismos corresponderam a diferentes interesses e conjunturas económico-políticas. Em especial, importa assinalar que o positivismo é uma corrente de pensamento típica do séc XIX, o que significa dizer que "se trata de uma reflexão que se dá num ambiente liberal (ou que assim vai se tornando progressivamente) e pós-revolucionário"⁵⁵. Conforme descreve Fonseca,

é o século do otimismo com relação aos prodigiosos progressos científicos e tecnológicos que então se verificam, progressos esses sem par na história, até mesmo se compararmos com os progressos tecnológicos dos séculos anteriores quando nasceu a ciência moderna. O séc. XIX é herdeiro do iluminismo que triunfou, é o século que acredita no homem de modo incondicionado⁵⁶.

Como fundamentação geral, que molda um “sistema” coerente e operacional, Lowy destaca as seguintes premissas a respeito do positivismo:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural;
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como ‘naturalismo positivista’) e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza;
3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos⁵⁷.

As três orientações gerais, portanto, seriam (i) a premissa das leis naturais, (ii) da epistemologia naturalista e (iii) da observação e explicação causal, neutra e objetiva dos fenômenos. A partir de outra perspectiva, Ricardo Marcelo Fonseca sistematiza Giddens, afirmando que os pressupostos epistemológicos do positivismo seriam: (a) de que a realidade é dotada de

⁵⁴ FONSECA, 2012, p. 43.

⁵⁵ FONSECA, 2012, p. 39.

⁵⁶ FONSECA, 2012, p. 40.

⁵⁷ LOWY, 2009, pp. 19 e 20.

exterioridade; (b) de que o conhecimento é representação do real; e (c) de que há uma dualidade entre fatos e valores ⁵⁸.

Em outras palavras, “o objeto é”, para além do sujeito que o observa; e o conhecimento “apresenta” o objeto, e não apenas o representa de um certo ponto de vista. Assim, “completa-se o ideal de um processo cognitivo perfeito para o positivista que é, como dissemos, esgotar o objeto, refleti-lo na sua pureza” ⁵⁹.

Entretanto, importa assinalar que, em fins do século XIII e princípio do século XIX, em especial com Condorcet e Saint-Simon, o positivismo possuía o caráter de utopia crítico-revolucionária. Colocava em oposição a burguesia antiabsolutista e os defensores da ordem feudal. Já no decorrer do século XIX, a partir de Comte, configura-se como uma ideologia conservadora, identificada com a ordem industrial e burguesa. É como afirma Lowy:

[Para Condorcet, o] objetivo confesso é o de emancipar o conhecimento social dos ‘interesses e paixões’ das classes dominantes. O cientificismo positivista é aqui um instrumento de luta contra o obscurantismo clerical, as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade, os axiomas *a priori* da Igreja, os dogmas imutáveis da doutrina social e política feudal ⁶⁰.

Saint Simon, o primeiro a utilizar o termo “positiva” para se referir à ciência do homem, foi discípulo de Condorcet. Definiu a ciência da sociedade como “filosofia social” e frequentemente se referiu ao “corpo social”. Mas sua busca pelas leis fisiológicas do organismo social e de sua higiene não teve objetivo conservador. Pelo contrário, realizou-as com a perspectiva de “mudança de regime” na França ⁶¹.

Em perspectiva oposta se localiza aquele que é conhecido como o grande fundador do positivismo. Ao transmutar a visão de mundo positivista em uma ideologia, Augusto Comte inaugura um sistema conceitual e axiológico

⁵⁸ FONSECA, 2012. P. 43–48.

⁵⁹ FONSECA, 2012, pp. 47 e 48.

⁶⁰ LOWY, 2009, p. 22.

⁶¹ “Uma vez que a natureza inspirou aos homens, em cada época, a forma de governo mais conveniente, será exatamente de acordo com este mesmo princípio que iremos insistir na necessidade de uma mudança de regime para uma sociedade que não mais se encontra nas condições orgânicas que puderam justificar o reino da opressão... Por que conservaríamos hábitos higiênicos contraditórios com nosso estado fisiológico?” (SIMON *apud* LOWY, 2009, pp. 24 e 25).

que visa à defesa da ordem estabelecida ⁶². Para tanto, embora discípulo de Condorcet e S. Simon, ele busca romper com a carga crítica e negativa da visão de mundo positivista, que considera “ultrapassada” e “perigosa” ⁶³.

Nesse sentido, como adverte Lowy, não se deve pensar Comte como formulador de um “coroamento sistemático” do “movimento positivista”. O positivismo, enquanto sistema de ideias, não se moveu de forma linear, como um movimento cujo progresso resultou em Comte.

O que Comte inaugura possui uma especificidade determinante, que se contrapõe ao positivismo que o precedia. Trata-se, justamente, do conservadorismo que carrega. Conforme George Lichtheim, em Comte “o otimismo generoso do Iluminismo congelara-se numa inquietude ansiosa para com a estabilidade social” ⁶⁴. Dessa forma, tem como objetivo “afastar a ameaça que representam as ideias *negativas*, críticas, anárquicas, dissolventes e subversivas da filosofia do Iluminismo e do socialismo utópico” ⁶⁵.

O sistema positivista se altera pouco, no entanto, ainda que haja objetivos distintos em Saint Simon e Comte. Prossegue fundamental, também no segundo, o princípio da rigorosa identidade entre sociedade e natureza. É como afirma:

Entendo por física social a ciência que tem por objeto o estudo dos fenômenos sociais considerados dentro do mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos fisiológicos, quer dizer, como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo específico de suas pesquisas⁶⁶.

É dessa homogeneidade epistemológica que deriva a ideia de “leis naturais invariáveis”. É também sobre ela que se estabelece uma noção forte de verdade neutra, do investigador sobre o objeto. Não é à toa que esse método é denominado, por Comte, como “física social”.

⁶² LOWY, 2009, p. 25.

⁶³ “A filosofia do Iluminismo afirmava que a razão poderia dominar o mundo e que os homens poderiam transformar as suas formas obsoletas de vida caso agissem a partir de seus conhecimentos e capacidades liberados. A filosofia positivista de Comte apresenta o quadro geral de uma teoria social no sentido de contrarrestar as tendências ‘negativas’ do racionalismo. Ela chegou a uma defesa ideológica da sociedade burguesa e, além disso, a sua teoria contém os germes de uma justificação filosófica do autoritarismo” (MARCUSE *apud* LOWY, 2009, p. 68).

⁶⁴ LICHTHEIM *apud* LOWY, 2009, pp. 25 e 26.

⁶⁵ LOWY, 2009, p. 26.

⁶⁶ COMTE *apud* LOWY, 2009, p. 27.

No desenvolvimento do positivismo, a “física social” dá lugar à sociologia⁶⁷. Da mesma forma, Comte dá lugar a Durkheim, depois a Weber⁶⁸ e finalmente a Popper. Cada um desses autores viveu um momento histórico distinto e polarizou diferentes polêmicas. A sofisticação das suas teorias, entretanto, não conseguiu evitar a crítica ao seu pressuposto de neutralidade axiológica. Pois veja-se.

Para Durkheim, há uma “lei social natural”. Social e natural são termos tão próximos que compõem a mesma expressão, sem contradições. Os “fatos sociais” devem ser vistos como coisas, afinal “não há senão coisas na natureza”⁶⁹, motivo pelo qual é necessário “estender a ideia das leis naturais aos fenômenos humanos”⁷⁰.

Uma lei natural que possui destaque, em Durkheim, é a que estabelece a desigualdade social. Trata-se da analogia “organicista”, segundo a qual a sociedade é como um ser vivo, “um sistema de órgãos diferentes no qual cada um tem um papel particular”⁷¹. A “vontade” não deve buscar ultrapassar o que é “natural”. Em resposta à ameaça do sindicalismo revolucionário na França, Durkheim formula a distinção entre “normal” e “patológico”: o patológico é o que busca modificar sua posição “natural” na sociedade. É sobre este caráter, profundamente contrarrevolucionário, que ele proclama erguer seu método:

Nosso método não tem *nada de revolucionário*. Ele é até, em um sentido, *essencialmente conservador*, já que considera os fatos

⁶⁷ É também Comte o primeiro a cunhar o termo “sociologia”, embora Durkheim seja considerado o pai da sociologia positivista enquanto disciplina científica (LOWY, 2009, p. 30).

⁶⁸ Em relação a Weber, é importante ressaltar que em substantivos aspectos o autor está em franca oposição aos postulados do positivismo. Pela aproximação essencial no que se refere ao postulado da neutralidade axiológica, optou-se pela sua manutenção junto ao corpo de autores positivistas. Destaque-se, no entanto, que Weber critica a influência da biologia nas ciências históricas em dois sentidos, segundo Lowy: (a) pretensão de descoberta da realidade social por meio de leis, do tipo científico-natural e de validade geral, e (b) criação da ilusão de que o ponto de vista axiológico universal, das ciências naturais, poderia se expandir a todas as demais. O próprio Weber, com essas críticas, passa a se situar em um campo antipositivista, colocando lado a lado socialismo e historicismo, como se vê: “A crítica socialista e os trabalhos dos historiadores tinham começado a transformar em problemas os seus pontos de vista axiológicos (*Wertgesichtspunkte*) originais” (WEBER *apud* LOWY, 2009, p. 42).

⁶⁹ DURKHEIM *apud* LOWY, 2009, p. 30.

⁷⁰ DURKHEIM *apud* LOWY, 2009, p. 31.

⁷¹ DURKHEIM *apud* LOWY, 2009, pp. 31 e 32.

sociais como coisas cuja natureza, por mais flexível e mais maleável que seja, não é, porém, modificável pela vontade⁷².

Ao sociólogo, assim, cabe colocar-se no “estado de espírito” de físicos, químicos, fisiólogos. É uma figura neutra, cuja função é de busca por expressar os fatos sociais de forma racional. Para Durkheim,

A sociologia assim entendida não será nem individualista, nem comunista, nem socialista... *Por princípio*, ela *ignorar*á estas teorias, às quais ela não poderia reconhecer valor científico, já que elas tendem diretamente não a expressar os fatos mas a reformá-los⁷³.

Os preconceitos e prenoções, destarte, poderiam ser “afastados” mediante a boa vontade, a serenidade, o sangue-frio, a calma, as “precauções sistemáticas”. Para Lowy, este é o maior problema da ciência positivista. Trata-se de ilusão ou mistificação, que faz lembrar a história do Barão de Munchausen, herói que consegue, “através de um golpe genial, escapar ao pântano onde ele e seu cavalo estavam sendo tragados, ao puxar a si próprio pelos cabelos”⁷⁴.

Max Weber também sustenta o postulado da neutralidade axiológica das ciências sociais. Ele articula uma combinação *sui generis* ente historicismo e positivismo; um meio caminho entre o desconhecimento e a integral aceitação do condicionamento social; um reconhecimento, enfim, de que valores são base do método⁷⁵.

É importante situar, no entanto, a que valores se refere Weber. Trata-se não dos valores referentes às classes sociais, como afirma o marxismo, mas sim de valores ligados a culturas, nações, religiões⁷⁶. Embora sem pretensão de universalidade de valores, como Rickert, Weber em grande

⁷² DURKHEIM *apud* LOWY, 2009, pp. 33 e 34.

⁷³ DURKHEIM *apud* LOWY, 2009, p. 35.

⁷⁴ LOWY, 2009, p. 37.

⁷⁵ LOWY, 2009, p. 39 e ss.

⁷⁶ Parece importante ressaltar, neste aspecto, que o autor rejeita tanto o cientificismo quanto o ecletismo. Ou seja, por um lado, rejeita a ilusão de uma solução puramente científica para as questões éticas ou políticas; por outro lado, rejeita o compromisso entre valores opostos como acesso à objetividade científica. Neste segundo aspecto, afirma: "A 'média exata não é de modo nenhum uma verdade mais científica que os ideais extremados dos partidos de direita ou de esquerda" (WEBER *apud* LOWY, 2009, p. 47)

medida acompanha este autor, no que concerne a uma *démarche* ideográfica⁷⁷.

Os valores, para Weber, são determinantes em cinco níveis da investigação científica: (a) orientam a escolha do objeto; (b) orientam a direção da investigação empírica; (c) determinam o que é importante ou não, essencial ou acessório; (d) determinam a formação do aparato conceitual; e (e) fornecem a problemática a ser investigada⁷⁸. Nas suas palavras: "A luz que estas ideias de valores supremos difundem ilumina a cada momento apenas uma parte finita, incessantemente variável, da onda caótica e prodigiosa de acontecimentos que escoia através do tempo"⁷⁹.

A importância dada por Weber aos valores na investigação científica, no entanto, encontra limites na diferenciação estabelecida por ele, absoluta, entre constatações e julgamentos. Trata-se, segundo ele, de uma confusão recorrente: "A confusão permanente entre discussão científica dos fatos e argumentação axiológica é uma das particularidades mais frequentes e mais nefastas nos trabalhos de nossa especialidade"⁸⁰. Segundo o autor, as constatações de fato não podem levar a julgamentos de valor. Isso porque não existe "absolutamente" nenhum ponto que "conduza da verdade 'puramente' empírica da realidade dada pelos meios de explicação causal, à afirmação ou contestação da 'validade' de 'não importa qual' julgamento de valor..."⁸¹.

Lowy refuta Weber, na separação total e rigorosa entre fatos e valores, em dois sentidos: (a) "o conhecimento (ou a ignorância) dos fatos, da verdade objetiva, pode ter uma influência poderosa sobre as opções práticas, éticas, sociais ou políticas de certos grupos ou camadas sociais"⁸²; e (b) "os julgamentos de valor, os pontos de vista de classe, as ideologias, utopias e

⁷⁷ Rickert trabalha com a seguinte problemática: há um infinito empírico passível de investigação. Nesse sentido, há dois métodos possíveis para o cientista social. O primeiro é o nomotético, que busca descobrir leis gerais no interior dos fenômenos; o segundo é o ideográfico, que busca a descrição de fenômenos singulares. Neste segundo, para que se evite a mera descrição aleatória de acontecimentos, faz-se necessário um critério de seletividade para o cientista social. No entender de Rickert, este critério são os valores; diferentemente de Weber, como afirmamos, ele entende que esses valores são universais (LOWY, 2009, p. 40).

⁷⁸ LOWY, 2009, pp. 41 e 42.

⁷⁹ WEBER *apud* LOWY, 2009, p. 42.

⁸⁰ WEBER *apud* LOWY, 2009, p. 45.

⁸¹ WEBER *apud* LOWY, 2009, p. 46.

⁸² LOWY, 2009, p. 47.

visões de mundo dos grupos sociais influenciam de forma decisiva – direta ou indireta, consciente ou não – o 'conjunto da atividade científica e cognitiva'⁸³.

Isto é, não apenas a problemática, mas também a pesquisa empírica do que causa os fatos e dos próprios fatos é influenciada pelos valores. Ao dissecar mais profundamente esta segunda tese, Lowy argumenta que o tipo de resposta possível já é largamente predeterminado pela própria formulação da questão, eis que ela não é apenas “um corte de objeto: ela define um certo campo de visibilidade (e de não visibilidade), impõe uma certa forma de conceber este objeto, e circunscreve os limites de variação das respostas possíveis”⁸⁴.

Sobre o limite do campo de visibilidade, pela escolha valorativa da atividade científica e cognitiva, Weber afirma tratar-se apenas de “fraqueza humana” (*menschliche Schwäche*). Como remédio a essa fraqueza, propõe o “dever elementar do controle científico de si próprio”⁸⁵. A conclusão não é senão de que “apesar de seu soberbo rigor e inteligência, a *demarché* de Weber chegou, em última análise, aos mesmos impasses que o positivismo mais limitado”⁸⁶.

Importantes neopositivistas destacaram o “caráter inacabado e incompleto” de Weber, como Hans Albert e Talcott Parsons. Eles compreenderem essas limitações, entretanto, não os levou a oferecerem caminhos mais sofisticados. Por um lado, Hans Albert sugere um retorno a Durkheim⁸⁷; por outro lado, Talcott Parsons propõe o despojamento de todo historicismo presente no arsenal teórico weberiano⁸⁸.

É Karl Popper quem apresenta um novo aspecto para a problemática positivista. Como os demais, o autor se recusa a distinguir

⁸³ LOWY, 2009, p. 48.

⁸⁴ LOWY, 2009, pp. 48 e 49.

⁸⁵ WEBER *apud* LOWY, 2009, p. 51.

⁸⁶ LOWY, 2009, p. 51.

⁸⁷ “Penso que um avanço substancial foi alcançado desde a obra de Weber. Neste campo, muitos fundamentos foram colocados não somente pelo próprio Weber, mas por outros. Penso especialmente em Durkheim, penso nos psicólogos sociais americanos, penso em algumas de nossas disciplinas vizinhas...” (ALBERT *apud* LOWY, 2009, pp. 56 e 57).

⁸⁸ Para Parsons, a atividade científica “deve ser integrada até m certo nível no consenso de valor da comunidade onde ela se desenvolve, não deve ser totalmente absorvida, deve atribuir a si o tipo de lugar que é essencial para seu apoio em um sentido político amplo. Sem um tal consenso, por exemplo, qualquer coisa como um sistema universitário moderno seria inimaginável” (PARSONS *apud* LOWY, 2009, p. 55).

ciências sociais de ciências naturais. Reconhece, no entanto, que a objetividade científica não depende de “boa vontade” do cientista, visto que não há como alguém se livrar de preconceitos e prenoções:

O principal problema com os preconceitos é que não existe este meio direto para se desembaraçar deles. Porque, como saberíamos jamais se fizemos qualquer progresso em nossa tentativa de nos liberar de nossos preconceitos? Não é comum que os que estão mais convencidos de estarem livres de seus preconceitos sejam os que mais os têm (*most prejudiced*)?⁸⁹

O reconhecimento da existência de preconceitos, no entanto, não dá a Popper um conformismo em relação a eles. Há ainda intenção de “purificar” o resultado científico de todos os valores que possam “contaminá-la”. É assim que a resposta de Popper é a da cooperação de cientistas, inserida no que ele denomina “aspecto social do método científico”. Este aspecto social é garantido por duas vias: (i) pela liberdade de crítica e (ii) pela existência de uma linguagem comum⁹⁰.

Também esta “objetividade institucional”, no entanto, deve ser contestada. Lowy destaca duas fragilidades centrais, ignoradas por Popper: primeira, a de que a “‘verdade objetiva’ que resulta de uma instituição depende em ampla medida das forças econômicas, sociais ou políticas que a controlam ou financiam”⁹¹; segunda, a inexistência de consenso entre historiadores e economistas que possa ser comparado ao consenso existente no campo da química ou da física, nas conferências, colóquios, revistas, publicações e afins⁹².

Fonseca, em outro sentido, destaca três fragilidades centrais do positivismo, em especial do ponto de vista da historiografia positivista, quais sejam, (a) a forma como entende a relação sujeito-objeto, (b) o pressuposto, tomado como absoluto, da necessidade de neutralidade axiológica no conhecimento; e (c) o excessivo valor ao *evento singular* na sua abordagem⁹³.

⁸⁹ POPPER *apud* LOWY, 2009, p. 59.

⁹⁰ LOWY, 2009, p. 61.

⁹¹ LOWY, 2009, p. 63.

⁹² LOWY, 2009, p. 63.

⁹³ FONSECA, 2012, p. 58.

Hespanha, nesse mesmo sentido, destaca problemas referentes às noções de “progresso”⁹⁴ e “linearidade”⁹⁵. Segundo a leitura positivista do direito, portanto,

também o direito teria tido a sua fase juvenil de rudeza. Contudo, o progresso da sabedoria humana ou as descobertas de gerações sucessivas de grandes juristas teriam empurrado o direito, progressivamente, para o estado em que hoje se encontra; estado que, nessa perspectiva da história, representaria um apogeu⁹⁶.

Todos esses aspectos podem ser bem observados no direito de maneira geral e em suas áreas específicas: a busca pela “paz social”, conferida pela coerção e pelos tribunais; o restabelecimento da “harmonia”, cuja expressão máxima é a situação naturalizada pela lei positiva; a neutralidade do investigador a ser garantida pelas instituições, como o “controle” da técnica jurídica ofertado pelo duplo grau de jurisdição, entre outros⁹⁷.

Não é por “boa vontade” de investigadores sociais, no entanto, que se opera a separação entre áreas do jurídico. A “boa vontade” está presente não no ato de separar, mas em uma certa forma de observar essa divisão. Trata-se da legitimação, sem maiores problematizações, da separação entre os campos do direito.

A legitimação acrítica da separação das áreas do direito responde a uma forma estritamente positivista de analisar a forma jurídica. Trata-se de uma certa relação entre sujeito e objeto, entendendo-se este como exterior,

⁹⁴ A historiografia positivista, nesse sentido, “projecta sobre o passado categorias sociais e mentais do presente, fazendo do devir histórico um processo (escatológico) de preparação da actualidade” (HESPANHA *apud* FONSECA, 2012, p. 60)

⁹⁵ “O presente é imposto ao passado; mas, para além disso, o passado é tornado prisioneiro de categorias, problemáticas e angústias do presente, perdendo sua própria espessura e especificidade, a sua maneira de imaginar a sociedade, de arrumar os temas, de pôr as questões e de as resolver” (HESPANHA *apud* FONSECA, 2012, p. 61)

⁹⁶ HESPANHA *apud* FONSECA, 2012, p. 63.

⁹⁷ Elucidativa é a passagem de Hespanha a respeito do erro resultante deste método na análise histórica dos institutos jurídicos: “O conceito de família, embora use o mesmo suporte vocabular desde o direito romano (*familia*), abrangia, não apenas parentelas muito mais vastas, mas também não parentes (como os criados ou os escravos [*famuli*]) e até os bens da ‘casa’. O conceito de obrigação como ‘vínculo jurídico’ aparece com o direito romano; mas era entendido num sentido materialístico, como uma vinculação do corpo do devedor à dívida, o que explicava que, em caso de não cumprimento, as consequências caíssem sobre o corpo do devedor ou sobre sua liberdade (prisão por dívidas). A palavra ‘Estado’ (*status*) era utilizada em relação aos detentores do poder (*status rei romanae*, *status regni*); mas não continha em si as características conceituais do Estado (exclusivismo, soberania plena) tal como nós o entendemos” (HESPANHA *apud* FONSECA, 2012, p. 63)

sobre o qual cabe apenas a observação. Tem-se também uma compreensão restrita de relação com o conhecimento acerca do objeto, que só pode ser de “representação”, com neutralidade axiológica. Ainda mais, o foco é dado sempre ao evento singular de cada área (seus procedimentos, sua técnica, seus fundamentos), ignorando-se as relações que essas áreas possuem com o todo social.

Ocorre, com efeito, que há uma série de problematizações cujo silêncio é eloquente. Em especial, quando se trata de movimentações entre áreas do direito, isto é, de deslocamentos, de rupturas, de descontinuidades entre um campo e outro, restam ao positivista apenas pontos de insegurança e desconforto. Isso porque a apreensão positivista dá conta apenas do que é estático, isolado, e não do que está diretamente ligado às disjunções do real. É por isso que é de todo desinteressante, para o positivismo, quando um campo do direito privado se publiciza; ou quando um campo do direito público se privatiza; ou, ainda, quando um campo tido como direito social, como o campo do direito do trabalho, passa a ter situações regulamentadas pelo direito privado.

Nesses casos, o campo de visibilidade possibilitado pelo positivismo parece chegar aos seus limites máximos. Demonstra, de forma expressa, a insuficiência de seu método para a compreensão das movimentações que mesclam econômico, político e jurídico. Conforme aponta Gediél, a utilização da metodologia tradicional obstaculiza que se assuma a natureza política e social dos instrumentos jurídicos, com sua extrema complexidade. No lugar dessa natureza, oferecem-se respostas “unívocas e seguras”, que não correspondem às demandas que o direito cooperativo apresenta⁹⁸.

⁹⁸ Gediél sistematiza dois tipos de demandas principais, oriundas da experiência junto ao cooperativismo, quais sejam, demandas pontuais e demandas conceituais. Em especial em relação a essas segundas, a metodologia tradicional apresenta debilidades. Em suas palavras: “O direito em sua metodologia tradicional atua com base nos raciocínios das ciências exatas e naturais. Os problemas são vistos como disfunções e devem ser examinados isoladamente dentro de um ‘campo cirúrgico’, o ‘marco legal’. Nesse aspecto metodológico, o grande problema dos juristas está em se desvencilhar desse modelo metodológico e assumir a natureza social e política dos instrumentos jurídicos, sua extrema complexidade, mobilidade e pluralidade de sentidos, que a todo o momento são atribuídos e apropriados nas sociedades. Trata-se, portanto, de entender o direito não apenas na sua perspectiva regulatória, calcada na lei, o direito com um mero instrumento de regulação social, que pretende oferecer respostas unívocas e seguras para os problemas das relações sociais” (GEDIEL, 2003, p. 117-120).

1.3. As potencialidades do campo de visibilidade do materialismo histórico

São possíveis inúmeras abordagens acerca do método em Marx. Parece que a mais adequada é aquela que recorre às obras em que o autor discorre, mais diretamente, sobre acontecimentos históricos e políticos. No entanto, é importante salientar que o autor não o faz de maneira desconexa a uma série de reflexões filosóficas. Da mesma forma, suas reflexões econômicas são permeadas de historicização, buscando-se sempre evitar a mecanicização do pensamento.

Desse modo, (a) recorre-se ao preenchimento dos deslocamentos ocorridos no pensamento do autor, em especial a partir da obra *A Ideologia Alemã*. A seguir, (b) tecem-se breves considerações sobre o entendimento de episódios concernentes ao golpe de Luis Bonaparte, sintetizados na obra *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*⁹⁹. Por fim, (c) busca-se analisar como a tradição marxista, em especial a partir de Thompson, deu tratamento à problemática da história e do método.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx afirma que a história seria a única ciência verdadeira do homem. Trabalha um conceito de história: materialista e histórico-dialética. Isto é: nem apenas idealista, em crítica aos jovens hegelianos de direita, nem apenas empírica ou conservadora com o que já existia na realidade, em crítica a Feuerbach.

Pois é sabido que Marx sofria mutuamente da influência de Hegel e Feuerbach, isto é, do idealismo alemão e de seus críticos à esquerda, sendo Feuerbach e seu materialismo naturalista um interlocutor privilegiado. É na dialética entre essas diferentes posições, e também no acerto de contas com elas, que é fundado o materialismo histórico dialético. Brevemente, contextualizam-se essas posições de forma panorâmica.

Feuerbach, autor de *A essência do Cristianismo*, afirma que a religião é uma consciência invertida, um produto humano; isto é, que Deus é produto nosso, dos homens, que buscam na sua figura um “homem perfeito” ou

⁹⁹ Entretanto, a importância da concepção de história em Marx ultrapassa essas obras. Veja-se por exemplo, a riqueza das considerações a respeito das diferentes *formas de apropriação* (termo que substitui o anterior, “modos de produção”) na obra dos *Grundrisse*.

um “homem autêntico”. Nessa esteira, como um dos principais críticos a Hegel e, em especial, um dos críticos hegelianos que mais influenciou Marx, foi um duro crítico da filosofia do *espírito absoluto*¹⁰⁰.

De Hegel e principalmente de seus seguidores à direita, como Bruno Bauer, Marx rejeita a ideia de que a consciência gera o ser. Para essa tradição hegeliana, uma consciência, um espírito governa o mundo; aliena-se, exterioriza-se, não se reconhece no mundo. Dialeticamente, ainda assim, toma consciência dos momentos constitutivos da lógica do pensamento. Ou seja, a história é a história dessa odisséia do espírito, na busca pela liberdade, que é seu *telos*. Marx, em *A Sagrada Família*, critica essa concepção de *autoconsciência infinita*:

A história não faz nada. A história não possui nenhuma riqueza imensa. A história não luta nenhum tipo de luta. Quem faz tudo isso, quem possui e luta é o homem, o homem real que vive. Não é por certo a história que utiliza o homem como meio pra alcançar os seus fins, como se se tratasse de uma pessoa à parte. A história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos¹⁰¹.

Mais do que criticar, entretanto, o autor alemão apresenta uma outra concepção de história. Veja-se, uma concepção que surge no interior das contradições do movimento operário francês, a partir da crítica e autocrítica justamente de Hegel e Feuerbach ou, ainda, no surgimento das condições de aparição do proletariado como classe¹⁰².

¹⁰⁰ Em “Princípios da Filosofia do Futuro”, afirma Feuerbach sobre Hegel: “No pensamento sou um sujeito absoluto; considero tudo exclusivamente como objeto ou predicado do ser pensante que sou; sou intolerante. Na atividade dos sentidos, ao contrário, sou liberal; permito ao objeto de ser o que eu próprio sou: um sujeito, um ser real que se manifesta. (...) Somente é verdadeiro e divino o que não tem necessidade de prova, o que é imediatamente certo por si mesmo, que fala por si e convence imediatamente, que arrasta imediatamente a afirmação de sua existência, o que é claro como o dia. Ora, somente o sensível é claro como o dia. É somente lá, onde o sensível começa que chegam ao fim todas as dúvidas e todas as disputas. O segredo do saber imediato é a qualidade sensível. Tudo é mediatizado, diz a filosofia hegeliana. Mas algo só é verdade se cessa de ser um mediado para tornar-se um imediato (...). A verdade que se mediatiza é ainda a verdade contaminada pelo seu contrário” (FEUERBACH, 2008, p. 56).

¹⁰¹ MARX E ENGELS, 2003, p. 111.

¹⁰² Como mencionado, apresenta-se a concepção materialista de história, de forma mais filosófica, na obra *A Ideologia Alemã*; de forma mais política, em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Entretanto, é importante registrar que Marx era um autor anterior à departamentalização do conhecimento, ou seja, não buscava separar “obras filosóficas” e “obras históricas”.

Cabe destacar que, para a presente análise, um ponto forte de *A Ideologia Alemã* é apresentar, pela primeira vez, as categorias *modos de produção*. Essa categoria será chave para o entendimento da política (e do nível do político), visto que, em um primeiro momento, o nível político se apresentava como contestatório às estruturas feudais e, num segundo, conservador do modo de produção capitalista já desenvolvido.

Em outras palavras, eram as condições de *acumulação primitiva do capital* que apresentavam maior ou menor protagonismo do nível político em determinada localidade. Entretanto, como aponta Emir Sader (1993), desde o momento *imperialista* do capitalismo, e nesse sentido também do desenvolvimento desigual e combinado na era da mundialização do capital, o nível político volta a ter um protagonismo maior mesmo em países cujas condições de acumulação primitiva já foram cumpridas. Lênin, nesse sentido, aponta a necessidade do avanço das lutas meramente econômicas para, também, as políticas¹⁰³.

Para tanto, é mister negar-se, por um lado, um certo *apriorismo da consciência*¹⁰⁴ e, por outro, a *lógica formal*¹⁰⁵. Trata-se de defender, com Marx, uma concepção de história que nega a atividade intelectual em monólogo e também a contemplação benevolente. Isto é, nega Hegel e nega Feuerbach,

¹⁰³ Afirma Emir Sader: “Quando os rumos da mercadoria se imprimem a toda a estrutura social, o campo de ação do político muda: de um lado, ele continua a se ligar às formas não-capitalistas de apropriação, no grau em que as condições de acumulação primitiva não tiverem sido preenchidas. De outro lado, o político abrange as relações propriamente capitalistas, onde a produção de classes sociais contraditórias e as dificuldades de reprodução social das relações sociais abrem o novo campo de relações de conflito que corresponderá ao capitalismo. No primeiro nível, teríamos os fenômenos pré-capitalistas e, no outro, os que se produzem pelo desenvolvimento do próprio capitalismo, caracterizado pelas crises. A ‘lei de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo’, inerente ao sistema, encarregou-se de eliminar a distância histórica entre os dois planos, fazendo de uns fenômenos requisitos de existência dos outros, sob a forma do subdesenvolvimento e/ou colonialismo e mundo desenvolvido. A ‘etapa imperialista’ corresponde à interligação dos dois planos, fazendo os destinos do capitalismo decidirem-se cada vez mais no nível político, pois as possibilidades de reprodução do sistema fazem apelo a formas não-econômicas de apropriação” (SADER, 1993, p. 52).

¹⁰⁴ “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica” (MARX, 2007, p. 86-87).

¹⁰⁵ “A história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida, como os empiristas a apresentam, ou a ação imaginária de sujeitos imaginários, como apresentada pelos idealistas” (MARX, 2007)

mas nega-os superando-os: para o pensamento se realizar, precisa saltar para fora do seu casulo e interferir na realidade¹⁰⁶, efetivar-se.

Perceba-se, portanto, que Marx e Engels possuem uma teoria do desenvolvimento histórico, materialista e dialética. Nela, destacam-se (i) a primazia do econômico e (ii) diferenciação entre essência e aparência.

Na análise política do fenômeno do bonapartismo, podemos apreender uma série de conclusões acerca do nível do político para Marx¹⁰⁷. Dentre elas, destacamos seu combate firme tanto contra o politicismo quanto contra o mecanicismo. Entendendo-se politicismo como a análise do nível do político como completamente autônomo ao econômico, a crítica de Marx a respeito da *fraternité* como “político independente das classes sociais” demonstra sua posição:

A frase que correspondia a esta imaginária abolição das relações de classe era a *fraternité*, a confraternização e a fraternidade universal. Esta idílica abstração dos antagonismos de classe, esta conciliação sentimental dos interesses de classe contraditórios, este imaginário elevar-se acima da luta de classes, esta *fraternité* foi, de fato, a palavra de ordem da Revolução de Fevereiro. As classes estavam separadas por um simples *equivoco*, e Lamartine batizou o governo provisório, a 24 de fevereiro, de um governo que suspendeu o mal-entendido terrível que existe entre as diferentes classes¹⁰⁸.

Ainda assim, não é autorizada por essa leitura que se vejam “classe” e “Estado” sem uma autonomia relativa. É como afirma Codato:

A cena política francesa de 1848 a 1851 é o palco da luta entre as classes sociais antagonicas, por um lado, e as classes e frações dominantes, por outro, pela conquista, aumento ou consolidação de sua influência política respectiva sobre as instituições do Estado. Essa é, sem dúvida, uma visão na qual “Estado” e “classe” constituem pólos autônomos de uma mesma relação¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Marx rejeita a contemplação de Feuerbach na famosa obra “Teses sobre Feuerbach”, em sua XI indicação: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo” (MARX, 1987, p. 11).

¹⁰⁷ Cite-se, apenas exemplificativamente, que Marx privilegia na análise do político uma espécie de “periodização” da luta de classes. Isto é, dá primazia à análise da correlação de forças e da luta de classes não apenas no nível do político, mas também do ideológico, do econômico, do social. Mais, que complexifica a noção de classes sociais: embora haja o antagonismo fundamental entre proletariado e burguesia, há frações no interior de cada classe, com interesses particulares distintos.

¹⁰⁸ MARX, p. 188.

¹⁰⁹ CODATO, PERISSINOTTO, 2013, p. 24.

Nesse sentido, se a abolição imaginária das classes sociais para a análise do político é uma forma de mascarar o que efetivamente ocorre no âmbito das contradições do *real*¹¹⁰, igualmente equivocado seria entender o político como mero reflexo da estrutura de contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Veja-se que o Estado, em um primeiro momento, foi reforçado, ampliado e centralizado para garantir domínio direto da burguesia. Após, para garantir domínio indireto. No domínio direto, a própria burguesia representava a si mesma na arena política e no Estado. Entretanto, apesar de mover-se relativamente autônoma no âmbito do político, em determinado momento a autonomia do político lhe ameaçou o domínio econômico: chegou esse ponto, a burguesia abre mão do domínio político, aceitando o golpe de Luis Bonaparte¹¹¹.

Não foi pequena a literatura que buscou responder à crítica ao “materialismo vulgar”, que enxerga de forma mecanicista a relação entre estrutura e superestrutura. Parte dos autores que responderam a essa questão, na tradição marxista, buscaram voltar ao próprio Marx, em especial nas obras históricas, apresentando comentários à sua obra. Outra parte adquiriu uma amplitude teórica diferenciada, ultrapassando os *comentários* e apresentando *contribuições*, com elementos concretos de análise e pesquisa particulares, em alguma medida até mesmo ultrapassando Marx, embora permanecendo no interior de sua tradição.

De forma panorâmica, vejamos brevemente alguns comentários, seguidos da contribuição específica de Thompson à polêmica da relação entre

¹¹⁰ Como afirma Sader: A desaparecimento da Monarquia Constitucional marcava também a desaparecimento do Estado como um poder arbitrariamente oposto à sociedade. Ele ressurgiu dentro do papel que a revolução burguesa lhe atribuiu: unificador de todas as classes sociais. [...] O sufrágio universal é o instrumento que legitima essa função (SADER, 1993, p. 66).

¹¹¹ Assim, apesar de Bonaparte representar em grande medida o campesinato, ele acaba por colaborar no domínio indireto da burguesia, que em última instância prossegue com seu domínio econômico assegurado, justamente por ter aberto mão do domínio político. Ou seja, em que pese essa determinação em última instância, é equivocado mencionar o político como mero reflexo, mecânico, do econômico. Nem sempre a classe dominante no cenário econômico será dominante no cenário político, ainda que seus interesses sejam por ele assegurados.

economia e direito e, em especial, da importância do método historiográfico para a correta apreensão dessa relação¹¹².

Inicialmente, retome-se o prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, de Marx: “as relações jurídicas bem como as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em sua totalidade”¹¹³.

Assim, para entender o direito, é necessário ir às raízes do direito, às suas condições materiais de existência, à análise da totalidade. Trata-se, como Codato analisa, de demarcar o *materialismo* da análise, isto é, da necessidade de enxergar a superestrutura não como algo que se explica, mas como algo que faz parte de uma sociedade em que os homens existem e vivem. Veja-se:

Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital¹¹⁴.

É justamente essa relação entre economia e direito, entre base e superestrutura, que leva Emir Sader a concluir que o Estado é de classe, mas não é reflexo da classe. Retomando a análise do *18 Brumário*, assim expõe:

O Estado bonapartista é um Estado de classe, para Marx, bem como todos os tipos possíveis de Estado. Porém, Estado de classe quer dizer Estado de uma sociedade dividida em classes; nesta se encontram as raízes do seu caráter classista [...]. Assim, quando Marx diz que Estado é instrumento das classes dominantes, não está afirmando que é a posse do Estado que lhe dá esse caráter, mas sim que, *porque são classes dominantes*, o Estado, enquanto preserva as

¹¹² Hobsbawm lista cinco grandes legados de Thompson: (1) estabelecimento das ideias de “história social” e de “história de baixo para cima”, incorporando como parte ativa do processo histórico formas e movimentos de expressões populares; (2) desenvolvimento de uma história social contra a hagiografia e a propaganda, atendendo a requisitos disciplinares da produção do conhecimento histórico; (3) redefinição do campo de debates sobre Revolução Inglesa do século XVII, seu significado e caráter; (4) mudança significativa no ensino de história, a partir até mesmo de livros didáticos; (5) consolidação de “Past and Present”, como uma das revistas históricas de maior importância internacional (FORTES, NEGRO, FONTES, 2012, pp. 30 e 31).

¹¹³ MARX, 1983, pp. 232 e 233.

¹¹⁴ MARX, 2002, p. 19.

relações sociais que lhe favorecem, funciona como instrumento seu¹¹⁵.

É a partir dessas problematizações iniciais, que impossibilitam entender a tradição marxista como uma *descontinuidade* em relação à importância da historicidade em Marx, que se entende poder passar a Thompson.

O autor inglês, que teve em grande parte de suas sínteses teóricas um indisfarçado teor de polemização com leituras estruturalistas – em especial, derivadas de Perry Anderson e Althusser –, possui uma série de reflexões sobre classe, consciência de classe, relação base-superestrutura, importância da cultura, entre outros, em especial em relação à formação da classe operária na Inglaterra. Nos limites do proposto nessa reflexão, é importante destacar alguns elementos essenciais.

Em um primeiro momento, destaque-se que, para Thompson, é essencial a noção de “experiência”. Para ele, a noção de classe não é algo que possa ser derivado de um modelo categorial estático. Pelo contrário, emerge de fenômenos históricos, no interior dos quais as pessoas se comportam, repetidamente, de modo classista.

É dizer: (a) o fenômeno histórico concreto deve prevalecer aos pressupostos teóricos abstratos; (b) visualiza-se uma certa regularidade de respostas em situações análogas; e (c) pode-se observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe¹¹⁶.

Entender a classe, nesse sentido, como um fenômeno histórico, não impossibilita de utilizá-la como uma categoria heurística¹¹⁷, embora esse uso possua dificuldades. Entretanto, é o estudo do conflito, das contradições, da luta de classes, em seu sentido dialético, que permite observar o movimento, e não o estático. Isto é, entende-se a classe sempre no interior da noção de luta de classes. É como afirma:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade

¹¹⁵ SADER, 1993, p. 111.

¹¹⁶ THOMPSON, 2012, p. 270

¹¹⁷ Em outras palavras, categoria explicativa, que permite ou simplifique a descoberta de algo.

estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes¹¹⁸.

Nem por isso se pode entender que Thompson seja culturalista ou que pense a formação de classe independente de determinações objetivas, como simples fenômeno cultural ou algo semelhante. Entretanto o exame das determinações objetivas não leva à equação, simples, de que exista uma consciência de classe. Nas palavras de Thompson, "a classe se delineaia segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segunda a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do 'conjunto de suas relações sociais'" ¹¹⁹.

Com essa importância dada à experiência, o autor chega à crítica que faz da ideia de separação dualista, ao invés de unidade dialética, entre base e superestrutura, isto é, da relação entre direito e economia¹²⁰. Para Thompson, parte da historiografia marxista distorceu o exame da classe segundo as categorias de "base" e "superestrutura", como conceitos primário e derivado, bem como na diferenciação entre "classe em si" e "classe para si", esta localizada na superestrutura, aquela no nível de base. Segundo Thompson, esses dualismos geram uma espécie de platonismo em Marx:

Essa teoria pode dar lugar a uma teoria das classes que evoca Platão, pois oferece um modelo de desenvolvimento por etapas da formação da classe com o qual a história deveria conformar-se e, caso a evidência se oponha, ou se corta a parte válida ou se introduz a 'falsa consciência'¹²¹.

¹¹⁸ THOMPSON, 2012, p. 274.

¹¹⁹ THOMPSON, 2012, p. 277.

¹²⁰ "O erro não está em estabelecer essas relações, mas em sugerir que as ideias ou os acontecimentos são, por sua natureza, redutíveis ao contexto causal que os explica. É preciso levar a sério a autonomia dos acontecimentos políticos ou culturais que são, todavia, em última análise, condicionados pelos acontecimentos 'econômicos'" (THOMPSON, 2012, p. 207).

¹²¹ THOMPSON, 2012, p. 278.

Sobre o etapismo e o platonismo visualizados por Thompson na noção de falsa consciência, é importante ressaltar uma situação em relação à qual o autor entende poder ser funcional a noção de “falsa consciência”. Trata-se de uma acepção mais limitada, em que a palavra consciência pode indicar a política ou a estratégia dominante, conduzida por organizações, na relação entre as classes. É nesse sentido, restritivo, que ideologia pode ser pensada como algo consciente que induz a uma “falsa consciência”, no sentido de “ilusões”. Isto é, no sentido estritamente ideológico, o conceito parece operar de maneira historicamente pontual e muitas vezes apropriada. Ainda assim,

Não podemos ir além, pensando que, se essas ilusões fossem superadas, se, enfim, a consciência fosse 'desmistificada', daí emergiria uma 'verdadeira' consciência, da qual poderíamos extrair, conforme um modelo platônico dissimulado, um projeto daquilo que a consciência deveria ser (...). Para dar mais um exemplo, os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois tem a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a 'falsa consciência' da burguesia intelectual. Mas, quando semelhantes conceitos dominam a inteira intelligentsia, podemos falar de 'falsa consciência'? Ao contrário, tais conceitos terminam por ser muito cômodos para ela¹²².

Por exemplo, a análise concreta da experiência da classe operária inglesa, em sua “história sem rupturas”, leva Thompson a algumas conclusões acerca do papel do Estado e do nível do direito.

Na história da Inglaterra, tem-se um movimento pelo qual a pressão de baixo é contida no alto, absorvida, conduzindo a uma modificação na estrutura, seguida por nova pressão de baixo. Assim, a forma de dominação da *gentry* e sua relação com a plebe impedem uma concepção de que os aparelhos jurídicos e do Estado sejam simples “instrumentos”, flexíveis, inanimados, das vontades da burguesia. E conclui:

O modo particular de dominação da burguesia implicava um Estado frágil e, por consequência, um grande poder da plebe, da arraia-miúda. Dizer que o direito pode ser compreendido como autoridade do Estado repressivo pouco ajuda a compreender o contexto particular observado na Inglaterra do século XVIII. O direito era

¹²² THOMPSON, 2012, pp. 280 e 281.

também uma retórica: definia a imagem que certos elementos da classe dominante faziam de si mesmos, uma imagem profundamente interiorizada. (...) Sem dúvida, o exercício da lei era iníquo e obedecia aos interesses de classe. Mas os governos constitucionais e a retórica da lei tinham penetrado tão profundamente nas atitudes e no estilo da *gentry* que, embora esta última se encontrasse submetida a uma pressão muito forte dos movimentos plebeus, tinha a escolha entre destruir sua própria imagem e abandonar suas posições tradicionais (representações ideológicas e sistema de práticas ao mesmo tempo), produto de 250 anos de existência, recorrendo à imposição direta da força, ou aceitar uma modificação daquela estrutura de dominação e tentar manter suas posições de poder nesse novo quadro¹²³.

O autor, nesse sentido, realiza um movimento de buscar no concreto as chaves teóricas para erigir uma teoria da história e, mais do que isso, para constituir propostas de ação política. Sem perder de vista aspectos importantes do método marxista, como a existência de classes antagônicas e de exploração do trabalho, busca colocar esses elementos à prova da história concreta da formação da classe operária na Inglaterra.

1.4. Aspectos-chave na relação base e superestrutura

O método marxista lega o dimensionamento de que a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Totalidade, porque não há o que esteja desconectado ou solto em relação ao campo da estrutura social e da ideologia. Concreta, porque se desenvolveu de uma determinada forma, histórica, com atores e instituições localizados no tempo e no espaço, que condicionam materialmente o terreno e a gramática das lutas sociais.

Nas palavras de José Paulo Netto, tem-se uma totalidade de “máxima complexidade”, composta por sua vez por totalidades de “menor complexidade”¹²⁴. A sociedade burguesa não é algo como uma “totalidade amorfa”; pelo contrário, é estruturada e articulada, com uma dinâmica específica, contraditória, com sistemas de mediação que articulam os “complexos de complexos”¹²⁵.

¹²³ THOMPSON, 2012, pp. 209 e 210.

¹²⁴ NETTO, 2011, p. 56.

¹²⁵ NETTO, 2011, p. 57. A expressão “complexo de complexos”, utilizada por Netto, é parte da formulação de G. Lukács.

A estruturação da sociedade burguesa é apresentada por Marx da seguinte forma, ao resumir estudos realizados no ano de 1957, no Prefácio da obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*:

na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência¹²⁶.

Este breve trecho possui uma importância histórica incomensurável. É enorme sua contribuição para a teoria do pensamento econômico e social. Os debates em torno dele, no entanto, configuram uma espécie de problema teórico à parte, em razão da dimensão das divergências que se seguiram. Alguns de seus aspectos polêmicos serão a seguir expostos.

Ao utilizar a metáfora da base e superestrutura, Marx busca trabalhar uma forma didática de explicação da relação entre econômico e político¹²⁷. Afirma, para tanto, que homens e mulheres “produzem sua própria vida”, mas não como querem. Isto é: há ação humana, no entanto essa ação não surge apenas da vontade “pura” daqueles que agem¹²⁸.

Trata-se, justamente, do problema da consciência. Inseridas em uma totalidade concreta, as pessoas relacionam suas necessidades com as

¹²⁶ MARX, 1989, p. 28.

¹²⁷ Com base nesse trecho, Mészáros destaca haver uma inter-relação tripla característica desse complexo social vital: “Nesse sentido, primeiro, temos as ‘relações de produção’ que constituem a ‘estrutura econômica da sociedade, a base real’. Segundo, sobre essa base real ‘se eleva uma superestrutura jurídica e política’. E o terceiro fator essencial é constituído pela múltipla variedade das ‘formas ideológicas’ que entram em cena como ‘formas sociais determinadas de consciência’ e, como tais, ‘correspondem à superestrutura jurídica e política’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 127).

¹²⁸ Sobre as diferenças entre a concepção de Weber e de Marx a respeito de ação coletiva e consciência coletiva: “Para Weber, ‘não existe algo como uma ‘personalidade coletiva’ que ‘age’ [...] ‘somente’ há um certo tipo de desenvolvimento das ações reais ou possíveis de pessoas individuais’. Dado o fato de que a preocupação de Weber é a ‘compreensão subjetiva da ação dos componentes individuais’, no interior de seu quadro conceitual as ‘coletividades devem ser tratadas unicamente como resultantes e modos de organização dos atos particulares de pessoas individuais, posto que estas, sozinhas, podem ser tratadas como agentes em um curso de ação subjetivamente compreensível’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

condições objetivas de vida. Isto é: buscam comer, vestir, morar, ter algum lazer etc. Essa busca pelas condições de vida não é uma “vontade fora da história”, marcada por escolhas meramente individuais e abstratas. Em sentido oposto, a consciência e as vontades dos indivíduos são condicionadas pelo seu lugar no interior de uma dada formação social.

Essas afirmações são recheadas de generosa simplicidade. Ainda assim, sofrem acusações de todo tipo, no geral oriundas de má-fé ou distorção. Veja-se, por exemplo, a posição de Worsley:

A imagem de base e superestrutura é uma imagem, uma metáfora que usa analogias extrassociais para descrever arranjos sociais. Todas as imagens desse tipo, qualquer que seja seu valor em esclarecer o assunto, são também profundamente deformadoras. A sociedade não é uma máquina; não é um organismo, nem segue sequências de gestação e nascimento (imagem obstétrica predileta de Marx) ou de declínio e morte. [...] O modelo repousa na suposição de que a base econômica é material. Ela não é. [...] A organização de produção envolve a interiorização de, ou pelo menos a obediência a, normas de comportamento [...], normas de produção e condições de trabalho. Mas o sistema como um todo repousa sobre conceitos ainda mais fundamentais: do direito de algumas pessoas de possuírem os meios de produção e se apropriarem do produto¹²⁹.

As objeções à metáfora base/superestrutura se difundem também no interior do campo marxista. O reducionismo é tomado como o principal fator. Segundo Ellen Wood, a utilização dessa metáfora daria causa a dois simplismos: primeiro, de negativa de possibilidade de ação humana; segundo, de impossibilidade de atribuir um local adequado a “fatores ‘superestruturais’, à consciência tal como incorporada na ideologia, na cultura ou na política”¹³⁰.

A autora destaca duas tradições teóricas que buscaram enfrentar esse problema, sem recair em um “economicismo cru” ou “humanismo marxista”. De um lado, o marxismo estruturalista de Althusser; de outro, Edward Thompson, já mencionado na seção anterior.

Conforme Wood, a proposta de Althusser foi de ênfase na análise das determinações estruturais, dissociando-as da história. O autor excluiu dessa ênfase os “vagares da ação humana” e incluiu, ao mesmo tempo, a “especificidade imprevisível da realidade histórica”. Seu aparelho conceitual

¹²⁹ WORSLEY *apud* MESZAROS, 2011, p. 71.

¹³⁰ WOOD, 2006, p. 51.

encoraja uma separação entre econômico, social e histórico, geralmente identificando o econômico ao tecnológico. Não foi raro, desse modo, que estruturalistas, influenciados pelo autor, buscassem no determinismo tecnológico “o dinamismo histórico ausente de sua visão do mundo caracterizada por uma série de estruturas estáticas descontínuas e fechadas em si mesmas”¹³¹.

Edward Thompson apresenta uma síntese mais sofisticada, como descrito anteriormente. Conforme destaca Ellen Wood, na escolha entre o “economicismo cru” e o “humanismo marxista”, Thompson se apresenta como um “comunista para quem as leis econômicas dão lugar à vontade e à ação humana arbitrárias”¹³². Já no debate entre althusserianos e culturalistas, “ele é um culturalista – talvez o primeiro deles – para quem determinações estruturais se dissolvem na ‘experiência’”¹³³.

Contemporaneamente, uma importante alternativa a essas tradições é representada pelo complexo, denso e rigoroso legado de István Mészáros. O marxista húngaro realiza uma defesa firme da metáfora que divide base e superestrutura, em especial a partir dos próprios textos de Marx¹³⁴. Conforme afirma Mészáros, um dos simplismos que costumeiramente são atribuídos a Marx é, na verdade, uma distorção da interpretação.

Para ele, uma leitura atenta deixa claro que há três objetivos de Marx com essa metáfora, quais sejam, primeiro, “focar-se na distinção em si [entre base e superestrutura], enfatizando a importância vital de manter constantemente em mente as diferenças qualitativas nela implícita”¹³⁵; segundo, “insistir que a superestrutura não pode ser determinada com a mesma precisão que a estrita ‘transformação material das condições econômicas de produção’”¹³⁶; e terceiro, “indicar que há uma interação dialética entre a superestrutura e a base material – e que, portanto, ambas afetam uma

¹³¹ WOOD, 2006, p. 52.

¹³² WOOD, 2006, p. 53.

¹³³ WOOD, 2006, p. 53.

¹³⁴ “Nesse sentido, ‘base e superestrutura’, ‘reflexo’ [*reflection*] e até mesmo ‘ação recíproca’ representam dificuldades intransponíveis se tomadas ‘de maneira literal’, como, infelizmente, parece ser o caso com bastante frequência. Pois, em sua imediatez, eles são apenas ‘símiles’ (na linguagem cotidiana também descritos como ‘metáforas’) cuja tradução conceitual direta é - necessariamente - unilateral, senão de toda mecânica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 45).

¹³⁵ MÉSZÁROS, 2011, p.40

¹³⁶ MÉSZÁROS, 2011, p.40

à outra de maneira profunda, assim constituindo conjuntamente um todo orgânico"¹³⁷.

Não se trata, portanto, de uma fórmula mágica, mas de uma metáfora, um símile explicativo¹³⁸. Sua apreensão possibilita visualizar as múltiplas dimensões em interação, suas diferenças, sua complexidade:

Em contraste com todas as visões fetichistas de ciência e seus modelos grosseiros de causação – que equiparam a determinação social com a necessidade de uma ciência natural mecânica (daí sua noção de 'inevitabilidade histórica') e com isso levam ao reducionismo, mesmo quando não motivado por hostilidade ideológica –, é importante apreender a 'causação social' preservando a grande complexidade das determinações envolvidas em suas múltiplas dimensões em interação. A teoria marxiana de base e superestrutura visa pôr em relevo tais dimensões, qualitativamente diferentes, e suas complicadas inter-relações, em vez de fornecer uma fórmula mágica para trazer tudo para o mínimo denominador comum, como fazem algumas interpretações enquanto tentam encontrar atalhos inadmissíveis¹³⁹.

A relação dialética entre base e superestrutura possibilita algumas análises importantes. Destacam-se, entre elas, as seguintes conclusões:

(i) em contraste a todo “relativismo histórico”, “o complexo social é definido como um todo rigorosamente articulado”, com hierarquias internas¹⁴⁰;

(ii) a ideia de reflexo entre base e superestrutura deve ser entendida no interior de uma compreensão “flexível e historicamente articulada de hierarquias estruturais, não como uma determinação 'estática', estabelecida de uma vez por todas numa ordem 'mecânica' das coisas”¹⁴¹;

¹³⁷ MÉSZÁROS, 2011, p.40

¹³⁸ "Metodologicamente, em todos esses casos as distorções não surgem simplesmente das imagens restritivas em si, mas do uso que é feito das imagens particulares. Símbolos e analogias não podem deixar de ser o que são, e até mesmo os melhores deles estão fadados a falhar mais cedo ou mais tarde. Tampouco é concebível que se possa prescindir deles. Afinal, é uma característica inerente do processo de pensamento em si que ele proceda por estágios, exigindo diversas somas provisionais antes que o fim almejado possa ser atingido. Essas somas, por sua vez, representam 'platôs' progressivamente mais altos ou 'acampamentos de base' a partir dos quais o último ataque ao ponto mais alto escolhido pode ser eventualmente tentado. Enquanto tais, as somas provisionais não carregam o significado da iniciativa em si, apenas o de sua necessária instrumentalidade" (MÉSZÁROS, 2011, p.46).

¹³⁹ MÉSZÁROS, 2011, p. 44.

¹⁴⁰ MÉSZÁROS, 2011, p. 50.

¹⁴¹ MÉSZÁROS, 2011, p. 50.

(iii) deve-se dar ênfase à ideia de “origem”, e não de “desenvolvimento” dos complexos superestruturais a partir das determinações materiais básicas da vida social¹⁴²;

(iv) a possibilidade de superação socialista da sociedade atual se alicerça sobre a “autonomia relativa” do político, sem a qual tornam-se incoerentes quaisquer disputas nesse terreno¹⁴³.

Entre essas afirmações, sublinhe-se o seguinte trecho do autor húngaro:

os complexos superestruturais – do direito e da política à arte e moralidade – somente se 'originam' (...) nas determinações materiais básicas da vida social, mas nem sempre permanecem 'diretamente' dependentes delas; daí a possibilidade de sua relativa 'autonomia' e, em grande medida, desenvolvimento independente com respeito às determinações materiais originais; tentar dar um sentido a cada nuance ou permutação superestrutural particular nos termos das determinações materiais dadas é, portanto, bastante absurdo¹⁴⁴.

Nesse ponto, é necessário retomar brevemente alguns elementos, dar a eles sistematização, buscar dimensionar os campos abertos com as diferentes afirmações. De forma resumida, Mészáros não só afirma que a metáfora base/superestrutura não é reducionista. Defende a metáfora, mas não apenas isso: busca utilizá-la, explorar as possibilidades didáticas que ela oportuniza, ao colocar em relevo aspectos da superestrutura política e jurídica que dificilmente seriam abordados por uma posição meramente “estruturalista”, “economicista” ou mesmo “culturalista”.

Os aspectos postos em relevo por Mészáros não apenas refutam com rigor alguns campos antimarxistas, como o positivismo de K. Popper¹⁴⁵. Mais do que isso, eles possibilitam uma compreensão matizada das diferentes determinações que agem no interior da superestrutura jurídica e política, o que é de todo relevante para este trabalho.

¹⁴² MÉSZÁROS, 2011, p. 51.

¹⁴³ MÉSZÁROS, 2011, p. 51.

¹⁴⁴ MÉSZÁROS, 2011, p. 50.

¹⁴⁵ Ao comentar uma “refutação” de Popper ao marxismo, assim afirma Mészáros: “Como podemos ver, toda a ‘refutação’ parte da invenção de um boneco de palha [*straw-man*] que depois pode ser nocauteado ou ‘aniquilado’ com a maior facilidade. Esse prestativo boneco de palha é produzido pela substituição do complexo modelo dialético de base e superestrutura por uma caricatura absolutamente reducionista, segundo a qual as ideias ‘não passam de subprodutos de desenvolvimentos materiais’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 41).

Trata-se de uma compreensão em que há uma abertura radical da história. Essa abertura não é abstrata: tem como fundamento o fim aberto do trabalho, como categoria ontológica do ser social. Segundo o autor, este fim se caracteriza como uma teleologia, cuja preocupação central se dá "com a forma pela qual o ser humano – esse único 'ser automediador da natureza' – cria e desenvolve a si próprio por meio de sua atividade produtiva dotada de propósito"¹⁴⁶.

Há três características principais da abertura radical da história, para além da natureza ontológico fundamental do trabalho e da relação automediadora que ele proporciona entre o homem e a natureza. São elas (a) a percepção de que o propósito do processo de trabalho é sempre parcial, constituindo uma totalização sem totalizador¹⁴⁷; (b) a permanente presença estrutural das determinações materiais básicas' no metabolismo social em mutação¹⁴⁸; e (c) a percepção de que qualquer aumento nos poderes da produção é, hoje, também um aumento nos poderes da destruição¹⁴⁹.

Quanto ao primeiro aspecto, afirma o autor:

De acordo com as características inerentes do processo de trabalho, o propósito almejado, em sua imedaticidade, só pode ser 'parcial' (...). À medida que a multiplicidade de projetos teleológicos limitados é realizada no curso da atividade produtiva, prática, interligando e integrando os resultados específicos em um complexo geral mais ou menos coerente, de fato ocorre uma 'totalização' de algum tipo. Contudo, trata-se de uma 'totalização sem totalizador' e, portanto, os projetos parciais conscientes devem sofrer as consequências (negativas, inesperadas) de serem inseridos em um quadro geral 'cego' que parece resistir a qualquer tentativa de ser controlado¹⁵⁰.

Os projetos parciais de emancipação não estão desconectados da economia e da política. As utopias oriundas da imedaticidade parcial, portanto, são inseridas em um quadro geral "cego"; o processo de trabalho, como um todo, possui algum tipo de "totalização" entre os diferentes microcosmos que

¹⁴⁶ MÉSZÁROS, 2011, p. 55.

¹⁴⁷ MÉSZÁROS, 2011, p. 56.

¹⁴⁸ MÉSZÁROS, 2011, p. 58.

¹⁴⁹ MÉSZÁROS, 2011, p. 58.

¹⁵⁰ MÉSZÁROS, 2011, p. 56.

lhe dão origem. Essa totalização não possui um “totalizador”, no entanto, o que resulta no desvio e distorção dos projetos parciais¹⁵¹.

Em outras palavras, o impulso permanente à inquietação social dos de baixo¹⁵², motivado pela latência das determinações estruturais, possui uma interdependência específica com o caráter parcial da teleologia do trabalho e o caráter destrutivo de todo avanço produtivo¹⁵³. Essa interdependência leva à conclusão de que a consciência social não se dá em abstrato: ela se forja no interior de um controle global, bem como de rígidas restrições estruturais.

As rígidas restrições não são abstratas. Não são apenas “falsa consciência”¹⁵⁴. Pelo contrário, elas operam a inter-relação tripla do complexo social vital, que se dá entre base, superestrutura jurídica e política e consciência social. Nessa operação, há um papel preponderante cumprido pelo Estado, que se destaca na atual fase descendente do capitalismo. Afirma Mészáros:

Conforme já mencionado, no curso do desdobramento histórico do sistema do capital, a superestrutura jurídica e política assumiu um papel cada vez mais preponderante. A fase atual do imperialismo hegemônico global é a manifestação mais extrema disso, marcando, ao mesmo tempo, o fim de uma estrada, por enquanto praticável, mas mais a longo prazo absolutamente insustentável, dada a relação de forças ainda prevalecente, na qual alguns países com população maciça e potencial militar equivalente, inclusive a China, são marginalizados. Afinal, nada poderia ser mais preponderante em

¹⁵¹ O controle consciente sobre o metabolismo social só é possível no atual estágio do capitalismo. Em um estágio primitivo do desenvolvimento social a “teleologia do trabalho é restringida de maneira irremediável pela imediatez bruta e sua atividade postulada como severamente confrontada e, em ampla medida, diretamente dominada pela natureza” (MÉSZÁROS, 2011, p. 57.) Isto é, o controle consciente, hoje potencialmente possível, antes não era sequer uma questão. Já hoje: “(...) [enquanto] o caráter 'parcial' da teleologia original do trabalho, a 'latência permanente' das determinações materiais básicas na ontologia do ser social e a inseparável dimensão 'destrutiva' de todo avanço produtivo – só são passíveis de uma solução 'consciente', parece não haver saída do dilema que essa solução nos apresenta, uma vez que a consciência social em si, como manifesta em toda a história humana que nos é conhecida, é severamente afetada e prejudicada pelas determinações predominantes de seu próprio fundamento: a base material da sociedade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 61).

¹⁵² “Inquietação social dos de baixo” é um termo cunhado por Ruy Braga, apropriando-se de expressão gramsciana para explicar as motivações do precariado brasileiro.

¹⁵³ Sobre a produção destrutiva, já alertava Rosa Luxemburgo: “No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição. [...] Chegou-se a tal ponto, portanto, que os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente das forças produtivas, não apenas para chegar à autoatividade, mas simplesmente para assegurar a sua existência” (LUXEMBURGO *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 17).

¹⁵⁴ Sobre a ideia de verdade, veja-se: MÉSZÁROS, 2011, p. 142 e seguintes.

termos de sua dominação de todos os aspectos da vida social – desde as condições elementares da reprodução material e seu grave impacto na natureza até as formas mais mediadas de produção intelectual – do que um Estado que direta e indiretamente ameaça o todo da humanidade com o destino da autodestruição¹⁵⁵.

É em tudo contrário à ideia de que o Estado é “mero reflexo” da base econômica a compreensão de que ele cumpriu diferentes papéis nas fases ascendente e descendente do capitalismo. Na fase ascendente do desenvolvimento do capital, o Estado cumpria o papel de “coesão”:

Na fase ascendente do desenvolvimento do capital, o remédio oferecido para o defeito estrutural da centrifugalidade das unidades reprodutivas materiais particulares – por meio do Estado fornecendo a dimensão *coesiva* ausente na forma de uma estrutura de comando político geral extremamente dinâmica – *melhorou objetivamente* as potencialidades expansionistas do sistema em sua totalidade. Paradoxalmente, o apetite crescente do Estado pela apropriação de quantidades significativas de recursos, no interesse de sua própria ampliação, foi, por um longo período histórico, uma parte integrante desse dinamismo reprodutivo, posto que foi benéfico para a expansão material interna, bem como para a extensão global da ordem social metabólica do capital¹⁵⁶.

Já na fase descendente de desenvolvimento do capital, o Estado cumpre um papel preponderante em um sentido cada vez mais intervencionista, inclusive no terreno militar. Trata-se, assim, da imposição do desperdício e da destrutividade:

Em contraposição, na fase descendente do sistema do capital, os constituintes em última análise incuravelmente *negativos* desse tipo de envolvimento *imperativo do Estado* e a transformação correspondente da reprodução societal tornaram-se sempre mais dominantes, e, com respeito aos crescentes *desperdício e destrutividade*, totalmente insustentáveis mais a longo prazo. Importar tal desperdício e destrutividade sobre a sociedade sob as circunstâncias hoje prevalecentes, enquanto se deixa de lado toda preocupação com as consequências, seria impossível sem o papel mais ativo, e muitas vezes diretamente autoritário, do Estado capitalista. O anteriormente mencionado intervencionismo direto, em escala crescente, do Estado na economia, e o aventureirismo militar progressivo, justificado sob falsos pretextos, são as necessárias manifestações das contradições subjacentes. É por isso que a transformação radical da superestrutura jurídica e política é um requisito vital para a constituição de uma alternativa hegemônica historicamente sustentável ao sistema do capital¹⁵⁷.

¹⁵⁵ MÉSZÁROS, 2011, p. 150.

¹⁵⁶ MÉSZÁROS, 2011, p. 153.

¹⁵⁷ MÉSZÁROS, 2011, p. 153.

Em síntese, o autor húngaro matiza a metáfora base/superestrutura. Destaca seu caráter dialético, bem como seus correspondentes no campo da ideologia, dos discursos, da consciência social. Busca historicizar a forma como essas relações se constituíram e, também, as hierarquias que nelas se concretizaram. Estabelece, portanto, um terreno de problematizações que permitem uma compreensão aprofundada das movimentações que ocorrem no campo do jurídico.

1.5. Lógica do capital, expropriações e expansão do direito do trabalho

A natureza do trabalho é uma, a contradição do capital¹⁵⁸ é outra. Esta se baseia em uma lógica que subordina aquela, a partir de determinadas características. É assim que se realiza a acumulação capitalista, movimento no interior do qual a formação social brasileira forjou a forma jurídica cooperativa. Detalhe-se.

O capitalismo opera a fratura entre trabalho e força de trabalho¹⁵⁹, com objetivo de negação e subordinação¹⁶⁰ daquele. O processo de trabalho, independentemente da estrutura econômica,

é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária

¹⁵⁸ “Nos dias atuais, o termo capital parece óbvio ao senso comum, como sinônimo imediato de dinheiro. Refere-se, entretanto, a um dinheiro especial, que se transforma em algo que produz mais dinheiro, ou seja, capital. A definição, de evidente, revela-se circular e tortuosa. Dinheiro, de maneira imediata, não é capital. Ora, que processo permite tal metamorfose? É possível isolar uma situação específica e analisar singularmente um ciclo da produção de lucro, ou ciclo de atividade do capital, ou ainda, de extração de mais-valor. Este ciclo depende da utilização (por contrato, gerando relações formais ou não, por salário mensal, por peças, tarefa ou ainda outros tipos de ajuste) da força de trabalho por um proprietário ou controlador dos meios de produção, que produz mercadorias e, ao vendê-las no mercado, realiza um lucro” (FONTES, 2010, p. 41).

¹⁵⁹ “Por força-de-trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX *apud* CARLEIAL, 1986, p. 27).

¹⁶⁰ “Para exprimir a subordinação do trabalho ao capital Marx utiliza um dos seguintes verbos: *unterwerfen* (submeter), *unterordnen* (subordinar) e *subsumieren* (subsumir). A esses verbos correspondem os substantivos *unterwerfung* (submissão), *unterordnung* (subordinação) e *subsumtion* (subsunção)” (SANT’ANNA *apud* CARLEIAL, 1986, p. 27).

do intercâmbio material entre o homem e a natureza: é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais¹⁶¹.

Assim, aponta Carleial, a produção capitalista introduz uma novidade na história. Seu processo de trabalho é a um só tempo valorização e produção; tem-se, respectivamente, processo de produção de mais-valia e processo de produção de mercadorias¹⁶².

É condição desse processo a existência de classes sociais específicas, quais sejam, capitalistas e trabalhadores assalariados; ou, em outros termos, donos dos meios de produção e expropriados dos meios de produção¹⁶³. Assim, para Marx: “o que caracteriza a época capitalista é adquirir a força-de-trabalho, para o trabalhador, a forma mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado”¹⁶⁴. Trata-se da transformação de relações humanas em relações entre coisas, bem como da permanente construção das condições para que essas relações se constituam¹⁶⁵.

A expropriação é a forma de dominação especificamente capitalista. É o movimento que permite a constituição da relação social básica, que dá origem à força de trabalho como mercadoria. Inaugura-se uma época, em que “a liberdade historicamente conquistada se transforma na sua mobilidade, ou seja, na sua capacidade de se vender e se submeter à exploração capitalista”¹⁶⁶.

¹⁶¹ MARX *apud* CARLEIAL, 1986, p. 28.

¹⁶² CARLEIAL, 1986, p. 28.

¹⁶³ “Isto, contudo, só é possível quando tiverem sido constituídas as distintas classes sociais: os donos dos meios de produção (que se tornarão capitalistas ao longo do processo de trabalho ao comandar força-se-trabalho) e os expropriados dos meios de produção (possuidores de força-de-trabalho potencial, os quais se tornarão força-de-trabalho em ação: trabalhadores assalariados) (CARLEIAL, 1986, p. 28).

¹⁶⁴ MARX *apud* CARLEIAL, 1986, p. 28.

¹⁶⁵ “O capitalismo – e a dinâmica de reprodução do capital – envolve uma aparente autonomização da economia, que passa a se apresentar como dotada de uma lógica própria. Sobre ela incide a crítica central de Marx, ao enfatizar não apenas a dimensão fetichista que substitui as relações humanas por relações entre coisas (a começar pela coisificação do próprio capital ou de sua acumulação), mas, ao longo de todos os seus trabalhos – sem exceção –, ao evidenciar que as relações capitalistas dependem de condições sociais que, cunhadas de certa maneira, permitem que tais fetiches sigam obliterando suas reais razões. Assim, se é importantíssimo demonstrar o fetiche, é porque ao fazê-lo devem emergir as relações humanas, sempre sociais, que sustentam todo o processo” (FONTES, 2010, p. 40).

¹⁶⁶ CARLEIAL, 1986, p. 28.

A força de trabalho é uma mercadoria especial. Ela cria valor. Este valor novo se constitui como o “diferencial entre o valor adiantado (que é a soma do valor dos meios de produção e da força-de-trabalho) e o valor gerado ao longo do processo de trabalho”¹⁶⁷. O capitalista compra força-de-trabalho, pois, com objetivo de criar valor.

O valor não é criado por uma ilusão qualquer. É produto da necessidade humana. É o que dá ligação, justamente, entre trabalho e necessidade¹⁶⁸.

Com objetivo de obtenção e expansão do valor, faz-se necessária a ocorrência de contínua expropriação¹⁶⁹. Para tanto, busca-se a ampliação do grau de exploração, o que se relaciona à extensão da jornada de trabalho (aumento da mais-valia absoluta) e à ampliação da produtividade (aumento da mais-valia relativa), “modificando as condições técnicas e sociais da produção (a composição orgânica do capital e a divisão do trabalho)”¹⁷⁰.

Busca-se, assim, o desenvolvimento das forças produtivas, como forma de alteração da composição orgânica do capital. Assim, o chamado “progresso técnico” leva à forma “completa e irreversível” da dinâmica capitalista. É a concretização da “produção pela produção”¹⁷¹.

A atividade econômica depende, portanto, da acumulação de capital. Trata-se de uma imposição ao capitalista individual. “A necessidade de

¹⁶⁷ CARLEIAL, 1986, p. 28.

¹⁶⁸ “El trabajo resulta de la propia condición humana: las cosas necesarias para la vida no se presentan al hombre ya hechas; la satisfacción de las necesidades sólo es garantizada a través de un proceso – el trabajo – en el cual se producen aquellos objetos que satisfacen las necesidades” (GALVAN *apud* CARLEIAL, 1986, p. 29).

¹⁶⁹ “A condição básica e necessária [da relação social capitalista] é a ocorrência de expropriação de vastas camadas populacionais dos seus meios de produção, possibilitando a junção destes entre poucos, obrigando assim os expropriados a venderem sua força-de-trabalho, como único meio de sobrevivência” (CARLEIAL, 1986, p. 31).

¹⁷⁰ “A condição básica e necessária [da relação social capitalista] é a ocorrência de expropriação de vastas camadas populacionais dos seus meios de produção, possibilitando a junção destes entre poucos, obrigando assim os expropriados a venderem sua força-de-trabalho, como único meio de sobrevivência” (CARLEIAL, 1986, p. 31).

¹⁷¹ A citação de Marx, feita e grifada por Carleial, sintetiza essa perspectiva: “*Produtividade do trabalho*, em suma = *máximo de produtos* com mínimo de trabalho; daí o maior barateamento possível das mercadorias. Independentemente da vontade de tais ou quais capitalistas, isto se converte em *lei* no modo de produção capitalista. E essa lei se realiza somente implicando outra, ou seja, a de que não são as necessidades existentes que determinam a escala de produção – sempre crescente e imposta, por sua vez, pelo próprio modo de produção – que determina o volume do produto. Seu objetivo é que cada produto etc., contenha o *máximo* possível de *trabalho não pago*, e isto só se alcança mediante a *produção pela própria produção*” (MARX *apud* CARLEIAL, 1986, p. 31).

mudança da base técnica transforma a inovação tecnológica numa condição fundamental nas economias capitalistas”¹⁷². Forma-se, assim, a concorrência, como forma de luta entre capitais e de crescente subordinação do trabalho¹⁷³. Como descreve Marx:

A acumulação do capital, vista de início como uma ampliação puramente quantitativa, realiza-se conforme vimos, com contínua mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante às custas da parte variável¹⁷⁴.

A afirmação é precisa. O capital constante (conjunto de trabalho morto acumulado pelo capitalista, em forma de tecnologia) cresce de forma contínua. O capital variável (força de trabalho ou conjunto de trabalho vivo) diminui, proporcionalmente àquele, de forma contínua. É o trabalho vivo que permite o aumento do trabalho morto. De outro lado, é o acumulado de trabalho morto que permite ao capitalista individual as condições de concorrência com outros capitalistas¹⁷⁵.

Por meio da lógica de acumulação de capital, determinam-se tanto a demanda como a oferta de força de trabalho¹⁷⁶. Por esse motivo,

À medida que a acumulação capitalista se desenvolve, captura novos mercados e subordina ‘velhos’ processos produtivos, cria, destrói e recria atividades, desaloja produtores de suas posições, expropria-lhes os meios de produção e, naturalmente, transforma-os em meros detentores de força-de-trabalho. Desse modo, associada à geração espontânea de força de trabalho, refletida na dinâmica populacional, a acumulação capitalista é capaz de gerar uma população expropriada dos meios de produção, e que também passa a compor a oferta de força-de-trabalho¹⁷⁷.

¹⁷² CARLEIAL, 1986, p. 32.

¹⁷³ CARLEIAL, 1986, p. 32.

¹⁷⁴ CARLEIAL, 1986, p. 32.

¹⁷⁵ “De fato, o momento produtivo constitui o *processo imediato* de transformação do dinheiro, que consiste em massas concentradas de equivalente geral, resultante de processos de trabalho anteriores ou trabalho morto, em capital. Nesse processo, ao produzir mercadorias, ocorre a exploração do trabalho vivo, colocado em contato com as demais mercadorias (trabalho morto) que constituem os meios de produção sob controle do capitalista. Isso significa que o processo de produção capitalista supõe um mercado e, nele, mercadorias. Dentre estas, uma é incontornável – a força de trabalho como mercadoria, força viva de todo o processo, e que precisa disseminar-se” (FONTES, 2010, p. 41).

¹⁷⁶ “A procura de trabalho não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho com o crescimento da classe trabalhadora. Não há aí duas forças independentes, uma influenciando sobre a outra. É um jogo com dados viciados. O capital age ao mesmo tempo dos dois lados” (MARX *apud* CARLEIAL, 1986, p. 32).

¹⁷⁷ CARLEIAL, 1986, p. 33.

Os ciclos de expansão e retração do capital, destarte, possuem compromisso com a valorização do capital, e não com a geração adequada de postos de trabalho. Daí “que o desemprego, a falta de trabalho, no sentido econômico, (...) ou ainda alguma forma de subemprego, são, fundamentalmente, condições geradas pela própria lógica de acumulação”¹⁷⁸.

A reprodução capitalista, assim, possui consequências diferentes para o trabalhador e para a produção. De um lado, verifica-se crescente desqualificação do trabalhador, redução do valor de sua força de trabalho e sua insuficiente utilização; de outro, observa-se ampla diferenciação de estruturas produtivas, concentração, centralização e internacionalização do capital¹⁷⁹.

Com a concentração¹⁸⁰ e centralização¹⁸¹, chega-se à fase monopólica do capital. Carleial afirma que, nessa fase, “se destacam o crédito e a concorrência entre os capitais como seus elementos propulsores”¹⁸². Segundo Virgínia Fontes, trata-se de situação com duas principais características, a saber, guerras entre países imperialistas e crescimento e expansão de monopólios¹⁸³.

Transforma-se qualitativamente o capitalismo, a partir do chamado “imperialismo monopolista”¹⁸⁴. Em resumo das características apresentadas por

¹⁷⁸ CARLEIAL, 1986, p. 33.

¹⁷⁹ “Do ponto de vista do trabalhador, a reprodução capitalista se faz sentir: - no aprofundamento das tarefas e consequente desqualificação do produtor (fracionamento da força-de-trabalho), na redução relativa do valor da sua força-de-trabalho e na sua insuficiente utilização, ou seja nas várias formas de subemprego. Do ponto de vista da produção, o que se observa é uma ampla diferenciação da estrutura produtiva, crescimento das escalas de produção resultante do movimento de concentração de capitais, que se faz seguir por movimentos de centralização (‘a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes’), e da internacionalização do capital” (CARLEIAL, 1986, pp. 33 e 34).

¹⁸⁰ “Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, a base da produção em grande escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas” (MARX *apud* CARLEIAL, 1986, p. 34).

¹⁸¹ “Quem deve ser expropriado já não é o trabalhador que trabalha para si mesmo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação é realizada pelas leis imanentes da própria produção capitalista, pela centralização do capital” (FREEDMAN *apud* CARLEIAL, 1986, p. 34).

¹⁸² CARLEIAL, 1986, p. 34.

¹⁸³ FONTES, 2010, p. 105.

¹⁸⁴ Conforme informa Fontes, “Marx não formulou diretamente o conceito de imperialismo, embora tenha apontado, com nitidez, ao menos desde 1848, que ‘a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (FONTES, 2010, p. 22).

Lênin, Fontes destaca os seguintes elementos: (a) fim do capitalismo concorrencial, com a constituição de monopólios; (b) fusão entre capitais industriais e capitais bancários, com origem do capital financeiro; (c) agudização da separação entre propriedade e gerência do capital, com supremacia do capital financeiro por parte de alguns Estados “poderosos”; (d) aprofundamento do desenvolvimento desigual entre países, com predomínio da exportação de capitais sobre a exportação de bens; (e) tendência a uma unificação nacional entre países dominantes; e (f) utilização crescente de relações pessoais (em lugar de concorrência ou luta política), intensificação da concorrência entre países e expansão de trabalhadores técnicos (com bloqueio a certos avanços tecnológicos)¹⁸⁵. Conclui-se que:

Todos esses processos culminavam na modificação das relações entre os países, nas quais alguns Estados financeiros (nos quais a associação entre capital industrial e bancário se impunha) dominavam todos os demais. Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha detinham, então, 80% do capital financeiro mundial, verdadeiros ‘banqueiros do mundo’, transformando os demais países em seus devedores e tributários. Concluía-se a partilha do mundo entre os países exportadores de capitais, tanto através do controle do mercado (e da produção) mundial, quanto como da partilha do mundo (LENIN, 1975, p. 89), o que não eliminava a tendência à exacerbação das lutas interimperialistas por novas partilhas¹⁸⁶.

Redefinem-se, assim, espaços de pequenos e médios capitais individuais¹⁸⁷, bem como se acentua a tendência do capitalismo à negação do trabalho como base do valor¹⁸⁸. O caráter desigualador do modo de produção capitalista é reproduzido nos países, “assumindo formas diferenciadas, em

¹⁸⁵ FONTES, 2010, pp. 106 e 107.

¹⁸⁶ FONTES, 2010, pp. 107 e 108.

¹⁸⁷ “Os capitais pequenos lançam-se assim nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou apenas de maneira esporádica ou incompleta” (MARX *apud* CARLEIAL, 1986, p. 35).

¹⁸⁸ Trata-se da tendência do capital de negar a produtividade do trabalho, no movimento de redução do preço da força-de-trabalho. Tem-se na aparência produtividade do capital, que na essência é produtividade do trabalho. Como aponta Carleial, “a tendência de redução da base de valorização se constitui num jogo de aparência e essência, pois nega a necessidade do trabalho quando reduz a base, ou seja o número de trabalhadores, muito embora reconheça tal necessidade, sempre que desenvolve métodos para reduzir sua dependência, sem contudo poder eliminá-la. Do ponto de vista da órbita financeira, esse processo de negação assume proporções avassaladoras pois a aparente autonomia que ostenta sugere um descolamento entre as órbitas financeira e produtiva, como se tal pudesse mesmo ocorrer” (CARLEIAL, 1986, p. 36).

função do tipo de desenvolvimento que vigora em cada espaço, da posição do país na divisão internacional do trabalho”¹⁸⁹.

O impulso capitalista, no pós 2ª Guerra Mundial, “foi marcado pela difusão da grande empresa internacional e pelo desenvolvimento de um circuito financeiro”¹⁹⁰. Como consequência, as principais tendências passam a ser, segundo Carleial: o aumento incessante da produtividade, a ampliação das escalas de produção, a intensificação do controle sobre a força-de-trabalho, o aumento da concentração e centralização do capital e o aumento do capital constante e do capital variável, “acompanhados por uma ampliação da população trabalhadora empregada e da população trabalhadora sobrente”¹⁹¹.

A formação de população trabalhadora sobrente, também denominada exército de reserva, é expressão concreta das leis do capital¹⁹². Sua principal característica de homogeneização e diferenciação é a disponibilidade para o capital¹⁹³. Carleial destaca três grupos, que diferenciam seu grau de disponibilidade: o efetivamente disponível, de desempregados; o de desalojados de seus meios de produção, nas áreas rurais; e o de pessoas ocupadas em atividades não-capitalistas, como o trabalho a domicílio, cujas condições de trabalho são muito precárias, com jornadas longas e baixos salários¹⁹⁴.

A ampliação da força produtiva do trabalho, portanto, torna disponíveis ao capital e à exploração maiores contingentes de força de trabalho. Esta disponibilização é causa e efeito da acumulação do capital. Conforme Marx, “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua”¹⁹⁵. Trata-se de fonte de recrutamento (para o capital) e de pressão (sobre a classe trabalhadora). Como afirma Carleial:

¹⁸⁹ CARLEIAL, 1986, p. 37.

¹⁹⁰ CARLEIAL, 1986, p. 37.

¹⁹¹ CARLEIAL, 1986, p. 62.

¹⁹² “O mesmo movimento que gera a mais-valia e permite a sua apropriação, determina a ampliação da classe trabalhadora e sua diversificação, se encarrega de compor as reservas de força-de-trabalho que poderão ser, ou não, utilizadas pelo capital em seus movimentos de expansão” (CARLEIAL, 1986, p. 66).

¹⁹³ CARLEIAL, 1986, p. 66.

¹⁹⁴ CARLEIAL, 1986, p. 66.

¹⁹⁵ MARX *apud* CARLEIAL, 1986, p. 66.

Esse exército, então, concretamente, proporciona a fonte de recrutamento contínuo do capital em seus movimentos de expansão. Além disso, exerce pressão, com a sua existência, e em condições concretas, com o seu tamanho, sobre os trabalhadores no sentido de fazer-lhes submeter-se às exigências do capital. Funciona também como regulador dos movimentos gerais do salário. Ressalte-se que em momentos de crise os efeitos far-se-ão sentir na ampliação desses exércitos¹⁹⁶.

Serão analisadas, no capítulo seguinte, algumas características do desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil, com sua processualidade lenta e gradual. Importa adiantar, neste ponto, aquilo que Carleial chama de “cumprimento das determinações mais gerais do capital”, quais sejam, assalariamento e concentração de capital¹⁹⁷.

A concentração de capital se realizou de forma clássica, embora inicialmente subordinado o capital industrial ao capital cafeeiro¹⁹⁸. Foram tomadas medidas de “inovações tecnológicas, criação de espaços produtivos e penetração em esferas arcaicas de produção, através da intensificação do processo de substituição de importações”¹⁹⁹.

O assalariamento, por outro lado, foi reflexo do processo de concentração do capital. Com a técnica e a penetração do capital em diversas áreas arcaicas, Carleial narra a ocorrência do abandono das atividades familiares, deslocamentos populacionais intra e inter-regionais, em especial rurais, com criação de espaços produtivos e recriação de oportunidades de produção²⁰⁰. Indicadores do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) informam a passagem de 4 milhões para 22 milhões de contribuintes, no período que vai de 1960 a 1979²⁰¹.

¹⁹⁶ CARLEIAL, 1986, p. 67.

¹⁹⁷ CARLEIAL, 1986, p. 69.

¹⁹⁸ Segundo Carleial, destacam-se dois períodos: no primeiro (1930–1956), instalaram-se as bases de uma economia urbano-industrial, com base na expansão industrial. O setor instalado apresentava baixa diversificação, para produção de bens de consumo não-duráveis, com estreito desenvolvimento das forças produtivas. O segundo período (1956–1961) completa o ciclo de industrialização. Instala-se perfil industrial assentado em “bens de consumo duráveis e na relativa ampliação do setor de bens de produção” (CARLEIAL, 1986, p. 70).

¹⁹⁹ CARLEIAL, 1986, pp. 69 e 70.

²⁰⁰ CARLEIAL, 1986, p. 71.

²⁰¹ SALM *apud* CARLEIAL, 1986, p. 71.

Junto ao assalariamento, cresce também vasta camada de desempregados²⁰². O setor informal preenche os setores vagos, abandonados pelo setor formal e mede a aparência ou efeitos da crise econômica sobre a classe trabalhadora²⁰³. Outrossim, verifica-se um crescimento com intensa concentração regional do emprego²⁰⁴.

Há uma estreita relação entre as características da máxima concentração de capital (fase monopólica, imperialista) e a capilarização de suas bases sociais (em especial, da formação da relação social básica, entre as classes antagônicas, por meio de expropriações). Para Fontes, as duas faces da tendência à expansão do capital são justamente essas: por um lado, a concentração de recursos sociais; por outro, a recriação permanente de expropriações²⁰⁵. Veja-se em detalhe.

A mais alta concentração de recursos sociais leva à mercadorização do próprio capital. Tem-se, assim, o capital portador de juros, também denominado como capital monetário. Sua especificidade fundamental é a de conversão do capital em mercadoria. Seu papel social é de impor a conversão de massas de dinheiro em capital²⁰⁶.

A aparente tensão entre o capital monetário e o capital funcionante (ou produtivo) somente existe no interior de uma unidade complexa. Conforme

²⁰² “Juntamente com a ampliação do assalariamento, observa-se ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro, a formação de vasta camada de desempregados e ocupados ocasionais, que compõem um exército de reserva disponível para o capital, oriundos da ampliação da composição orgânica do capital e das alterações na estrutura de emprego” (CARLEIAL, 1986, p. 71).

²⁰³ “Como disse CUNHA, as atividades do informal devem preencher apenas os espaços deixados vagos pelo setor formal: antes preenchidos e depois abandonados, ou nunca ocupados pelo formal. Essa postura coloca então esse conjunto de atividades, numa posição de subordinação, quando se refere à dinâmica capitalista. Mesmo convivendo lado a lado às atividades capitalistas apresentam características profundamente diferentes das primeiras. Não estão baseadas no trabalho assalariado, não perseguem a obtenção de uma dada taxa de lucro e não [são] compromissadas diretamente com o processo de acumulação do capital. [...] A segmentação ‘organizado ou formal/ não organizado ou informal’ no mercado de trabalho é entendida aqui como decorrente da segmentação existente nas formas de organização da produção no Brasil e será um dos ‘termômetros’ que mede a aparência ou os efeitos da crise econômica sobre a classe trabalhadora que se pretende discutir” (CARLEIAL, 1986, pp. 72 e 73).

²⁰⁴ “O sudeste se apresenta como centro da industrialização assistiu a um bem mais intenso processo de organização dos mercados de trabalho. Um indicador desse ponto pode ser fornecido a partir dos dados da RAIS (Relação Anual das Informações Sociais) para o ano de 1980. Do número de emprego declarado 61,7% está no Sudeste, enquanto apenas 13,2% está no Nordeste” (CARLEIAL, 1986, p. 73).

²⁰⁵ FONTES, 2010, p. 21.

²⁰⁶ FONTES, 2010, p. 32.

descreve Fontes, (a) “ambos aspiram ao mesmo resultado, o lucro, expresso em d”²⁰⁷; (b) “para ambos, o tempo despendido no processo de produção aparece como um desperdício, (...) ainda que, para ambos, esse processo seja ineliminável”²⁰⁸; (c) o crescimento do capital funcionante “tende a converter o proprietário exitoso dos meios de produção em proprietário de capital monetário, assim que sua escala de acumulação o permita”²⁰⁹; e (d) “a transformação do capital em mercadoria (a expansão do capital monetário) impulsiona a atividade de inúmeros capitalistas funcionantes, *quer sejam ou não proprietários dos meios de produção*”²¹⁰.

Conforme informa Fontes, “uma tal concentração de capitais sob a forma monetária impulsiona as mais variadas e perversas expropriações”²¹¹. A expansão do capitalismo lança a humanidade em sucessivas e cada vez mais profundas crises. Isso se dá com a expansão de “sua contradição central, com a própria humanidade crescentemente convertida em mera força de trabalho”²¹². Assim,

Expandir relações sociais capitalistas corresponde, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais. A *expropriação primária*, original, de grandes massas camponesas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de *expropriações secundárias*, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo (...) ²¹³.

A expropriação primária, portanto, busca produzir socialmente trabalhadores “livres”, como condição e resultado da ampliação das condições

²⁰⁷ “Observe-se que, nos dois movimentos, o resultado é similar: d-m-d’ ou D-D’. Vistos na fórmula completa D-d-m-d’-D’, pode-se observar que constituem de fato uma unidade, a do dinheiro que se converte em capital” (FONTES, 2010, p. 33).

²⁰⁸ “A rigor, o objetivo comum é reduzir o tempo de valorização do valor, de modo a aproximar-se de um impossível D-D’ sem a intermediação do trabalho vivo (FONTES, 2010, p. 33).

²⁰⁹ FONTES, 2010, p. 33.

²¹⁰ FONTES, 2010, p. 34.

²¹¹ FONTES, 2010, p. 39.

²¹² FONTES, 2010, p. 42.

²¹³ FONTES, 2010, p. 44.

sociais capitalistas²¹⁴. Não se trata de uma “acumulação primitiva”, temporalmente localizada como prévia à “acumulação propriamente dita”. Em outro sentido, tem-se um processo permanente de expropriações, que se aprofunda e generaliza com a expansão capitalista²¹⁵. Desse modo, conforme Marx,

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. (...) *A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, **não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente.** Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho*²¹⁶.

Fontes destaca que os dados da urbanização da população mundial não expressam melhora ou piora nas condições de trabalho ou de vida. Indicam, apenas, que “massas crescentes da população mundial encontram-se a cada dia mais direta e quase completamente subordinadas à dinâmica mercantil”²¹⁷, tendo a venda de sua força de trabalho como única alternativa de sobrevivência.

Observe-se, nesse sentido, que a população urbana aumentou consideravelmente sua proporção em relação à população rural. Em 1950, ela representava 30% do total; em 2007, chegou a 50%; estima-se que, até 2030, estará na ordem de 61% perante o total. Veja-se o quadro abaixo²¹⁸.

²¹⁴ “Essa liberdade é real pois os seres sociais estão defrontados de maneira direta à sua própria necessidade, e ilusória, pois vela as condições determinadas que subordinam os seres sociais e, portanto, as condições sob as quais o trabalho precisa se exercer” (FONTES, 2010, p. 43).

²¹⁵ Como afirma Marx, citado e grifado por Fontes: “O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. *Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo*; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos dos seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social. *Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos*; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros” (MARX *apud* FONTES, 2010, p. 46).

²¹⁶ MARX *apud* FONTES, 2010, p. 47, negritos do autor, itálicos da autora.

²¹⁷ FONTES, 2010, p. 48.

²¹⁸ VÉRON *apud* FONTES, 2010, p. 48.

Tabela 1 - População total e taxa de urbanização nos diferentes continentes do mundo

Continente	População total em milhões de habitantes e taxa de urbanização em 1950	População total em milhões de habitantes e taxa e urbanização em 2007
América do Norte	172 – 64%	339 – 81%
América Latina e Cariba	167 – 42%	572 – 78%
Europa	547 – 51%	731 – 74%
Oceania	13 – 61%	34 – 73%
África	221 – 15%	965 – 41%
Ásia	1.398 – 15%	4.030 – 41%
Mundo – Total	2.535 – 29%	6.671 – 50%

Fonte: FONTES, 2010, p. 48.

O quadro referente à urbanização não descreve, “sequer numericamente, as expropriações dos trabalhadores rurais dos recursos sociais de produção”²¹⁹. Ainda assim, em alguma medida reflete este processo concreto, do qual interessa destacar alguns pontos.

A expropriação primária histórica, realizada inicialmente na Inglaterra e a seguir nos demais países centrais, foi um movimento intenso e de longa duração. Trata-se da duplicação da população urbana, entre 1500 e 1700. Veja-se que “na Inglaterra e País de Gales, em 1850, a população urbana perfazia em torno de 40,8% do total, na França atingia apenas 14,4% e na Alemanha, 10,8%”²²⁰. À exceção de França, Bélgica, Saxônia, Prússia e Estados Unidos, em nenhum outro lugar do mundo “mais de 1% da população vivia em cidades de 10 mil ou mais habitantes”²²¹. Já nos países periféricos, os trabalhadores sofreram intensas expropriações primárias a partir da segunda metade do século XIX, de maneira geral por vias indiretas. Em todos, as

²¹⁹ FONTES, 2010, p. 48.

²²⁰ FONTES, 2010, p. 49.

²²¹ HOBSBAWM *apud* FONTES, 2010, p. 49.

expropriações foram processos violentos, geradores de instabilidades e revoltas²²².

Está-se, portanto, diante de uma “formidável expansão das bases primárias sobre as quais assenta a relação social capitalista”²²³. Disponibiliza-se grande parcela da população ao mundo mercantil, que não possui “lado de fora”. Assim, “uma vez incorporado ao mercado, (...) a reprodução da própria vida passa a dele depender, ainda que em graus diferenciados, desiguais”²²⁴.

Os expropriados defrontam-se com “novas barreiras físicas, sociais e culturais. São segregados atrás dos muros, destacados em guetos, favelas ou bairros distantes”²²⁵. Com isso, “apesar de serem os mais fragilizados, sua existência contribui para o reforço da subordinação do conjunto”²²⁶.

Segundo Fontes, esse processo gera novas e poderosas contradições, cuja redução da análise pode levar a uma segmentação, isolamento, redução a resíduo arcaico etc. Em outro sentido, deve-se levar em conta “a compreensão de cada singularidade e a sua conexão com a totalidade do processo”²²⁷.

Em exemplo de redução ou simplificação das contradições, Fontes cita classificação e procedimentos ocorridos a partir da década de 1960, que substituíram a análise de classe pela análise da pobreza. Trata-se de uma política gestada na gestão McNamara no Banco Mundial (1968–1981), “de base estadunidense, rapidamente convertida em política internacional voltada para a pobreza”²²⁸. Resultante de afinidade entre Banco Mundial e Revolução Verde (em contraposição a qualquer “revolução vermelha”), foi impulsionada uma “agricultura capitalizada, fortemente mecanizada e dependente de pesticidas, promovendo um salto na escala de concentração de terras e, por extensão, nas expropriações primárias”²²⁹. Seu objetivo, pois, era expropriar “posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários”²³⁰.

²²² FONTES, 2010, p. 49.

²²³ FONTES, 2010, p. 51.

²²⁴ FONTES, 2010, p. 51.

²²⁵ FONTES, 2010, p. 52.

²²⁶ FONTES, 2010, p. 52.

²²⁷ FONTES, 2010, p. 52.

²²⁸ FONTES, 2010, p. 53.

²²⁹ FONTES, 2010, p. 53.

²³⁰ FONTES, 2010, p. 53.

As expropriações secundárias (ou disponibilizações) possuem outro núcleo fundamental e sentido histórico. Não se trata do sentido próprio de perda de propriedade ou meios de produção. Os trabalhadores urbanos já não dispunham dessa propriedade, quando sofrem esse processo. Entretanto, configura-se “nova exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais valor”²³¹.

Conforme aponta Fontes,

Nas últimas décadas do século XX, ocorreu um extenso desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas que contou com forte apoio parlamentar. De maneira surpreendente, uma verdadeira expropriação de direitos se realizou, mantidas as instituições democráticas, conservados os processos eleitorais e com a sustentação de uma intensa atuação midiática e parlamentar²³².

As expropriações secundárias foram realizadas por um duplo movimento de coerção: pela ameaça e pela sua concretização²³³. Introduziram uma “nova normalidade”. Seus ditames foram de segmentar cada situação ou direito, tornado alvo imediato, “como aposentadoria, serviços públicos como saúde e educação, direitos ligados ao trabalho, ambiente, mulheres, racismo”²³⁴.

Caracterizam-se, pois, por uma abertura formal e um fechamento material. “Abriam-se formalmente enormes debates ‘públicos’, ao mesmo tempo em que se encapsulava cada questão, isolando-a das demais e do contexto geral, sobretudo da dinâmica processual no plano internacional”²³⁵. Com efeito,

²³¹ FONTES, 2010, p. 54.

²³² FONTES, 2010, p. 55.

²³³ “Num duplo movimento de coerção pela ameaça – de demissões, de deslocamentos de empresas, de eliminação de postos de trabalho em geral – e de coerção concretizada, pela efetivação parcelar de tais ameaças ou pelo enfrentamento de resistências sindicais, intensificaram-se as formas de convencimento, em geral lastreadas em táticas comuns empregadas em diferentes países, evidenciando não apenas a imposição de políticas formuladas em polos comuns de dominação – como o famoso Consenso de Washington – mas também como um aprendizado comum, uma vez que tais táticas foram também utilizadas no interior dos países predominantes, seja nos Estados Unidos ou nos países europeus” (FONTES, 2010, p. 55).

²³⁴ FONTES, 2010, p. 55.

²³⁵ FONTES, 2010, p. 55.

Sobretudo, silenciavam-se as razões causadoras do conjunto de fenômenos, consideradas como ideológicas, e centravam-se na urgência, ou no 'o que podemos fazer imediatamente?'. Cada questão isolada era sempre apontada como a mais urgente e rapidamente reconvertida em cálculos e planilhas de custos, desconsiderado o contexto abrangente no qual se tornava compreensível²³⁶.

As expropriações secundárias destroem as barreiras interpostas à reprodução ampliada do capital. É a própria lógica da subsunção real do trabalho sob o capital. Trata-se, em especial, da tendência à exploração desprovida de vínculos geradores de emprego, como se vê:

Assinalei, então, a importância da expropriação contratual, ou a tendência à exploração da força de trabalho desprovida de vínculos geradores de direitos, como o trabalho por venda de projetos, a constituição de empregadores de si mesmo, como as 'pessoas jurídicas' singulares; a quebra da resistência tradicional dos trabalhadores decorrente de sua unificação em grandes espaços pelas desterritorializações; as flexibilizações de contrato, precarizações e assemelhados, todas elas agindo no sentido da expropriação da nova capacidade cooperativa dos trabalhadores através de segmentações implementadas por novas tecnológicas de controle hierárquico distanciado etc.²³⁷

As expropriações contemporâneas, desse modo, revelam-se agressivas e potencialmente ilimitadas. Elaboram-se discursos de urgência, molda-se a argumentação e consolidam-se apetrechos coercitivos, com a finalidade de mercantilizar a vida de maneira inédita no percurso histórico. Trata-se da extirpação de conhecimentos, biodiversidades, técnicas de cultivo, tratamentos de saúde, bem como expropriação do próprio corpo e da vida biológica humana, entre outros, tudo em busca de novos mercados²³⁸.

Percebe-se, aqui, íntima conexão entre as expropriações secundárias e a regulação do trabalho via cooperativismo. Não é por acaso que a superestrutura se ergue de uma determinada forma. O utilizar do direito civil, para regulação de matéria tipicamente circunscrita ao direito do trabalho, se conecta a uma forma de expropriação de direitos (sociais), por meio da expansão sem direitos (ou com menos direitos) do direito do trabalho.

²³⁶ FONTES, 2010, p. 55.

²³⁷ FONTES, 2010, p. 58.

²³⁸ FONTES, 2008, pp. 60 e 61.

Cada forma jurídica – civil, penal, trabalhista, administrativa, financeira – possui especificidades, eis que conectada à dinâmica de relações sociais concretas. A utilização de abordagem civilista no campo do trabalho significa a expansão da forma jurídica trabalhista, ao mesmo tempo que a sua negação para um de seus polos (o do trabalhador). A divisão do campo jurídico em matérias é tema do próximo tópico.

1.6. A forma jurídica e sua divisão em áreas do direito

O discurso jurídico busca uma pureza ensimesmada, auto-suficiente, que em tudo contraria a análise real das situações que ele mesmo regula. É assim que o direito cria, reconhece e tenciona relações sociais, a partir de um lugar específico, cuja classificação hegemônica é dada pelo positivismo jurídico. É o que Correias chama de formalismo²³⁹.

A crítica ao positivismo jurídico não pode apenas negá-lo, em sua totalidade. Ao investigador crítico do direito, cabe o papel de analisar as relações dadas, tanto no âmbito econômico quanto no âmbito jurídico e político. No entanto, como anteriormente exposto, seria muito simplista meramente negar o âmbito jurídico, entendê-lo como simples reflexo do econômico, evitar adentrar nas suas especificidades. Igualmente simplista é tomá-lo como uma cultura completamente autônoma a relações hierarquizadas com o econômico e o político.

A relação entre direito público e direito privado é fundante do direito contemporâneo. Como afirma Mialle,

O que é interessante nesta classificação é que não é apenas uma classificação prática, nascida das instituições jurídicas que funcionam na nossa sociedade: é uma – talvez a – classificação essencial da "ciência jurídica". Com efeito, é a partir desta "summa divisio" que se ordenam todos os ramos do direito²⁴⁰.

É preciso examinar mais de perto o que seja essa "classificação essencial". Uma primeira e óbvia conclusão é que ela não pode ser ignorada, visto que produz efeitos relevantes no campo das práticas judiciais. Ou seja,

²³⁹ CORREAS, 1983, pp. 15 e 16.

²⁴⁰ MIALLE, 2005, p. 152.

trata-se de uma existência concreta, com consequências diretas sobre as relações sociais que regula e com coerentes pressupostos teóricos. O papel do crítico da relação, conforme sustenta Mialle, não é o de negá-la ou criá-la.

Contrariamente ao que sustentam, por vezes, juristas muito simplistas, a divisão do direito entre direito público e direito privado não é obra dos professores de direito. Seria demasiado fácil se se pudesse assim encontrar uma explicação psicológico-histórica para esta clivagem. Os professores não fazem mais do que racionalizar e, em certo sentido, perpetuar uma separação que os ultrapassa largamente. Na realidade, como vou mostrar, a separação público-privado é objectiva na sociedade capitalista: ela fala-nos de organização concreta e real dessa sociedade. Ela não tem, pois, senão uma existência fantasmática ou puramente idelógica: participa não apenas ideologicamente mas também institucionalmente no funcionamento da sociedade burguesa²⁴¹.

Os fundamentos tradicionais da divisão, conforme aponta Weill, dizem respeito ao fim, ao carácter e à sanção de cada um dos campos do direito. Quanto ao primeiro, trata-se da distinção entre finalidade concernente aos “interesses coletivos da nação”, em contrapartida à “satisfação dos interesses individuais”. Quanto ao segundo, tem-se no direito privado a primazia da “autonomia da vontade”, o que gera regras, de maneira geral, não imperativas. Já quanto à sanção, o autor menciona a falta de plausibilidade de judicialização de demandas que envolvem o Estado, visto ser ele uma das partes, em contraste à tutela da Justiça por parte de pessoas que defendem seus direitos individuais²⁴².

São possíveis e válidas diferentes sensibilidades em relação a esses fundamentos. Mesmo no interior de um campo tradicional de classificação, pode-se arguir uma complexidade maior na fundamentação, em especial quando passam a ser envolvidas relações de trabalho, seja no serviço público, seja em relações privadas.

²⁴¹ MIAILLE, 2005, p. 152.

²⁴² “Tradicionalmente encontram-se as seguintes diferenças: 1) Quanto ao fim. O fim do direito público é o de dar satisfação aos interesses colectivos da nação, organizando o governo desta e a gestão dos serviços públicos. O fim do direito privado é o de assegurar ao máximo a satisfação dos interesses individuais. 2) Quanto ao carácter. Tendo em conta o seu fim, o direito privado deixará, pelo contrário, uma larga parte à autonomia da vontade, e a maior parte das suas regras não serão imperativas (...). 3) Quanto à sanção. Se as regras do direito privado são desrespeitadas, o particular lesado dirigir-se-á aos tribunais e à força social para obter justiça. A sanção do direito público é mais difícil de organizar, porque aqui o Estado está em causa e não estará inclinado a condenar-se a ele próprio” (WEILL *apud* MIAILLE, p. 153).

Por exemplo, o direito do trabalho rechaça, nas relações de emprego, a ideia de autonomia da vontade, em seu lugar defendendo a categoria da subordinação do empregado ao patrão. Entretanto, o mesmo não pode ser dito para o incentivo ao empreendedorismo individual ou ao cooperativismo. Os fundamentos supramencionados igualmente não prosperam quando, na tutela administrativa estatal, busca-se afirmar raridade ou alguma contradição na judicialização de demandas contra o Estado. Com efeito, não raro o Estado comete ilegalidades contra servidores, de forma habitual e contínua.

É por isso que Oscar Correias busca dar densidade à ideia de “forma”, como tradutora de uma certa apreensão do fenômeno jurídico²⁴³. Isso porque a forma pode se apresentar de diversas maneiras:

- a) em contrapartida à ideia de “matéria”, como a especificidade, a lógica, a ordem específica de um pedaço de matéria, a figura, a disposição; trata-se de retomada da ideia de Aristóteles, de “causa eficiente” da coisa, ou de Kant, de lógica do “fenômeno”, posta pelo entendimento. Essa ideia de “forma”, no entendimento de Correias, não se aplica ao direito²⁴⁴;
- b) em contrapartida à ideia de “essência”, como a aparência, em três sentidos: (i) como algo que aparece, no sentido de vir a se fazer presente; (ii) como algo que aparenta enganosamente ser o que não é; e (iii) como algo que aparenta ser certa coisa ou possuir determinada qualidade. Trata-se, aqui, do binômio “essência e aparência”²⁴⁵;
- c) em contrapartida à ideia de “conteúdo”, como o receptáculo, isto é, o que imprime a forma possível, o que contém algo ou, em outra expressão, a existência concreta de algo²⁴⁶.

²⁴³ O autor cita, como outras formas de apreensão do fenômeno, as ideias de “reprodução” de determinadas estruturas e de “reflexo” de determinadas estruturas. Entende-as como insuficientes, embora realize o destaque de que no campo da reprodução deve-se buscar não a mera afirmação de que há reprodução, mas sim o entendimento de “como” o direito reproduz relações sociais, em especial a partir de qual setor, cujas especificidades são distintas (CORREAS, 1983, pp. 10 e 11).

²⁴⁴ CORREAS, 1983, pp. 11 e 12.

²⁴⁵ CORREAS, 1983, pp. 12 e 13.

²⁴⁶ CORREAS, 1983, pp. 13 e 14.

Conforme apresenta Correias, o “ser real” existe, mas como forma, como conjunto de formas. O real precisa apresentar-se de alguma “forma”, conter-se nela, justamente porque a matéria não existe sozinha, nem a essência, nem o conteúdo. Não há realidade sem forma, portanto²⁴⁷. Como resume o autor:

Resumindo, podemos dizer “forma” como oposto a conteúdo, ao menos nestas distintas acepções: a) **Forma como norma ou juízo hipotético tipificante e abstrato** (do tipo “se A então deve ser B”, como dizia Kelsen) e que parece ser a forma do direito próprio das sociedades mercantis. B) **Forma como técnica concreta da forma abstrata**: pode dizer-se que no direito anglo-saxão a norma está tacitamente contida no antecedente judicial e não é uma lei expressamente ditada pelo Estado como no caso do direito de tipo francês. C) **Forma distinta para distintas sociedades**: o contrato e o pacto de vassalagem são formas distintas de relações sociais que pertencem a distintas formas de sociedade. D) **Forma distinta para distintas formas de direito**: o pacto de vassalagem não se encontra formulado em um código como está o contrato. E) **Formas como técnicas concretas ao interior do mesmo tipo de direito**: a técnica civilista pode eleger entre adotar ou não o pacto comissório tácito entre os contratos inadimplidos [grifos nossos]²⁴⁸.

Segundo Correias, o marxismo tem se fixado sobre a questão sempre no que concerne ao primeiro aspecto, isto é, aquele que entende forma como juízo hipotético típico e abstrato.

Trata-se do pensamento presente em Marx e desenvolvido por Pashukanis, com o qual Correias apresenta as seguintes diferenças: (a) Pashukanis tem foco especial na categoria sujeito, do plano da circulação, relegando a segundo plano a categoria coisa ou mercadoria, que se apresentam no plano da produção²⁴⁹; (b) a redução do direito ao direito civil²⁵⁰; (c) a ausência da categoria “norma”, que também não aparece nessa construção do que seja o jurídico²⁵¹.

Para Pashukanis, a forma jurídica pode ser vista como perfeita quando o “sujeito abstrato” iguala a todos indivíduos como “portadores de mercadorias”, em todo o direito civil: coisas, contratos, propriedade etc. É o

²⁴⁷ CORREAS, 1983, p. 14.

²⁴⁸ CORREAS, 1983, p. 17, *tradução livre*.

²⁴⁹ CORREAS, 1983, pp. 21 e 22.

²⁵⁰ CORREAS, 1983, p. 22.

²⁵¹ CORREAS, 1983, p. 22.

direito igual, da desigualdade; ou a desigualdade real, sancionada pela igualdade formal²⁵². Em suas palavras: “Toda relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica, seu elemento mais simples, indecomponível”²⁵³.

Nesse ponto, há um debate central para o presente trabalho. A teoria de Pashukanis reconstrói apenas o direito civil. No entanto, na contemporaneidade, “o direito privado bate em retirada”²⁵⁴. Isso porque Marx não teve a oportunidade de conhecer o direito do trabalho. Já Pashukanis não o estudou profundamente. Aponta Correias: “O certo é que o direito do trabalho, na teoria – ideologia jurídica – e na prática *reconhece a desigualdade dos sujeitos*”²⁵⁵.

Para Correias, há a normatividade de maneira geral (religiosa, ética, mitológica, jurídica). No seu interior, a juridicidade e seu conjunto de técnicas. E apenas uma dessas técnicas seria a norma, apresentada por Kelsen. Isto é: há uma tripla relação: a norma opera uma juridicidade, que está no interior de uma normatividade mais geral²⁵⁶.

O autor, no interior desse plano geral, descreve as principais áreas do direito. Destaca sua localização em uma certa normatividade, o funcionamento de sua juridicidade, bem como alguns elementos centrais dessa relação (juridicidade–normatividade). Os campos por ele problematizados são os seguintes: direito civil, direito do trabalho, direito econômico, direito público e direito penal.

O direito civil adquire centralidade pela formação civilista que recebem a maioria dos estudantes de direito, típica do ensino jurídico tradicional. É essa formação que faz parecer que o direito civil é a referência, a partir da qual o direito econômico possui “modificações” e o direito do trabalho possui “distâncias”. Segundo Correias, isso não passa de um “insólito fetichismo”²⁵⁷.

²⁵² PASHUKANIS *apud* CORREAS, 1983, p. 23, *tradução livre*.

²⁵³ PASHUKANIS *apud* CORREAS, 1983, p. 23, *tradução livre*.

²⁵⁴ CORREAS, 1983, p. 23, *tradução livre*.

²⁵⁵ CORREAS, 1983, p. 24, *tradução livre*.

²⁵⁶ CORREAS, 1983, p. 27.

²⁵⁷ CORREAS, 1983, p. 28, *tradução livre*.

O direito civil é o primeiro nível de análise do jurídico. É a forma específica da circulação mercantil. Ele dá sustentação à ideia de que mercadorias são conduzidas por indivíduos, doravante sujeitos, que pensam ter algum poder sobre a coisa, o que é falso. Assim monta-se a ideologia dos indivíduos, que dá forma jurídica à ideia de sujeito, suscetível de adquirir direitos e contrair obrigações, capaz de transigir, de fazer uso da vontade, também como proprietário²⁵⁸.

Ao Estado, nesse caso, cabe o reconhecimento e a proteção do sujeito. É deste a centralidade, na ideia de “direitos subjetivos”. A universalidade, assim, deixa de ser a vontade do “Estado”, oriunda da lei, como defenderia Kelsen. Passa a ser, em outro sentido, uma “exigência do fenômeno último que é o intercâmbio”²⁵⁹.

O código civil, assim, “tanto como um conjunto de normas, como enquanto lei, é uma técnica especial com a qual se formula linguisticamente a forma jurídica”²⁶⁰. Se ele é uma técnica, com a qual se formula a forma jurídica, percebe-se que a forma jurídica o ultrapassa. Isto é, a técnica é distinta do jurídico propriamente dito, bem como é possível que haja várias fórmulas, distintas, que não afetem a forma jurídica. É como exemplifica Correias:

Um exemplo de não coincidência é qualquer exemplo de coisas cuja venda está proibida – entorpecentes, por exemplo – e que, como de todos os modos são mercadorias, se vendem; é um caso em que, por discrepância da norma com a forma jurídica, resulta ineficaz a lei ditada pelo Estado, por mais que seja “válida” e por mais que o direito penal se encarregue dos que a violam. Um exemplo de várias fórmulas distintas é a idade que outorga capacidade plena: em distintos países ou distintas épocas a maioria de idade se adquire aos 18, 20, 21, 22 anos. Nenhuma dessas soluções técnicas afeta a forma jurídica que quer expressar²⁶¹.

Assim, tem-se materializado o local da especificidade da norma. É justamente na distância, desajuste, incongruência que se dá entre ela e a realidade. Por isso, lê-se “vontade jurídica” no lugar em que, na verdade, encontra-se a equivalência dos intercâmbios, como figura econômica. A forma jurídica é, desse modo, “um fenômeno da consciência, uma maneira de

²⁵⁸ CORREAS, 1983, p. 28.

²⁵⁹ CORREAS, 1983, p. 30, *tradução livre*.

²⁶⁰ CORREAS, 1983, p. 30, *tradução livre*.

²⁶¹ CORREAS, 1983, p. 30, *tradução livre*.

apreender o mundo social, e portanto carregada das ilusões do sujeito. Não obstante, a forma fetichista é eficaz”²⁶².

O direito do trabalho, por outro lado, é a forma jurídica que expressa, por um lado, a existência da compra-e-venda da força de trabalho²⁶³. Trata-se de ultrapassar a circulação mercantil simples, rumo a uma circulação especial: a circulação da força de trabalho²⁶⁴.

O autor realiza a distinção entre processo de trabalho e processo de valorização. Este envolve “jornada de trabalho, ritmos de trabalho, férias, salubridade etc.”; aquele envolve “o homem, a ferramenta, o objeto e o movimento”²⁶⁵. Para o nível do jurídico, aparece o processo do trabalho, e não a valorização. Esta é o oculto do jurídico. Como afirma Correias: “Não aparece o pagamento da força de trabalho, e sim o pagamento do trabalho; e não aparece a criação de valor, mas sim a criação de coisas úteis”²⁶⁶.

Segundo o autor, o direito do trabalho é “muito mais próximo à luta de classes do que o direito civil”²⁶⁷. Justamente por essa característica, apresenta a característica da “não-sistematização” e da “variabilidade”. Assim é que há “muito mais abundante e significativas variações da lei laboral, fenômeno que é de menor magnitude no direito civil”²⁶⁸.

Ainda mais, a forma jurídica “aparece de forma contraditória segundo se trate do pensamento ou de valores de uma ou outra classe social”²⁶⁹. O que no direito civil aparece como técnica mais pertinente, com vistas à regulação da circulação mercantil, no direito do trabalho aparece como uma lei “finalmente ditada pelo Estado, [que é] resultado da correlação de forças entre as classes”²⁷⁰.

Menor número de linhas será dedicado ao direito econômico, administrativo/constitucional/processual e penal, por fugirem ao escopo deste trabalho. Ainda assim, Correias menciona as seguintes especificidades: do

²⁶² CORREAS, 1983, p. 31, *tradução livre*.

²⁶³ CORREAS, 1983, p. 33.

²⁶⁴ CORREAS, 1983, p. 31.

²⁶⁵ CORREAS, 1983, p. 32, *tradução livre*.

²⁶⁶ CORREAS, 1983, p. 32, *tradução livre*.

²⁶⁷ CORREAS, 1983, p. 32, *tradução livre*.

²⁶⁸ CORREAS, 1983, p. 32, *tradução livre*.

²⁶⁹ CORREAS, 1983, p. 32, *tradução livre*.

²⁷⁰ CORREAS, 1983, p. 32, *tradução livre*.

direito econômico, a regulação da forma jurídica de circulação do capital²⁷¹; do direito administrativo, constitucional e processual, a regulação da forma jurídica de separação entre sociedade civil e Estado²⁷²; já do direito penal, a regulação da forma jurídica de manutenção dos valores mais aceitos pela sociedade²⁷³.

O retorno a Mialle, então, oportuniza uma problematização das classificações acima descritas. Sobre a modificação da fronteira entre público e privado, afirma o autor:

A modificação da fronteira entre o público e o privado é certamente uma das questões mais debatidas, não apenas nas faculdades de direito, mas sobretudo nas práticas políticas, econômicas, ideológicas da nossa sociedade desde o fim da segunda guerra mundial. Assistimos a duas deslocações de fronteira: uma no sentido favorável à publicização do direito, é o movimento mais aparente; a outra, no sentido da sua privatização, é o movimento real²⁷⁴.

O que significa o deslocamento de fronteiras entre formas jurídicas? Pode-se afirmar que se busca dar nova tradução, do ponto de vista jurídico, a um fenômeno cuja expressão econômico e social antes era regulada por outra roupagem, com diferente lógica? Em especial no campo do trabalho, que é o mais próximo à luta de classes, o que significa a utilização de uma forma jurídica típica do direito privado?

A teoria crítica do direito aponta que se trata da flexibilidade típica do direito do trabalho. Ela se expressa em vista de uma determinada correlação de forças entre as classes sociais. Em outras palavras, pode-se afirmar que a existência do direito cooperativo informa algo sobre o campo do trabalho. Modifica-se a gramática típica do direito do trabalho, em que reconhecida a existência de “subordinação” na relação entre trabalhadores e patrões. No lugar da subordinação, toma assento o reconhecimento e estímulo à “autonomia”, movimento que merece problematização.

1.7. Considerações finais

²⁷¹ CORREAS, 1983, p. 33 e seguintes.

²⁷² CORREAS, 1983, pp. 35 e 36.

²⁷³ CORREAS, 1983, pp. 37 e 38.

²⁷⁴ MIALLE, 2005, pp. 154 e 155.

Todo capítulo tem por objetivo a busca de uma aproximação parcial ao objeto de estudo. Nesse sentido, este primeiro capítulo teve como problematização central a ideia de que o direito possui áreas, bem como o enfoque metodológico que permite a melhor apreensão dessa classificação.

Em um primeiro momento, foi relatado o processo de ampliação da competência da forma jurídica trabalhista, que ocorreu no período de ameaça neoliberal à Justiça do Trabalho. Enquanto projetos buscavam a extinção da especificidade da matéria trabalhista, movimento contrário foi empenhado nos tribunais e no Legislativo, com ampliação da competência dos tribunais do trabalho. Recentemente, no entanto, verifica-se tendência contrária em andamento, com os julgamentos do STF sobre terceirização e FGTS, por exemplo. Indica-se o problema da análise “ponderada”, pós-positivista, sobre matéria tipicamente trabalhista.

A seguir, buscou-se a compreensão do terreno tradicional de investigação social, qual seja, o positivista. Tem-se nele um campo de visão limitado, com deficiências que se expressam principalmente quando o objeto em análise não é estático, separável e classificável segundo um ponto de vista imparcial. É incompreensível para a neutralidade axiológica a situação de conflito, como a possibilidade teórica de análise de uma relação social por mais de uma forma ou técnica jurídica. Menos ainda é possível compreender o que leva uma relação, como a de trabalho, a ser ora analisada pela forma jurídica civil, ora pela forma jurídica trabalhista, para depois novamente retornar à análise civil. Os deslocamentos e tensões ultrapassam a lógica positivista, demonstrando sua insuficiência.

Em um terceiro momento, afirmou-se o materialismo histórico como horizonte alternativo de investigação científica. Assentaram-se, para tanto, algumas categorias centrais dessa forma de investigação, como a primazia do econômico e a concepção materialista dialética de história. A abertura radical possibilitada pela categoria história, em Marx, será sempre dependente das classes sociais cujo antagonismo oportuniza o cenário em que se desenvolvem as lutas políticas e sociais e, também, um certo posicionamento da forma jurídica.

A seção posterior relevou a posição do direito no campo de visibilidade do materialismo histórico. Retomou a polêmica em torno da metáfora base/superestrutura, problematizando as posições de Ellen Wood, Althusser, Thompson e Mészáros. Esta última oportuniza a reflexão acerca da tripla relação social que se estabelece no complexo vital, com especial enfoque à matização possível à superestrutura, em sua relação tanto com a base econômica quanto com a consciência social e a ideologia de maneira geral.

Detalhou-se, na quinta seção, a lógica do capital e da acumulação capitalista, com a característica de transformação das relações humanas em relações entre coisas. O objetivo é de expansão do valor e a condição necessária é a existência de classes antagônicas, quais sejam, capitalistas e trabalhadores assalariados. O movimento que cria essas condições é o de expropriações: primárias, as que produzem trabalhadores livres, separando-os dos meios de produção, principalmente expresso no processo de urbanização; secundárias, as que geram nova exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, o que pode ser visualizado, por exemplo, na criação de formas de trabalho que não possuem a garantia dos direitos sociais, como a forma jurídica cooperativa.

Por fim, retomou-se a questão de origem, acerca da divisão do direito em áreas, ora a partir de um campo de visão delimitado: o do materialismo histórico, com compreensão matizada do que seja a superestrutura jurídica e política. Colheram-se da teoria crítica do direito, enfim, as seguintes conclusões, que sintetizam a revisão bibliográfica realizada no presente capítulo e que ainda serão devidamente testadas junto aos capítulos seguintes da presente dissertação:

- 1) A forma jurídica expressa sempre uma relação social, localizada e hierarquizada na totalidade, ora como aparência da realidade, ora como sua existência concreta;
- 2) A forma jurídica típica do direito civil expressa relações localizadas no campo da circulação mercantil, enquanto a forma jurídica típica do direito do trabalho expressa relações localizadas no campo da circulação da força de trabalho;

- 3) Em respeito à primazia do econômico e ao caráter aberto da história, bem como à teleologia parcial do trabalho, pode-se afirmar que o surgimento de novas formas jurídicas sempre possuirá relação com a base econômica da sociedade e com a consciência social respectiva à superestrutura, nunca ficando restritas apenas a esta;
- 4) A forma jurídica do direito cooperativo, como parte do direito civil, regula o trabalho com base na circulação mercantil, portanto em refúgio às conquistas mais diretamente ligadas à luta de classes e a determinado estágio de valorização do capital no Brasil;
- 5) A consciência social que concerne à forma jurídica do direito cooperativo estará conectada, a um só tempo, a uma relação social de trabalho, a nosso ver precarizado, e a uma ideologia que busca legitimar essa relação, a nosso ver utópica;

Têm-se, nas tendências expostas nas conclusões acima, as hipóteses de fundação ou consolidação de uma “autonomia precária” no campo do trabalho e de uma “utopia subordinada” no campo da consciência social, cuja confirmação dependerá da análise do campo do trabalho, e em específico da categoria subordinação, no Brasil (Capítulo 2), bem como de problematizações específicas acerca do direito cooperativo (Capítulo 3).

CAPÍTULO DOIS

UTOPIAS SUBORDINADAS: subordinação jurídica e projetos de emancipação no Brasil

De fato, o radical se opõe aos interesses de sua classe apenas até certo ponto, mas não representa os interesses finais do trabalhador. É fácil ver isso observando que ele pensa os problemas na escala da nação, como um todo, preconizando soluções para a nação, como um todo. Deste modo, passa por cima do antagonismo entre as classes; ou por outra, não localiza devidamente os interesses próprios das classes subalternas, e assim não vê a realidade à luz da tensão entre essas classes subalternas e as dominantes. O resultado é que tende com frequência à harmonização e à conciliação, não às soluções revolucionárias

(Antônio Candido, Radicalismos)

O objetivo geral do presente trabalho é de decodificação da especificidade do direito cooperativo, quando regula o trabalho. Como visto, trata-se da criação de um campo específico do direito, que regula matéria que tipicamente se submete ao direito do trabalho.

Mas de que trabalho se fala, quando é afirmado, sistematizado, defendido e operado o direito cooperativo? Quem o faz, para quem, em que condições? Há, realmente, uma qualidade diferente entre o trabalho prestado via direito do trabalho e o prestado via direito cooperativo? Qual é essa especificidade? Ou, ainda mais, de qual tradição há uma desvinculação, quando da criação dessa especificidade? É uma desvinculação para maior garantia de direitos?

Estas questões enfrentam, diretamente, as esperanças que ardem no interior do cooperativismo popular. Neste, afirma-se fortemente o princípio da autonomia dos cooperados. Não há patrão nem há propriedade privada individual dos meios de produção. Há a coletividade, “autônoma”. Inserida em uma totalidade complexa, no entanto.

Foi justamente contra a ideia de autonomia que se forjou a tradição do assalariamento no Brasil. Retomar esta categoria – autonomia – possui consequências. Remodela o terreno das lutas no local de trabalho. A organização coletiva, por exemplo, passa a se dar no campo do econômico (na cooperativa, em si), e não no plano político (como pela organização de

trabalhadores via sindicatos, contra patrões ou Estado, que na cooperativa se afirma desnecessária)²⁷⁵.

Busca-se, no presente capítulo, decodificar o terreno da regulação da luta de classes no Brasil. Nele moveram-se escravos e senhores, trabalhadores e patrões, sindicatos, organizações políticas, Estado, partidos políticos, ONGs. Há uma aparência caótica, de grande número de informações desencontradas. Na contramão dessa tendência, o presente capítulo busca identificar as determinações essenciais do campo do trabalho no Brasil, bem como de seus correspondentes na consciência social.

O objetivo específico do presente capítulo, portanto, é de analisar a construção da subordinação dos trabalhadores às classes dominantes. Trata-se de subordinação construída historicamente, no campo econômico, político e jurídico, a partir de correlações de forças diversas.

Na primeira seção, discute-se a crise da subordinação. Apresenta-se um breve panorama da compreensão dogmática e jurisprudencial acerca da subordinação jurídica, a partir da insuficiência da subordinação jurídica clássica e dos dois caminhos que se apresentam, a partir do direito comparado e da jurisprudência nacional. Desenha-se o panorama da ampliação do objeto do direito do trabalho, por um lado, ou da ampliação do conceito de subordinação jurídica, por outro.

Na segunda seção, cuida-se dos fundamentos da subordinação. A partir de literatura crítica, busca-se historicizar o terreno que oportuniza a construção da categoria subordinação como específica do campo jurídico. Descreve-se como se deu o começo da intervenção do Estado na autonomia privada entre patrões e empregados no Brasil. Construído e sistematizado o Direito Capitalista do Trabalho, buscam-se apreender suas principais características.

Na terceira seção, retomam-se aspectos da história da subordinação. Para tanto, pergunta-se qual subordinação às classes dominantes foi realizada no Brasil. Cuida-se da especificidade da dominação

²⁷⁵ No local de trabalho, Faria Silva destaca que o antagonismo antes externo ao trabalhador (contra o patrão, que personificaria o capital) deixa de existir ou muda de forma, tornando-se subjetivo, do trabalhador com ele mesmo, em mecanismo de “auto-exploração”. Esse debate será aprofundado no capítulo 3, concernente à autonomia precária promovida pelo direito cooperativo.

burguesa brasileira, que tem como eixo central uma precarização constituída estrutural e historicamente, e não em decorrência de um “desmonte” de um Estado de Bem-Estar Social. Observa-se uma conformação não-clássica do capitalismo no Brasil, com reformas marcadas pela processualidade lenta, gradual e acordada “pelo alto”.

Na quarta seção, enfim, analisam-se características da política da subordinação. Trata-se de sumarização e problematização da resistência da classe trabalhadora aos mandos e desmandos das classes dominantes no Brasil. Busca-se oportunizar panorama histórico das lutas sociais no Brasil, bem como analisar a gramática empregada na formulação de suas utopias, em especial quando disseminadas por projetos conscientes. Especificamente, como momento mais recente da luta de classes no Brasil, analisa-se o projeto petista, que oportuniza o terreno de surgimento da economia solidária e do cooperativismo popular.

No seu conjunto, as reflexões do presente capítulo buscam decodificar a especificidade da categoria subordinação, no campo jurídico, como resultante da correlação da luta de classes no Brasil. Assim sendo, tem-se um primeiro momento jurídico (crise e fundamentos), um segundo concernente às classes dominantes (aspectos da história) e um terceiro concernente à classe trabalhadora (aspectos da política), no conjunto configurando diferentes dimensões das utopias subordinadas no Brasil.

2.1. A crise da subordinação jurídica clássica: trabalho, emprego e novas compreensões

A CLT estampa, nos seus artigos 02 e 03, o que configura uma relação de emprego. No seu artigo 02, informa quem seja o empregador:

Art. 2º - Considera-se **empregador** a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção,

controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas [grifo nosso].

Já no artigo 03 informa quem seja o empregado, *in verbis*:

Art. 3º - Considera-se **empregado** toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual [grifo nosso].

Os referidos artigos merecem transcrição porque, na definição do que seja emprego urbano, também são delimitados os contornos do que não é uma relação de emprego. Tem-se, assim, a distinção entre trabalho e emprego. Este é caracterizado pelos requisitos da subordinação, habitualidade, prestação por pessoa física, pessoalidade e onerosidade.

Trabalho é gênero do qual emprego é espécie. Toda relação de emprego é uma relação de trabalho, mas o contrário não é verdadeiro. Os requisitos da relação de trabalho são mais amplos e flexíveis do que os da relação de emprego. Por exemplo, tem-se como trabalho autônomo o que é realizado sem subordinação; como trabalho eventual ou avulso²⁷⁶, o que é realizado sem habitualidade; como terceirização e como cooperativo, o trabalho que é prestado sem pessoalidade, por meio de prestador de serviço.

Há ainda outras formas específicas de trabalho, que fogem à clássica definição de empregado urbano. Exemplifique-se com o servidor público e o trabalhador rural. Este possui as mesmas características do empregado urbano, mas sua atividade deve ser exercida em propriedade rural ou prédio rústico, bem como seu empregador deve ser pessoa física ou jurídica rural²⁷⁷. Aquele é regido pela Lei n. 8.112/1990 e admitido exclusivamente por concurso público²⁷⁸.

²⁷⁶ A diferença entre o trabalho avulso e o eventual é de que o trabalhador avulso possui um contrato bilateral direto com o empregador, em contraste ao contrato trilateral estabelecido entre empresa, órgão arrematador (em regra, o sindicato) e o trabalhador avulso.

²⁷⁷ O trabalho rural está regulado pela Lei nº 5.889/73, regulamentado pelo Decreto nº 73.626/74 e no artigo 7º da Constituição Federal/88.

²⁷⁸ É o que determina o art. 37, II, da Constituição Federal: "II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e

Essa classificação possui consequências jurídicas diretas. Configurada a relação de emprego, o trabalhador faz jus a uma série de direitos, como férias, décimo terceiro salário e, quando de eventual demissão, verbas rescisórias específicas (multa do FGTS, seguro-desemprego, entre outros). Genericamente, pode-se falar que o contrato de emprego é uma espécie privilegiada dentre as formas de trabalho²⁷⁹. O legislador, por motivos históricos e políticos determinados, resolveu regulamentar maior proteção ao empregado urbano.

De maneira geral, destarte, é negativo para o trabalhador que seu trabalho não seja reconhecido como emprego urbano. Perdem-se direitos e, conseqüentemente, também qualidade de vida (saúde, bem-estar, segurança etc.). Eis o motivo pelo qual, a seguir, é detalhada a polêmica em torno da subordinação jurídica, tida como um dos principais requisitos da relação de emprego²⁸⁰.

O que, juridicamente, configura uma situação de subordinação? Uma primeira aproximação indica: tem-se uma relação de poder, de mando, de uma parte em relação a outra. Isso é verdadeiro, mas insuficiente para a complexidade da questão. As modificações no mundo do trabalho são variadas e, com elas, modifica-se também o tipo de subordinação requerida na relação de emprego.

O fordismo e o taylorismo foram os modelos de produção em que se baseava a CLT. A relação de emprego urbano, pois, respeitava a subordinação por eles esperada. Essa subordinação era a da eliminação de tempos ociosos, de um rígido sistema de ordens e diretrizes empresariais, com objetivo de elevar o número de mercadorias estocadas²⁸¹.

títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”.

²⁷⁹ Há exceções. Pode-se afirmar, por exemplo, que há maior proteção ao trabalhador do serviço público, estatutário, do que ao empregado urbano celetista.

²⁸⁰ Escolhe-se por detalhar o requisito da subordinação, e não o da personalidade (também ausente no trabalho cooperativo, haja vista a dupla qualidade do cooperado), pelos objetivos da presente dissertação. Para uma análise do requisito da personalidade e da dupla qualidade do cooperado, veja-se: LEOPOLDINO, Cândida Joelma. A DUPLA QUALIDADE DOS COOPERADOS: SÓCIOS E CLIENTES NAS SOCIEDADES COOPERATIVAS. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

²⁸¹ GASPAR, 2011, p. 266.

Com a crise econômica do último quarto do século XX, novos métodos de gestão são gestados. Eliminam-se estoques e busca-se uma produção vinculada à demanda. Os trabalhadores recebem maior autonomia na execução de serviços. Tornam-se “parceiros, colaboradores, companheiros da empresa”²⁸². Tem-se, assim, ataque à subjetividade do trabalhador, que passa a ter dificuldades para se reconhecer enquanto tal. Acompanha-se, assim, uma crise do modelo clássico de subordinação jurídica.

A subordinação jurídica, classicamente pensada, não se mostra capaz de identificar nesses novos trabalhadores a figura do empregado, afinal eles internalizam o poder diretivo, tornando-se fiscais dos seus próprios trabalhos; (...) a crise da subordinação jurídica clássica, portanto, se traduz na sua incapacidade de garantir a proteção jurídica a trabalhadores que, dentro de uma nova realidade produtiva, não revelam uma rígida submissão ao poder diretivo do empregador, mas, igualmente hipossuficientes, mantêm a característica marcante do trabalhador subordinado: a prestação dos serviços por conta alheia, ou seja, sem apropriação dos resultados do trabalho²⁸³.

Não se trata do “fim do trabalho”, mas do avanço de mecanismos de dominação sobre o trabalhador. Frente a esse novo panorama, classificado por Gaspar como “crise da subordinação jurídica clássica”, o autor destaca o surgimento de dois caminhos²⁸⁴. O primeiro é o de ampliar o campo do direito do trabalho, para além da subordinação jurídica. O segundo é o de ampliar o conceito de subordinação jurídica.

A ampliação do direito do trabalho é defendida por autores como Carelli e Supiot. Para Carelli, deve-se tutelar o trabalho “sem a adjetivação do termo subordinado”²⁸⁵. Trata-se da defesa de “outorga de patamar mínimo de direitos a trabalhadores cooperados, autônomos, estagiários, dentre outros”²⁸⁶. Para Supiot, em relatório elaborado a pedido da Comissão Europeia, é necessária “a criação de um Direito Comum do Trabalho, que serviria a todos os tipos de atividade profissional, subordinadas ou não”²⁸⁷.

²⁸² GASPAR, 2011, p. 267.

²⁸³ GASPAR, 2011, p. 267.

²⁸⁴ GASPAR, 2011, p. 267.

²⁸⁵ CARELLI *apud* GASPAR, 2011, p. 151.

²⁸⁶ CARELLI *apud* GASPAR, 2011, p. 151.

²⁸⁷ SUPIOT *apud* GASPAR, 2011, p. 151.

Gaspar cita, como exemplos da ampliação do objeto do direito do trabalho, as experiências italiana e espanhola. Nesta, foi erigido o “Estatuto do Trabalhador Autônomo”. Naquela, foram garantidos alguns direitos trabalhistas e previdenciários ao “trabalhador parassubordinado”. Essas duas experiências serão detalhadas e criticadas.

Na experiência italiana, a primeira menção ao trabalho parassubordinado data de 1959, pela Lei n. 741. Segundo o dispositivo legal, comentado por Gaspar, competiria ao governo italiano “estabelecer normas jurídicas com força de lei aptas a garantir a tutela mínima das relações de colaboração que se concretizassem em prestações de obra continuativa e coordenada”²⁸⁸.

O que configura a parassubordinação, portanto, são três elementos: coordenação, continuidade e prestação prevalentemente pessoal²⁸⁹. A diferença para o autônomo reside, justamente, no requisito da continuidade²⁹⁰. Em 1973, a Lei n. 533 modifica o Código de Processo Civil Italiano, dando nova redação ao art. 409 do referido diploma legal. No seu item 3, inclui na competência da Justiça do Trabalho italiana as lides decorrentes de parassubordinação²⁹¹.

Na experiência espanhola, o trabalho é previsto constitucionalmente, como direito e dever de todos, segundo exegese do artigo 35, I, da Constituição (1978). Especificamente, a proteção é regulamentada via Estatuto dos Trabalhadores, que delimita se aplicar apenas a “trabalhadores que voluntariamente prestem serviços retribuídos por conta alheia dentro do âmbito de organização e direção de outra pessoa, física ou jurídica, denominada empregador ou empresário”²⁹².

²⁸⁸ GASPARG, 2011, p. 155.

²⁸⁹ GASPARG, 2011, p. 156.

²⁹⁰ “Desta forma, a distinção entre o trabalhador parassubordinado e o trabalhador autônomo, nesse ponto, residiria no fato de que enquanto este presta um serviço de natureza instantânea, ou seja, que se extingue com o cumprimento de apenas um resultado, aquele persegue a consecução de resultados que não se restringem à realização de apenas uma atividade” (GASPARG, 2011, p. 156).

²⁹¹ Na tradução livre de Gaspar, trata-se de lides decorrentes de “relações de agência, de representação comercial e outras relações de colaboração que se concretizam numa prestação de serviços continuada e coordenada, prevalentemente pessoal, ainda que não em caráter subordinado” (GASPARG, 2011, p. 155).

²⁹² GASPARG, 2011, p. 189.

Não se aplica o referido Estatuto aos trabalhadores por conta própria ou autônomos²⁹³. Ainda assim, a Espanha previu legislação especial, em defesa do trabalhador autônomo, desde que economicamente dependente. Tem-se, nessa senda, a Lei n. 20/2007, que institui o “Estatuto do Trabalhador Autônomo”. Trata-se do “primeiro exemplo de regulação sistemática e unitária do trabalho autônomo na Europa”²⁹⁴.

O preâmbulo da Lei afirma a importância de garantia de “alguns direitos” para os trabalhadores autônomos. Afirma a existência de 3.315.707 autônomos filiados ao sistema de seguridade social. Destes, 2.213.636 são pessoas físicas que realizam atividades profissionais em distintos setores econômicos²⁹⁵. Nesse contingente, 94% não possuem assalariados sob sua direção ou, alternativamente, possuem apenas um ou dois empregados²⁹⁶.

A referida Lei possui a seguinte estrutura: 29 artigos, 05 títulos, 19 disposições adicionais, três transitórias, uma derogatória e seis disposições finais. Vejam-se suas principais características.

O conceito de trabalhador autônomo está previsto no art. 1º, I, da Lei n. 20/2007, em evidente oposição ao conceito de empregado trazido pelo Estatuto dos Trabalhadores²⁹⁷. No artigo 4º, são estabelecidos os direitos básicos do trabalhador autônomo²⁹⁸. No artigo 5º, seus deveres básicos²⁹⁹. O

²⁹³ “Ao trabalhador autônomo, portanto, não se aplica o Estatuto dos Trabalhadores que, como norma básica e central do Direito do Trabalho, se ocupa precisamente dos trabalhadores com interesses contrapostos aos interesses dos empresários [...]” (MARTÍN *apud* GASPAS, 2011, p. 189).

²⁹⁴ GASPAS, 2011, p. 191.

²⁹⁵ GASPAS, 2011, p. 192.

²⁹⁶ A relevância deste dado se encontra na diferenciação entre “trabalhador autônomo” e “empresário”: “Trata-se, portanto, de um dado extremamente relevante na medida em que o trabalhador autônomo, pensado em sua essência, se confunde com a figura do empresário, pessoa física ou jurídica que organiza os fatores de produção: capital e trabalho” (GASPAS, 2011, p. 192).

²⁹⁷ “O item I do artigo 1º estabelece que o referido estatuto será aplicado às pessoas físicas que realizam de forma habitual, pessoal, direta, por conta própria e fora do âmbito de direção e organização de outra pessoa, uma atividade econômica ou profissional a título lucrativo, tendo ou não empregados” (GASPAS, 2011, p. 194).

²⁹⁸ “Dentre os direitos básicos do trabalho autônomo previstos no artigo 4º do referido Estatuto, destacam-se o direito ao trabalho e à livre escolha de sua profissão ou ofício (artigo 4º, item 2, letra “a”); o direito à propriedade industrial (artigo 4º, item 2, letra “c”); o direito à igualdade perante a Lei e o direito a não discriminação (artigo 4º, item 3, letra “a”); o respeito à intimidade e a dignidade do trabalhador (artigo 4º, item 3, letra “c”); o direito à conciliação da vida profissional com a vida pessoal, tendo direito de suspender suas atividades em situações, por exemplo, de maternidade, paternidade (artigo 4º, item 3, letra “g”))” (GASPAS, 2011, p. 196).

que mais importa, no entanto, é a proteção ao autônomo “economicamente dependente”, pela aproximação que este autônomo tem ao trabalhador subordinado.

A proteção ao trabalhador autônomo economicamente dependente é mais ampla do que a proteção ao autônomo, de maneira geral. A dependência se caracteriza por um critério objetivo de percepção, qual seja, o de que 75% do total dos rendimentos do trabalho sejam percebidos de um mesmo “cliente”³⁰⁰. Conceituado o trabalhador autônomo economicamente dependente, são previstas, também, condições para sua plena caracterização³⁰¹.

Por fim, estabelecem-se garantias a este trabalhador, como jornada de trabalho (artigo 14), interrupção anual de atividades por 18 dias (artigo 14, item 1), descansos semanais e nos feriados (artigo 14, item 2), bem como possibilidade de limitação de trabalho por tempo superior ao pactuado, em acordo de interesse profissional (ou, na ausência deste, percentual de 30% do tempo ordinário acordado, conforme artigo 14, item 3). Também são previstas as possibilidades de extinção do contrato, com necessidade de aviso prévio, em caso de demissão sem justa causa (artigo 15)³⁰².

Os requisitos para a configuração do trabalhador autônomo economicamente dependente são, pois, quatro: onerosidade, habitualidade, pessoalidade e dependência econômica. Aproxima-se, portanto, do que é

²⁹⁹ “Quanto aos deveres do trabalhador autônomo previstos no artigo 5º, cabe destacar o dever de cumprir com as obrigações contratadas (artigo 5º, “a”) e o dever de cumprir com suas obrigações fiscais e tributárias previstas em lei (artigo 5º, “d”)” (GASPAR, 2011, p. 196).

³⁰⁰ É a exegese do art. 11, item 1, do Estatuto. “O trabalhador autônomo economicamente dependente é identificado como sendo aquele trabalhador que realiza uma atividade econômica ou profissional a título lucrativo e de forma habitual, pessoal, direta e predominantemente para uma pessoa física ou jurídica, denominada cliente, de quem depende economicamente por perceber ao menos 75% de seus rendimentos de trabalho e atividades econômicas profissionais” (GASPAR, 2011, p. 198).

³⁰¹ “Desse modo, então, o Estatuto do Trabalho Autônomo conceituou o trabalhador autônomo economicamente dependente, dizendo ainda, no item 2 do artigo 11, que, para ser qualificado como trabalhador autônomo economicamente dependente, o trabalhador deve reunir as seguintes condições: a) não ter a seu cargo empregados nem contratar ou subcontratar a sua atividade com terceiros; b) não executar sua atividade de maneira conjunta e indiferenciada com os trabalhadores que prestem serviços sob qualquer forma contratual por conta do cliente; c) dispor de infraestrutura produtiva e material próprio necessários para o exercício da atividade; d) desenvolver sua atividade sob critérios organizativos próprios, sem prejuízo das indicações técnicas de caráter geral que possam receber de seus clientes; e) perceber uma contraprestação econômica em função do resultado de sua atividade, de acordo com o pactuado pelo cliente e assumindo os riscos da atividade” (GASPAR, 2011, pp. 199 e 200).

³⁰² Sistematização realizada por GASPAR, 2011, p. 202.

chamado de parassubordinação na Itália, diferindo-se deste pela maior rigidez com que estabelece sua proteção³⁰³.

Ambas as classificações, entretanto, merecem crítica. Conforme defendido por Souto Maior, devem ser observadas as consequências concretas da experiência italiana³⁰⁴, bem como deve ser criticada a própria ideia de que exista algo como uma “parassubordinação”:

Sob uma crítica mais severa, no entanto, pode-se dizer que o parassubordinado é um ser da mitologia jurídica moderna. Uma espécie de trabalhador minotauro, meio subordinado, meio autônomo. Só não se sabe se da metade para cima ou da metade para baixo... A nominação em questão não guarda nenhuma correspondência com a realidade. Diz-se que a utilidade da criação de uma espécie intermediária entre subordinados e autônomos é a de eliminar a zona cinzenta que muitas vezes se forma na separação dos dois, facilitando a aplicação do Direito do Trabalho em relações de trabalho não abrangidas por este. No entanto, o efeito concreto é o de se criar mais uma linha de fronteira, também cinzenta, entre o empregado e o parassubordinado, além daquela que separa este do autônomo (verdadeiramente, autônomo)³⁰⁵.

Há um balanço negativo, portanto, da perspectiva de alargamento do campo do direito do trabalho. A conclusão parcial é de que a ampliação de competência e a criação de novas categorias no interior do campo da Justiça do Trabalho, sem todos os direitos garantidos aos empregados tradicionais, servem para a legitimação da precarização da qualidade de vida de trabalhadores, e não para a afirmação de direitos³⁰⁶.

O segundo caminho, apontado por Gaspar, defende não o alargamento do campo do direito do trabalho (para além do emprego), mas sim o alargamento do que seja o emprego tutelado pelo direito do trabalho. Tem-se, desse modo, a defesa da necessidade de uma nova compreensão do que seja

³⁰³ “Desta forma, fica evidente que, na Espanha, o que se convencionou denominar de trabalhador autônomo economicamente dependente, ilustra a mesma realidade do trabalhador denominado de parassubordinado, na Itália, sendo que, no caso Espanhol, a dependência econômica ou fraqueza contratual é colocada não só como razão para proteção, mas também como requisito para configuração dessa espécie de trabalhador” (GASPAR, 2011, p. 204).

³⁰⁴ “Em recente palestra proferida na Faculdade de Direito da USP, o professor italiano, Luigi Mariucci, destacou que após anos de desenvolvimento da tese da parassubordinação na Itália constatou-se que todos os que se anunciavam como trabalhadores parassubordinados eram autênticos empregados” (SOUTO MAIOR, 2008, p. 167).

³⁰⁵ SOUTO MAIOR, 2008, pp. 166 e 167.

³⁰⁶ Nesse mesmo sentido de alargamento do campo do direito do trabalho, sem direitos trabalhistas, mas fora da amplitude e do argumento da presente pesquisa, encontra-se a instituição da figura do MEI – Microempresário Individual.

“subordinação jurídica”, a partir dos conceitos de subordinação jurídica objetiva, subordinação jurídica estrutural, subordinação jurídica reticular e subordinação jurídica potencial.

A subordinação jurídica objetiva é proposta por Arion Sayão Romita. Trata-se da constatação de que a subordinação jurídica subjetiva³⁰⁷ é insuficiente³⁰⁸ e, ao mesmo tempo, da contraposição de proposta alternativa. A subordinação não se localiza, nessa proposta, em torno do poder diretivo do empregador sobre a pessoa do empregado³⁰⁹. Em outro sentido, localiza-se na atividade realizada pelo trabalhador, integrada à organização da empresa.

Nas palavras de Romita,

Fixando o conceito objetivo de subordinação, chega-se à assertiva de que ela consiste em integração da atividade do trabalhador na organização da empresa mediante um vínculo contratualmente estabelecido, em virtude do qual o empregado aceita a determinação, pelo empregador, das modalidades de prestação de trabalho³¹⁰.

Um exemplo prático da importância dessa tese se encontra na seguinte divergência jurisprudencial, citada por Gaspar. Para o TRT da 5ª Região, uma revendedora de cosméticos não é empregada da empresa. Em reforma de sentença de primeiro grau, lavrou-se acórdão no sentido de que a ausência de controle de horário e de exercício efetivo por parte do tomador de serviços impede a configuração de relação de emprego. Configurar-se-ia, no

³⁰⁷ “Quando o trabalhador observa pontualmente as ordens recebidas, subordina-se pessoalmente. Quando realiza o trabalho conforme as regras de execução que lhe derem, está debaixo da subordinação técnica. E quando estima como fonte de suas receitas e base de seu patrimônio o salário que recebe, subordina-se economicamente. No fundo, toda relação de emprego, contém a subordinação com esses três matizes. Só que seu grau e seu colorido aumentam ou diminuem de acordo com a classe do serviço prestado. O trabalhador não qualificado apresenta em alto grau os três tipos de subordinação. O qualificado e o técnico acham-se em grau quase insignificante de subordinação técnica, pois são eles que ditam as regras técnicas a que obedecerá a execução do trabalho. A subordinação econômica será muito atenuada no caso de profissionais liberais e em casos de pluralidade de contratos de emprego” (ROMITA *apud* GASPARG, 2011, p. 205).

³⁰⁸ “[...] o tradicional critério subjetivista e personalista, que considera a subordinação sob o prisma da direção e fiscalização, do poder de mando e dever de obediência, mostra-se, hoje em dia, insuficiente” (ROMITA *apud* GASPARG, 2011, p. 205).

³⁰⁹ Na concepção clássica, o poder diretivo deve ser exercido sobre a pessoa do empregado. Para Paulo Emílio Ribeiro Vilhena, essa concepção é reflexo “[...] do preconceito histórico da implicação do homem como objeto de direito” (VILHENA *apud* GASPARG, 2011, p. 206).

³¹⁰ ROMITA *apud* GASPARG, 2011, p. 206.

presente caso, trabalho autônomo³¹¹. Em contraposição, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul) adotou a tese da subordinação jurídica objetiva, reconhecendo a relação de emprego, para situação similar³¹².

A subordinação jurídica estrutural é proposta por Maurício Godinho Delgado, Ministro do TST. O autor defende a extensão de direitos fundamentais a relações de trabalho não empregatícias, como trabalhadores eventuais e autônomos hipossuficientes³¹³. Trata-se de alternativa à proposta de subordinação jurídica objetiva, tida como desprestigiada³¹⁴.

O conceito de subordinação jurídica estrutural é o seguinte:

Estrutural é, pois, a subordinação que se manifesta pela inserção do trabalhador na dinâmica do tomador de seus serviços, independentemente de receber (ou não) suas ordens diretas, mas acolhendo, estruturalmente, sua dinâmica de organização e funcionamento³¹⁵.

Embora similares, o conceito de subordinação jurídica estrutural é mais restritivo do que o conceito de subordinação jurídica objetiva. Para a configuração da subordinação objetiva, consta como requisito a execução de

³¹¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Recurso Ordinário n.º 0047000-18.2009.5.05.0195. Rel.ª Des.ª Graça Boness. Publicado no DEJT 31 ago. 2010.

³¹² “[...] Verificando-se a participação integrativa do trabalhador na atividade-fim da empresa, resta caracterizada a sua subordinação, sob um prisma objetivo, que transcende à simples sujeição a ordens, orientação e disciplina. Nesse contexto, como a atividade da autora consistia na venda em feiras dos produtos confeccionados pela reclamada justamente com essa finalidade, sua atividade está plenamente integrada no objetivo do empreendimento. Logo, há subordinação objetiva. Não seria razoável admitir que uma vendedora de loja atuasse com autonomia, alheia às diretrizes traçadas pelo dono do empreendimento. [...] Não descaracteriza a subordinação o fato de a autora ter a faculdade de recusar sua participação em feiras sem sofrer sanções, o que é referido pela testemunha convidada pela reclamada (fl. 382). [...] Também não exclui a subordinação a circunstância de o trabalho da autora nas feiras não ser controlado de perto pela empresa, pois é certo que, contratada para trabalhar nesses eventos, deveria a reclamante cumprir jornada mínima coincidente com o horário de funcionamento das feiras, cláusula que pode ser implicitamente extraída do contrato entabulado entre as partes. [...] Outrossim, o fato de a autora custear a sua própria alimentação, hospedagem e outras despesas necessárias para a execução do trabalho (consoante afirmado pela testemunha Jaqueline - fl. 196) não é elemento suficiente para afastar o vínculo empregatício, representando, isso sim, o descumprimento da obrigação do empregador de arcar integralmente com os custos da atividade econômica (art. 2º da CLT)” (BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Recurso Ordinário n.º 0023400-18.2007.5.04.0404. Rel.ª Des.ª Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo. Publicado no DEJT, 22 jul. 2010).

³¹³ GASPAR, 2011, p. 212.

³¹⁴ Citado por Gastar, posiciona-se o autor a respeito da tese da subordinação jurídica objetiva: “Noutras palavras, a desproporção da fórmula elaborada, tendente a enquadrar como subordinadas situações fático-jurídicas eminentemente autônomas, contribuiu para o seu desprestígio [...]” (GODINHO *apud* GASPAR, 2011, p. 213).

³¹⁵ GASPAR, 2011, p. 213.

serviços fins ou principais do tomador de serviço. Para a configuração da subordinação estrutural, por outro lado, é necessária a incorporação à dinâmica organizativa e operacional do tomador de serviços e à sua cultura corporativa³¹⁶.

A subordinação jurídica reticular é proposta em atenção ao fenômeno da “empresa-rede”. Tem-se como questão fundadora a substituição do modelo “ordem-subordinação” pelo modelo “colaboração-dependência”. Nas palavras de Chaves Júnior e Barbarino Mendes:

[...] Trata-se, pois, de ressignificar ou plurissignificar o conceito de subordinação jurídica, para compreendê-lo de modo dinâmico. Parafraseando o senso comum, a subordinação jurídica emerge não apenas do uso da voz do empregador, do supervisor, ou do capataz. Ela pode se formar na retina dos múltiplos agentes econômicos coordenados pela unidade central, de modo silencioso e aparentemente incolor e até indolor. A subordinação jurídica pode ser então “reticular”, também nesse sentido e através de instrumentos jurídicos de associação empresária, onde nenhuma atividade econômica especializada é desenvolvida pelo suposto empregador, que se envolve na produção de um determinado resultado pactuado com a unidade central. Suposto, não porque em verdade não o seja, mas por não ser o único empregador. A rede econômica montada pelas empresas, quer no modelo hierarquizado, como ocorre em empresas de segurança, *call centers*, quer assuma as múltiplas formas jurídicas de cooperação empresarial, é uma realidade. Partindo dessa premissa, faz-se necessário enredar o conceito de subordinação jurídica, emprestando-lhe um caráter estrutural e reticular. Nesse sentido, sempre que reconhecida a atividade econômica em rede, é necessário imputar a condição de empregador a todos os integrantes da rede econômica, atraindo assim a incidência do princípio da proteção e seus aspectos consequentes: a aplicação da regra ou da condição mais benéfica³¹⁷.

³¹⁶ Relevante acórdão é citado por Gaspar, da lavra de Maurício Godinho Delgado, diferenciando as três teses de subordinação, clássica, objetiva e estrutural: “[...] EMENTA: SUBORDINAÇÃO JURÍDICA - DIMENSÕES PERTINENTES (CLÁSSICA, OBJETIVA E ESTRUTURAL) – A subordinação jurídica, elemento cardeal da relação de emprego, pode se manifestar em qualquer das seguintes dimensões: a clássica, por meio da intensidade de ordens do tomador de serviços sobre a pessoa física que os presta; a objetiva, pela correspondência dos serviços deste aos objetivos perseguidos pelo tomador (harmonização do trabalho do obreiro aos fins do empreendimento); a estrutural, mediante a integração do trabalhador à dinâmica organizativa e operacional do tomador de serviços, incorporando e se submetendo à sua cultura corporativa dominante. Atendida qualquer destas dimensões da subordinação, configura-se este elemento individuado pela ordem jurídica trabalhista (art. 3º, caput, CLT)” (BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Recurso Ordinário n.º 00173-2007-073-03-00-6. Rel. Des. Maurício Godinho Delgado. Publicado no DJ, 22 ago. 2007).

³¹⁷ CHAVES JUNIOR; MENDES *apud* GASPAR, 2011, p. 218.

A subordinação persiste, portanto, ainda que “difusa, latente e diferida”³¹⁸. Nessa senda, alguns Tribunais já vem adotando esta tese³¹⁹.

Por fim, pontue-se a tese da subordinação jurídica potencial, proposta por Danilo Gaspar. Trata-se da ênfase ao poder diretivo do empregador, não apenas em seu exercício, mas em sua potencialidade. Afirma-se que há subordinação estrutural quando o trabalhador fica sujeito, potencialmente, à direção do tomador (recebendo ou não ordens deste), em razão de sua inserção na dinâmica organizacional da empresa³²⁰.

Todas as teses, com diferentes fundamentos, apresentam o mesmo diagnóstico. A subordinação do trabalho ainda existe e sua correta apreensão determina a qualidade de vida de trabalhadores no Brasil. Algumas dessas teses, inclusive, poderiam vir a ser empregadas na relação de trabalho cooperado, não fosse o seguinte problema: a quem são subordinados os trabalhadores cooperados?

A riqueza presente na elucidação das diferentes teses a respeito da subordinação – objetiva, estrutural, reticular, potencial – reside no dimensionamento de que o trabalho pós-fordista apresenta características próprias, de que os “cooperados” são parte, e não exceção. Confirmam esse caminho os princípios da autonomia e colaboração, presentes na tese da “dupla qualidade dos associados”, supracitada.

³¹⁸ GASPAR, 2011, p. 217.

³¹⁹ Segue julgado do TRT da 15ª Região (Campinas), citado por Gaspar. “VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SUBORDINAÇÃO RETICULAR. CONFIGURAÇÃO. Dá-se a chamada subordinação reticular quando, não obstante o laborista tenha um controle relativo sobre suas funções, de forma supostamente autônoma, não detém a mesma autonomia com relação ao aspecto econômico da atividade empresarial. Na dúvida entre o trabalho dito “autônomo-dependente” e o empregado clássico, a boa regra de hermenêutica aconselha a não reduzir o potencial expansivo e protetivo do direito do trabalho. Nestas condições, com a existência simultânea dos demais elementos caracterizadores da relação de emprego, a saber; onerosidade, pessoalidade e habitualidade, deve-se reconhecer o vínculo empregatício, com a conseqüente descaracterização de outras formas de relação de trabalho. Recurso da ré a que se nega provimento” (BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Recurso Ordinário n.º 0090100-94.2007.5.15.0007. Rel. Des. Carlos Roberto do Amaral Barros. Publicado no DEJT, 04 jun. 2010).

³²⁰ “a potencialidade da subordinação jurídica encontra-se atrelada à potencialidade do poder diretivo do empregador que, detentor dos fatores de produção (capital e trabalho), possui a faculdade de controlar a atividade do empregado, gravitando esse poder diretivo dentro de uma órbita que o permite ir de um mínimo a um máximo; (...) assim é que se pode afirmar que há subordinação potencial quando o trabalhador, sem possuir o controle dos fatores de produção e, portanto, o domínio da atividade econômica, presta serviços por conta alheia, ficando sujeito, potencialmente, à direção do tomador dos serviços, recebendo ou não ordens diretas deste, em razão de sua inserção na dinâmica organizacional do tomador” (GASPAR, 2011, p. 269).

Sem dúvida, o terreno recente das transformações do mundo do trabalho merece maior atenção jurídica. A subordinação persiste no campo das relações de trabalho. A ideia de que os trabalhadores possuem “maior autonomia”, conforme se verificou, normalmente esconde a busca pela burla das relações de emprego, desconstituindo direitos historicamente conquistados. A seguir, matiza-se o histórico da construção da subordinação jurídica no Brasil.

2.2. Os fundamentos da subordinação jurídica e as principais características do direito capitalista do trabalho

Como contextualizado no capítulo anterior, a forma jurídica especificamente trabalhista difere da forma jurídica civil. Trata-se de um ramo que não se liga à circulação mercantil, mas propriamente à luta de classes e a determinada correlação de forças, que se gesta no interior de um Estado-Nação. Uma das características principais da forma jurídica trabalhista é a da subordinação de uma parte a outra ou, retirados os eufemismos, de uma classe a outra. O histórico dessa diferenciação, e suas principais características, serão vistos a seguir.

O contrato de trabalho afirma se diferenciar do contrato civil pela presença da subordinação entre as partes. Como destaca Supiot, “no contrato de direito civil a vontade se engaja, no contrato de trabalho ela se submete”³²¹. Ou, em outras palavras, “lá onde o direito dos contratos postula a autonomia da vontade individual, o Direito do Trabalho organiza a submissão da vontade”³²².

Ora, a vontade que o trabalhador empenha, quando realiza determinado trabalho, não é livre e autônoma. Pelo contrário, afirma Evaristo de Moraes:

Chamar livre, economicamente falando, o produtor que tem de se sujeitar, para não morrer de fome, a vender o seu trabalho por um salário insuficiente, ou a ficar desocupado, é flagrante abominação. Louvar as condições de trabalho, sob a ação da ampla liberdade,

³²¹ SAPIOT *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 26.

³²² SAPIOT *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 26.

quando se sabe a dominação efetiva em que vivem os trabalhadores, é escarnecer do infortúnio, é chasquear da penúria alheia³²³.

Ramos Filho, no mesmo sentido, destaca que não se tem apenas uma subordinação de uma parte a outra, do empregado ao patrão. Em outra senda, “a submissão é mais ampla: a ordem capitalista subordina por impor e por naturalizar um determinado modo de vida”³²⁴. Haveria, pois, subordinação sem a figura patronal? As reflexões na área trabalhista parecem evitar essa questão.

Veja-se que a transição da autonomia da vontade para a subordinação entre vontades, no âmbito do trabalho brasileiro, correspondeu à correlação de forças entre as classes sociais. Isso porque a subordinação do empregado ao patrão já existia, mesmo antes de reconhecida juridicamente. O que a determina, essencialmente, é a detenção dos meios de produção, visto que não há opção senão empregar-se, para aqueles que buscam meios de sobrevivência.

Acontece que, previamente ao reconhecimento da subordinação como categoria específica do contrato de trabalho, presumia-se existente uma autonomia que, em realidade, camuflava ausência de responsabilidade do patrão pela saúde e bem-estar de seu empregado. Assim, a intervenção estatal era indesejada e repudiada pelas elites locais, cuja liberdade jurídica mais ampla para a “negociação entre vontades autônomas” permitia uma exploração maior sobre os trabalhadores.

Foi apenas em 1926 que foi fixada a competência da União para “legislar sobre trabalho” (Constituição Federal de 1891, art. 34, parágrafo 28, emendada). Tratava-se de Revisão Constitucional, cuja justificativa encontrava fundamento nas diretrizes da OIT, criada em 1919³²⁵.

Breve quadro legislativo a respeito do trabalho, prévio à fixação de competência na Câmara Federal, pode ser assim resumido:

Tabela 2 - Histórico da regulação jurídica do trabalho

³²³ MORAES *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 27.

³²⁴ RAMOS FILHO, 2012, p. 27.

³²⁵ RAMOS FILHO, 2012, p. 14.

Ano	Tipo de regulação jurídica do trabalho
1830	Contrato escrito de prestação de serviços agrícolas.
1831	Liberdade aos escravos vindos de fora do Império.
1834	Possibilidade de designação de curador para verificação de conforto e humanidade com que trabalhavam escravos de renda.
1837	Contrato de locação dos serviços dos colonos.
1850	Regulação da justa causa para dispensa de empregados e do aviso-prévio para rescisão do contrato de trabalho, ambas no Código Comercial.
1852	Proibição de companhias de ferro possuírem escravos.
1871	“Lei do Ventre Livre”, de liberdade aos filhos dos escravos.
1879	Locação de serviços e parceria agrícola.
1885	Extinção da escravidão a maiores de 60 anos.
1888	Extinção formal da escravidão como modo lícito e jurídico de apropriação da mais-valia.

Fonte: RAMOS FILHOS, 2012, p. 60.

No centro do debate, encontrava-se a apropriação da mais-valia mediante exploração do capital variável. O discurso do deputado Carlos Pinafiel, à época, traduz de forma bastante elucidativa o fundamento pelo qual as elites locais eram contrárias à intervenção estatal:

No dia em que se conceder ao Estado, intervencionista, o direito de fixar a duração do trabalho, em vez de se deixar patrões e operários se arranjam à vontade, não trará esse dia outros dias, em que, em face de outras considerações de ética e progresso morais, o legislador se deixará arrastar por novos movimentos, desejando arrancar aos poderes públicos mais ampla reserva de folgas, mais tempo de pausas no trabalho consagradas à vida verdadeiramente humana, até toparmos com as reduções já reclamadas pelos teóricos: seis horas de trabalho segundo Vaillant, três horas segundo Lafargue, uma hora e vinte minutos, segundo Jules Guedes?³²⁶

A primeira subversão à ordem liberal foi a regulamentação do direito às férias³²⁷. Em relatório de 1926, recuperado por Luiz Werneck Vianna, associações empresariais paulistas enviam críticas ao Conselho Nacional de

³²⁶ PINAFIEL *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 61.

³²⁷ BRASIL. Decreto Legislativo n. 4.982/25. Determina a concessão de 15 dias de férias, anual, a empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, sem prejuízo de ordenado, vencimentos ou diárias e dá outras providências.

Trabalho a respeito da Lei de Férias. Afirmam ser sinal de “indevida e perigosa intromissão do Estado”. No entendimento dos empresários, com a manutenção da proposta, a classe trabalhadora “quererá outorga de outros favores com o decorrer dos tempos”³²⁸.

A segunda subversão à ordem liberal foi o limite legal à jornada de trabalho dos menores de idade. Foram três movimentos: (a) a edição de normas que regulamentaram a assistência aos menores³²⁹, (b) a criação do Conselho de Assistência e proteção aos Menores³³⁰ e, principalmente, (c) a limitação da jornada de trabalho dos menores³³¹.

Nessa época, ao lado da classe trabalhadora, conformava-se o Bloco Operário e Camponês (BOC). Por outro lado, ao lado do patronato, unificava-se o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). “O fator de unificação do patronato seria a luta pela revogação da Lei de Férias e do Código de Menores”³³², com pressão ao Judiciário, que aos poucos também se modificava³³³.

Percebe-se, claramente, um deslocamento da subordinação, do plano das relações sociais de produção ao plano da superestrutura jurídica e política. O Direito Capitalista do Trabalho começa a ter uma forma mais sistemática. Passa, pois, a operacionalizar, conservar, dar funcionalidade a uma certa forma de relações sociais, quais sejam, as relações capitalistas entre patrões e empregados.

Mas qual intervencionismo foi este? Não se trata, no modelo brasileiro, de um intervencionismo de “compromisso com o bem-estar social”, do “Estado Provedor”; também não se trata do intervencionismo bélico-assistencial, implementado pelos Estados Unidos, com a ideia de um

³²⁸ VIANNA *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 64.

³²⁹ BRASIL. Decreto n. 16.272/23.

³³⁰ BRASIL. Decreto n. 16.388/24.

³³¹ Ramos Filho faz menção, especificamente, ao Código de Menores de 12 de Outubro de 1927. A regra nele contida estabeleceu limite de seis horas de jornada de trabalho, com intervalo de uma hora, para menores de 18 anos. Citando outros autores, menciona a seguinte evolução legislativa no que concerne ao trabalho do menor: em 1917, lei municipal do Distrito Federal, que permitia trabalho apenas a maiores de 14 anos; em 1920, o Decreto n. 13.529, sobre trabalho de menores em casas de diversões, cujos dispositivos foram mantidos pelo Decreto n. 16.590, de 1924; em 1921, 1922 e 1923, mencionam-se ainda os Decretos n. 3.242, 4.547 e 16.3000, respectivamente (RAMOS FILHO, 2012, p. 65).

³³² RAMOS FILHO, 2012, p. 66.

³³³ “O Estado já começava a não ser mais o mesmo, o Direito já não era o mesmo, a classe trabalhadora já não era a mesma” (RAMOS FILHO, 2012, p. 67).

compromisso fordista, sofisticado pelo *keynesianismo*. Segundo Ramos Filho, o intervencionismo típico da periferia do capitalismo é o “intervencionismo corporativista”³³⁴.

As características principais do Direito Capitalista do Trabalho são frequente e ideologicamente fantasiadas. A visão mais empregada é a de outorga de direitos, proteção ao trabalhador, benefício que este campo do direito garantiria à classe trabalhadora. Ou, com ênfase pretensamente progressista, de busca de equilíbrio entre uma relação desigual, com “proteção do polo mais fraco”. Como afirma Ramos Filho, no entanto,

[essa visão] não apenas é fantasiosa, mas também é manipuladora e mistificadora, por ocultar o papel do Direito Capitalista do Trabalho como ramo específico da ordem jurídica garantidora da propriedade dos meios de produção e das condições de sua reprodução, legalizando a exploração do trabalho humano. Esta ordem jurídica, legalizando o direito dos empregadores a subordinar os empregados mediante algumas contrapartidas, permite a racionalização econômica e a fixação das regras do jogo dentro das quais funcionará sistema capitalista³³⁵.

Antes de adentrar nas características específicas do Direito Capitalista do Trabalho, cumpre salientar: há uma alteração de sentido da ordem jurídica, de maneira geral, após a crise social da década de 1920. Com influência de Polanyi, afirma-se que “o Estado sempre interveio de algum modo nas relações econômicas e sociais”³³⁶. O intervencionismo no domínio econômico tem por signos mais representativos a Constituição Mexicana de 1917, a Alemã de 1919, a Austríaca de 1920, a Republicana Espanhola de 1931 e a Brasileira de 1934. No entanto, “estas importantes Cartas Políticas não inventaram o intervencionismo, apenas alteraram o *sentido* das políticas públicas até então verificadas”³³⁷.

O intervencionismo estatal, típico da ordem jurídica que emerge da crise social nos anos 1920, tem quatro principais características: é finalístico, é material, legitima-se pelo resultado e é redistributivista.

³³⁴ “Próprio da periferia capitalista, categoria teórica na qual podem ser incluídas diversas espécies de governos autoritários influenciados pelo corporativismo, mas que guardam importantes e significativas diferenças entre si” (RAMOS FILHO, 2012, p. 91).

³³⁵ RAMOS FILHO, 2012, p. 91.

³³⁶ RAMOS FILHO, 2012, p. 90.

³³⁷ RAMOS FILHO, 2012, p. 92.

É finalístico porque se fundamenta em um modelo de sociedade, que será construído por intermédio do direito³³⁸. É material porque as relações sociais possuem direitos formalmente diversos, e não mais formalmente iguais, vinculando-se a determinados processos de legitimação da nova ordem social³³⁹. Legitima-se pelo resultado com base não apenas no Direito do Trabalho, mas também em métodos de gestão³⁴⁰. É redistributivo, enfim, como proposta de “ordenação social”, na suposta busca por distribuir o Poder na sociedade³⁴¹.

Especificamente no direito do trabalho, pois, esta nova ordem jurídica possui outras três características. É como descrito:

a) Alteridade: presta-se trabalho, sempre, para outra pessoa, “por conta alheia”, de modo formalmente “livre”. Isto é, é um direito tipicamente oriundo do assalariamento³⁴²;

b) Onerosidade: não se presta trabalho, submetido a este ramo do Direito, de forma “voluntária” e “gratuita”; há um montante, pago de forma obrigatória³⁴³;

c) Ambivalência tutelar: “é um direito de classe no sentido de ser duplamente destinado à classe operária: conquistado, por ela e para ela, mas também afetado à defesa da ordem social contra ela”³⁴⁴;

Ainda mais, merecem destaque as características de pacificação e conservação, funcionalidade e, finalmente, subordinação. Esta característica, em específico, diferencia o trabalho prestado sob o Direito Capitalista do Trabalho “dos demais tipos de apropriação do trabalho alheio”³⁴⁵. Opera-se uma diferenciação na superestrutura jurídica e política, quando ela reconhece a existência de uma relação de poder e hierarquia entre patrão e empregado. Trata-se de transição, do momento de prevalência da autonomia entre as partes para o momento de prevalência e reconhecimento de subordinação também jurídica entre elas:

³³⁸ RAMOS FILHO, 2012, p. 92.

³³⁹ RAMOS FILHO, 2012, p. 92.

³⁴⁰ RAMOS FILHO, 2012, p. 93.

³⁴¹ RAMOS FILHO, 2012, p. 93.

³⁴² RAMOS FILHO, 2012, p. 93.

³⁴³ RAMOS FILHO, 2012, p. 93.

³⁴⁴ RAMOS FILHO, 2012, p. 94.

³⁴⁵ RAMOS FILHO, 2012, p. 94.

O Direito moderno, que organiza a sociedade no interesse do desenvolvimento e da acumulação do capital, em princípio, não admitiria tal hierarquia. Fundado na autonomia da vontade livremente estipulada entre iguais, a subordinação da vontade de um contratante à vontade de outro contratante não seria, em um primeiro momento, admissível. Todavia, de forma contraditória, o Direito Capitalista do Trabalho não apenas a admite, mas também a transforma em núcleo estruturante de todos os demais direitos vinculados a este ramo jurídico (...) ³⁴⁶.

O direito de subordinação, por parte do empregador, foi naturalizado pela tradicional doutrina trabalhista em dois sentidos: por um lado, trata-se do “poder hierárquico”, tido como incontornável ³⁴⁷; por outro lado, tem-se a intenção de limitar este poder, com base na dignidade da pessoa humana, subdividindo-o em poder de direção, regulamentar e disciplinar ³⁴⁸.

Há um caráter tirânico neste direito, pela enorme concentração de poder em apenas um polo da relação de trabalho. Conforme aponta Ramos Filho, “o poder de subordinar se assemelharia às ditaduras, nas quais estariam enfeixados na figura tirânica do mandatário os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário” ³⁴⁹.

Inúmeros esforços teóricos buscam explicar a subordinação. Ramos Filho destaca quatro correntes: (i) a que fundamenta o direito de subordinar na propriedade dos meios de produção, (ii) a que busca fundamento institucional, (iii) a que fundamenta no contrato de trabalho e (iv) a que busca uma perspectiva complexa, fundamentando nas relações de produção capitalistas, como “exercício contra-hegemônico”, na tentativa de impor limites aos empregadores ³⁵⁰. Vejam-se essas perspectivas em maior detalhe.

A visão patrimonialista da subordinação é a que dá ênfase a um caráter realista da subordinação. Trata-se da defesa de que trabalhadores se submetem a patrões por necessidade, eis que portadores apenas da força de trabalho, aqui entendida como mercadoria. Nesta corrente, há os que buscam fundamento ético na subordinação, como uma espécie de “direito natural” dos

³⁴⁶ RAMOS FILHO, 2012, pp. 96 e 97.

³⁴⁷ MESQUITA *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 97.

³⁴⁸ GOMES; GOTTSCHALK *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 97.

³⁴⁹ RAMOS FILHO, 2012, p. 97.

³⁵⁰ RAMOS FILHO, 2012, p. 98.

empregadores. Como afirma Orlando Gomes, teórico do direito civil, ao comentar a posição do mexicano Mário de La Cueva³⁵¹:

[Na concepção do professor mexicano,] a entrosagem econômica e jurídica da sociedade atual supõe a subordinação do fator-trabalho ao fator-capital. Sendo a produção de um fato necessário, que só se pode efetuar pelo concurso de dois fatores, um deles há de predominar sobre o outro. No sistema de produção dominante, a garantia ao direito de propriedade privada dos meios de produção é o expediente jurídico empregado para assegurar a subordinação do fator-trabalho ao capital. Como consequência direta dessa dominação, surge o poder de fato do proprietário sobre o não proprietário, isto é, do patrão sobre o trabalhador. A ordem jurídica, informando esse fato, reconhece e sanciona o exercício desse poder e o legitima ao transformar em obrigação o dever de obediência do trabalhador. O regime do salariado, pressupondo trabalhadores livres, impõe manifestação de vontades que se fundem para produzir exatamente efeitos jurídicos³⁵².

Oscar Correias, em crítica, afirma que essa solução é tautológica. Fundamenta o direito de subordinar no direito sobre os meios-de-produção. Trata-se de verdadeiro “fetichismo jurídico: explicar o direito com o direito”³⁵³.

A visão institucional da subordinação possui outra fundamentação. Fortemente influenciada pelo fascismo e pelo corporativismo, fundamenta-se “na constatação realista de que, ao participar de uma organização, o empregado se submeteria às regras decorrentes desta instituição organizada com uma finalidade coletiva, figurando o empregador como comandante”³⁵⁴. Nesse sentido, o empregado “colabora” para atingir o “bem comum” de uma determinada ordem econômica-social. Trata-se da defesa da ordem, no âmbito da empresa, com elementos do fordismo e do taylorismo.

A terceira corrente mais significativa, na classificação supramencionada, é a que possui visão contratualista da subordinação. Defende que poder de direção e de disciplina decorrem da vontade das partes, manifestada livremente no contrato de emprego. É o que defende Oliveira

³⁵¹ Segundo o autor mexicano, “a subordinação do trabalhador ao dono da empresa não é um dado que se possa aceitar ou rechaçar, mas, sim, um fato real que se impõe ao investigador do regime capitalista, do qual constitui essência” (DE LA CUEVA *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 99).

³⁵² GOMES *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 99.

³⁵³ CORREAS *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 101.

³⁵⁴ RAMOS FILHO, 2012, p. 101.

Viana, já na década de 1930³⁵⁵. Para Barata Silva, a subordinação é “um status a que voluntariamente se submete o empregado”³⁵⁶. Para José Augusto Rodrigues Pinto, “o contrato de trabalho individual de emprego é o maior contrato de adesão conhecido, não da vontade de um contratante às regras pré-firmadas pelo outro, mas da vontade de ambos às regras legais”³⁵⁷.

Desse modo, essa corrente merece duas críticas. A primeira é idêntica à da corrente patrimonialista: trabalha por meio do chamado fetichismo jurídico, visto que fundamenta o direito no direito, isto é, o direito de subordinar no direito contratual. A segunda crítica é a seu “caráter irrealista”, pois que exclui de suas análises a realidade social de imposição da subordinação.

A visão contratualista complexa da subordinação, por fim, busca separar, organizar, hierarquizar os componentes do poder do empregador. Existiriam, assim, elementos primários e elementos secundários deste poder. Como elemento primário basilar, tem-se a alienação mercantil, isto é, a compra da força de trabalho pelo empregador, que por si só induziria à submissão. Como elementos secundários, tem-se (i) o exército de reserva, de desempregados, (ii) a necessidade de subsistência e (iii) a imobilidade da mão de obra³⁵⁸.

Destaca-se, nessa corrente, a insegurança no emprego. A sujeição diz respeito à posição de cada contratante na divisão social do trabalho. Como afirma Ramos Filho, citando trechos de Fonseca:

Resta claro, portanto, que ‘não foi o direito que inventou a relação de trabalho subordinado’, pois a subordinação do trabalhador preexistia à regulamentação do contrato de trabalho: ‘o direito positivo, confrontando-se com uma situação de subordinação já existente, traçou limites formais até onde esta subordinação poderia ser exercida licitamente’, de sorte que a subordinação real, decorrente das posições ocupadas na sociedade capitalista, foi apenas *domestica* pelo Direito ‘para que pudesse circular sem

³⁵⁵ Dorval Lacerda, comentando Oliveira Viana, assim observa: “O que caracteriza a relação de subordinação é o poder que tem alguém, por força do contrato, de dar ordens, de comandar, de dirigir a atividade de outrem. Desde que o trabalhador, isto é, aquele que contratou prestar serviços, não tem inteira independência dos seus atos, mas, ao contrário, fica obrigado, no desempenho do seu serviço, a receber ordens e direção daquele, a quem o serviço é prestado, está ele em estado de subordinação e este outro, objetivando-se numa situação de superioridade hierárquica deste sobre aquele” (LACERDA *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 102).

³⁵⁶ RAMOS FILHO, 2012, p. 102.

³⁵⁷ RAMOS FILHO, 2012, p. 102.

³⁵⁸ MELHADO *apud* RAMOS FILHO, 2012, p. 103.

constrangimentos numa relação calcada num modelo contratual, onde as premissas da autonomia da vontade são constituintes'. (...)

Essa afirmação é incompleta, entretanto; “o direito a subordinar, em verdade, não é apenas ‘limitado’ pelo Direito. Ele é ‘instituído’ pelo Direito do Trabalho como direito de um dos contratantes legalmente subordinar o outro”³⁵⁹. As relações sociais capitalistas são, assim, “recobertas de juridicidade, de legalidade. Uma legalidade que permite a reprodução da dominação que a conforma”³⁶⁰.

Para Ramos Filho, nenhuma dessas quatro correntes atinge de forma satisfatória o que é essencial. O direito de subordinar não estaria em alguma “teorização jusnaturalista, nem ancorado na materialidade da realidade tal qual se apresenta no modo de produção capitalista e muito menos subsumido a disposições supostamente convencionadas por vontades livremente manifestadas”³⁶¹. Em outro sentido, o poder de subordinar “decorre da lei”:

O Direito Capitalista do Trabalho, em cada momento histórico, materializa relações entre as classes sociais fundamentais, atribuindo poderes e ordenando a distribuição dos resultados da atividade capitalista. Como construção social, esse ramo do Direito explicitará não apenas que percentual dos excedentes produzidos será destinado ao trabalho (massa salarial), mas também de que forma o poder, como resultante de uma relação social, será compartilhado: ora mais protetivo aos empregadores; ora mais tutelar aos empregados; sempre em decorrência de fatores históricos concretos, ou seja, dos contextos sociais considerados e dos processos de luta inerentes às relações entre as classes sociais fundamentais³⁶².

Se a afirmação está correta, o Direito Capitalista do Trabalho corresponde (a) a uma certa relação entre as classes, (b) à atribuição de poderes e distribuição de resultados entre elas, (c) à proteção maior ou menor aos trabalhadores e (d) a processos de luta inerentes às classes sociais fundamentais.

Isso não significa que a lei é completamente autônoma à base material da sociedade. O que determina a subordinação, em última análise, é a

³⁵⁹ RAMOS FILHO, 2012, p. 103.

³⁶⁰ RAMOS FILHO, 2012, p. 103.

³⁶¹ RAMOS FILHO, 2012, p. 111.

³⁶² RAMOS FILHO, 2012, p. 111.

relação social existente entre patrões e empregados. No entanto, essa relação não se expressa de forma “pura”, como se existisse a economia distante da política. Ela se expressa no limite do que está instituído, política e juridicamente, em determinado Estado-Nação.

Sua profunda compreensão, portanto, exige a contextualização dos projetos de dominação forjados em nosso país (2.4), bem como dos projetos de resistência e contra-ofensiva formulados pela classe trabalhadora (2.5).

2.3. A história da subordinação do trabalho e da hegemonia burguesa no Brasil

A classe trabalhadora, no Brasil, sobrevive em condições de histórica precarização. Não há como falar em cooperativismo sem enfrentar este tema. Isso porque tanto cooperativismo tradicional quanto cooperativismo popular organizam setores precários da classe trabalhadora³⁶³. Ou, em uma perspectiva menos otimista, mantém precários, tornam precários, fazem cotidiana a precariedade de frações da classe.

A dificuldade ou o sucesso da forma jurídica cooperativa, nesse sentido, se dão na resposta a determinada conjuntura econômica e política pela qual passa um país na divisão internacional do trabalho. Seu entendimento, portanto, está em dependência direta da compreensão do que seja a precarização de que se está tratando. Quer-se dizer: a precarização do trabalho, no Brasil, não é a mesma nos anos 1930, 1980 ou 2010. Há modificações sensíveis, cujo entendimento atenua dificuldades de diversas análises, como a que busca debater as formas de consciência social surgidas no interior do cooperativismo.

Busca-se, nesta seção, dar relevo a algumas análises sobre a forma histórica como se constituiu e modificou a subordinação dos trabalhadores no Brasil. Esse campo possui uma variada e polêmica miríade de autores e interpretações, o que denota alguma arbitrariedade na escolha dos referenciais teóricos adotados. Assume-se, nesse sentido, que a escolha de André Singer,

³⁶³ As origens, os mecanismos e mesmo a forma como se efetiva a precarização, no cooperativismo popular e no cooperativismo tradicional, possuem distâncias consideráveis e inconfundíveis. Essa diferenciação será trabalhada no capítulo 3.

Ruy Braga e Florestan Fernandes possui como linha comum a perspectiva crítica dos três autores, que buscam avaliar a subordinação não apenas na relação entre patrões e trabalhadores, mas também entre estes e o Estado ou determinada gramática política. São fornecidas importantes pistas de análise pelos autores, como se verá a seguir.

Segundo André Singer, os governos de Lula e Dilma possuem uma novidade histórica no terreno do trabalho precarizado, ao operar um “reformismo fraco e pacto conservador”. A novidade do que denomina “lulismo”, sua grande operação no campo político, foi o deslocamento da disputa ideológica entre “esquerda e direita” para uma disputa entre “pobres e ricos”, em especial a partir de 2006.

Para ele, as “classes fundamentais passam para o fundo da cena”, eis que Lula passa a atuar em relação a uma fração de classe, o “subproletariado”³⁶⁴. Essa fração, da mesma forma que o campesinato, narrado por Marx em *O Dezoito Brumário*, não possui capacidade de se organizar e tomar consciência de si, apresentando-se para a política enquanto “massa”, buscando a figura de uma liderança que resolva seus problemas pelo alto³⁶⁵.

Sua hipótese se baseia em estudos de Paul Singer, da década de 80, segundo os quais 63% do proletariado brasileiro era composto pelo subproletariado. Isso porque, dos 29,5 milhões de proletários existentes no Brasil,

18,6 milhões faziam parte da fração subproletária da classe. Dos outros participantes da população economicamente ativa (PEA), 8 milhões seriam pequeno-burgueses e 1,3 milhão burgueses. Em outras palavras, o subproletariado constituía 48% da PEA³⁶⁶.

³⁶⁴ Subproletariado, na concepção de Singer, são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”, abarcando-se aí “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” (SINGER, 2012, p. 77).

³⁶⁵ Para André Singer, a identificação dessa figura em Lula se dá pelo investimento no Programa Bolsa Família, mas não apenas. Trata-se também do controle dos preços, do aumento do salário mínimo, da dinamização das economias locais, bem como do crédito consignado. O “pulo do gato” de Lula é o de manter uma ortodoxia econômica, dando continuidade à política de FHC, com uma promoção de mercado interno voltado aos mais pobres, o que se constitui em um verdadeiro “programa de classe”, ou de fração de classe. Trata-se de garantir maior estabilidade para o subproletariado.

³⁶⁶ SINGER, 2012, p. 77.

Buscando atualizar isso para os anos 2000, cita estudo de Francisco de Oliveira. Em 2003, o autor de *O Ornitorrinco* afirma que “o trabalho sem-formas inclui mais de 50% da força de trabalho, e o desemprego aberto saltou de 4% no começo dos anos 1990 para 8% em 2002”. Acrescenta, ainda, que segundo a metodologia do IBGE, a seu ver conservadora, “entre o desemprego e o trabalho sem-formas, transita, entre o azar e a sorte, 60% da força de trabalho brasileira”³⁶⁷.

A seguir, ressalta que em 1980, 44% das famílias no Brasil possuíam renda de até dois salários mínimos, situação que se eleva para 47% em 2005, segundo o Datafolha. Com base nisso é que Singer afirma que durante o surgimento do PT e no seu desenvolvimento na década de 90 houve uma polarização maior entre esquerda e direita, que impedia o partido de conquistar a hegemonia política no interior do bloco de poder dominante na sociedade brasileira.

Os mais pobres, segundo seus estudos, eram contra rupturas, contra as greves e, nesse sentido, apoiadores de soluções que não modificassem a “ordem”. Na década de 80, o apoio do uso de tropas contra greves, por exemplo, é de apenas 8,6% entre os que recebem mais de 20 salários mínimos. Já entre os que recebem menos de dois salários mínimos, a proporção salta para 41,6% de apoio à utilização de repressão policial³⁶⁸.

É com esse panorama em vista que a linguagem do lulismo, constituída a partir de 2006, privilegiaria uma retórica de “Estado forte em defesa dos mais pobres”, de um lado, contra uma “elite antipovo”, de outro. Expressaria, destarte, um entendimento avançado, no interior do desenvolvimento da luta de classes no Brasil, sobre como atuar com a classe trabalhadora, mas não qualquer classe trabalhadora, e sim a classe

³⁶⁷ Em estudo mais recente, Marcelo Badaró afirma que o trabalho precarizado no Brasil ultrapassa metade da classe trabalhadora. “Num quadro geral, em 2007, entre as 74.207.000 pessoas ocupadas nas cidades, 72,9% eram empregados, 20,4% por conta própria, 2,5% ocupados não remunerados e 4% empregadores. Entre os empregados, 23,6% não possuíam carteira de trabalho assinada, o que, somado aos por conta própria, significa cerca de 44% de trabalhadores precarizados. Outra forma de perceber a ausência de direitos dos trabalhadores é observar que naquele mesmo ano, 50,7% dos ocupados contribuía para a previdência, portanto descontados os 4% de empregadores (que em geral contribuem), constata-se que a maioria dos trabalhadores não o faz e está excluída, portanto, dos direitos previdenciários, podendo no máximo ser atendida no futuro pela assistência social previdenciária” (MATTOS, 2009, p. 14).

³⁶⁸ SINGER, 2012, p. 224.

trabalhadora brasileira, precária, subordinada internacionalmente, com as contradições concretas que vivencia.

É sensivelmente diferente o entendimento de Ruy Braga sobre o assunto. O autor busca outras mediações metodológicas para o mesmo tema, afirmando que as frações precárias da classe possuem uma consciência política diferenciada, cuja análise foi abordada de forma contraditória entre diferentes sociólogos do trabalho no Brasil.

No entendimento de Ruy Braga sobre o “precariado”, este é o proletariado precarizado, formado pela “superpopulação relativa” de Marx, excluídos o *lumpenproletariado* e a população pauperizada. Essa conceituação vem em contraste ao entendimento de Castel e Standing³⁶⁹, bem como em polêmica direta com André Singer³⁷⁰. Para formar esta categoria, o autor trabalha diretamente em relação e contraste com quatro frações distintas da população trabalhadora excedente e necessária ao modo de produção capitalista, quais sejam: população flutuante, latente, estagnada e pauperizada

371 .

A hegemonia lulista, destarte, dar-se-ia no interior da formação da consciência política do precariado no Brasil. Trata-se de uma forma de lidar com a classe trabalhadora, que não se dá apenas como “manipulação”, mas

³⁶⁹ “Castel e Stanting compartilham a mesma compreensão sociológica segundo a qual a precariedade corresponderia a uma condição exterior à relação salarial. Em outras palavras, se não fosse pelo neoliberalismo e pela atual crise econômica mundial, a institucionalização dos direitos da cidadania por meio da relação salarial certamente substituiria a precariedade pela proteção social. Ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial” (BRAGA, 2012, pp. 16 e 17).

³⁷⁰ Em polêmica direta com André Singer, Ruy Braga afirma que “Se Paul Singer enfatizou o que Gramsci chamou de momento “realista” – ou seja, o momento da correlação de forças vinculada à estrutura social –, nossa noção de precariado busca igualmente em conta o “construtivismo” da formação da consciência política do proletariado precarizados. Por sua vez, a atualização proposta por André Singer inclina-se na direção de apreender o subproletariado como uma fração produzida pelo amálgama da população estagnada com a população pauperizada. Neste trabalho, argumentaremos que tanto o momento realista quanto o construtivista são igualmente necessários para a análise da experiência classista do precariado brasileiro em seu devir histórico” (BRAGA, 2012, p. 26).

³⁷¹ A população flutuante seria formada por aqueles trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelas empresas. A população latente seria composta por jovens e trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade para deixar os setores tradicionais, especialmente rurais, estabelecendo-se na indústria. Por sua vez, a população estagnada já seria parte da força de trabalho, ocupando, no entanto, funções tão deterioradas e mal pagas que sua condição de vida cairia para níveis subnormais de existência. Finalmente, a população pauperizada seria formada pela massa de indigentes, de doentes, de acidentados e de incapacitados para o trabalho devido à idade (BRAGA, 2012, p. 17).

com o consentimento dos “de baixo”, pela superação dialética do populismo getulista. Segundo Braga, essa superação dialética se expressa no deslocamento contraditório entre três momentos: primeiramente, o momento negativo, de eclosão de greves, entre 1978 e 1980; a seguir, o momento conservador, de conciliação entre a burocracia sindical e a estrutura oficial; por fim, o momento de elevação dialética da situação política, que se dá com o ascenso do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, em 2002³⁷².

Para o autor, é necessária uma metodologia que busque não realizar apenas uma espécie de “enquete sociológica”. A soma de respostas individuais a questionários, secamente, não descreve realmente a consciência de classe, em profundidade. Esse método foi muito utilizado pela sociologia brasileira profissional do trabalho, o que os levou a subestimar contradições presentes nas respostas, bem como as forças internas que moldam a transformação da consciência operária, articulando-as às relações antagônicas exteriores ao grupo operário³⁷³.

Em contraposição à mera soma de respostas individuais, a análise da consciência de uma classe deve partir de uma teoria que parta da noção de inquietação operária. O autor baseia-se no entendimento de que o germe dessa sociologia está nas sociologias aplicada, pública e crítica do trabalho, todas alternativas à sociologia profissional do trabalho brasileira.

Entender a inquietação significa deslocar o eixo da análise da hegemonia lulista. Segundo Perry Anderson, citado por Braga, “tanto as interpretações críticas quanto aquelas mais favoráveis à hegemonia lulista estão de acordo em considerar o proletariado precarizado satisfeito com os modestos alívios em suas condições de existência proporcionados pelo atual

³⁷² BRAGA, 2012, p. 44.

³⁷³ “Goldthorpe imaginou que a adição de diferentes opiniões individuais poderia revelar a realidade coletiva de uma classe social. No entanto, a soma das resignações individuais não resultou em uma apatia coletiva. Ao contrário, debatendo cópias mimeografadas do relatório que circularam pela fábrica, aqueles operários, que pareciam resignados com sua condição de classe, descobriram-se insatisfeitos. Uma sensação que provinha de sua própria impotência em solucionar individualmente seus desafios coletivos. (...) A sociologia brasileira profissional do trabalho compartilhou com Goldthorpe algumas dessas preocupações em relação às atitudes operárias: o individualismo dos trabalhadores, a satisfação com a mobilidade social, o comportamento politicamente passivo, o desejo de integrar-se à sociedade de consumo... Guiados por teorias modernizantes, Lopes e Rodrigues subestimaram inúmeros indícios da insatisfação operária que eles próprios registraram” (BRAGA, 2012, p. 106).

modelo de desenvolvimento”³⁷⁴. Em sentido contrário, é necessário perceber que

o atual debate sobre o lulismo encontra-se prisioneiro de uma noção de *satisfação* proletária que obnubila a percepção do que Gramsci chamou de ‘fatalismo dos fracos’, isto é, aquele estado de inquietação social que antecede a transformação dos subalternos em protagonistas de sua própria história³⁷⁵.

Do ponto de vista do cooperativismo do trabalho, pode-se entender que essas duas perspectivas sugerem importantes apontamentos. Principalmente, ambas fornecem um panorama rico de dados e debates a respeito da precarização do trabalho no Brasil, demonstrando que estudar como se dão as relações jurídicas e políticas do trabalho precário não é uma questão secundária, mas central para a luta de classes no país.

Mais do que isso, no entanto, ambas as perspectivas apontam possibilidades de leitura do que significa a regulamentação do trabalho via direito cooperativo. Por um lado, pode-se defender que essa regulamentação, ocorrida no período posterior a 2006, atende a uma nova relação do governo federal com as frações precarizadas da classe, a partir da perspectiva de Singer.

Por outro lado, pode-se analisar que essa nova relação não é apenas de tornar “quietos” esses setores, visto que suas insatisfações prosseguem presentes, ainda que possa ser objeto de investigação quais mediações se modificam com as novas formas políticas e jurídicas de tratamento ao *preariado*, a partir da perspectiva de Braga

A atenção ao deslocamento jurídico da regulação do trabalho não corresponde, no entanto, aos interesses *imediatos* das classes dominantes. A superestrutura jurídica e política não é mero “reflexo” da base econômica social. Pelo contrário, ela é também instituinte, pacificadora, age também positivamente sobre a base econômica e a consciência social.

A influência da superestrutura jurídica e política é relevante na conjuntura brasileira. Isso porque não há rupturas e mudanças profundas no desenvolvimento da sua história; ela se desenvolve lentamente, com conciliação se dá pelo alto, integração para fora e desintegração para dentro,

³⁷⁴ BRAGA, 2012, p. 130.

³⁷⁵ BRAGA, 2012, p. 130.

tudo ao encontro da dependência e do subdesenvolvimento. Como afirma Ricardo Antunes:

País maneiroso, cuja história se desenrola lentamente, sem rupturas e mudanças profundas, sempre equacionando seus dilemas pela via da conciliação *pelo alto*, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da *contrarrevolução*, encontrou na *dependência* e no *subdesenvolvimento* a sua forma de *integração para fora* e *desintegração para dentro*.

As mudanças, portanto, se dão pela processualidade gradual, em oposição à confrontação e às rupturas. Trata-se de forma de desenvolvimento histórico condicionado pela posição estrutural de subordinação da América Latina ao imperialismo. Essa subordinação é vista por Virgínia Fontes como uma “incorporação subalterna ao capital-imperialismo”³⁷⁶.

A precarização, nesse sentido, não é apenas uma intenção “nacional”. Não se trata de regras do jogo estabelecidas de forma “livre e autônoma”. Tem-se, em outra dimensão, uma subordinação estrutural, de um determinada relação com a hegemonia norte-americana. Veja-se esse debate com maior detalhe.

Para Florestan Fernandes, foram vivenciados quatro tipos de dominação externa a que o Brasil é subordinado, que condicionaram os caminhos possíveis para seu enfrentamento³⁷⁷.

O primeiro tipo de dominação corresponde ao antigo sistema colonial, no período denominado “colonialismo”. Trata-se da subordinação à metrópole, com “exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção para o benefício das coroas e dos colonizadores”³⁷⁸.

O segundo tipo de dominação corresponde à desagregação do antigo sistema feudal, no período denominado “neocolonialismo”. Com ela, “várias nações europeias assumiram o controle dos negócios de exportação e de importação na América Latina (a Inglaterra em particular)”³⁷⁹. Assim, não havia interesse em constituição de uma estrutura produtiva local. O interesse

³⁷⁶ Vide Capítulo 3.2.1.

³⁷⁷ ANTUNES, 2009, p. 12.

³⁷⁸ FERNANDES *apud* ANTUNES, 2009, p. 13.

³⁷⁹ ANTUNES, 2009, p. 13.

se dava no âmbito da circulação e do comércio, o que justifica a ausência de constituição de uma forma jurídica propriamente trabalhista, à época.

O terceiro tipo de dominação externa é posterior à Revolução Industrial e data das últimas décadas do século XIX. É quando surge o chamado “capitalismo dependente” na América Latina. Destaque-se que Florestan não afirma a “dependência”, para depois falar em capitalismo. Ele fala em “capitalismo dependente”, destacando a especificidade do substantivo, que segue sendo o capitalismo. Florestan assim descreve suas duas principais consequências negativas:

Primeiro, no condicionamento e reforço externo das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do esquema da exportação-importação [...]. Segundo, no malogro do ‘modelo’ de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações europeias³⁸⁰.

O quarto tipo de dominação externa, enfim, corresponde a um novo tipo de imperialismo³⁸¹. Este mesmo processo será referido, por Mészáros, como “imperialismo hegemônico global”³⁸². É quando se dá o processo de “expansão das grandes empresas corporativas atuando nas esferas industriais, comerciais, de serviços e financeiras”³⁸³.

Nesse momento, coloca-se para a América Latina o dilema crucial, formulado por Florestan Fernandes, segundo o qual se deve ou realizar a revolução dentro da ordem³⁸⁴, a “reforma capitalista do capitalismo”, ou, ante a impossibilidade desta, utilizar o espaço para a “revolução contra a ordem”³⁸⁵, de caráter socialista.

³⁸⁰ FERNANDES *apud* ANTUNES, 2009, p. 14.

³⁸¹ “O novo padrão de imperialismo é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos” (FLORESTAN *apud* ANTUNES, 2009, p. 14).

³⁸² ANTUNES, 2009, p. 14.

³⁸³ ANTUNES, 2009, p. 14.

³⁸⁴ “No primeiro caso, a *revolução dentro da ordem*, dada a dependência estrutural das burguesias nos países de origem colonial, a montagem de um projeto nacional e democrático poderia ser transferida para as classes trabalhadoras” (ANTUNES, 2009, p. 14).

³⁸⁵ “No segundo caso, da *revolução contra a ordem*, trata-se de superar a ordem capitalista dependente. A última alternativa abriria caminho para a realização dos valores humano-sociais mais elevados, a *liberação real das sociedades latino-americanas*. Mas, ainda segundo o autor, os dois caminhos poderiam dar início à construção da América Latina fora dos liames da dependência e do subdesenvolvimento” (ANTUNES, 2009, p. 15).

Desvenda-se, pois, a especificidade do capitalismo na América Latina. A precarização do trabalho se dá mediante a comunhão do arcaico com o moderno, da lei e da não-lei, do rural e do urbano. Como afirma Florestan:

(...) o tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados explorando com intensidade e arcaização do moderno. [...] a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente etc.³⁸⁶

Este terreno materializa os significados possíveis à transmutação da forma jurídica trabalhista para a forma jurídica civil, no campo do trabalho. Isso porque o sistema de poder, por si, já é altamente complexo³⁸⁷. A dependência e o subdesenvolvimento, em tempos de hegemonia imperialista, não tornam o terreno jurídico mais simples. Antes em outro sentido, complicam-no ainda mais. Afirma Florestan:

A dependência e o subdesenvolvimento não alteram essa realidade, antes a complicam. A superestrutura legal e política da sociedade de classes sofre, nessas condições, uma dupla reflexão: uma, que resulta das estruturas de poder, normalmente requeridas para a constituição e o desenvolvimento da ordem social competitiva, as quais são congestionadas nas 'posições estratégicas' para o superprivilegiamento das classes dominantes e o 'controle da situação' por suas elites; outra, que resulta das interferências da dependência e dos subdesenvolvimentos nas estruturas e nos dinamismos na ordem social competitiva, e que se traduz por uma exacerbação das relações de poder orientadas politicamente ou especificamente políticas, já que o desenvolvimento capitalista dependente requer uma combinação especial de padrões democráticos e de padrões autoritários ou autocráticos de comportamento político³⁸⁸.

É de interesse das elites brasileiras, com o “superprivilegiamento” das classes dominantes, que não se faça “política demais”. Os problemas e dilemas sociais se reproduzem de modo crônico. A impotência generalizada

³⁸⁶ FERNANDES 2009, pp. 48 e 49.

³⁸⁷ “O sistema de poder, inerente à sociedade de classes, é altamente complexo. Requer diferentes formas de dominação e de liderança, que operem em vários níveis das ações e das relações sociais e que envolvem, em cada nível, poder social, poder social orientado politicamente e poder especificamente político” (FERNANDES, 2009, p. 101).

³⁸⁸ FERNANDES, 2009, pp. 101 e 102.

impõe uma “sobrecarga de saturação política normal do sistema do poder e dos mecanismos de controle ou de transformação da ordem social”³⁸⁹.

Constantemente, assim, perdem eficácia as técnicas, as instituições, os valores políticos. Há uma tendência, “por assim dizer *estrutural*, à impregnação autocrática de padrões de comportamento político que ‘deveria ser’ democráticos”³⁹⁰. Isso não significa pouco. Pelo contrário, o que Florestan denomina “exacerbação do elemento político nas relações de classe” se processa conforme três pontos relevantes, a seguir expostos.

A primeira questão refere-se às “tendências autocráticas ou autoritárias do superprivilegiamento das posições de classe ‘altas’ e ‘médias’”. Ela tem como origem a desagregação do regime estamental (“ou do regime estamental e de castas”) ³⁹¹. Trata-se de uma incompatibilidade (entre o superprivilegiamento de classes e os sistemas políticos constitucionais e representativos). A crise das instituições, desse modo, é crônica, por dois motivos. Primeiro, porque provoca constantes pressões das classes “baixas”. Segundo, porque enrijece o controle político das classes “altas”. Nas palavras do autor:

Na verdade, é impossível introduzir as ‘regras democráticas’, como se diz, se algumas classes aceitam a ordem social competitiva apenas onde ela favorece a continuidade de perturbadoras desigualdades sociais e a rejeitam onde admite pressões corretivas, fundadas no uso legítimo da competição e do conflito nas relações de poder entre as classes³⁹².

Invariavelmente, então, as pressões políticas levam da “conciliação” ao “endurecimento”. Em regra, “a tendência predominante [é de] preservar o superprivilegiamento de classe, apesar (ou através) da constante reformulação constitucional das relações autocráticas e autoritárias”³⁹³. O Estado burguês, pois, não é propriamente uma “utopia das burguesias latino-americanas”. Não é resultado de um projeto nacional. Ainda assim, “é o Estado burguês típico da

³⁸⁹ FERNANDES, 2009, p. 102.

³⁹⁰ FERNANDES, 2009, p. 102.

³⁹¹ FERNANDES, 2009, p. 103.

³⁹² FERNANDES, 2009, pp. 104 e 105.

³⁹³ FERNANDES, 2009, p. 105.

América Latina capitalista”. O Estado das violências operadas “de cima”, de permanentes “medidas excepcionais e discricionárias”³⁹⁴.

A segunda questão concerne ao “padrão da hegemonia burguesa que se pode estabelecer numa sociedade de classes dependente e subdesenvolvida”. Esse padrão é ditado pela origem oligárquica da ordem social brasileira. A oligarquia, presente na ordem estamental, não desaparece com o fim dessa ordem. Apenas perde o monopólio social do poder, fragmentando-se “em diferentes subgrupos das classes ‘altas’”³⁹⁵. Para tanto, a oligarquia realizou “formas de associação privilegiadas com outros grupos ou subgrupos das classes ‘altas’ e dos setores intermediários”³⁹⁶, sendo que estes, aos poucos, aumentaram seu número.

Trata-se de perceber que “ao aburguesamento da oligarquia corresponde um processo mais amplo e complexo de aburguesamento das outras camadas sociais”³⁹⁷. Florestan chama a atenção para duas consequências no plano morfológico³⁹⁸ e duas consequências no plano dinâmico³⁹⁹. As quatro consequências, a um só tempo, correspondem a uma forma de dominação que se caracteriza não mais pela “oligarquia”, mas pela “plutocracia”. Trata-se do “poder fundado na riqueza, na disposição de bens e na capacidade de especular com o dinheiro (ou com o crédito)”⁴⁰⁰.

Assim,

A hegemonia burguesa não se organiza em função dos interesses socioeconômicos e políticos que respondem a determinada fase de evolução do capitalismo. As fases se sucedem; ela permanece monolítica. A razão é simples: os arranjos para atender aos fins

³⁹⁴ FERNANDES, 2009, p. 104.

³⁹⁵ FERNANDES, 2009, p. 105.

³⁹⁶ FERNANDES, 2009, p. 105.

³⁹⁷ FERNANDES, 2009, p. 106.

³⁹⁸ A primeira consequência é a participação de parceiros estrangeiros das classes “altas” na composição da hegemonia burguesa conglomerada. A segunda consequência é que “as classes ‘médias’ ajustaram-se rapidamente aos interesses, das posições de classe e das formas de solidariedade de classe dos setores dominantes” (FERNANDES, 2009, p. 106).

³⁹⁹ Primeiro, a recomposição das articulações econômicas, sociais e políticas de diferentes grupos e subgrupos tem como fonte o privilegiamento das classes, posições e formas de solidariedade das classes altas. Segundo, “as concepções conservadoras (embora polarizadas em posições extremas, ‘liberais’ e ‘reacionárias’) impregnaram todas as relações e estruturas de poder emergentes, suscitando uma disposição totalitária de identificação da hegemonia burguesa com a ‘estabilidade da ordem’ e os ‘interesses da Nação’” (FERNANDES, 2009, p. 106).

⁴⁰⁰ FERNANDES, 2009, p. 106.

variáveis podem ser feitos sem alterá-la em sua substância e nos mecanismos de sua manifestação. Ela busca, acima de tudo, salvaguardar os privilégios econômicos, sociais e políticos, que são atingidos pelo monopólio social do poder e que se perpetuam mediante a apropriação repartida do excedente econômico nacional. Por isso, tal padrão de hegemonia burguesa anima uma racionalidade capitalista extremamente conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade individual, a iniciativa privada, a livre-empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e política⁴⁰¹.

Trata-se, pois, de um padrão de hegemonia que visa ao “progresso da empresa” (nacional ou estrangeira), “e não o ‘processo da Nação’, a ‘integração nacional’ ou a ‘revolução nacional’”⁴⁰². Essa é a debilidade congênita do padrão de hegemonia burguesa. Ela explica, ao mesmo tempo, (a) “por que as burguesias latino-americanas são incapazes, apesar de tudo, de fazer a ‘revolução dentro da ordem’” e (b) “por que se contentam com a ‘revolução institucional’ (ou com a ‘institucionalização da revolução’), meio pelo qual apenas consolidam a continuidade da ordem existente”⁴⁰³.

A terceira questão se reporta “às relações entre o poder político, inerente às classes sociais em presença, e as transformações estruturais da ordem social competitiva”⁴⁰⁴. Trata-se dos mecanismos de criação, reorganização, modernização de estruturas de poder, que permitam o restabelecimento do monopólio social do poder. Garante-se, com esse processo, “não só o ‘controle da situação’, porém a mudança ‘dentro da ordem’ e ‘com segurança’ (isto é, sem afetar a extrema concentração de renda, do prestígio social e do poder, nem o padrão dependente de desenvolvimento capitalista”⁴⁰⁵.

Duas conclusões resultam da forma de relação entre poder político e transformações estruturais. A primeira é de que o Estado que surge é “mais do que um ‘Estado burguês’. É um “*Estado tecnocrático*, submetido ao controle conservador das classes privilegiadas”⁴⁰⁶. A segunda é que

⁴⁰¹ FERNANDES, 2009, p. 107.

⁴⁰² FERNANDES, 2009. P. 108.

⁴⁰³ FERNANDES, 2009. p. 108.

⁴⁰⁴ FERNANDES, 2009. p. 108.

⁴⁰⁵ FERNANDES, 2009, p. 109.

⁴⁰⁶ FERNANDES, 2009, p. 109.

As classes privilegiadas entenderam que não podem ser ‘iluministas’, ‘liberais’ e muito menos ‘tolerantes’. Acabaram acomodando-se à ideia de que não podem repetir o padrão europeu de revolução burguesa e que podem tirar maior proveito do ‘pragmatismo político’, que lhes ensina ser impossível conciliar capitalismo e democracia, sem abrir mão do seu superprivilegiamento relativo e sem atacar as iniquidades do subdesenvolvimento⁴⁰⁷.

De tudo isso, conclui Florestan, “a lição que emerge, da ‘aceleração conservadora da história’, é que só uma ‘revolução contra a ordem’ pode servir de antídoto à ‘revolução institucional’”⁴⁰⁸. Ou, em outras palavras, “o superprivilegiamento de classe vem a ser o calcanhar de aquiles da ‘revolução burguesa’ sob o capitalismo dependente”⁴⁰⁹.

Em seguida, o autor adverte acerca da impossibilidade de radicalismo reformista, neste tempo histórico⁴¹⁰. É sobre os projetos de emancipação e, mais recentemente, o transformismo petista, que serão esboçados alguns elementos a seguir.

2.4. A política da subordinação: reconhecimento de classe e projetos de emancipação no Brasil

Como afirmado, a via da ruptura não se fez presente na revolução burguesa brasileira, caracterizada pela processualidade gradual. As reformas “pelo alto”, no entanto, não significaram ausência de projetos da classe trabalhadora. É verdade que o compromisso-conciliação que se estabeleceu em diversos momentos históricos resultou da materialidade das relações entre as classes. É justamente acerca das tensões que caracterizam essas relações que seguem as próximas análises.

Ao lado da classe trabalhadora, não se encontram apenas ações isoladas e espontâneas. O elemento do projeto político consciente, das

⁴⁰⁷ FERNANDES, 2009, pp. 109 e 110.

⁴⁰⁸ FERNANDES, 2009, p. 111.

⁴⁰⁹ FERNANDES, 2009, p. 111.

⁴¹⁰ “Doutro lado, o radicalismo reformista, burguês ou pequeno burguês, perdeu viabilidade histórica. Poderá e irá, certamente, renascer, sob novas manipulações do populismo (civil ou militar) e do nacionalismo ‘revolucionário’. Não existe, porém, clima para confiança política em reformas, numa era em que a ‘revolução dentro da ordem’ impõe o mais cruel agravamento do *status quo*. Os ‘radicais’ terão de decidir de que lado estão: pela continuidade da ordem ou pela revolução social” (FERNANDES, 2009, p. 112).

formulações teóricas de grupos e partidos, também foi determinante nos tencionamentos operados politicamente e, portanto, no resultado que institui e domestica determinada forma jurídica.

A presente seção tem por objetivo localizar as utopias formuladas pela classe trabalhadora no Brasil. Entende-se utopia no sentido do clássico livro publicado por Thomas Morus, em 1516. Segundo Aloísio Teixeira, o autor

fazia uma pesada crítica ao antigo modo de vida, em que o feudalismo em desagregação se mesclava ao mercantilismo em ascensão, imaginando uma ilha, por ele denominada de *Utopia*, onde se organizava uma nova sociedade, sem as mazelas da sociedade real existente. A partir daí, a palavra passou a designar projetos sociais, concebidos de forma quimérica, sem atenção aos aspectos políticos, práticos e concretos, de sua construção, sendo por isso, não só irrealizáveis como incapazes de superar inteiramente as instituições e a ideologia da sociedade que recusam⁴¹¹.

Procura-se demonstrar a hipótese de que a precarização do trabalho no Brasil, por sua condição de associação subalterna no capital-imperialismo, permitiu a formulação de utopias, isto é, projetos sociais, que recusam uma sociedade, mas são incapazes de superá-la.

Embora a palavra, em si, já expresse o tom “idealista” e “irrealizável”, acrescenta-se o adjetivo “subordinadas” com o objetivo de indicação da perspectiva mais geral desses projetos. Em outras palavras, sinaliza-se que são utopias “dos de baixo”, isto é, da classe trabalhadora, “subordinada” à classe capitalista. Como resultante dessas utopias, forja-se uma noção de autonomia sempre “precária”, no campo do trabalho, da política e do direito.

Neste ponto, merece ser reiterada a pergunta evitada pela tradicional doutrina do direito do trabalho: é possível a relação de subordinação não se dar apenas entre patrões e empregados? Ou, em outro sentido, é possível subordinação sem patrão?

Já foi visto, anteriormente, que é possível subordinação sem direito. A domesticação dessa subordinação vem colada à sua instituição enquanto “regras do jogo”. Tem-se, portanto, também uma subordinação estrutural, enquanto projeto de classe, ora à burguesia, ora ao Estado e à ordem. Em que

⁴¹¹ TEIXEIRA, 2002, p. 28.

ponto, no entanto, a classe trabalhadora formulou esse projeto, que enfim se subordinou ou foi subordinado, de um ponto de vista estrutural?

Uma resposta possível é a de Gramsci. O autor afirma: por vezes se confundem a história de um país e de um determinado grupo social ou partido político. Precisamente, quanto maior a influência de um partido no conjunto da classe trabalhadora de um país, maior é a possibilidade de que sua história corresponda à história daquele país⁴¹².

Se o marxista italiano está correto, a história do Brasil pode ser lida, principalmente, a partir de dois grandes projetos: o projeto democrático-nacional, do PCB (Partido Comunista Brasileiro), e o projeto democrático-popular, do PT (Partido dos Trabalhadores). Este segundo, como expressão de momento mais desenvolvido da luta de classes no país, serve também como explicação para o momento menos desenvolvido⁴¹³.

A presente seção será dividida em duas partes. Em um primeiro momento, empenha-se uma análise histórica mais geral, acerca do começo do reconhecimento de classe no Brasil. A seguir, em um segundo momento, foca-se no tempo posterior à ditadura civil-militar, em especial ao projeto petista de poder.

2.4.1. O começo da utopia ou do não-lugar: a busca pelo reconhecimento de classe

No entendimento de Badaró a respeito da trajetória republicana brasileira, percebe-se uma contínua subordinação/dominação da grande maioria da população, assinalada por diversos fatores: ditaduras, golpes,

⁴¹² “Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando o seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país” (GRAMSCI, 1978, pp. 24 e 25).

⁴¹³ Não se trata de afirmar ausência de debates possíveis sobre o projeto democrático-nacional. Em outro sentido, busca-se dar foco e direcionamento a uma análise mais aprofundada acerca do projeto petista.

Estado como extensão de domínios privados, entre outros⁴¹⁴. Nesse interior, no entanto, foi construído o reconhecimento de classes, em meio a lutas espontâneas e a projetos políticos conscientes.

Na formação da classe trabalhadora brasileira, ainda no período da escravidão, verificam-se experiências comuns de luta entre trabalhadores assalariados e escravizados⁴¹⁵. Os trabalhadores escravizados prestavam de serviços domésticos até os mais especializados. Por isso, não ficavam restritos às casas, constantemente passando pelo transporte de mercadorias ou comércios nas ruas, bem como eram alugados para outros senhores.

Já nessa época, sofriam grande repressão policial, “que impedia reunião de trabalhadores escravizados e controlava seus movimentos, porque os senhores temiam revoltas urbanas de trabalhadores escravizados, (...) como a ‘Revolta dos Malês’, ocorrida em 1835”⁴¹⁶.

Registra-se apoio aos abolicionistas radicais (aos “caifazes”) por parte de uma série de categorias, como ferroviários, cocheiros, charuteiros e tipógrafos⁴¹⁷. Entre trabalhadores escravizados e livres, foram compartilhadas experiências de trabalho e de vida, bem como de modelos e formas associativas, padrões de mobilização e luta⁴¹⁸.

Os trabalhadores escravizados não podiam se associar coletivamente. Restava-lhes a clandestinidade, “pelas quais buscavam libertar-

⁴¹⁴ “A despeito das diversas conjunturas, das contradições, das possibilidades e alternativas em conflito, é possível pensar a trajetória republicana no Brasil como marcada pela contínua subordinação/dominação da grande maioria da população. Subordinação assinalada pela exclusão da participação política, em um século marcado por ditaduras, golpes, restrição de democracia e empecilhos ao voto; em que o Estado foi tomado sempre como extensão dos domínios privados das minorias detentoras da riqueza. Dominação visível também na forma profundamente desigual da distribuição dos dividendos da riqueza socialmente produzida (...)” (MATTOS, 2009, p. 08).

⁴¹⁵ “O Rio de Janeiro possuía, em 1849, uma população total de 266.466 pessoas, sendo 155.854 livres (muitas das quais libertas, ou seja, ex-escravizadas) e 11.602 escravizadas. Com o fim oficial e a repressão ao tráfico negreiro, em 1850, esse número caiu nas décadas seguintes. Mas, em 1872, os trabalhadores escravizados ainda representavam quase 20% da população da capital do Império, somando 48.939 entre os 274.972 habitantes da cidade. Em Salvador, a população total da cidade era estimada em 66 mil pessoas, sendo 42% delas escravizadas” (MATTOS, 2009, p. 17).

⁴¹⁶ MATTOS, 2009, p. 18.

⁴¹⁷ “Rede de solidariedade que chegava a envolver organizações de operários imigrantes, como o Círculo Operário Italiano, que promoveu espetáculos em 1881 com o objetivo de angariar fundos para comprar a liberdade de trabalhadores escravizados” (MATTOS, 2009, p. 19).

⁴¹⁸ MATTOS, 2009, p. 21.

se, como o Bloco de Combate”⁴¹⁹. A única exceção, enquanto experiência de vivência coletiva, era a possibilidade de participação em “irmandades” católicas⁴²⁰.

Os trabalhadores livres, por outro lado, tiveram experiência de outro tipo de associativismo. Em especial, “associações de ajuda mútua – as mutuais – sem referência religiosa, com o objetivo de reunir em uma caixa comum as contribuições dos associados para auxiliá-los em momentos de doença, invalidez, morte, entre outros”⁴²¹.

Registre-se que os trabalhadores livres negros também tentaram registrar suas mutuais, como a “Sociedade Beneficiente da Nação Conga” (1861) ou a “Associação Beneficiente de Socorro Mútuo dos Homens de Cor” (1874). De maneira geral, os membros do conselho rejeitaram os pedidos. A alegação foi de falhas técnicas ou, em outras oportunidades, explicitamente discriminatória⁴²².

O período imediatamente posterior ao da abolição da escravidão é o da chamada República Velha (1889–1930). Como explica Badaró, “não é o bastante, embora seja determinante, que muitos indivíduos compartilhem uma experiência comum em termos de condições de vida e de trabalho para que constituam uma classe”⁴²³.

Até 1888, a escravidão ainda dava o tom das lutas coletivas. Mesmo após seu fim, a formação da identidade de classe não se deu automaticamente. Não havia experiência e interesses comuns de um grupo, nem identificação coletiva de inimigos. Como afirma Badaró, “no Brasil de

⁴¹⁹ MATTOS, 2009, p. 21.

⁴²⁰ “Embora as irmandades negras não tivessem sido criadas com o objetivo de luta pela liberdade – ao contrário, foram instituídas pela Igreja para buscar converter os africanos e seus descendentes ao catolicismo, que justificou durante séculos a escravidão –, acabaram em alguns momentos adquirindo o papel de espaço de aglutinação de abolicionistas (em São Paulo, os caifazes se reuniam e imprimiam seu jornal na irmandade do Rosário)” (MATTOS, 2009, p. 22).

⁴²¹ MATTOS, 2009, p. 22.

⁴²² Como, por exemplo, a de que “a Nação Conga não é uma nação, como as europeias, e sim uma ‘horda de bárbaros’”. Ou ainda: “intitulando-se da Nação Conga admite sócios de outras procedências africanas, e sem declarar que livres, pode julgar-se com direito a admitir trabalhadores escravizados, o que não é permitido pelas leis” (MATTOS, 2009, p. 23).

⁴²³ MATTOS, 2009, pp. 33 e 34.

quase quatro séculos de escravidão, construir uma identidade de classe para os trabalhadores esbarrava na imagem negativa do trabalho”⁴²⁴.

A vivência política, para a maior parte da classe trabalhadora, era expressa pela prática sindical, haja vista a baixa participação eleitoral⁴²⁵. Pode-se afirmar, desse modo, que a recusa da via eleitoral-partidária e a aposta no confronto direto com o patronato constituiu uma primeira fase da formação e reconhecimento de classe no Brasil. Em 1906, “organizou-se o I Congresso Operário Brasileiro, [em que] os anarquistas fizeram-se representar em maioria e imprimiram às resoluções do encontro a marca de suas propostas”^{426 427}.

A segunda fase, a partir dos anos 1920, marca o declínio anarquista. “Para isso, foi decisiva a repressão do Estado, fechando entidades e jornais de trabalhadores; prendendo e exilando lideranças e investindo na propaganda antissindicato”⁴²⁸. Além disso, em 1922, foi fundado o PCB (Partido Comunista do Brasil), que passa a buscar aglutinar simpatizantes da vitória da Revolução Soviética de 1917⁴²⁹.

⁴²⁴ MATTOS, 2009, p. 34.

⁴²⁵ “Com a barreira do voto do analfabeto (além das restrições a mulheres, menores de 21 anos etc.), pouquíssimos eram os eleitores. Para se ter um exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, capital e, portanto, local com um dos maiores índices de alfabetização do país, o número de potenciais eleitores nunca ultrapassava os 20% da população, mas o número dos que efetivamente se apresentavam para votar era menor, oscilando entre 2% e 5% do total de habitantes da cidade” (MATTOS, 2009, p. 44).

⁴²⁶ MATTOS, 2009, p. 48.

⁴²⁷ O Congresso criou a “Confederação Operária Brasileira” (COB), que organizou jornal chamado “A voz do trabalhador”. O jornal teve mais de 70 números editados, entre 1908 e 1915 (MATTOS, 2009, p. 49).

⁴²⁸ MATTOS, 2009, p. 49.

⁴²⁹ As polêmicas entre anarquistas e comunistas foram muitas nessa época, na “competição” pela base de trabalhadores. Veja-se trecho de Astrojildo Pereira, vindo da militância anarquista, um dos principais formuladores da política comunista para os sindicatos: “Podemos, de tal sorte, caracterizar a política anarquista em matéria de organização sindical como sendo a política do divisionismo. Essa política deriva em linha reta de seu idealismo. (...) Para os anarquistas, a organização sindical deve ser construída à base idealística, doutrinária, política. Que os sindicatos das várias tendências se federem à parte segundo as tendências políticas a cada grupo. E nada de misturas nem de entendimento! Tudo separado! Federação anarquista de um lado, Federação comunista de outro lado, Federação amarela ainda de outro lado (...) Ora, esta é também, precisamente, a opinião da burguesia. Quanto mais dividido estiver o proletariado, melhor para ela, burguesia, porque a ‘fragmentação’ proletária é sinônimo de ‘fraqueza’ proletária. Nós, comunistas, encaramos a questão de outro modo. Nós a encaramos realisticamente, objetivamente, e não através do prisma colorido do ideal. E a realidade crua e dura nos diz o seguinte: só argamassada em um bloco único pode a organização proletária enfrentar com vantagem o bloco burguês” (PEREIRA *apud* MATTOS, 2009, p. 51).

Nesse meio tempo, a consciência de classe começava a se forjar, em especial mediante greves⁴³⁰. Como afirma Badaró Matos, “os objetivos materiais e de transformação social do movimento operário não foram alcançados”⁴³¹. No entanto, foi vitorioso um objetivo de natureza cultural:

[Os trabalhadores] afirmaram a dignidade do trabalho, denunciando a sua exploração pelos capitalistas, e construíram uma identidade positiva de classe para os trabalhadores, impondo-se perante o restante da sociedade. Uma identidade da qual, com orgulho, ainda procuramos – todos os que defendemos a superação da sociedade de classes – ser herdeiros⁴³².

A seguir, não pode ser ignorado o peso dos 15 anos do governo varguista. Trata-se de um momento de difusão de discurso de “convivência harmônica” entre trabalhadores e empresários, possibilitada por um Estado “regulador e protetor”.

Badaró destaca três pontos, nos quinze anos getulistas.

a) Um primeiro ponto concerne ao processo de centralização política-administrativa. O começo é datado do governo provisório (1930-1934), interrompido pela Revolução de 1932 e pela Constituinte de 1934. “Tal processo conduzia claramente o Estado brasileiro a uma conformação autoritária e a ditadura do Estado Novo veio a completar uma trajetória já em curso”⁴³³.

b) O segundo elo é a “política econômica voltada para o desenvolvimento da nação, privilegiando setores antes relegados a segundo plano (especialmente o setor industrial)”⁴³⁴. Essa política não vem junto a um abandono do polo agrícola-exportador, antes pelo contrário. Entre 1929 e 1933,

⁴³⁰ No ano de 1902, por exemplo, uma greve mobilizou 25 mil operários de fábricas de tecidos durante 20 dias. No ano seguinte, uma greve de cocheiros e carroceiros paralisou a cidade do Rio de Janeiro e os têxteis voltaram a para, mobilizando desta vez 40 mil operários, num movimento que contagiou diversas outras categorias, configurando-se em greve geral e conquistando a redução da jornada para nove horas e meia de trabalho. (...) Em 1906, deu-se a primeira greve geral da cidade de Porto Alegre, puxada pelos marmoristas, que lutavam pela redução da jornada de trabalho. (...) Após um certo refluxo das mobilizações na virada para os anos de 1910, a partir de meados dessa década há uma retomada das lutas e, entre 1917 e 1920, o movimento operário viveu a sua fase mais intensa de mobilizações até então (MATTOS, 2009, pp. 54 e 55).

⁴³¹ MATTOS, 2009, p. 59.

⁴³² MATTOS, 2009, p. 59.

⁴³³ MATTOS, 2009, p. 62.

⁴³⁴ MATTOS, 2009, p. 62.

a agricultura de exportação possuía crescimento a taxas médias de 3,1% ao ano, contra 1,3% do aumento das taxas industriais. Porém, “a partir daí, a situação se inverteu, com a produção da indústria crescendo a taxas médias anuais de 11,3%, contra 1,2% da agricultura de exportação”⁴³⁵.

c) O último ponto, enfim, é o da política social, identificada por um conjunto de leis. O autor destaca quatro núcleos básicos de leis, quais sejam, (a) a legislação previdenciária (cuja primeira experiência data da década de 1920, com caixas de aposentadorias e pensões), (b) as leis trabalhistas propriamente ditas, “que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais etc.”⁴³⁶, (c) a legislação sindical, com as características do sindicato único por categoria e região, a estrutura vertical por categoria e a tutela do Ministério do Trabalho, “com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções”⁴³⁷ e (d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho.

Vivenciaram-se outros importantes momentos na vida política de trabalhadores e sindicatos no Brasil. Trata-se de períodos conhecidos como “ensaio democrático” (1945–1964) e, mesmo, do que compreende o período do golpe civil-militar até a transição democrática (1964–1978).

No primeiro deles, a importância política da luta dos trabalhadores foi muito grande, com influência sobre as questões nacionais⁴³⁸. A manutenção da estrutura do “sindicato oficial”, no entanto, permitiu a cassação de dirigentes e intervenções em entidades, logo ao começo da ditadura civil-militar, com desmonte do trabalho de duas décadas de mobilização⁴³⁹.

⁴³⁵ MATTOS, 2009, p. 62.

⁴³⁶ MATTOS, 2009, pp. 62 e 63.

⁴³⁷ MATTOS, 2009, p. 63.

⁴³⁸ “Especialmente nos anos de 1960, a importância política dos trabalhadores e dos sindicatos foi enorme e suas propostas para as grandes questões nacionais eram necessariamente debatidas pelo conjunto da sociedade”. (MATTOS, 2009, p. 77).

⁴³⁹ “(...) a estrutura sindical permaneceu inalterada, sugerindo que as lideranças mais combativas preferiam usar os recursos do sindicato oficial a combater decisivamente seu modelo atrelado ao Estado. Quando o golpe de 1964 pôs fim às esperanças de amplas transformações sociais no país, aquela estrutura mostrou seu potencial repressivo. Milhares de cassações de dirigentes e intervenções em entidades sindicais desmantelaram, em poucos meses, o trabalho de duas décadas de mobilização” (MATTOS, 2009, pp. 77 e 78).

Já o segundo período mencionado caracteriza-se por grande número de intervenções⁴⁴⁰, seguido da construção de “lutas subterrâneas” à ditadura civil-militar⁴⁴¹. Uma periodização possível informa que entre 1964 e 1967, os sindicatos foram amordaçados por intervenções e perseguições. Já a partir de 1967, há uma liberalização progressiva; e a partir de 1970, houve um esforço de revalorização sindical, como “órgãos integrados ao sistema oficial de previdência e assistência social”⁴⁴². Isso não significa, no entanto, que os trabalhadores se mantiveram submissos à lógica colaboracionista⁴⁴³.

Um destaque deve ser dado à estratégia “democrático-nacional”, defendida pelo PCB. Importantes intérpretes do Brasil, como Caio Prado Jr., se debruçaram sobre essa perspectiva, em crítica ao seu modelo etapista, diretamente importado do estalinismo⁴⁴⁴, sem mediações à especificidade brasileira⁴⁴⁵.

A formulação pecebista acerca da revolução brasileira foi elaborada sincronicamente às teses do VI Congresso do Komintern, de 1928. Conforme sinalizam Borges e Rezende:

⁴⁴⁰ “(...) tão logo o golpe consolidou-se, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação dos direitos políticos e a instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar à prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio” (MATTOS, 2009, p. 101).

⁴⁴¹ “(...) entre o golpe e o surgimento do ‘novo sindicalismo’, a partir das greves de 1978 no ABC paulista, os sindicatos não deixaram de vivenciar conflitos, nem os trabalhadores de criar formas de resistência à exploração e à ditadura” (MATTOS, 2009, p. 102).

⁴⁴² MATTOS, 2009, p. 102.

⁴⁴³ “Como balcões de serviços, os sindicatos poderiam servir melhor também para veicular as ‘conquistas’ do regime militar. Os trabalhadores, porém, não se calaram. De formas muitas vezes clandestina, organizaram-se nos locais de trabalho e protestaram, em movimentos por empresa, mantendo acesa, apesar de todos os limites, a possibilidade da ação sindical. Foi também a fase das explosões violentas de revolta contra as condições de vida no meio urbano, com destaque para os quebra-quebras de trens nas áreas periféricas do Rio de Janeiro e São Paulo” (MATTOS, 2009, pp. 102 e 103).

⁴⁴⁴ Entende-se estalinismo, aqui, na perspectiva adotada por Lukács. Isto é, não se trata de um problema oriundo apenas da “pessoa” de Stalin, mas de um determinado método, que exclui do marxismo a categoria mediação. Consagra-se, assim, uma união linear entre teoria e prática, com aspectos de ultrageneralização. “Começo por uma questão de método, aparentemente muito abstrata: a tendência staliniana é sempre a de abolir, quanto possível, todas as mediações, e de instituir uma conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas mais gerais. Precisamente aqui aparece claramente o contraste entre Lênin e Stálin” (LUKÁCS *apud* BORGES E REZENDE, 2008, p. 27).

⁴⁴⁵ “É sobre esse eixo que caminhou, de maneira infiel e ulterior ao pensamento marxiano, o Komintern stalinizado com a teoria etapista, que guiou ora direta, ora indiretamente, a chamada revolução mundial e influenciou o rumo da esquerda brasileira por quase meio século, propugnando um universo arquetípico da realidade” (BORGES E REZENDE, 2008, p. 27).

Tal formulação pelo Komintern estabelecia uma revolução por etapas, classificando os países por seu desenvolvimento histórico, agrupando-os em blocos, a saber, países de alto desenvolvimento, médio desenvolvimento e países coloniais e semicoloniais. De acordo com tais teses, nesse terceiro bloco a luta deveria concentrar forças contra o feudalismo instalado nesses países, e pelo desenvolvimento agrário anti-imperialista, noutras palavras, a luta circundava a independência nacional. Quando, portanto, no Brasil em 1929, o PCB umbrícola da Internacional, adere às teses, já havia a tentativa de alianças dos comunistas com os 'setores democráticos e progressistas' de uma 'burguesia nacional'. De sorte que os comunistas brasileiros de maneira geral acreditavam que a burguesia brasileira possuía um projeto nacional⁴⁴⁶.

Essa foi a formulação predominante nos cinquenta anos iniciais do PCB, sem exclusão de nenhuma de suas dissidências⁴⁴⁷. Merece registro, no entanto, a guinada à direita realizada em 1935. Trata-se do abandono da tática de classe contra classe e da consolidação da política de "frente popular"⁴⁴⁸.

Caio Prado Jr., embora pecebista, criticava a subordinação do partido à política internacional⁴⁴⁹. Trata-se, com maior ênfase, da crítica à ideia de que tenha existido um modo de produção feudal ou semifeudal no Brasil⁴⁵⁰. O combate ao imperialismo, no entendimento do autor, não pode ter como

⁴⁴⁶ BORGES E REZENDE, 2008, p. 28.

⁴⁴⁷ "Nos cinquenta anos iniciais do PCB, e aqui não se exclui nenhuma das suas dissidências oriundas da fratura da esquerda durante a ditadura, a *weltanschauung* hegemônica fora pela realização da quimérica revolução democrática nacional, que pudesse comungar um estatuto de cidadania, um desenvolvimento das forças produtivas do capital, e erigir um Estado nacional democrático, como pressuposto da revolução socialista" (BORGES E REZENDE, 2008, p. 28).

⁴⁴⁸ Octávio Brandão formula, em "Agrarismo e Industrialismo", a tentativa de articulação do Bloco Operário (logo transformado em Bloco Operário e Camponês), que buscava aliança entre "trabalhadores rurais e a burguesia para a revolução democrática, que no fim seria guiada pelo proletariado" (BORGES E REZENDE, 2008, p. 29). Entretanto, em 1935, "por ocasião do VII Congresso do Komintern, a tática geral do movimento comunista internacional era de alianças com a burguesia 'progressista e nacional'. Isso, aliado à derrota da Insurreição de 35, gerou a guinada à direita do PCB (...). No imediato pós-guerra o programa do PCB era colocado por Luís Carlos Prestes como uma 'realização progressiva e pacífica, dentro da ordem e da lei', a fim da disputa legal das eleições. É nesse período que o PCB edifica sua linha política mais duradoura, que deixava de lado a tática de classe contra classe e adotava a linha do VII Congresso do Komintern, a política de frentes populares (...)" (BORGES E REZENDE, 2008, p. 29).

⁴⁴⁹ "Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também" (PRADO JR. *apud* BORGES E REZENDE, 2008, p. 30).

⁴⁵⁰ "É isso que fizeram e ainda fazem certos pseudomarxistas, sem ao menos se darem conta disso, quando prefixam para todo e qualquer país uma etapa feudal, que existiu na Europa precedendo o capitalismo, e de que esse capitalismo resultou ou a que sucedeu" (PRADO JR. *apud* BORGES E REZENDE, 2008, p. 30).

fundamento uma visão linear e abstrata da história, sem a análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no país⁴⁵¹.

Para Prado Jr., não houve feudalismo no Brasil. Em outro sentido, define-se o Brasil como uma forma capitalista não-clássica. Conforme assinala Mazzeo:

Dimensionando a particularidade histórica brasileira, Prado Jr. demonstra que a raiz colonial do Brasil – e sua não-superação – determina uma inserção subordinada no conjunto do sistema mundial do capitalismo, onde a não realização de um processo modernizador a partir de uma ruptura revolucionária com a estrutura colonial, em moldes burgueses [...] lança o Brasil tardiamente no processo de industrialização e, conseqüentemente, no redimensionamento da economia mundial, a partir da segunda metade do século XIX⁴⁵².

Importante complemento à interpretação de Caio Prado Jr é dado por José Chasin. O autor analisa a via prussiana, como forma de consolidação do capitalismo na Alemanha⁴⁵³. A seguir, busca aproximações e distanciamentos da “via colonial” brasileira.

Como aproximação, destaca-se a presença em ambos da grande propriedade rural, bem como de uma modernização que se desenvolve por meio do reformismo, realizado por aliança entre a burguesia e antiga classe

⁴⁵¹ PRADO JR. *apud* BORGES E REZENDE, 2008, p. 30.

⁴⁵² MAZZEO *apud* BORGES E REZENDE, 2008, pp. 32 e 33.

⁴⁵³ Para Marx, comentado por Chasin, “Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lenin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho, trata-se de um *itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso*: ‘Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da ‘via francesa’ ou da ‘via russa’, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular’. (...) Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação ‘pelo alto’ o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se ‘reúnem os pecados de todas as formas de estado’” (CHASIN *apud* BORGES E REZENDE, 2008, p. 34).

dominante, “em que se faz ausente a ruptura com a velha estrutura e a participação da classe trabalhadora no processo”⁴⁵⁴.

Como distanciamento essencial, no entanto, deve-se destacar que no caso alemão se estabelece uma formação social capitalista autônoma, ao passo que no caso brasileiro isso não ocorre. “A miséria brasileira é, desta sorte, mais perversa que a alemã, pois a burguesia brasileira, caudatária e subordinada ao capital externo (...) não procurou estabelecer um desenvolvimento autônomo (...)”⁴⁵⁵.

Não dar destaque ao caráter dependente do capitalismo brasileiro permite a ilusão de que se possa, por meio de uma visão linear da história, buscar o progresso, rumo ao “desenvolvimento” e à “libertação”, de um país que “se classifica” como “similar à via prussiana”. No seio do reconhecimento de classe dos trabalhadores no Brasil, a subordinação se fez presente não apenas como realidade econômica, mas também como projeto político consciente, elaborado e hegemônico no período histórico imediatamente anterior à ditadura civil-militar.

Os debates havidos a partir de 1978, sobre o “novo sindicalismo” e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), não ignoraram a necessidade da superação da subordinação política brasileira. É o que se verá a seguir.

2.4.2. A consolidação de uma utopia ou de um não-lugar: o projeto petista, da classe à cidadania

É impossível debater a ideologia concernente à forma jurídica cooperativa sem debater o projeto hegemônico, da classe trabalhadora, no período histórico em que surge e se fortalece a economia solidária no Brasil. Eis a relevância do PT para a presente pesquisa: como principal expressão politico-organizativa da classe trabalhadora após a década de 1980, teve seu projeto como parâmetro para a maior parte daqueles que se propuseram a pensar a superação da ordem social dada.

⁴⁵⁴ BORGES E REZENDE, 2008, p. 34.

⁴⁵⁵ BORGES E REZENDE, 2008, p. 34.

A ditadura civil-militar, que possuía intrínseca relação com o cooperativismo tradicional⁴⁵⁶, se dissolve por uma conjunção de fatores. Destacam-se a crise de seu modelo econômico e a multiplicação de dissidências no interior do seu bloco de poder. Isso leva os militares à busca de uma transição “lenta e gradual”, “pelo alto”, com o fim do AI-5 em 1978, a anistia política em 1979 e a reorganização partidária⁴⁵⁷.

Ainda antes, foram tomadas medidas que demonstram o caráter limitado e dúbio da transição democrática brasileira. Em 1977, a ditadura decretou o fechamento temporário do Congresso, instituiu eleições indiretas para o Senado (os senadores “biônicos”), alterou a composição do colégio eleitoral para a Presidência, anistiou agentes de repressão e deu seu próprio tom à reorganização partidária, com objetivo de “dividir e enfraquecer oposições”⁴⁵⁸.

O terreno político reaberto dá reinício a tensões mais fortes por parte da classe trabalhadora. Ainda em 1978, eclodem as greves do ABC. Em 1980, funda-se o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1983, funda-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tudo isso somado a intensas mobilizações do movimento negro, LGBT e feminista⁴⁵⁹, bem como ao surgimento do MST.

Advirta-se que há uma mudança qualitativa nas lutas sociais da década de 60 e do final da década de 70. Embora em ambos os períodos se registre um aumento quantitativo de greves, a década de 1980 possui maior diversidade dos movimentos. Veja-se, por exemplo, a existência de paralisações por empresa, e não apenas por categoria; ou, ainda, a diversificação dos métodos: “greves com ocupação, greves ‘pipoca’, operações ‘padrão’, ‘vaca brava’ e ‘tartaruga’, foram algumas das novas formas que surgiram no período”⁴⁶⁰.

Em 1978, ocorreram cerca de 100 greves no país. Em 1979, o dobro. Em 1980, houve um momento de contenção grevista, pela conjuntura marcada pelo desemprego e crise econômica, bem como pela resposta de

⁴⁵⁶ Sobre o período da ditadura civil-militar e seu significado para o cooperativismo, dedica-se a seção 3.1. da presente dissertação. Sobre a diferença entre cooperativismo tradicional e cooperativismo popular, veja-se a seção 3.2.

⁴⁵⁷ MATTOS, 2009, p. 117.

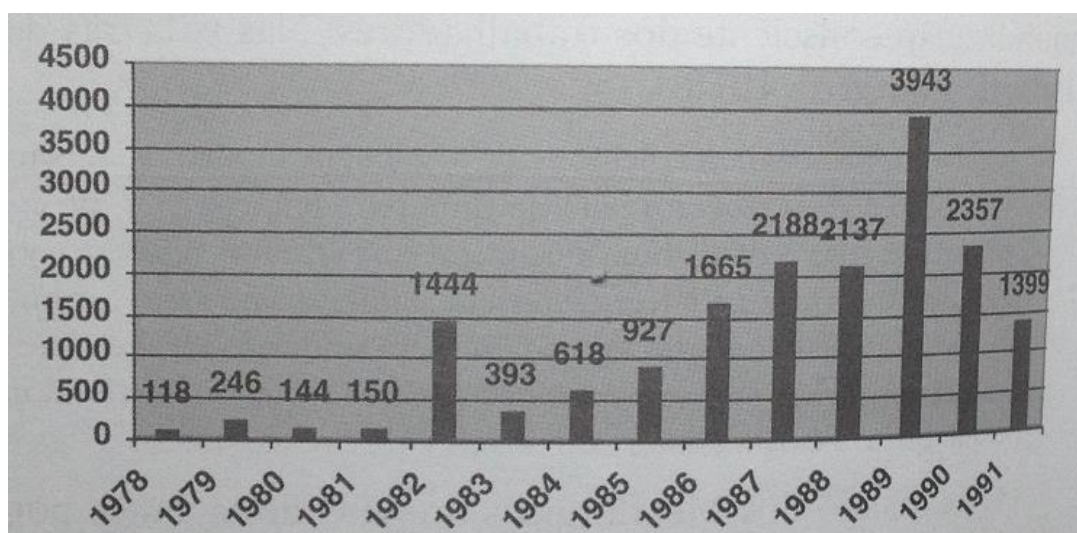
⁴⁵⁸ MATTOS, 2009, p. 117.

⁴⁵⁹ OKITA, 2007.

⁴⁶⁰ MATTOS, 2009, p. 121.

governo e empresariado, com endurecimento e repressão. Mas em 1982 as greves voltam a crescer “e os anos seguintes foram marcados por um ritmo intenso e inédito dos movimentos grevistas, indicando uma fase de intensa atividade sindical”⁴⁶¹. Segue figura das greves desse período, de Noronha:

Figura 1 - Greves no período 1978–1988



Fonte: MATTOS, 2009, p. 120.

Nessa época de intensas mobilizações sociais, as divergências programáticas se faziam presentes. Para as organizações da esquerda tradicional (PCB, PC do B e MR-8), a superação da ditadura era prioritária em relação às reivindicações dos trabalhadores. Por isso, “pregavam uma contenção da ação sindical e procuraram adiar ao máximo o surgimento da CUT”⁴⁶². Ainda mais, defendiam uma central de “direções sindicais”, em contraposição à palavra de ordem dos que fundaram a CUT, que afirmava: “construir a CUT pela base”⁴⁶³.

Os comunistas, então, aliaram-se em torno da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT)⁴⁶⁴. Posteriormente, junto com

⁴⁶¹ MATTOS, 2009, p. 120.

⁴⁶² MATTOS, 2009, p. 124.

⁴⁶³ MATTOS, 2009, p. 124.

⁴⁶⁴ Diferencie-se, com o fim de evitar confusões, as duas CONCLATs, a que dá origem à CUT e a que dá origem à CGT. Em 1981, há a **Conferência** Nacional das Classes Trabalhadoras. A reunião de lideranças nesta Conferência deu, mais tarde, origem à CUT. Já em 1983, criou-se

dirigentes ligados à ditadura e sindicalismo atrelado ao Estado, fundaram a CGT, “que acabariam abandonando, para ingressar na CUT, já nos anos 1990”⁴⁶⁵. Em posterior dissociação, surgem outras centrais, a partir da CGT. É exemplo significativo a Força Sindical, conhecida pela sua proposta de “sindicalismo de resultados”, apoiada pelo governo e empresariado.

A CUT, entretanto, terminou por se configurar como a experiência mais representativa dos setores combativos da classe trabalhadora. Em 1983, na fundação da Central, possuía 912 entidades. Em 1991, 1.300 entidades. Em 2000, 3.088 entidades⁴⁶⁶. Além do crescimento numérico, representou importante papel no cenário político da década de 1980 e 1990, levando “milhões de trabalhadores a jornadas de lutas e mobilizações, com destaque para as greves gerais”⁴⁶⁷.

Seria incorreto afirmar, entretanto, que o PT reunia todos os setores radicais em torno de uma plataforma comum. Antes em outro sentido, o Partido reuniu uma série de correntes políticas, organizadas em tendências internas. A busca pela superação do projeto democrático-nacional, do PCB, não se deu sem amplo e intenso debate.

Uma das formulações que merece destaque, pelo ulterior desenvolvimento do Partido, é a que estabelece a estratégia da pinça. Conforme formulação de Juarez Guimarães para a Revista Teoria e Debate, edição 12, em 30 de novembro de 1990, ela consiste em “um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro de poder burguês – isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular”⁴⁶⁸.

Baseia-se na “diferenciação nítida” entre a experiência brasileira e a experiência bolchevique, entendendo que nesta “as possibilidades de acumulação de forças no plano institucional eram bastante reduzidas”, ao

a **Coordenação** Nacional das Classes Trabalhadoras. Esta Coordenação deu, mais tarde, origem à Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

⁴⁶⁵ MATTOS, 2009, p. 124.

⁴⁶⁶ MATTOS, 2009, p. 125.

⁴⁶⁷ MATTOS, 2009, p. 125.

⁴⁶⁸ A edição *online* do referido artigo não possui numeração das páginas. Sua citação, portanto, será feita de forma livre. O texto está disponível em < <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/estrategia-da-pinca?page=full>>. Último acesso em 23 de dezembro de 2014.

contrário do Brasil da década de 1990. Com isso, busca-se adotar uma visão de “confronto de massas prolongado contra o Estado e o grande capital, uma ‘guerra de movimento prolongada’, onde a ocupação de posições está desde o início subordinada a esta estratégia de ruptura com a ordem”.

Ainda, afirma que seria um erro da direita (tanto reformista quanto social-democrata) “centrar os objetivos e a dinâmica do movimento dos trabalhadores no sentido de conquistar o poder via um deslocamento da correlação de forças no interior do Estado burguês”. Esse erro tem como “equívoco básico (...) encarar a máquina do Estado burguês como se ela fosse neutra”. Far-se-ia, assim, “de uma estrutura construída para oprimir e alienar o poder aos trabalhadores um instrumento-chave para a transformação social”

⁴⁶⁹.

As tensões para o “desvio” da estratégia da pinça, para a direita, estavam previstas nesse mesmo texto, que já as enumerava e explicava. Listavam-se quatro elementos de desvio, a saber, (a) diluição ideológica e debilidade hegemônica, (b) insuficiência programática, (c) autonomização das lutas parlamentar, sindical e administrações populares e (d) dinâmica de institucionalização, com crescente descompasso que tende para o eleitorarismo⁴⁷⁰.

Tratava-se da tentativa de equacionar um problema prático por meio de uma formulação teórica, que a seguir se demonstrou insuficiente para dar conta das limitações que já elencava. A relação do PT com as eleições já era, então, um fenômeno que vinha avançando há quase uma década.

⁴⁶⁹ Nesse mesmo texto, elencam-se como cinco elementos básicos para pensar a dinâmica e a dialética da “estratégia da pinça” os seguintes: “a construção do partido revolucionário, a criação dos organismos de poder popular, a formação do bloco antimonopolista, a ocupação de posições na institucionalidade e o enfrentamento do problema militar”.

⁴⁷⁰ 1. O primeiro é o da “debilidade hegemônica, nossa diluição ideológica, nossa dificuldade em criar um campo de massas para uma visão de mundo socialista”; 2. O segundo é o da “insuficiência programática de nosso partido”, referindo-se ao “poder popular que queremos construir”, bem como das “mudanças estruturais que queremos na economia brasileira que devemos propor”, calcado na “ausência de tradição antimonopolista no Brasil”. 3. O terceiro é “a perda da dimensão da globalidade e da necessária integração dos vários planos de atividade do nosso movimento”, com uma “dinâmica autonomizada da luta parlamentar, da atividade sindical e, mais recentemente, das administrações populares”. 4. O quarto, enfim, é a “dinâmica de institucionalização que inibe o processo de formação dos embriões do poder popular, na medida em que pressiona para a corporativização das entidades e movimentos. **É inegável que existe hoje um enorme descompasso entre a influência eleitoral do PT, o grau de sua incidência na luta de classes e os patamares de auto-organização já atingidos pelos trabalhadores**” [grifo nosso].

Em 1982, nas resoluções do 2º Encontro Nacional do PT, item "As eleições e os objetivos do nosso partido", assim aparece a relação do PT com as eleições:

1 - Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.

Segundo sistematização de Cyro Garcia, essa formulação anda lado a lado com um rápido crescimento da bancada petista, ainda na década de 1980. Em 1982, elegem-se oito deputados federais e doze estaduais. Em 86, são 16 deputados federais e quarenta estaduais. Em 88, ano de ainda maior crescimento, passa-se também a vitórias no executivo, com eleição de 39 prefeituras, entre elas a de São Paulo⁴⁷¹.

Nessa mesma época, Gaglietti, em uma pesquisa realizada no Diretório Municipal de Porto Alegre, constatou que "dos 60% dos dirigentes que ocupavam cargos na Prefeitura ou na Câmara Municipal, 71,5% tinham uma renda individual entre 10 e 20 salários mínimos, e que 85% não participavam dos movimentos sociais"⁴⁷².

Pode-se ler, a partir desses dados, que a burocracia junto aos mandatos petistas possuía uma diferença considerável em relação ao outro lado da "pinça", isto é, àqueles que estavam nas lutas sociais, e não nos mandatos, cargos de confiança, fundos de pensão etc.

Entretanto, segundo sistematização de Cyro Garcia, foi cada vez maior a influência da burocracia no PT ao longo da década de 90. Em relação à participação em encontros e congressos partidários, o número de militantes profissionalizados em cargos de confiança, mandatos, liberados por sindicatos ou, ainda, em fundos de pensão, cresce na seguinte proporção: em 1991, eram 38,8% do Congresso do Partido; em 1997, 60% dos delegados; já em 2001, o autor especula que esse número chegou a 75% do Encontro⁴⁷³.

⁴⁷¹ GARCIA, 2008, p. 66.

⁴⁷² GARCIA, 2008, p. 20.

⁴⁷³ GARCIA, 2008, p. 20.

Marcelo Badaró Mattos, em outro estudo, referencia a década de 90 como aquela em que o movimento dos trabalhadores, isto é, o “outro lado da pinça”, perde sua força, em momento de refluxo:

Do ponto de vista das mobilizações da classe trabalhadora, há uma evidência pouco discutível de recuo. Tomando as greves como indicadores, observamos que das quase 4.000 greves de 1989, ano de pico das mobilizações grevistas na década de 1980, passamos a patamares médios de cerca de 700 greves anuais nos anos 1990. O fenômeno passou a ser tão secundário que o Dieese, que sempre manteve pesquisas sobre greves, interrompeu-as no fim da década de 1990. Retomando tais pesquisas em 2004, o departamento encontrou perto de 300 greves em média nos anos seguintes (até 2007)⁴⁷⁴.

É justamente no interior desse refluxo das mobilizações da classe trabalhadora que devemos situar a modificação da composição social do PT⁴⁷⁵. Abaixo, segue tabela de elaboração própria nossa, a partir de dados de Cyro Garcia, sobre a renda dos militantes do PT em 1991, 1997 e 1999.

Tabela 3 - Renda de militantes do PT em 1991, 1997 e 1999

	1991	1997	1999
1 salário mínimo (s.m.)	2,9%	2%	3%
2 s.m.	8,6%	4%	3%
2 a 5 s.m.	24,2%	14%	9%
5 a 10 s.m.	26,2%	19%	22%
10 a 20 s.m.	14,9%	27%	34%
20 a 50 s.m.	6,2%	23%	22%

Fonte: GARCIA, 2008, p. 19.

Pela tabela acima, percebe-se que a composição social do partido se modifica substancialmente nessa década, aumentando significativamente a proporção de delegados que recebe de 10 a 20 e de 20 a 50 salários mínimos. Nesta última faixa salarial, a dos “mais ricos”, o aumento operado é de quase quatro vezes maior número de militantes.

⁴⁷⁴ MATTOS, 2009, p. 26.

⁴⁷⁵ É importante mencionar a ressalva de Badaró a respeito do MST, que na década de 1990, enquanto há o refluxo da classe trabalhadora, encontra seu maior ascenso.

É importante questionar o que significa a modificação da composição social do PT. A burocratização do Partido, em meio a um refluxo das lutas, explica em larga medida por que a “estratégia da pinça” possuía um tom idealista. A resposta ao movimento concreto de burocratização (percebido pelos próprios autores da formulação) foi uma definição abstrata de como resolvê-lo (um “aviso” sobre desvios e tensões).

Há que se observar, nesse sentido, que mesmo a intenção “abstrata” foi se perdendo, por meio do deslocamento da linguagem do Partido, cada vez mais adaptada à ordem e à democracia burguesa, em especial em elementos como “acúmulo de forças” e “ampliação de alianças”.

Ricardo Musse, em introdução à obra “Metamorfoses da consciência de Classe”, de Mauro Iasi, sinaliza que se pode observar o processo pelo qual o PT abandona suas origens mediante a substituição de quem seria seu protagonista. Num primeiro momento, a “classe trabalhadora”; num segundo, “trabalhadores” de maneira geral; num terceiro, “povo”; e, finalmente, em um quarto momento, aparecem como protagonistas “cidadãos”.

Mauro Iasi, na busca por captar as determinações essenciais deste movimento, localiza sua expressão mais forte na concepção fundada no Projeto Democrático Popular (PDP), no V Encontro do PT, em 1987. Isso porque o projeto equaciona a necessidade do Partido em demonstrar uma diferenciação em relação ao horizonte estratégico anterior, do PCB. Isto é, inaugurava a noção de que o PT representava, programaticamente, um período novo na história brasileira.

Tratava-se também de enfrentar os inimigos internos, com a consolidação de uma força majoritária no Partido. Contra os que “vestiam duas camisas”, dava-se disciplina regimental a um programa, apresentando-se também um documento sobre a organização partidária, uma resolução sobre movimento sindical, outra sobre relação com movimentos populares e, por fim, uma última sobre funcionamento das tendências internas⁴⁷⁶.

⁴⁷⁶ Trata-se de referência a correntes que atuavam taticamente no PT, como lembra Iasi. “José Dirceu, no Encontro Estadual de São Paulo, fez o famoso discurso sobre as ‘duas camisas’ querendo indicar que alguns militantes escondiam, na verdade, outro partido por debaixo da camisa do PT. Em benefício da verdade, algumas tendências de fato trabalhavam com uma lógica muito próxima à da facção, como, diga-se de passagem, era aceito pelos documentos do partido” (IASI, 2006, p. 414).

O consenso que se forja, em oposição à estratégia anterior do PCB⁴⁷⁷, é de que há um inimigo comum, a saber, a burguesia. Entretanto, mesmo nessa demarcação há um certo vacilo, com a inexatidão do campo da burguesia, ampliando-se para o campo dos trabalhadores “microempresários”, o que é obviamente distinto de “trabalhadores com propriedade”, visto que aqueles exploram força de trabalho, enquanto estes sobrevivem da sua força de trabalho⁴⁷⁸.

No interior desse consenso, entretanto, há uma série de questões dúbias ou ambíguas, que despertam tensões já na sua formulação e que, no decorrer do processo dialético de seu desenvolvimento, terminarão por ceder à estratégia de poder contida no projeto. Quer-se dizer, tensões cuja síntese histórica será o “governo de todos” de Lula em 2002.

Destacamos como importantes tensões (a) aquela existente entre a “tomada do poder” e a “construção do socialismo”, (b) a concepção de “Estado moderno”, (c) forma particular de capitalismo no Brasil *versus* “tarefas em atraso” e (d) o que seja uma “transição antes da transição”.

(a) A primeira, da distinção entre “tomada do poder” e “construção do socialismo”, aparece na própria formulação do PDP, que se propõe um projeto de *ruptura*, que cumprirá tarefas não efetivadas pela burguesia.

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista – tarefas não efetivadas pela burguesia –, tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitantemente de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfraquecimento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores,

⁴⁷⁷ “(...) o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo” (V Encontro, *Resoluções...* 1987, p. 322).

⁴⁷⁸ “O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola” (V Encontro Nacional, *Resoluções...* 1987, p. 314).

na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática popular⁴⁷⁹.

Entretanto, essa intenção se perde rapidamente. Como pontua Mauro Iasi, já no VI e VII Encontro se modificam as intenções de ruptura ali assinaladas, por três motivos principais, em conjunção de fatores subjetivos e objetivos. Primeiro, porque a dinâmica da luta de classes se acentua durante o governo Sarney; com isso, apresenta-se concretamente a possibilidade de vitória eleitoral em 1988, um ano depois do V Encontro. Segundo, porque a reestruturação produtiva, implantada no Brasil entre final da década de 1980 e começo da década de 1990, quebra a força do movimento operário independente em sua própria base. Terceiro, porque as experiências de transição socialista em curso, como na URSS, entram em colapso.

É assim que (b) uma determinada forma de enxergar o Estado, também já presente na concepção do projeto democrático e popular, começa a ganhar força. Trata-se do entendimento de que o Estado moderno seria “mais aberto” e permeável a “disputas de classe” no seu interior⁴⁸⁰.

Para além de equívocos grosseiros no caráter de classe do Estado burguês, como o que menciona a captura de “funcionários de outras classes” como uma medida de “abertura”, Mauro Iasi salienta que “a ‘sociedade civil’ aparece como um terreno de disputa entre as ‘instituições’ da burguesia e ‘instituições’ dos trabalhadores cujos resultados seriam ‘os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração’”⁴⁸¹.

É essa abertura que dá ao Estado uma função na “construção” do socialismo (diferentemente da “tomada” do poder), que aparece a seguir, qual seja, a de (c) resolver as “tarefas em atraso”, que a burguesia deveria já ter efetivado durante a implementação do capitalismo brasileiro.

O que é de se estranhar, já salientado por Chico de Oliveira em seu “Crítica da Razão Dualista”, é que no Brasil não foi o antagonismo entre o

⁴⁷⁹ V Encontro, *Resoluções...* 1987, p. 322.

⁴⁸⁰ “Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes” (V Encontro, *Resoluções...* 1987, p. 316).

⁴⁸¹ IASI, 2006, p. 424.

arcaico e o moderno que situou o nosso capitalismo. A especificidade brasileira caminha justamente no sentido contrário. No Brasil, foi *por causa* do latifúndio, da dependência, da superexploração, do capital monopolista, e não *apesar* desses fatores, que se implementou o modelo não-clássico de capitalismo⁴⁸².

Sem grandes esforços, podem-se tirar conclusões importantes dessa série de raciocínios. Quer-se dizer: havendo uma diferença entre tomar e construir o socialismo, podendo essa construção se dar mesmo no interior de um certo “Estado moderno”, constatando-se ainda que esse Estado moderno “deixou de cumprir” uma série de tarefas históricas da burguesia, eis que surge uma quarta conclusão daí decorrente: (d) é necessária uma transição antes da transição.

Veja-se que não se trata de recuperar a “teoria das etapas”, porque se nega ela explicitamente nas formulações, defendendo-se uma ruptura. Entretanto, “há uma necessidade de acúmulo de forças” para ganhar os setores médios, conjunto de assalariados “para os quais não está colocada, na ordem do dia, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta pelo socialismo”⁴⁸³. Conclui Iasi:

A teoria política de Marx apresentou o socialismo como uma transição necessária contra a tese central do pensamento anarquista segundo a qual era possível, com o ato da revolução, a instalação de uma sociedade libertária, sem classes e sem Estado. Nesta transição, ainda por meio de um Estado, deveriam se desenvolver as condições que o ato político da revolução não poderia instaurar, por exemplo, o pleno desenvolvimento das forças produtivas, uma nova divisão social do trabalho baseada na propriedade comum dos meios de produção, o desenvolvimento dos indivíduos em todos os sentidos, a superação da divisão entre trabalho intelectual e manual e outras. **Agora surge uma transição antes desta transição**, uma etapa, nos termos do pensamento da Terceira internacional ⁴⁸⁴ [grifo nosso].

⁴⁸² Na resolução do PDP, aparece estranhamente a palavra “contudo”, forjando uma oposição equivocada. “Esse crescimento, contudo, deu-se por meio da ampliação do país em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos importantes. (...) A incapacidade do capitalismo incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade da burguesia exercer sua hegemonia política na sociedade, o que está na raiz das frequentes intervenções militares na vida do país” (V Encontro, *Resoluções...* 1987, pp. 319 e 320).

⁴⁸³ V Encontro, *Resoluções...* 1987, p. 321.

⁴⁸⁴ IASI, 2006, p. 432.

Trata-se daquilo que, em texto mais recente, Iasi irá caracterizar como desenvolvimento de uma “democracia de cooptação”, apropriando-se de termo cunhado por Florestan Fernandes:

Vejam que há um raciocínio estranho aqui. Não se poderia pensar em uma ruptura socialista por conta de uma certa correlação de forças insuficiente acompanhada de uma consciência de classe igualmente insuficiente. Por isso as reformas democráticas e populares. Agora se trata de uma correlação de forças ainda mais precária que impede até mesmo estas reformas, fazendo com que o programa tenda a um horizonte apenas ‘democrático’⁴⁸⁵.

É no desenvolvimento desse entendimento, “democrático e popular”, que transcorre a “pinça” petista, cujo peso recai sobre a burocratização.

Em um primeiro cenário, busca-se chegar ao governo federal, mas com percepção de ausência de “correlação de forças” para implementar suas reformas democráticas e populares; para solucionar este impasse, a solução seria exatamente buscar “alterar a correlação por dentro da ordem”, numa reedição da tática de Florestan Fernandes, de coadunar, a um só tempo, luta por dentro da ordem e a luta contra a ordem. Entretanto, o segundo cenário, que sucede a este, é de um progressivo abandono da perspectiva “contra a ordem”, antes requisito mesmo para se pensar a luta “dentro da ordem”.

Em resumo, o PDP em um primeiro momento defende a necessidade de diferenciação entre “tomada do poder” e “construção do socialismo”. Cada vez mais, entretanto, a perspectiva de enfrentamento, contida na “tomada do poder”, é abandonada. No seu lugar, expande-se a brecha da “construção do socialismo mesmo dentro da ordem”, com uma concepção de disputa do Estado, para resolver tarefas em atraso, “democráticas”, em uma “transição antes da transição”.

É nesse sentido que nos anos seguintes se sucede uma ampliação de alianças para a disputa em eleições, bem como uma modificação sucessiva da perspectiva em relação ao Estado. Apenas de forma panorâmica, citam-se alguns momentos deste processo.

No 9º Encontro do PT, em 1994, após *impeachment* de Collor, nomeia-se quem seja o “campo democrático e popular”, composto por PSB,

⁴⁸⁵ IASI, 2012, p. 310.

PPS, PC do B, PCB, PSTU e áreas do PV. Ademais, sinaliza-se *possibilidade de flexibilização*, sendo recomendado incorporarem-se setores PSDB, PDT e PMDB “descontentes com cúpulas de seus partidos”.

No 11º Encontro do PT, em 1997, em resolução sobre política de alianças conhecida como “Carta do Rio de Janeiro”, a possibilidade de flexibilização é mais explícita: “A rigor, o PT não deve recuar da experiência de 89 e 94, mantendo a Frente Brasil Popular, com PSB, PC do B e ampliando para o PDT, sem descartar alianças com setores do PMDB e personalidades que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC”⁴⁸⁶.

No 12º Encontro do PT, em 1998, delibera-se que a política de alianças poderá ser decidida pelo Diretório Nacional, incorporando forças de oposição a FHC. É essa deliberação que permite que o Diretório Nacional componha explicitamente com setores da burguesia na eleição de 2002:

O 12º Encontro Nacional autorizou a direção nacional a construir, com base em nossa candidatura e nas diretrizes do programa, um arco de alianças que incorpore as forças políticas de oposição a FHC, cabendo ao Diretório Nacional a decisão final sobre o programa, o candidato a vice-presidente da República e as alianças. É neste sentido que o DN, informado das conversações havidas, autoriza o prosseguimento do diálogo com o PL e setores do PMDB que se opõem ao governo do FHC.

Essa ampliação de alianças pela governabilidade, longe de aparecer como secundária, ocorre em paralelo com o processo de burocratização do Partido. Aqui se constata o decisivo: há um retorno da perspectiva subordinada ao Estado, a partir da perspectiva utópica petista. Vê-se, desse modo, uma repetição da subordinação pecebista à ordem, ora com outra gramática e outra qualidade histórica.

Se o projeto pecebista configura uma perspectiva de frente popular, que substitui a classe, o projeto petista igualmente substitui a classe pela cidadania e pela perspectiva estatal. É no interior deste terreno de subordinação que surge a economia solidária. Uma subordinação que se expressa, no plano econômico, pela precarização do trabalho no Brasil; e no plano político, pelas *utopias subordinadas* dos projetos de emancipação social aqui gestados.

⁴⁸⁶ XI Encontro do PT, *Resoluções...* 1997.

2.4.3. A conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais

No seu programa de governo, em 2002, o PT possuía documento específico referente ao cooperativismo, denominado “Cooperar e desenvolver”⁴⁸⁷. A ligação do Partido com a economia solidária é grande e, sem dúvida, seu transformismo em tudo se coaduna à gramática ideológica da economia solidária⁴⁸⁸. A passagem da resistência “contra o” neoliberalismo à busca por alternativas de trabalho e renda “no” neoliberalismo é um indicador essencial.

A presente subseção fornece elementos para a compreensão dos perigos da lógica da colaboração de classes e da urgência de demandas, sem projeto de totalidade, quando colocada à frente da perspectiva que reconhece a existência de classes sociais e, com clareza, propõe o horizonte de superação do capitalismo. Toma-se como paradigma a perspectiva oferecida pelas ONGs e a ideologia a ela subjacente.

A relação entre ONGs, cooperativismo e economia solidária se dá em duas frentes: uma primeira, ideológica, eis que compartilhados uma série de valores e crenças, bem como de projeto político. Uma segunda, material, visto que uma série de ONGs é voltada ao estímulo e criação de oportunidades de trabalho e renda e, também, de empreendimentos de economia solidária, registrando-se especial ascensão de ONGs e cooperativas no mesmo período, qual seja, ao longo da década de 1990. O contexto que fornece a possibilidade ideológica e material para essa relação é complexo e deve ser detalhado.

Como já exposto, a década de 1980 possui importância fundamental no panorama das lutas sociais no Brasil. Com efeito, “pela primeira vez na história do país, segmentos diferenciados da classe trabalhadora se organizavam, agiam em conjunto e conseguiam implementar *entidades de*

⁴⁸⁷ Documento disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cooperaredesenvolver.pdf>>. Último acesso em 26 de janeiro de 2015.

⁴⁸⁸ Indício fundamental da ligação entre PT e economia solidária é que o principal teórico do movimento cooperativista no Brasil, Prof. Paul Singer, é chefe titular da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, há mais de dez anos.

*âmbito nacional*⁴⁸⁹. Ao mesmo tempo em que surgiam CUT, MST e PT, ocorria o primeiro surto de ONGs. Segundo Fontes, a multiplicação de aparelhos privados de hegemonia, em um momento de efetiva organização nacional classista, tendencialmente unificada, tinha objetivo de “modificar e redirecionar o sentido de tais lutas”⁴⁹⁰.

A etiqueta ONG não é inocente. Aparta-se, a um só tempo, do debate público-privado e, também, da política. As ONGs apresentavam-se como novidade histórica, buscando renovar formas de organização popular. Apoiavam-se em financiamento internacional e não se coligavam a partidos ou projetos comuns. Vinculavam-se diretamente a igrejas ou, ainda, a setores empresariais. Seu duplo movimento, adverte Fontes, é (a) de coligação às “frentes móveis de ação internacional do capital, apagando-se discursivamente a relação capital/trabalho (ou a existência de classes sociais) pela centralização do combate internacional ‘comum’ contra a pobreza”⁴⁹¹ e (b) de introdução de uma cunha ou cisão entre problemas imediatos e problemas estruturais, com difusão da crença de solução de transtornos urgentes, “contanto que postergassem (ou se abandonassem) as questões referentes à própria organização de conjunto da vida social”⁴⁹².

A característica que merece relevo é esta: parte das ONGs não se colocava ao lado capitalista, contra os direitos dos trabalhadores, mas sim ao lado destes, em defesa de seus interesses mais imediatos. A base dessas ONGs era popular e democrática. Sua ideologia pode ser identificada como progressista. Todavia, elas se colocavam em contraposição ou alternativa a algo. Forjavam uma disputa política e ideológica, ainda que não uma contraposição, em que o polo alternativo era o terreno ocupado, sobretudo, pela tríade PT-CUT-MST⁴⁹³.

⁴⁸⁹ FONTES, 2010, p. 232.

⁴⁹⁰ FONTES, 2010, p. 232.

⁴⁹¹ FONTES, 2010, p. 231.

⁴⁹² FONTES, 2010, pp. 231 e 232.

⁴⁹³ “Essa *abrangência nacional* de teor classista, organizada e tendencialmente unificadora era bastante diferente dos momentos históricos precedentes. É esse o terreno social e intelectual do primeiro surto de ONGs - no Brasil, ocorrido na década de 1980. Elas tiveram como solo uma efervescência de movimentos sociais de base popular, os quais enfrentavam tanto o chamado “entulho autoritário”, isto é, a legislação arbitrária da ditadura (que só se transforma em 1988, com a nova Constituição), quanto formas variadas de perseguição social (discriminação dos setores populares, alto grau de violência e repressão a todas as formas

Pesquisa realizada em 1986 fornece caracterização e mapeamento das ONGs. A caracterização ocorre por uma dupla negação de formas e pela afirmação de um conteúdo. A dupla negação se refere à ausência de caráter representativo e à não-integração de grandes instituições. Isto é, as ONGs buscam diferenciação explícita de associações de moradores e sindicatos e, ao mesmo tempo, não integram empresas, igrejas, universidades ou partidos. A afirmação de conteúdo é de “estar a serviço”, com foco na “população oprimida”, dentro de perspectivas de “transformação social”⁴⁹⁴. Já o mapeamento indicava a existência de 1041 ONGs, localizadas em 24 estados e 213 cidades, “classificadas em três grandes tipos: aquelas a Serviço do Movimento Popular (SMPs) – 556 ONGs, voltadas para uma já grande diversidade de categorias sociais – e as voltadas para negros (234) e mulheres (251)”⁴⁹⁵.

Ocorria uma transferência da militância para áreas de “serviço” e “assessoria”. Nessa atividade, embora trabalhando com sindicatos e grupos de trabalhadores, “priorizavam o termo ‘opressão’, reduzindo-se as reflexões sobre a exploração (e suas diferentes modalidades) nas próprias organizações de trabalhadores”⁴⁹⁶.

Criticavam-se fortemente os partidos, com a justificativa de que “falavam ‘em nome’ dos movimentos”, bem como foi caricaturada a noção de vanguarda e desprezado o “isolamento das universidades, por não se misturarem às lutas populares”⁴⁹⁷. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, foram atraídos inúmeros pesquisadores universitários a essas atividades, que aos poucos se tornaram os “principais ‘educadores’ desses movimentos. [Todavia, eram] Educadores de um novo tipo, pois sua função deveria se limitar, sobretudo, a reproduzir a própria fala dos envolvidos”⁴⁹⁸.

organizativas, inclusive por segmentos paramilitares), heranças tradicionais aprofundadas durante os anos da ditadura, quanto, ainda, contrapunham-se em muitos casos ao predomínio da lógica capitalista. As ONGs se queriam “originais”, mas nasciam em terreno já ocupado, de um lado pelas entidades empresariais já estabelecidas, de outro por uma variedade de entidades sociais populares embrionárias e de sua imantação pelo tripé então constituído por PT, CUT e MST” (FONTES, 2010, p. 234).

⁴⁹⁴ FONTES, 2010, p. 235.

⁴⁹⁵ FONTES, 2010, p. 235.

⁴⁹⁶ FONTES, 2010, p. 236.

⁴⁹⁷ FONTES, 2010, p. 236.

⁴⁹⁸ FONTES, 2010, p. 236.

Verificava-se, centralmente, uma “modificação do perfil de uma parcela da militância”. Diminuíam engajamento direto e lutas comuns, em contraste ao aumento de ofertas de serviços de apoio, assessorias, a “causas justas”, específicas⁴⁹⁹. Confundia-se militância e filantropia, da mesma forma que “desaparecia do horizonte a contradição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade”⁵⁰⁰.

Uma importante apreensão reside na modificação de sentido da concepção de autonomia. No lugar de autonomia de classe, forjava-se uma “autonomia de grupos”⁵⁰¹. Ademais, diminuía-se as preocupações com a autonomia no que tange ao financiamento⁵⁰².

É diferente o papel desempenhado pelas ONGs na década de 1980 e na de 1990. Na década de 1980 geravam ambiguidades no espaço dos movimentos sociais, mas eram limitadas pela existência do PT⁵⁰³, que as magnetizava e mantinha em patamar elevado o debate sobre democracia, “politizando efetivamente a sociedade civil de base popular, atuando como conexão entre os diversos movimentos populares, como base para a ampliação do teor e do escopo das lutas sociais”⁵⁰⁴.

⁴⁹⁹ FONTES, 2010, p. 237.

⁵⁰⁰ FONTES, 2010, p. 237.

⁵⁰¹ “Por caminhos variados, a multiplicação de ONGs, na década de 1980, trazia um importante deslizamento do sentido para a concepção de autonomia: de autonomia de classe, isto é, capacidade de construir uma contra-hegemonia, uma outra visão de mundo para além dos limites corporativos e do terreno do estrito interesse, passava a expressar a ‘autonomia’ de uma enorme variedade de grupos organizados em torno de demandas específicas. Boa parte da reflexão acadêmica sobre os movimentos sociais nos anos 1970 e 1980 enfatizava e sobrevalorizava a autonomia, sacralizando a fala imediata de cada grupo (ou organização social). Contribuíram, muitas vezes, para manter tais movimentos (que procuravam ‘proteger’) no terreno de luta imediata na qual se haviam constituído – moradia, saneamento, água, escola, saúde, transporte, etc. Recusavam reflexões de cunho classista – isto é, que procurassem articular tais lutas de cunho corporativo a projetos sociais mais amplos e, nesse sentido, a educar de forma contra-hegemônica esses movimentos parcelares” (FONTES, 2010, p. 238).

⁵⁰² “Por outro viés se desfiguraria também a noção de autonomia – a questão do financiamento. Ora, a autonomia de classe depende também de sua capacidade de autofinanciar-se, isto é, de ser capaz de prover a existência de suas próprias organizações, o que exige enorme inventividade e capacidade – teórica, prática e moral – para forjar uma nova sociabilidade, desvinculando-se da lógica dominante de compra e venda de capacidades, das formas de subordinação e de hierarquia internas baseadas em cálculos de tipo empresarial. Em suma, da construção daquilo que Gramsci chama de “novo príncipe”, com forte teor organizativo e pedagógico. Nos anos 1980, a urgência das situações imediatas a sanar tomava a frente e, assim, esse tema ficou secundarizado” (FONTES, 2010, p. 238).

⁵⁰³ “Na década de 1980, o PT teve forte atuação na defesa da universalização dos serviços públicos, da participação popular na formulação das políticas públicas e assegurava a ligação, com a mediação do partido, de diferentes entidades populares” (FONTES, 2010, p. 238).

⁵⁰⁴ FONTES, 2010, p. 239.

Na década de 1990, alteraram-se as condições substantivamente. O terreno era devastador: criava-se a Força Sindical (1991), com objetivo patronal de desmontar por dentro a organização dos trabalhadores. Fortalecia-se a concepção de “sindicalismo de resultados”, de cunho corporativista e imediatista, inclusive com apoio do governo Collor⁵⁰⁵. A seguir, com o governo FHC (1995-2002), adviria um ataque “concertado” aos direitos sociais, com a combinação entre violência aberta e violência indireta⁵⁰⁶.

O PT modificava sua composição social e projeto, conforme já assinalado na subseção anterior. A CUT, igualmente, passava a defender um “sindicalismo cidadão”, mais próximo ao da Força Sindical⁵⁰⁷. O PSDB, que surgiu em 1989, ganhava fôlego, confundia adversários e consolidava a estratégia patronal⁵⁰⁸.

⁵⁰⁵ "A indicação de Rogério Magri – grande amigo de Medeiros [da Força Sindical] – para o Ministério do Trabalho do governo Collor facilitaria a instalação da FS, com apoio governamental (contratos diversos) e diretamente patronal - fartas doações em dólares e canal aberto na grande mídia. (...) A Força Sindical parece-me apresentar a chave para a compreensão dos processos subsequentes na formatação de uma nova modalidade de subalternização para os trabalhadores no Brasil, em contexto representativo. A Força teria caráter paradigmático para a reconfiguração da sociedade civil no Brasil, não somente pela estreita ligação com o grande empresariado (em especial das empresas monopolistas sediadas em São Paulo, mas não apenas), mas porque inaugurou e permitiu consolidar a redução do comportamento sindical a um segmento dos trabalhadores, atado a uma dinâmica mais estreitamente corporativa, de cunho mais imediatista e espetacular, tendo como alvo fundamental em seus primórdios o combate à Central Única dos Trabalhadores" (FONTES, 2010, p. 259).

⁵⁰⁶ "O período FHC (1995-2002) caracterizou-se, portanto, pelo ataque concertado (o eufemismo concertação social o designava) aos direitos sociais e, sobretudo, às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, seja pela violência indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões" (FONTES, 2010, p. 264).

⁵⁰⁷ "Ao longo da década de 1990, o setor dominante da Central aderiria crescentemente às práticas induzidas e/ou impostas pelo capital, a começar pela duplicidade exibida quando das privatizações, em relação às quais se dividiu. Uma parte a combatia, outra participava da compra de ações – em especial através da participação sindical na gestão dos Fundos de Previdência das grandes empresas públicas (...). Intensas lutas internas ocorreriam, mas a CUT permaneceria capitaneada pelo mesmo grupo que hegemonizava o PT, controlador dos principais recursos da Central. Longe de dedicar-se à compreensão da profunda reconfiguração da classe trabalhadora então em curso, adotou crescentemente comportamento similar ao da Força Sindical, apresentado como sindicalismo 'cidadão'" (FONTES, 2010, pp. 261 e 262).

⁵⁰⁸ "A burguesia brasileira e seus sócios internacionais passariam a contar, após a destituição de Collor, com um suporte precioso, extremamente conveniente para o projeto a que se propunham. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), criado em 1989, aportaria elementos de credibilidade eleitoral para a consolidação da estratégia patronal, ao tempo em que confundia seus adversários. Este partido reunia entre suas lideranças uma boa parcela do empresariado brasileiro: em detida pesquisa sobre 50 das mais atuantes lideranças integrantes do PSDB, revela-se que '14 (28%) das 50 lideranças pesquisadas possuem vinculações diretas, orgânicas, programáticas com as entidades patronais historicamente mais organizadas

A década de 1990, assim, é o período em que se busca limitar o sentido do termo “democracia”, “convertendo-a para um significado único: *capacidade gerencial de conflitos*”⁵⁰⁹. Como afirma Fontes:

Toda e qualquer formulação antissistêmica ou tentativa de organização dos trabalhadores como classe social deveria ser desmembrada e abordada de maneira segmentada: admitia-se o conflito, mas este deveria limitar-se ao razoável e ao gerenciável, *devendo seus protagonistas admitir a fragmentação de suas pautas em parcelas administráveis*⁵¹⁰.

Entravam em curso as expropriações secundárias⁵¹¹ e se intensificava fortemente a exploração dos trabalhadores. Ao mesmo tempo que a classe trabalhadora se redefinia⁵¹², igualmente o terreno de suas lutas se modificava.

Cresce o campo do direito empresarial. No lugar do sindicalismo, clássica parte do direito coletivo do trabalho, percebe-se avanço do associativismo, de que as ONGs são parte⁵¹³. Retomem-se os dois eixos iniciais, quais sejam, de relações ideológicas e materiais entre as diferentes formas associativas.

Do ponto de vista ideológico, origina-se uma nova linguagem no terreno das lutas sociais, da qual desaparecem as referências às classes sociais. No seu lugar, toma assento uma ambígua “solidariedade”, em que os trabalhadores coletivamente ficam responsáveis pela própria sobrevivência, desde que com auxílio de ONGs, incubadoras tecnológicas de cooperativas, entre outros. Tornam-se ou imaginam terem se tornado diretores de empresa, com apenas um detalhe: seguem sem possuir os meios de produção. Assim

do país’, dentre elas a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Centro das Indústrias de São Paulo (Ciesp), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre inúmeras outras” (FONTES, 2010, pp. 262 e 263).

⁵⁰⁹ FONTES, 2010, p. 263.

⁵¹⁰ FONTES, 2010, p. 263.

⁵¹¹ A conceituação de expropriações primárias e secundárias foi referida no primeiro capítulo da dissertação (1.5).

⁵¹² Como afirma Ricardo Antunes: “O desemprego intensificava a rotatividade de mão de obra e a concorrência entre os trabalhadores; desmantelavam-se direitos associados a relações contratuais de trabalho; as organizações sindicais eram corroídas de seu interior; profundas alterações no setor público, iniciadas com as demissões e privatizações foram o prenúncio de modificação acelerada do perfil da classe trabalhadora no Brasil” (ANTUNES *apud* FONTES, 2010, p. 261).

⁵¹³ FONTES, 2010, p. 265.

sendo, se antes eram expropriados dos meios de produção, em especial da terra, ora são também expropriados da condição de trabalhadores, sem padrões contra os quais recorrer em defesa de direitos sociais básicos.

A democracia e a política se tornam o terreno da administração de conflitos. O cálculo desses conflitos, no entanto, não se baseia na lógica do antagonismo entre as classes, mas sim do custo empresarial. Desse modo, a possibilidade de elevação de condições de vida da classe trabalhadora passa a não estar nas lutas universalizantes⁵¹⁴ – de acesso a terra, moradia, educação, saúde, saneamento etc. –, mas sim no custo empresarial para que demandas específicas sejam amortizadas – pobreza, gênero, ambientalismo, raça etc.

Virgínia Fontes sintetiza que a perspectiva da cidadania busca atacar a miséria, mas é precária já em seu próprio horizonte. Passa-se, assim, da “cidadania da miséria” à “miséria da cidadania”. O horizonte limitado, longe de ser um problema isolado, configura-se como mecanismo que opera modificações no interior de uma totalidade. A ausência do aporte de classe, realizado com as mais sinceras intenções por uma série de militantes, contribui para o enfraquecimento da perspectiva universalizante. Como afirma a autora, citando pesquisas de Arantes e Coutinho:

Desqualificando os meios teóricos para compreender o fenômeno de remodelação da classe e das arenas de luta, adotaram – também retoricamente – uma novilíngua da qual desapareceriam as referências às classes sociais, embora conservassem alguns dos grandes temas populares (ARANTES, 2000). Através de enormes e bem-sucedidas campanhas, adensaram o viés filantrópico e favoreceram, em contrapartida, sua incorporação midiática. Contribuíram decisivamente – ainda que com o coração partido – para o sucesso do desmonte dos direitos universais, a cujo espólio se candidataram a gerir, apresentando-se como as gestoras mais confiáveis dos recursos públicos. Compreendendo ou não o que faziam, com boa ou má vontade, abriram o caminho para o empresariamento da solidariedade, do voluntariado e para a formação de uma nova massa de trabalhadores totalmente

⁵¹⁴ Conquistas universalizantes, no entendimento de Fontes, são possíveis apenas com a existência daquilo que Gramsci denominava “novo príncipe”, organização que forneceria os elementos para a unificação entre teoria e prática, na busca por projetos coletivos, de classe, universais, independentemente de sua forma organizativa. Nas palavras de Fontes, “conquistas universalizantes supõem uma organização da luta (o papel do ‘novo príncipe’, segundo Gramsci, qualquer que seja o seu formato organizativo) capaz de ir além do horizonte imediato e de traduzir em projetos coletivos, de classe, universais, o que de outra forma se apresenta como demandas desagregadas, pontuais e individualizadas. Corporativas, no sentido do ‘egoísmo grupal’” (FONTES, 2010, p. 267).

desprovidos de direitos, ao lado do fornecimento de uma espécie de 'colchão amortecedor' (COUTINHO, 2004)⁵¹⁵.

Do ponto de vista da relação material, por outro lado, verifica-se uma conexão em dois sentidos. Primeiro, o contexto material que lhes dá oportunidade de crescimento, a partir do qual forjam ideologia semelhante. Segundo, e em decorrência do primeiro, a percepção de que diversas ONGs tem como objetivo a criação de oportunidades de trabalho e renda, não raro apostando na economia solidária como uma das formas mais adequadas para este fim.

Dimensione-se o fenômeno. Em 2010, dados do IBGE registravam a existência de mais de 290 mil entidades, com mais de dois milhões de pessoal ocupado assalariado, entre fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil)⁵¹⁶. Forneciam, ademais, o indicativo de seu crescimento, mediante diagnóstico delimitado por anos de fundação das entidades⁵¹⁷.

Em observação de estudo divulgado em 2003, Fontes verifica o crescimento do número de Fasfil no período 1996-2002. Aumentava-se de 105 mil para 276 mil entidades, em incrível proporção de 157% de expansão⁵¹⁸. Atualizando os dados para 2010, como já dito, verifica-se novo crescimento, embora mais tímido, com o total de 290.692 entidades.

Concentra-se a descrição detalhada nas entidades ligada à Abong. A entidade é a mais reconhecida porta-voz das ONGs no Brasil e busca se manter próxima ao "campo popular"⁵¹⁹. Joana Coutinho destaca que a Abong

⁵¹⁵ FONTES, 2010, p. 268.

⁵¹⁶ Referindo-se a estudo anterior, realizado em parceria entre IBGE e IPEA, de 2003, Virgínia Fontes esclarece qual o critério utilizado para a classificação "Fasfil": "A definição das Fasfil, para efeito daquele estudo, partiu da caracterização jurídica "sem fins lucrativos" e, dentre o total de instituições deste tipo, levou em consideração apenas as que fossem privadas, legalmente constituídas, autoadministradas e voluntárias (isto é, cuja fundação e/ou associação é decidida pelos sócios). Tais critérios excluíram diversas entidades da sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia, como as que integram as rubricas de Serviço Social Autônomo, Entidades de Mediação e Arbitragem, Partidos Políticos, Entidades Sindicais e Fundação ou Associação domiciliada no exterior, dentre outras" (FONTES, 2010, p. 283).

⁵¹⁷ Dados disponíveis em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/pdf/tab05.pdf>. Último acesso em 28 de janeiro de 2015.

⁵¹⁸ FONTES, 2010, p. 283.

⁵¹⁹ "Convencida de sua abrangência nacional, da qualidade 'moral' de suas integrantes e fortalecida em sua representatividade, a Abong se erigiria na mais visível interlocutora (do governo, das entidades internacionais, das universidades) para assuntos ligados à sociedade civil. Nossa ênfase nessa entidade – e em suas associadas – reside no fato de que procura

representa numericamente pouco, mas politicamente muito, visto que as ONGs a ela associadas são “as mais bem articuladas”⁵²⁰.

Na sua origem, o discurso da Abong realizava a denúncia ao grande capital. A entidade era, a um só tempo, próxima do PT e “autônoma” a ele, dado seu “profissionalismo”. Com efeito, admitia e realizava “parceria” com todas as “iniciativas cidadãs”, inclusive as provenientes da Força Sindical e do PSDB⁵²¹.

Do ponto de vista do setor de atuação de suas associadas, a Abong destinava quase 1/5 de suas ações a “trabalho e renda” (18,27%)⁵²². Do ponto de vista de seu financiamento, possuía expressiva ligação com agências internacionais de cooperação (75,9% do orçamento total em 1993; 50,61% do orçamento total em 2002)⁵²³. Do ponto de vista da sua ideologia, colaborava para o gerenciamento da lógica do capital, compreendendo os desempregados como “excluídos”, e não como integrados à força de trabalho sobranter⁵²⁴.

manter-se próxima ao campo popular, numa postura que procurava definir como democratizante, e por reunir as mais conhecidas ONGs – as chamadas 'King ONGs', como Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Estudos da Religião (Iser), além de entidades com horizontes diversos, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), o Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), Grupo Afro Reggae, dentre outras. A Abong aprofundaria a idealização 'virtuosa' da sociedade civil iniciada nos anos 1980, com forte viés filantrópico (miséria e pobreza eram temas frequentes) e, ao adotar o papel de 'associação das associações', sua defesa das ONGs *extrapolava amplamente o espectro de suas associadas*" (FONTES, 2010, p. 269).

⁵²⁰ COUTINHO, 2011, p. 43.

⁵²¹ “Embora denunciasse o papel do grande capital, sabedora do risco de uma integração subalterna através dos acordos com agências internacionais (como o Banco Mundial), simultaneamente exigia o acesso aos recursos públicos. Tal reiterada reivindicação era formulada de maneira genérica, para as ONGs, confortando seu papel de representação de todas as ONGs, assegurando sua visibilidade. Organizava campanhas, apoiadas em argumentos gerenciais, de segmentação dos 'serviços sociais' em prol de suas afiliadas. Acreditava estar ampliando, mas sustentava o desmantelamento de direitos. Embora inicialmente próxima – ela e boa parte de suas associadas – ao Partido dos Trabalhadores, procurou sempre demonstrar ciosamente sua 'autonomia' e 'profissionalismo'. Sua proximidade com os setores populares a incorporava aos setores próximos do PT, fomentando resolutamente as iniciativas 'cidadãs' então realizadas em conjunto com sindicatos filiados à CUT e mesmo à Força Sindical. Admitia a interlocução e a 'parceria' com qualquer setor social (movimentos, partidos e governos), integrando as iniciativas do governo FHC, como a Comunidade Solidária” (FONTES, 2010, pp. 269 e 270).

⁵²² As principais áreas de atuação, em 2002, eram “Educação (52,04%); Organização e participação popular (38,27%), Justiça e promoção de direitos (36,73%), Fortalecimento de ONGs e movimentos populares (26,02%); Relação de gênero e discriminação sexual (25%); Saúde (24,49%); Meio ambiente (18,88%); Trabalho e renda (18,27%); Questões urbanas (10,71%); DST/Aids (10,71%); e Arte e cultura (9,69%)” (FONTES, 2010, p. 284).

⁵²³ FONTES, 2010, p. 286.

⁵²⁴ FONTES, 2010, p. 270.

O neoliberalismo não atribuía incompetência e ineficácia apenas ao Estado, mas também aos próprios trabalhadores. Assim, para além do receituário conhecido para o aparato estatal (“focalizar, descentralizar e privatizar”⁵²⁵), também se forjava um ideário para o desemprego: da denúncia passava-se à piedade; da defesa da igualdade à defesa da inclusão⁵²⁶.

Ao eleger determinadas respostas políticas, ao fundo estão as perguntas que lhes deram origem. A ideologia associativa faz parte da operação que Fontes denomina “desqualificação da política”⁵²⁷, que a seguir resulta em sua “requalificação rebaixada”⁵²⁸. A pobreza como urgência requalifica o problema do trabalho, mas de forma rebaixada, ignorando a produção social de expropriados.

Expande-se, assim, a subordinação direta de trabalhadores, mas não apenas e diretamente aos patrões, e sim à disponibilidade mercantil. Essa disponibilidade mercantil de força de trabalho, duplamente expropriada, gera a “introjeção da competição mercantil no âmbito do cotidiano, da subjetividade e dos espaços coletivos”⁵²⁹.

2.5. Considerações finais

O presente capítulo abordou a riqueza da especificidade da categoria subordinação no Brasil. A compreensão das diversas dimensões que essa categoria assume – nos planos jurídico, econômico e político – permite a decodificação do que está em jogo nas tensões gestadas no interior do campo do trabalho e dos projetos de emancipação da classe trabalhadora, bem como de determinada consciência social a eles correspondente.

Foram quatro seções, a última delas dividida em três subseções. Nas três primeiras, foi analisado o campo do trabalho no Brasil, sua

⁵²⁵ COUTINHO, 2011, p. 99.

⁵²⁶ FONTES, 2010, p. 275.

⁵²⁷ “A desqualificação da política não é, pois, um resultado accidental ou uma ausência de cultura política, mas uma cultura política efetiva posta em prática” (FONTES, 2005, p. 292).

⁵²⁸ “(...) apoiando-me em numerosos estudos recentes sobre o Partido dos Trabalhadores e sobre a Central Única de Trabalhadores, assinalei como o percurso eleitoral a partir da década de 1990 passaria a oscilar pendularmente entre processos de intensa desqualificação da política e sua requalificação rebaixada. Esta requalificação torna-se cada vez mais pontual e esvaziada do conteúdo organizativo contra-hegemônico” (FONTES, 2011, p. 255).

⁵²⁹ FONTES, 2011, p. 300.

constituição histórica no plano da formação social brasileira, sempre com análise transversal das modificações operadas no plano da superestrutura jurídica e política. Foram analisadas as dimensões da crise, dos fundamentos e da história da subordinação jurídica no Brasil. Na última seção, sumarizaram-se os projetos de emancipação da classe trabalhadora, bem como a gramática oportunizada por eles à consciência social. Cuidou-se, pois, da política da subordinação, tida como produtora de *utopias subordinadas*.

Em breve síntese, o ponto de partida do capítulo foi de análise da crise do conceito clássico de subordinação jurídica. O problema tem fundamento nas modificações do mundo do trabalho pós-fordista, em que o mando não se exerce sempre de forma direta. Revela-se, assim, a insuficiência do paradigma tradicional para a tutela jurídica do trabalho urbano, haja vista a existência de trabalhadores colaboradores, autônomos e cooperados, todos sem proteção empregatícia clássica. Em problematização, foram apresentadas respostas das legislações italiana e espanhola, bem como dos tribunais brasileiros, que tem buscado ampliar o que se compreende como “subordinação jurídica”.

A seguir, analisaram-se os fundamentos históricos da subordinação jurídica. Destacou-se que seu surgimento vem em contraposição à ideia de autonomia da vontade, que no campo do trabalho corresponde ao período de maior dominação de trabalhadores por patrões, como forma de mascarar a então “exploração ilimitada”. Problematizaram-se os diferentes fundamentos para a intervenção estatal, na forma subordinação jurídica, como o fundamento realista, o contratual e o contratual complexo. Concluiu-se, enfim, que o fundamento da subordinação jurídica deriva, a um só tempo, de dois fatores. São eles a instituição e a domesticação de uma forma de exploração do trabalho, que é sempre delimitada por determinada correlação de forças, no interior de um Estado-Nação.

Em um terceiro momento, foi retomada literatura que busca caracterizar a dominação burguesa no Brasil, a partir da sociologia do trabalho. Em diferentes abordagens, André Singer, Ruy Braga e Florestan Fernandes oportunizam a compreensão de que o trabalho precário é uma realidade específica da forma de dominação burguesa gestada no Brasil. A dominação

se exerce por meio de um superprivilegiamento das classes dominantes, que não respondem a qualquer perspectiva “iluminista” ou “liberal”, mas sim a uma forma de “conciliação pelo alto”, sempre limitada pelas características da dependência e do subdesenvolvimento econômico. A revolução burguesa brasileira é caracterizada por uma história que se desenvolve de forma lenta e gradual, com “integração para fora e desintegração para dentro”, evitando-se em tudo rupturas e confrontos. Florestan, na mesma linha de Mészáros (conforme apresentado no capítulo anterior), adverte para a impossibilidade de reformas em nosso tempo histórico, o que configura a necessidade histórica da “revolução contra a ordem”.

Conforme verificado na quarta seção, os projetos de emancipação da classe trabalhadora, no Brasil, não foram norteados pela perspectiva de “revolução contra a ordem”. Em que pese a “estratégia da pinça” buscasse estabelecer uma dialética entre a revolução “dentro” e a revolução “contra” a ordem, foi o primeiro caminho o efetivamente tomado pelas organizações políticas no Brasil. Na crítica ao etapismo pecebista, que concebia a revolução como uma tarefa nacional, em parceria com a burguesia (“frente popular”), o projeto petista formula uma proposta de emancipação que, conforme se desenvolve, reproduz o etapismo e a subordinação à ordem de seu antecessor histórico. A sofisticada síntese de Ricardo Musse traduz esse transformismo por meio da seguinte modificação da gramática petista: primeiramente, “classe trabalhadora”; em um segundo momento, “trabalhadores”; a seguir, “povo”; por fim, “cidadãos”. A ideia de cidadania, portanto, circunscreve as lutas sociais e suas utopias à perspectiva constitucional – limitada, portanto, sempre no interior do que é “possível” na ordem dada. Em outras palavras, uma utopia subordinada à ordem capitalista, dependente e subdesenvolvida.

A remodelação da classe trabalhadora é acompanhada da remodelação de sua ideologia. Assim, as modificações na subordinação entre patrões e empregados são seguidas de transformações no campo da consciência social, em imbricação dialética. Estas são operadas pela expansão seletiva de aparelhos privados de hegemonia, em especial os ligados ao associativismo, que duplamente se conectam ao cooperativismo. Por um lado, ideologicamente, difundem a requalificação rebaixada da política, com

atuações focalizadas, eminentemente locais, não raro de estímulo à autoexploração, propondo-se à mediação das arbitrariedades e não à sua denúncia, à perspectiva da inclusão e não à da igualdade. Por outro lado, materialmente, operam a expansão de empreendimentos com foco em geração de trabalho e renda e de amenização da pobreza, ao invés de enfrentar sua produção social, via combate às expropriações em uma perspectiva de totalidade.

A partir desses elementos, somados às análises do primeiro capítulo, podem-se sistematizar as seguintes considerações finais, em nova aproximação parcial ao objeto de pesquisa:

a) A forma jurídica cooperativa, ao operar a regulação do trabalho por meio do direito civil, e não do direito trabalhista, reproduz tendência internacional do mundo do trabalho pós-fordista, em que se amplia o campo do direito do trabalho, como a figura do “parassubordinado” na Itália e do “autônomo economicamente dependente” na Espanha, ambos um entrecruzamento ou um “tipo misto” entre a forma jurídica civil e a forma jurídica trabalhista;

b) A forma jurídica cooperativa, ao se fundamentar pela categoria “autonomia”, e não pela categoria “subordinação”, opera no campo do trabalho um retrocesso na limitação da exploração e uma abertura para ataques à dignidade da pessoa humana; propõe-se, precisamente, a regular o trabalho à margem da regulação *instituída e domesticada* pela luta de classes no país;

c) A forma jurídica cooperativa não representa um “ponto fora da curva” na história da dominação burguesa no Brasil. Pelo contrário, encontra-se plenamente coerente à regulação do trabalho precário no país, bem como à forma de “desintegração para dentro” operada pelas classes dominantes, ao desconstituir direitos de forma “lenta, gradual e sem confrontos”;

d) A forma jurídica cooperativa tem correspondência direta na consciência social das “utopias subordinadas”, forjada pelas classes trabalhadoras no país, ao escapar à perspectiva de confronto político com patrões e Estado. Em alternativa à gramática do confronto e da revolução “contra a ordem”, ela se propõe à perspectiva da “cidadania”;

e) A forma jurídica cooperativa tem como contexto a requalificação rebaixada da política no Brasil, com especial conexão à ideologia e ao contexto material de fomento a ONGs, por meio de atuações focalizadas, de “urgência”, com “valorização das experiências locais”, em substituição à defesa de “conquistas universalizantes” e da perspectiva da totalidade.

No terceiro capítulo da presente dissertação, busca-se dar fechamento às considerações elencadas no primeiro e no segundo capítulo. Para tanto, retoma-se histórico (1971) e renovação (2012 e 2015) da forma jurídica cooperativa no Brasil. É fornecido panorama do “real concreto” da economia solidária, diferenciando-se cooperativismo tradicional e cooperativismo popular. Retoma-se criticamente, enfim, o debate sobre o caráter da economia solidária, no contexto das expropriações primárias e secundárias no Brasil. Objetiva-se analisar, no concreto das relações de trabalho do país, a confirmação de uma tendência de precarização do trabalho e da vida, operada via suposta autonomia na geração de trabalho e renda.

CAPÍTULO TRÊS

AUTONOMIA PRECÁRIA: a localização do direito cooperativo no interior da subordinação

Descritas as bases teóricas e históricas da análise da divisão em áreas do campo jurídico (capítulo 1) e da categoria subordinação (capítulo 2), busca-se no presente capítulo detalhar o histórico e os dilemas enfrentados pela forma jurídica cooperativa. Trata-se de caracterizar, no interior da subordinação política e econômica brasileira, o que significa o movimento jurídico de ampliação do campo tradicional do trabalho.

A classificação jurídica tradicional atribui ao trabalho o *status* protetivo, fundante da ordem constitucional brasileira. Para tanto, utiliza gramática em que presentes dois polos, contrapostos. No polo do trabalhador, a ausência de ênfase na categoria autonomia diferencia o “contratado” do campo do direito civil, em que as partes são “iguais”. Esse movimento é assentado em teoria do direito, mas sobretudo em uma determinada correlação de forças econômico políticas.

É a correlação de forças que institui e domestica o direito do trabalho e o poder de exploração (ou “de direção da atividade econômica”). Há um certo nível de reconhecimento de classe que permite a tradução da existência de partes opostas no campo do trabalho, uma delas subordinada à outra, contra a qual devem ser garantidos direitos. Juridicamente isso se expressa na limitação da exploração, antes tida como ilimitada, com fundamento na autonomia de contratar.

Recentemente, no Brasil, tem-se observado um movimento de enfraquecimento do reconhecimento de classe. Trata-se da gramática petista de poder, que substitui classe por povo e, a seguir, por cidadania. A resposta para o antagonismo de classes passa a estar na condução das políticas públicas, que deslocam o eixo da oposição para a convivência ou conciliação de classes. Evita-se o reconhecimento da subordinação entre as classes. Amplia-se uma suposta autonomia, intermediada pelo Estado. O papel deste não é mais de domesticar e instituir a relação entre patrão e empregado, mas

sim de estimular políticas públicas de trabalho e renda, cuja responsabilidade sobre a atividade econômica é do próprio trabalhador.

Não se trata de um ataque aberto à subordinação, mas de sua modificação. Forja-se uma subordinação que permanece, mas não é citada. Um silêncio eloquente impera no campo jurídico, visto que há quem mande na atividade econômica, mas esta “parte” da relação parece não mais existir. Sabe-se que trabalhadores cooperados não são autônomos. No entanto, a “exploração ilimitada” é feita “por eles mesmos”, portanto não é passível de responsabilização.

Tem-se, assim, a instituição e domesticação da força de trabalho sobrando, por meio de uma forma de autonomia, sem direitos trabalhistas. O Estado, a um só tempo, se desvincula da necessidade de se contrapor a patrões e estimula uma forma, insuficiente, de se contrapor à pobreza. Em síntese, patrões e trabalhadores (doravante, “pobres”) agradecem ao Estado, que intervém com nova qualidade na sua relação. O limite dessa nova forma de intervenção é, justamente, a sua especificidade e insuficiência. A força de trabalho sobrando possui funções econômico políticas específicas, que condicionam sua possibilidade de “ascensão” social.

Procura-se concretizar que novo tipo de precarização se tem forjado no mundo do trabalho brasileiro. Defende-se a existência de um processo de modificação da gramática do campo do trabalho, caracterizado pela construção de uma *autonomia precária* no plano da subjetividade de classe.

Assim, divide-se o presente capítulo em três seções, as duas primeiras em novas subseções.

Na primeira seção, monta-se o panorama da tradicional forma jurídica cooperativa. Sistematizam-se os principais debates que deram sentido histórico a essa forma jurídica, como a sua ligação à perspectiva empresarial e à ditadura civil-militar (3.1.1) e sua diferenciação entre cooperativismo tradicional (3.1.2) e cooperativismo popular (3.1.3). Na seção referente ao cooperativismo popular brasileiro, retoma-se o ideário clássico do cooperativismo, bem como a crítica à “alternativa” que ele gesta no campo do trabalho brasileiro.

Na segunda seção, buscam-se esmiuçar elementos e dilemas do novo marco jurídico do cooperativismo no Brasil. Ele surge em momento de renovação da base da pirâmide social do trabalho no país, bem como de instigante evolução do trabalho autônomo (3.2.1). Apresenta-se como resposta a algumas das demandas do real concreto da economia solidária, que são brevemente sumarizadas (3.2.2). São basicamente duas novas leis, a primeira delas ainda em forma de projeto, recentemente aprovada no Senado: a nova lei geral do cooperativismo⁵³⁰ (3.2.3) e a Lei n. 12.690/2012, a Lei das Cooperativas de Trabalho (3.2.4).

Na terceira seção, dá-se concretude à ideia do que seja a “autonomia precária”, como tendência que evolui e consolida no trabalho brasileiro, a partir do movimento de expropriações primárias e secundárias, bem como da criação de formas jurídicas com menor bloqueio à exploração. Isto é, formas jurídicas que operam a lógica do direito civil no interior do direito capitalista do trabalho.

3.1. A tradicional forma jurídica cooperativa: aspectos históricos

Nesta seção, monta-se panorama histórico do cooperativismo. São três momentos: o primeiro, referente ao seu surgimento, alinhado à política econômica da ditadura civil-militar; o segundo, ao dimensionamento e desenvolvimento do cooperativismo tradicional, em especial no contexto neoliberal; e o terceiro, referente ao cooperativismo popular, seu ideário clássico e seu desenvolvimento concreto no Brasil.

3.1.1. A Lei n. 5.764/1971: surgimento e modificações constitucionais

Em 1907, pela primeira vez as cooperativas eram citadas em um marco jurídico no Brasil. Era o Decreto n. 1.637, que as classificava como uma

⁵³⁰ O histórico completo será referido na seção. Adiante-se, no entanto, que havia dois projetos em tramitação, um de autoria de Osmar Dias e outro de autoria de Eduardo Suplicy, ambos propostos em 2007. Em dezembro de 2014, a Senadora Gleisi Hoffmann apresentou substitutivo a ambos os projetos e obteve sua aprovação no Senado. É sobre o referido substitutivo que se debruça a seção 3.2.3.

espécie de sociedade comercial⁵³¹. Em 1932, surgia o primeiro marco jurídico consistente sobre o tema. Tratava-se do Decreto n. 22.239/1932⁵³², já revogado.

Ainda em vigor e com grande importância histórica, tem-se a Lei n. 5.764/1971. Como destaca Eduardo Faria Silva, há uma relação direta entre o sistema cooperativista nacional e as diretrizes da Revolução Verde e da Aliança para o Progresso, no contexto da política econômica do regime civil-militar no Brasil⁵³³. A legislação cooperativista data de 1971, alguns anos após o golpe. Essa conexão é esclarecedora para a identificação do sentido histórico do cooperativismo.

Conforme assinala Florestan, o golpe foi decorrente de um processo de “autodefesa política de uma complexa situação de interesses, criada pelo capitalismo dependente, num período de crise e de reorganização na América Latina”⁵³⁴. Trata-se de uma ditadura sem hegemonia, nas palavras do autor⁵³⁵.

Pode-se inferir um paralelo entre a situação italiana e a brasileira, no que concerne às classes dominantes. Não há uma intenção de direção, mas de dominação. Para a consecução dessa dominação, o protagonista não é o

⁵³¹ “As primeiras legislações cooperativistas brasileiras surgiram no início do século XX, ainda na República Velha. Em 1907, o governo federal publica o Decreto nº 1.637, que introduziu pela primeira vez as cooperativas no arcabouço jurídico nacional como uma espécie de sociedade comercial. Não por acaso, este Decreto trata tanto das cooperativas como dos sindicatos profissionais, uma vez que as cooperativas, na época, ainda eram bastante vinculadas ao movimento operário. Contudo, apesar deste vínculo operário, no decorrer do século XX, o cooperativismo se transformou no Brasil e em outras regiões do mundo, ficando restrito a poucos setores econômicos, não mais sendo parte da organização da classe trabalhadora. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) toma as rédeas do cooperativismo, assumindo o papel de organizadora e representante única das cooperativas no Brasil” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 17).

⁵³² “O primeiro marco jurídico das cooperativas é o Decreto 22.239 de 19.12.1932, já revogado, que definia o conceito de cooperativa, elementos que deveriam conter em seus estatutos sociais as classificações de cooperativas e sua natureza jurídica” (OPUSZKA, 2012, p. 52).

⁵³³ “É importante lembrar que a norma que institui o sistema cooperativista nacional (Lei n. 5.764/71) e os atuais projetos de leis que visam substituí-la têm seu marco conceitual definido pela política econômica do regime militar, com base nas diretrizes da Revolução Verde e da Aliança para o Progresso” (SILVA, 2011, p. 150).

⁵³⁴ FERNANDES *apud* SILVA, 2006, p. 52.

⁵³⁵ Faria Silva, com trechos de Florestan, indica: “Tendo em vista que o comprometimento era institucional, 'o status quo e os interesses privados dominantes, internos e externos, foram privilegiados, o que deu ao golpe de estado militar, de fato, o caráter de uma contra-revolução', por outras palavras, de uma ditadura sem hegemonia. As classes dominantes no Brasil jamais desempenharam 'uma efetiva função hegemônica em face das massas populares, optando por 'delegar a função de 'direção' política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas –, ao qual coube a tarefa de 'controlar' e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas' (FARIA, 2006, pp. 52 e 53).

grupo social interessado e seus indivíduos, mas sim seus interesses gerais, operados por meio do Estado. Como afirma Gramsci, referindo-se ao caso italiano, as classes dominantes:

não queriam 'dirigir' ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam 'dominar', não queriam 'dirigir', e mais ainda: queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação. [...] Este fato é de máxima importância para o conceito de 'revolução passiva': isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o 'dirigente' do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática⁵³⁶.

Assim, o instrumento de "passagem pelo alto" é o Estado. Aumenta-se a sociedade política, em desfavor da sociedade civil⁵³⁷. Os indicadores do aumento da repressão são variados; vão desde disposições contidas nos próprios atos institucionais⁵³⁸ até a utilização de mecanismos legais já previstos na legislação anterior ao período, de caráter autoritário, como a que previa intervenção na estrutura sindical⁵³⁹.

⁵³⁶ GRAMSCI *apud* SILVA, 2006, p. 53.

⁵³⁷ Como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, trata-se do aumento da coerção e diminuição do consenso. Ou, nas palavras de Faria Silva, aponta-se "para um fortalecimento, no contexto de uma teoria 'ampliada' do Estado, da sociedade política – os aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção – em desfavor da sociedade civil – o conjunto dos aparelhos privados mediante os quais uma classe ou um bloco de classe luta pela hegemonia e pela direção político-moral" (SILVA, 2006, p. 54).

⁵³⁸ Foram editados, ao total, nove atos institucionais. Seu conteúdo, de maneira geral, referia-se à suspensão de direitos políticos, à cassação de mandatos legislativos e à transferência para reserva de oficiais das Forças Armadas. O Ato Institucional n. 01, de 09 de abril de 1964, dá início formal ao processo de ditadura civil-militar, por ele denominado "processo revolucionário", instituído por "Poder Constituinte". Na sua primeira parte, retoma histórico da deposição de Jango. Apresentam-se mecanismos de contenção de direitos políticos, cassação de mandatos legislativos, com ataque frontal à independência e harmonia dos Poderes. No dia seguinte, 10 de abril, suspenderam-se por dez anos os direitos políticos de 100 pessoas, consideradas "inimigas". Já o Ato Institucional n. 02, buscava realizar a contenção de "agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada". O alcance deixa de ser individual e passa a ser coletivo. É o momento em que se instaura o bipartidarismo no país, conforme aponta Faria Silva: "Os partidos políticos existentes foram o alvo do Presidente Castello Branco. As referidas agremiações, em 27 de outubro de 1965, por meio do prescrito no artigo 18 do Ato Institucional n.º 2, foram extintas e tiveram seus registros cancelados. Instituiu-se, a partir deste momento, o bipartidarismo no país, sendo a Aliança Renovadora Nacional – ARENA e o Movimento Democrático Nacional – MDB as duas expressões políticas que surgiriam posteriormente" (SILVA, 2006, p. 55-59).

⁵³⁹ "A autonomia e a independência dos sindicatos foram os primeiros fundamentos estruturantes de um regime democrático a serem violentados pelo Comando Supremo da Revolução sem, contudo, serem editadas novas regras. O regime utilizou-se do conteúdo

Veja-se, entretanto, que a dominação não se dá apenas com repressão. Pelo contrário, a busca constante é por harmonia, estabilidade, segurança. A superestrutura jurídica e política é articulada de forma a promover a normalidade das relações de poder, inclusive com as “benesses” e “concessões” necessárias para o devido controle “civilizado” dos movimentos sociais⁵⁴⁰.

Destaca-se, desse modo, que a legislação cooperativa e a fundação do cooperativismo tradicional não surgem, por acaso, no período da ditadura civil-militar. Surgem em consonância à modernização conservadora da agricultura, que encontra na OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) uma grande aliada, no plano dos aparelhos privados de hegemonia⁵⁴¹.

A OCB é resultado da fusão entre a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOP) e a União Nacional das Associações de Cooperativas (UNASCO), realizada em 02 de dezembro de 1969. Apresentava-se em defesa do cooperativismo nacional, com eixos voltados: “a) à legislação cooperativa; b) ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo; c) ao Regime Fiscal e Previdenciário; d) aos Serviços Oficiais de Cooperativismo; e) à Representação Nacional do Cooperativismo”⁵⁴².

Sua ata de constituição apresenta três indícios de ligação às classes dominantes, conforme sistematização de Faria Silva, cuja expressão de poder era a ditadura civil-militar. O primeiro deles é que sua reunião de constituição

normativo do artigo 528 e 555 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para efetivar as intervenções e conseqüentes cassações. O primeiro texto legal estabelecia que, ocorrendo dissídio ou situações que perturbassem o funcionamento do sindicato, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderia nele intervir, por intermédio de delegado com atribuições para administração da associação, e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento. Já a ordem contida no artigo 555 determinava que a pena de cassação da carta de reconhecimento seria imposta à entidade sindical que criasse obstáculos à execução da política econômica adotada pelo governo. Ambas as redações, de conteúdo, extremamente, subjetivo, foram amplamente utilizadas pelo governo, fato que conduziu às intervenções em quatrocentos e nove sindicatos profissionais, quarenta e três federações estaduais, interestaduais e nacionais, três confederações, sendo apenas uma confederação patronal” (SILVA, 2006, pp. 61 e 62).

⁵⁴⁰ “Quer dizer: se, por um lado, o governo editava normas que tinham o condão de restringir e ceifar os aparelhos que se postavam contrários ao regime, de outro, conforme se verificará adiante, fomentava a constituição de espaços de sustentação de sua ideologia na sociedade civil” (SILVA, 2006, p. 65).

⁵⁴¹ Aparelhos privados de hegemonia, no interior do marco teórico gramsciano, são os que exercem operações ideológicas na denominada “sociedade civil”, como partidos políticos, escolas, igrejas, mídia etc.

⁵⁴² SILVA, 2006, p. 68.

foi convocada pelo então Ministro da Agricultura, Fernando Cirne Lima. O local da reunião, não por acaso, é no gabinete do referido Ministro⁵⁴³.

O segundo indício de alinhamento à ditadura é constituído pelos eixos de atuação da nova entidade. O pensamento cooperativista passa a ser representado pela OCB, que possui independência do Estado, todavia “colaborando franca e lealmente com as autoridades”⁵⁴⁴. O terceiro indício, enfim, é a composição da mesa diretora dos trabalhos do IV Congresso, que constitui a OCB, em que presentes Comandantes, General, Arcebispo, entre outros⁵⁴⁵.

Como aponta Vêras Neto, a restrição ou eliminação de espaços autônomos à ditadura civil-militar transforma o cooperativismo “no único canal político efetivo de representação dos interesses das massas trabalhadoras rurais”⁵⁴⁶. A própria OCB, em publicação referente à sua história, menciona sua relação de franca colaboração com o governo civil-militar: “como a grande força das cooperativas estava no campo, passou a ser interessante para o Estado que o movimento [de constituição da OCB] se consolidasse e ajudasse o governo a realizar sua política econômica para o setor agrícola”⁵⁴⁷.

O Marechal Presidente Emílio Garrastazu Médici é o responsável pela proposição da Política Nacional do Cooperativismo. Em 1971, encaminha à Câmara de Deputados a Mensagem n. 300, que acompanha a Exposição de Motivos n. 45, Projeto de Lei que viria a instituir o regime jurídico das cooperativas e outras providências. Era o nascimento da Lei n. 5.764/1971⁵⁴⁸.

⁵⁴³ Trecho da ata, citado por Faria Silva: “Pelo presente protocolo, que será considerado válido após ratificação pelas Assembléias Gerais Extraordinárias da Aliança Brasileira de Cooperativas – ABCOP – e a União Nacional das Associações de Cooperativas – UNASCO –, representados neste ato pelos seus respectivos Presidentes, Drs. Gervário Tadaschi Inoue e Tertuliano Bofill, respectivamente, reunidos nesta Capital, no Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura – Professor Luiz Fernando Cirne Lima, convocados pelo mesmo, nesta data, em plena harmonia e com pontos de vistas uniformes” (SILVA, 2006, p. 68).

⁵⁴⁴ Trecho da ata de constituição, citado por SILVA, 2006, p. 69.

⁵⁴⁵ “(...) a mesa diretora dos trabalhos do IV Congresso foi composta por personalidades como o General de Divisão Itiberê Gouveia do Amaral – Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria –, o General Gentil Marcondes Filho – Comandante da ID-4 –, o Senador Flávio da Costa Britto – Presidente da Confederação Nacional da Agricultura – e por Dom Geraldo Tiganlt – Arcebispo de Diamantina –, sendo a chamada dos Estados procedida pelo Major João Gilberto e o Hino Nacional executado pela Banda da Polícia Militar de Minas Gerais” (SILVA, 2006, p. 69).

⁵⁴⁶ VÉRAS NETO *apud* SILVA, 2006, p. 70.

⁵⁴⁷ OCB *apud* SILVA, 2006, p. 70.

⁵⁴⁸ “O Projeto de Lei encaminhado, identificado sob n.º 292, foi lido na 95ª Sessão da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, em 24 de agosto daquele ano, e publicado no Diário do

A Exposição de Motivos havia sido elaborada pelo Ministro da Agricultura. Situava a Política Nacional do Cooperativismo nos objetivos estabelecidos pelo governo à área rural. Buscava incorporá-la ao desenvolvimento nacional, com promessa de concessão de estímulos ao cooperativismo⁵⁴⁹.

O conteúdo do material foi realizado em comunhão entre representantes do cooperativismo e do governo. Na ata da primeira reunião da Diretoria Provisória da OCB, realizada no gabinete de Antonio José Rodrigues Filho, Secretário de Agricultura de São Paulo e Presidente da OCB, consta:

Indagado sobre um anteprojeto de lei de cooperativismo que estaria sendo elaborado, o Senhor Presidente [Antonio José Rodrigues Filho] esclareceu que, de fato, recebera esta solicitação por parte do Ministro Cirne Lima. E que, a título de subsídio, havia encaminhado ao referido Ministro, um texto do Anteprojeto elaborado com base não só na análise da legislação vigente, como também em estudos realizados por associações representativas de Cooperativas e órgão oficiais, nas conclusões do 4º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, no parecer do Dr. Walmor Franke, sobre o anteprojeto elaborado pelo Ministro do Planejamento e nas disposições constantes do protocolo firmado entre a ABCOOP e UNASCO. Esclareceu também que, mediante expressa solicitação do Senhor Ministro, havia discutido o assunto com o Dr. Walmor Franke, o qual permaneceu em São Paulo especificamente para esse fim. Ao terminar sua exposição sobre esse assunto, o Senhor Presidente acrescentou que, no encaminhamento do anteprojeto do Ministro esclareceu haver nele alguns dispositivos que não coincidiam totalmente com o ponto de vista do Dr. Walmor Franke⁵⁵⁰.

O Projeto de Lei, portanto, foi encaminhado após tratativas diretas entre o Ministro Cirne Lima e o Presidente da Diretoria Provisória da OCB. Não por acaso, a Lei n. 5.674/71 prevê a representação oficial do cooperativismo pela OCB (art. 105⁵⁵¹) e a obrigatoriedade de filiação das cooperativas à

Congresso Nacional, na Seção I, no dia 25 do corrente mês, juntamente com a Exposição de Motivos. O Projeto de Lei n.º 292 foi convertido na Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual substituiu toda a legislação anterior relacionada ao cooperativismo” (SILVA, 2006, p. 73).

⁵⁴⁹ SILVA, 2006, p. 72.

⁵⁵⁰ Trecho citado originalmente por FARIA, 2006, p. 73.

⁵⁵¹ Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do Governo, estruturada nos termos desta Lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe precipuamente:

- a) manter neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social;
- b) integrar todos os ramos das atividades cooperativas;

entidade (art. 107⁵⁵²). O quadro de controle do movimento cooperativista, em comunhão ao modelo ditatorial, se completa com os arts. 17⁵⁵³ e 18⁵⁵⁴ da Lei,

-
- c) manter registro de todas as sociedades cooperativas que, para todos os efeitos, integram a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;
 - d) manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, seja quanto à estrutura social, seja quanto aos métodos operacionais e orientação jurídica, mediante pareceres e recomendações, sujeitas, quando for o caso, à aprovação do Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC;
 - e) denunciar ao Conselho Nacional de Cooperativismo práticas nocivas ao desenvolvimento cooperativista;
 - f) opinar nos processos que lhes sejam encaminhados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo;
 - g) dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos de cooperativismo;
 - h) fixar a política da organização com base nas proposições emanadas de seus técnicos;
 - i) exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista;
 - j) manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas.

§ 1º A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB será constituída de entidades, uma para cada Estado, Território e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da organização nacional.

§ 2º As Assembleias Gerais do órgão central serão formadas pelos representantes credenciados das filiais, 1 (um) por entidade, admitindo-se proporcionalidade de voto.

§ 3º A proporcionalidade de voto, estabelecida no parágrafo anterior, ficará a critério da OCB, baseando-se no número de associados – pessoas físicas e as exceções previstas nesta lei – que compõem o quadro das cooperativas filiadas.

§ 4º A composição da Diretoria da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB será estabelecida em seus estatutos sociais.

§ 5º Para o exercício de cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, as eleições se processarão por escrutínio secreto, permitida a reeleição para mais um mandato consecutivo. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acessado em 23.01.2015.

⁵⁵² Art. 107. As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acessado em 23.01.2015.

⁵⁵³ Art. 17. A cooperativa constituída na forma da legislação vigente apresentará ao respectivo órgão executivo federal de controle, no Distrito Federal, Estados ou Territórios, ou ao órgão local para isso credenciado, dentro de 30 (trinta) dias da data da constituição, para fins de autorização, requerimento acompanhado de 4 (quatro) vias do ato constitutivo, estatuto e lista normativa, além de outros documentos considerados necessários. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acessado em 23.01.2015.

⁵⁵⁴ Art. 18. Verificada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrada em seu protocolo, pelo respectivo órgão executivo federal de controle ou órgão local para isso credenciado, a existência de condições de funcionamento da cooperativa em constituição, bem como a regularidade da documentação apresentada, o órgão controlador devolverá, devidamente autenticadas, 2 (duas) vias à cooperativa acompanhadas de documento dirigido à Junta Comercial do Estado onde a entidade estiver sediada, comunicando a aprovação do ato constitutivo da requerente.

§ 1º Dentro desse prazo, o órgão controlador, quando julgar conveniente, no interesse do fortalecimento do sistema, poderá ouvir o Conselho Nacional de Cooperativismo, caso em que não se verificará a aprovação automática prevista no parágrafo seguinte.

[...]

§ 3º Se qualquer das condições citadas neste artigo não for atendida satisfatoriamente, o órgão ao qual compete conceder a autorização dará ciência ao requerente, indicando as exigências a serem cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias, findos os quais, se não atendidas, o pedido será automaticamente arquivado.

[...]

referentes ao arquivamento de documentação na Junta Comercial e à obtenção de personalidade jurídica por parte das cooperativas.

O projeto político que se materializa na referida Lei é considerado um divisor de águas pela OCB. Segundo publicação da entidade, já mencionada, é ele quem viabiliza a OCB e moderniza as cooperativas na perspectiva do modelo empresarial, visando à sua expansão econômica e à adequação às exigências do desenvolvimento agrícola agroindustrial adotado pelo Estado. *In verbis*:

[O referido projeto político] é um divisor de águas para o movimento. A partir dela organizou-se e viabilizou-se a OCB, que então pôde promover a organização das entidades estaduais representativas, uma vez que passou a ser a representante única do Cooperativismo em âmbito nacional. O Cooperativismo se modernizou e as cooperativas passaram a se enquadrar num modelo empresarial, permitindo sua expansão econômica e sua adequação às exigências do desenvolvimento capitalista agroindustrial adotado pelo Estado⁵⁵⁵.

Após quase duas décadas de vigência, o modelo proposto pela Lei n. 5.764/71 volta a ser assunto de debate na Assembleia Nacional Constituinte. Conforme aponta Silva, os principais temas em debate foram o apoio e incentivo, educação, regime tributário e liberdade de constituição e funcionamento das cooperativas⁵⁵⁶.

Sobre este último, relevante polêmica se instituiu. As tentativas da OCB foram de garantia de “um duplo movimento: a) externo – de autonomia plena da OCB perante o Estado; b) interno – de submissão total das cooperativas somente à OCB”⁵⁵⁷. Esse objetivo seria levado a efeito pela Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRENCOOOP). Em 1984, ela possuía 45 candidatos, a senadores e deputados, eleitos com o apoio da OCB. “No transcorrer dos trabalhos da Constituinte os números aumentaram

§ 6º Arquivados os documentos na Junta Comercial e feita a respectiva publicação, a cooperativa adquire personalidade jurídica, tornando-se apta a funcionar. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acessado em 23.01.2015.

⁵⁵⁵ OCB *apud* SILVA, 2006, p. 76.

⁵⁵⁶ Conforme Silva: “Os anteprojeto, os projeto e as emendas da Assembléia Nacional Constituinte relacionados ao tema versavam, prioritariamente, sobre: a) o apoio e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo; b) a educação cooperativista nas instituições de ensino de todos os graus; c) o ato cooperativo e o regime tributário incidente; d) a liberdade de constituição das sociedades cooperativas e seu livre funcionamento” (SILVA, 2006, p. 86).

⁵⁵⁷ SILVA, 2006, p. 87.

significativamente e chegaram a 217 parlamentares das mais variadas siglas partidárias”⁵⁵⁸.

São apresentadas pelo menos oito propostas de redação, sete delas por parlamentares ligados ao PMDB. Fundamentalmente, dispunham sobre a autonomia da tutela estatal, em consonância à orientação política do Congresso Brasileiro de Cooperativismo⁵⁵⁹. Parcialmente, foi aprovada proposta de emenda popular⁵⁶⁰. A redação final se encontra, ainda hoje, consagrada na Constituição Federal, artigo 5º, inciso XVIII⁵⁶¹.

Como assinala Faria Silva, os efeitos das disposições constitucionais (em especial, o art. 5º, incisos XVIII e XX⁵⁶²), devidamente interpretadas pelos julgados que seguiram à promulgação da CF/88, escaparam às pretensões da OCB. Basicamente, rompe-se controle histórico e estabelece-se liberdade de associação e organização das sociedades cooperativas⁵⁶³. Passam a ser considerados inconstitucionais, e revogados tacitamente, os artigos 105 e 107⁵⁶⁴ da Lei n. 5.764/1971, entre outros.

Seria ingênuo, no entanto, acreditar que o cooperativismo tradicional apenas perdeu com o período que se inicia após a Constituição Federal. Pelo

⁵⁵⁸ SILVA, 2006, p. 88.

⁵⁵⁹ SILVA, 2006, p. 88-90.

⁵⁶⁰ A redação original da emenda popular era a seguinte: “O Poder Público fomentará e apoiará o cooperativismo e a lei assegurará a liberdade de constituição das cooperativas, sua atuação em todos os ramos da atividade humana, livre administração, autocontrole, acesso aos incentivos fiscais e constituição de seu órgão de representação legal” (SILVA, 2006, P. 90).

⁵⁶¹ “XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acessado em 23.01.2015.

⁵⁶² “XX – Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acessado em 23.01.2015.

⁵⁶³ “Os efeitos das disposições constitucionais, como se verá posteriormente, não estavam em sintonia com as pretensões da OCB, pois, mesmo que a entidade tivesse o objetivo de desvincular-se da tutela do Estado, certo era que o posto de representante do cooperativismo nacional e, por consequência, dentro do arcabouço legal construído, de ente que atraía compulsoriamente todas as cooperativas a sua estrutura, deveria ser preservado. O movimento da OCB de sair da tutela proporcionada pelo Estado ditatorial, de quase 17 anos, e que permitiu estruturar a entidade nacionalmente sofreu um revés juntamente com o regime que a idealizou e estava sendo suplantado naquele momento, tendo em vista a ruptura do controle e o estabelecimento da liberdade de organização e associação das sociedades coletivas, determinado pela nova Constituição Federal” (SILVA, 2006, p. 91).

⁵⁶⁴ “Art. 105 A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do governo, estruturada nos termos desta lei, sem finalidade lucrativa, (...) Art. 107 As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores”. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acessado em 23.01.2015.

contrário, é a década do neoliberalismo, da reestruturação produtiva, do transformismo das lutas sociais. Gesta-se, assim, o desemprego e, com ele, a construção da economia solidária, como alternativa para produção de trabalho e renda. Gesta-se, igualmente, a modificação gerencial do Estado brasileiro e, com ela, novas formas de fortalecimento do cooperativismo tradicional.

Nesse momento da pesquisa, requer-se uma diferenciação clara entre o que seja o cooperativismo tradicional e o que seja o cooperativismo popular. É o que será visto a seguir.

3.1.2. Cooperativismo tradicional: dimensionamento e significado

Em 2010, existiam 24.128 cooperativas no Brasil, número que expressa crescimento de 6,4% se comparado com 2006⁵⁶⁵. Apenas em exportações, as cooperativas foram responsáveis por movimentação superior a seis bilhões de dólares em 2013⁵⁶⁶. O grupo hegemônico no cooperativismo brasileiro é o das cooperativas agroindustriais, vinculadas à exportação de *commodities*, no setor do agronegócio⁵⁶⁷.

O montante financeiro não traduz o que seja o cooperativismo no Brasil, mas fornece importantes pistas. Não por acaso, a forma jurídica cooperativa abriga vultosas movimentações financeiras e esforçadas experiências populares. Há uma diferença de natureza entre elas.

Assim, neste primeiro momento (3.1.2), analisa-se a modificação do cooperativismo tradicional frente ao neoliberalismo, para a seguir serem apresentadas algumas de suas características. A seguir (3.1.3), referencia-se a relação entre neoliberalismo e surgimento do cooperativismo popular, seu ideário e sua política pública.

O contraste entre essas experiências é o foco da seção (3.1). Em que pese a formalidade jurídica que as institui seja a mesma, seus objetivos,

⁵⁶⁵ Dados do DIEESE, citados por Luciana Araujo (ARAUJO, 2014, p. 28).

⁵⁶⁶ ARAUJO, 2014, p. 30.

⁵⁶⁷ Luciana Araujo ressalva que, embora as cooperativas ligadas ao agronegócio movimentem seis bilhões de dólares ao ano, esta é apenas uma *parcela* (ou, em outros termos, *fração*) do total do agronegócio, inclusive minoritária. Nas palavras da autora: “Enquanto as cooperativas movimentam impressionantes seis bilhões de dólares em exportações, esse valor é apenas uma parcela – muito pequena, por sinal – do valor total das exportações movimentadas por todo agronegócio, no mesmo ano de 2013: US\$ 99,97 bilhões” (ARAUJO, 2014, p. 35).

métodos e compromissos são distintos, resultando em diversos conteúdos e arranjos de precarização do trabalho⁵⁶⁸.

O neoliberalismo modificou o mundo do trabalho no Brasil, bem como fortaleceu e transformou o Estado⁵⁶⁹, com a instituição da fórmula da desregulamentação para regulação⁵⁷⁰. O cooperativismo é parte desse processo. Na década de 1990, foi realizado salto de qualidade nas experiências cooperativas, tanto do ponto de vista do capital quanto do ponto de vista do trabalho.

Do ponto de vista do cooperativismo tradicional (também conhecido como agroindustrial ou empresarial), toma-se como referencial a OCB, pelos motivos expostos na seção anterior. Seu projeto político, na Constituição Federal de 1988, foi de dupla remodelação: por um lado, buscava autonomia privada; por outro, autonomia econômica⁵⁷¹. Duas medidas são destacadas na sua busca por reestruturação. São elas: a instituição do SESCOOP (Serviço

⁵⁶⁸ “Realidades muito distintas apresentam-se sob a designação de 'cooperativa'. O contraste é marcado entre grandes e rentáveis empreendimentos, que congregam milhares de participantes (associados e empregados), movimentam somas bilionárias em transações e em faturamento, nos quais podem ser localizados latifundiários e detentores de grandes fortunas, que utilizam da forma cooperativa como meio eficiente para garantir e ampliar a condição que já possuem; frente a cooperativas que se esforçam para garantir a sobrevivência mais elementar de seus cooperados, seja com a reunião dos empregados que assumem a gestão da empresa em falência, na tentativa de garantir minimamente seus salários; cooperados em assentamentos de reforma agrária; em agricultura familiar; catadores de materiais recicláveis; camponeses e artesãos; enfim, pessoas humildes e empobrecidas, que se reúnem como forma de buscar alternativas aos efeitos mais desumanos da atual sociedade” (ARAÚJO, 2014, p. 28).

⁵⁶⁹ Faria Silva cita trecho de Eros Grau e realiza a seguinte reflexão: “O refluxo dessa concepção social do Estado é iniciado com o discurso neoliberal projetado em um momento de transformação radical do modo de produção capitalista, desencadeado, sobretudo, pela revolução tecnológica e pela desestruturação do chamado socialismo real. A equação que sintetiza o momento histórico do desenvolvimento capitalista é expressa pela combinação: transformação e fortalecimento. O conteúdo do discurso neoliberal, que visava e visa à desestruturação do Estado de bem-estar, é calcado no binômio arcaico e moderno, ao invés de esquerda e direita, a fim 'de evidenciar diferenças entre idéias e homens; nesse quadro, imediatamente associam a atuação estatal na e sobre a economia ao arcaico, indicando como expressão do moderno os ideais da livre empresa e da livre concorrência’” (SILVA, 2006, p. 102).

⁵⁷⁰ “A fábula sobre a morte do Estado, nesse sentido, não reflete o real, pois, como apontou Milton Santos, o que se verifica é o seu fortalecimento em outras bases, para responder aos interesses do mercado globalizado em desfavor da população, ou seja, 'só existe uma verdade universal no capitalismo contemporâneo: o mercado'. A desregulamentação como forma de regulação, que impulsionou o pêndulo do público para o privado, encontra ressonância, também, no papel do Estado como agente no campo da atividade econômica. Nesse sentido, como a figura do Estado social vinculada à imagem de um amplo prestador de serviço público representa um “olhar pelo retrovisor” para o neoliberalismo, a desregulamentação funciona na linha de que o Estado desenvolva somente as atividades que o setor privado não deseja executar” (SILVA, 2006, p. 104).

⁵⁷¹ SILVA, 2006, p. 110.

Nacional do Cooperativismo) e a proposta de nova Lei das Cooperativas (PL n. 171/1999, de autoria do Senador Osmar Dias). Ambas são realizadas ao final da década de 1990, respectivamente em 1998 e 1999, no contexto neoliberal.

O PL n. 171/1999 possuía quatro questões estruturais: “a) o ato cooperativo; b) a abertura do capital das cooperativas; c) a possibilidade de pessoas jurídicas de qualquer natureza associarem-se às cooperativas; d) representatividade do sistema cooperativo permanecer com a OCB”⁵⁷². Seu objetivo era adaptar “o sistema cooperativo nacional à nova realidade internacional imposta pelo neoliberalismo”, com garantia do “fluxo do circuito que parte do campo e vai até a bolsa de valores”⁵⁷³.

Destaquem-se as intenções quanto ao ato cooperativo⁵⁷⁴ e quanto à abertura do capital. Aquele era tradicionalmente reconhecido como o realizado na relação entre cooperado e cooperativa ou na relação entre cooperativas, quando associadas, para a consecução dos seus objetivos sociais⁵⁷⁵.

Com o PL n. 171/1999, buscava-se a instrumentalização do sistema cooperativo, com vistas à evasão fiscal. Em seu art. 48, era estendida a imunidade tributária aos “negócios auxiliares” ou “meios indispensáveis” à consecução dos objetivos sociais da entidade. Assim, por exemplo, não incidiria tributação “sobre o lucro auferido por uma empresa que realizou ato com a cooperativa”⁵⁷⁶, nem mesmo seriam recolhidas contribuições ao trabalhador, em eventual relação empregatícia mantida na entidade, tudo

⁵⁷² SILVA, 2006, p. 110.

⁵⁷³ SILVA, 2006, p. 111.

⁵⁷⁴ Segundo Marco Tulio Rose, citado por Faria Silva, “o ato cooperativo é uma criação dos juristas da América Latina, presos à tradição conceitual dos atos jurídicos, como forma de descrição de uma situação própria, *sui generis*, das sociedades cooperativas, que longe está em constituir-se numa ficção abstrata, antes sendo, como toda boa ficção, selecionado pelo direito como a ele relevante. O dado fático de que se fala está exatamente na diferença entre o sócio de uma sociedade comum e o sócio de uma sociedade cooperativa. Enquanto naquela existe evidente distinção entre a atividade profissional ou pessoal do associado e a sua participação no desenvolvimento e resultados da sociedade, nesta comparece uma conexão estrita entre a atividade particular do cooperativado e a sua integração, para todos os efeitos, na sociedade [...] O conjunto de ações que uma Cooperativa realiza, com seus associados, prestando a eles o serviço que eles, associados, procuram na Cooperativa quando se associam, serviço que não os diferencia da qualidade de associados, por serem clientes, este serviço é o que a lei chama de ato cooperativo. Ato que não é lucrativo e cuja realização não implica, por expressa disposição legal, operação de mercado ou contrato de compra e venda de produto, serviço ou mercadoria” (ROSE *apud* SILVA, 2006, p. 111).

⁵⁷⁵ SILVA, 2006, p. 111.

⁵⁷⁶ SILVA, 2006, p. 112.

albergado nos “meios indispensáveis” para consecução dos objetivos sociais⁵⁷⁷.

Já a abertura do capital, prevista nos artigos 15, 17 e 58, prescrevia a possibilidade de pessoa jurídica de qualquer natureza associar-se a uma cooperativa. A cooperativa deixaria de ser uma sociedade de pessoas e passaria a ser uma sociedade de capitais. Por consequência, ter-se-ia a desvirtuação completa do ideário cooperativista⁵⁷⁸.

O SESCOOP, por outro lado, foi instituído mediante a Medida Provisória n. 1.715/1998 e o Decreto n. 3.017/1999, ambos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu objetivo é “organizar, administrar e executar, em todo território nacional, o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativas e dos cooperados (artigo 8º da MP)”⁵⁷⁹. Possui personalidade jurídica de direito privado e Conselho Nacional próprio⁵⁸⁰, além de diversas fontes de receita⁵⁸¹.

Os recursos do SESCOOP são um ponto importante para o entendimento da precarização do trabalho nas cooperativas tradicionais. Observe-se que sua principal fonte de recursos é a contribuição mensal compulsória dos empregados das cooperativas, recolhidas pela Previdência

⁵⁷⁷ SILVA, 2006, p. 112.

⁵⁷⁸ “A adoção dessas medidas acaba completamente com a construção originária do cooperativismo, acolhida até mesmo na Lei n.º 5.764/71, de que as cooperativas são uma sociedade de pessoas e não de capital. A readequação proposta, mesmo que mantido o princípio de um voto por cabeça nas Assembléias Gerais, permitirá a ingerência completa, no cotidiano das cooperativas, das estruturas societárias que operam com uma lógica diversa. Ingenuidade ou dissimulação pensar, por exemplo, que a participação da Monsanto como detentora de Certificados de Aporte de Capital ou como associada da cooperativa não produza influência direta na condução das atividades da entidade e que seus interesses econômicos não se sobreponham aos interesses individuais ou coletivos dos cooperativados” (SILVA, 2006, p. 113).

⁵⁷⁹ SILVA, 2006, p. 115.

⁵⁸⁰ “A direção do SESCOOP foi composta por um Conselho Nacional, com a seguinte representação: a) um membro do Ministério do Trabalho; b) um membro do Ministério da Previdência e Assistência Social; c) um membro do Ministério da Fazenda; d) um membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e) um membro do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; f) cinco membros da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB304 e g) um membro dos trabalhadores em sociedades cooperativas. A presidência da entidade foi concedida ao Presidente da OCB, o qual tem direito, nas deliberações, somente a voto de qualidade (artigo 9º da MP)” (SILVA, 2006, p. 115).

⁵⁸¹ “As receitas do SESCOOP são oriundas de diversas fontes, tais como: a) doações e legados; b) subvenções voluntárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; c) rendas oriundas de prestação de serviços, da alienação ou da locação de seus bens; d) receitas operacionais; e) penas pecuniárias e f) contribuição compulsória incidente sobre a remuneração dos empregados das cooperativas (artigo 10º da MP)” (SILVA, 2006, pp. 115 e 116).

Social, no montante de 2,5% sobre a remuneração dos trabalhadores (art. 10, I da MP). Admite-se e privilegia-se, portanto, o trabalho subordinado nas cooperativas, com objetivo de aumento da receita para a SESCOOP. Faria Silva cita tabela, oriunda de relatório de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI da Terra), cuja sistematização demonstra que “a OCB e o SESCOOP receberam dos cofres da União juntas, aproximadamente, R\$ 200.307 milhões, entre janeiro de 1995 e outubro de 2005”⁵⁸².

Tabela 4 - Recursos da União repassados para OCB e SESCOOP mediante convênio ou a título de contribuição – Período 1995-2005

ANO	OCB	SESCOOP	
1995	3.254.876,00	0,00	3.254.876,00
1996	7.727.990,00	0,00	7.727.990,00
1997	0,00	0,00	0,00
1998	1.136.488,00	0,00	1.136.488,00
1999	0,00	15.160.250,40	15.160.250,40
2000	220,00	20.646.648,48	20.646.868,48
2001	0,00	25.152.049,61	25.152.049,61
2002	0,00	26.139.984,37	26.139.984,37
2003	220,35	30.366.733,77	30.366.954,12
2004	208.100,00	35.929.394,78	36.137.494,78
2005*	233.490,00	34.351.458,30	34.584.948,30
TOTAL	12.561.384,35	187.746.519,71	200.307.904,06

Fonte: SILVA, 2006, p. 116.

Não é apenas uma questão econômica, no entanto. Pode ser realizada uma série de questionamentos a respeito da compatibilização entre o estímulo ao trabalho subordinado e os princípios do cooperativismo⁵⁸³. Nessa senda, Silva conclui que as duas medidas – SESCOOP e PL n. 171/1999⁵⁸⁴ –

⁵⁸²

⁵⁸³ “(...) questiona-se, inicialmente, se é condizente com os valores e princípios cooperativos a existência de trabalhadores contratados em cooperativas e, ainda, se é papel das entidades cooperativas prepará-los para o trabalho subordinado, ao invés de qualificá-los para a autogestão. Por outro viés, pergunta-se se é condizente com os valores e princípios cooperativos que o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP seja financiado por contribuições oriundas do desconto previdenciário dos trabalhadores em cooperativas. Sob outro prisma, indaga-se se é condizente com os valores e princípios cooperativos que o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP seja presidido por uma entidade que representa a classe patronal” (SILVA, 2006, p. 118).

⁵⁸⁴ Importa destacar que o referido projeto foi arquivado em 22 de janeiro de 2007. Ainda assim, expressa as intenções do setor ligado à OCB na década de 1990. A disputa legislativa por novos projetos para a forma jurídica cooperativista prosseguiu, em que pese o

fizeram parte de uma readequação legislativa capitaneada pela OCB, que seguramente não visava a uma busca pelo ideário clássico do cooperativismo, mas sim à adaptação do cooperativismo à economia de mercado, neoliberal.

O cooperativismo, como afirmado ao começo da seção, encontra-se em franca ascensão. O número de cooperativas cresce, sua cifra de movimentação financeira também. Poder-se-ia relativizar a importância da OCB, visto que são filiadas a ela apenas 27,56% das cooperativas no Brasil, número que demonstra ausência de legitimidade para representação única do movimento cooperativista⁵⁸⁵. Porém, são relevantes os dados que conferem justificativa para a visibilidade e poderio da OCB. Em 2007, o “sistema” OCB movimentou R\$ 72 bilhões; em 2009, R\$ 88,5 bilhões; em 2012, apenas as cinco maiores cooperativas do Paraná totalizaram movimentação de R\$ 38,5 bilhões⁵⁸⁶. Assim, “a expressão da OCB não está relacionada à legitimidade de representação do cooperativismo brasileiro como um todo, mas sim do mais rico”⁵⁸⁷.

O “cooperativismo mais rico” tem como objetivo fundamental, do ponto de vista da gestão agroindustrial, “servir como intermediária[o] entre o mercado e as economias dos cooperados para promover seu incremento”⁵⁸⁸. Seu marco de referência, razão de existência e meta inafastável é a eficiência econômica⁵⁸⁹.

Utiliza-se uma figura formal (pessoa jurídica cooperativa) para uma atuação empresarial. O motivo é obtenção de vantagens, como “agregar vários pequenos produtores rurais como associados, bem como liberar as transações havidas com eles (comercialização da produção; venda de insumos; financiamento; etc.) de taxas tributárias”⁵⁹⁰. Trata-se, com efeito, de uma firma fraude.

arquivamento. Na seção seguinte, serão relevados alguns aspectos de novo Projeto de Lei, já aprovado no Senado, que deve se tornar lei no ano de 2015. A informação sobre o arquivamento do PL n. 171/1999 se encontra disponível em <<http://www.senado.leg.br/>>. Último acesso em 25 de janeiro de 2015.

⁵⁸⁵ ARAUJO, 2014, p. 40.

⁵⁸⁶ ARAUJO, 2014, pp. 41 e 42.

⁵⁸⁷ ARAUJO, 2014, p. 42.

⁵⁸⁸ BIALOSKORSKI NETO *apud* ARAUJO, 2010, p. 36.

⁵⁸⁹ ARAUJO, 2010, p. 36.

⁵⁹⁰ ARAUJO, 2014, p. 37.

Veja-se que o objetivo empresarial em nada condiz com o ideário cooperativista⁵⁹¹. Alguns autores relativizam, no entanto, a essencialidade dos princípios éticos no interior do ideário cooperativista, com priorização do elemento econômico⁵⁹². Mesmo na vertente conservadora do cooperativismo, todavia, prevalece o entendimento de convivência entre elemento econômico e elemento social, em configuração de duplicidade de intenções⁵⁹³.

As opções hegemônicas no marco jurídico cooperativo são, ainda hoje, as do cooperativismo tradicional. Como contextualizado, a política operada pelo SESCOOP, controlado e gerido pela OCB, leva diretamente à precarização do trabalho por meio de cooperativas. É do interesse dos associados das cooperativas tradicionais o crescimento do SESCOOP. É também de seu interesse, portanto, impulsionar a existência de trabalho subordinado no interior das cooperativas. Nesse sentido, explica Araujo, “maior será o montante disponibilizado quanto maior for o número de trabalhadores subordinados (empregados) existentes na cooperativa”⁵⁹⁴.

Com efeito, o cooperativismo brasileiro é “marcado pelas opções agrícola, na política de modernização do campo, e, posteriormente, neoliberal, valorizando as cooperativas empresariais, notadamente agrícolas”⁵⁹⁵.

⁵⁹¹ “Trata-se do aproveitamento de uma forma jurídica que não possui o intento de ser empresarial. Registre-se desde já que a forma cooperativa não visa lucro (tema a ser trabalhado no correr do texto). Porém, atuando no âmbito do agronegócio, as cooperativas são „atingidas” pelas exigências do mercado, como por exemplo, obter eficiência. Nesse contexto, a noção de sobras se desvirtua e se torna lucro. Da mesma forma que a designação do rótulo não altera o conteúdo, o simples fato de o resultado da cooperativa ser chamado de „sobra”, não garante que não tenham identidade com o que, em outros empreendimentos de agronegócio, chamase lucro. Faturamento é faturamento para cooperativas e empresas do agronegócio. A diferenciação está na destinação dada a esse faturamento. Nas cooperativas agroindustriais, há efetivamente o retorno ao associado?” (ARAUJO, 2014, p. 38).

⁵⁹² “Do ponto de vista econômico, a cooperativa é uma organização empresarial, de caráter auxiliar, por cujo intermédio uma coletividade, de consumidores ou produtores promove, em comum, a defesa (melhoria, incremento) de suas economias individuais. (...) A obtenção de vantagens econômicas em favor das economias associadas é o escopo fundamental das sociedades cooperativas. A realização dos objetivos éticos, que se incluem na integralidade de seus fins, depende, em última instância, da força do substrato econômico e do grau de poder financeiro que, mediante urna administração tecnicamente categorizada, a cooperativa saiba alcançar no mundo dos negócios” (FRANKE *apud* ARAUJO, 2014, p. 38).

⁵⁹³ “Sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedades de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais” (PINHO *apud* ARAUJO, 2014, p. 39).

⁵⁹⁴ ARAUJO, 2014, p. 88.

⁵⁹⁵ ARAUJO, 2014, p. 88.

3.1.3. Cooperativismo popular: ideário e crítica

O cooperativismo popular surge nesse mesmo contexto. Sublinhe-se bem: enquanto o cooperativismo tradicional se remodelava e readequava ao neoliberalismo no Brasil, buscando utilizá-lo com vistas à expansão de sua lucratividade, o cooperativismo popular apenas surgia na década neoliberal, em razão de uma condição objetiva, qual seja, a necessidade de criação de alternativa de trabalho e renda para trabalhadores desempregados. Assim, por meio de experiências plurais e heterogêneas, surgem entidades com caráter “contestatório” ou, em outro sentido, organizadas por trabalhadores pobres, inconformados com sua situação de força de trabalho sobrando.

Em contraposição ao cooperativismo tradicional, portanto, buscavam configurar sociedades de pessoas, e não de capital; utilizavam o benefício da imunidade tributária do ato cooperativo para buscar a sobrevivência do empreendimento, e não para gerar lucro; valorizavam a gestão cooperativa, ainda que com dificuldades para sua implementação, estas oriundas da necessidade de utilização de princípios empresariais para a sobrevivência de empreendimentos econômicos, ainda que cooperativos em essência.

O cooperativismo popular se vincula à proposta de economia solidária. Esta pode ser entendida como

o conjunto dos empreendimentos econômicos associativos em que (i) o trabalho, (ii) os resultados econômicos, (iii) a propriedade de seus meios (de produção, de consumo, de crédito etc.), (iv) o poder de decisão e (v) os conhecimentos acerca de seu funcionamento são compartilhados solidariamente por todos aqueles que deles participam⁵⁹⁶.

O conceito de economia solidária é debatido por diversos autores, não raro em desacordo. Escapa às pretensões deste trabalho realizar uma sistematização bibliográfica vertical a esse respeito. Ainda assim, e com razoável distância entre eles, podem-se citar como principais idealizadores da economia solidária, na América Latina, os professores Razeto, Coraggio e

⁵⁹⁶ CRUZ, 2006.

Singer⁵⁹⁷. Uma visão oficial, no âmbito do Estado brasileiro, é a fornecida pelo MTE e pela SENAES⁵⁹⁸. Uma visão realista, em alternativa, é apresentada por Carleial e Paulista⁵⁹⁹.

Observe-se que o âmbito da economia solidária é uma parte do cooperativismo, ao mesmo tempo em que é mais amplo do que ele. Apenas uma parte, e não a totalidade do cooperativismo, porque não configuram experiências de economia solidária aquelas ligadas ao cooperativismo tradicional. Mais amplo do que o cooperativismo, por outro lado, porque se inclui nela uma série de outras experiências, alheias à forma jurídica cooperativa em sentido estrito, como associações e grupos informais.

A tradição do cooperativismo popular traz como pano de fundo o debate cooperativista e associativista dos socialistas utópicos, do século XVIII e XIX, bem como da tradição anarquista e marxista. O ideário clássico do cooperativismo popular, comumente citado, é aquele erigido sobre a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale. O empreendimento surgiu em 1844 e serviu como base para a Aliança Cooperativa Internacional, fundada em 1895, com princípios formulados em 1937⁶⁰⁰.

Analisar os princípios, catalogá-los, conceituá-los, instrumentalizá-los para a prática judicial e política: eis uma possibilidade de análise, de cunho

⁵⁹⁷ Para uma comparação entre as propostas de “economia da solidariedade” (Razeto), “economia popular e do trabalho” (Coraggio) e “economia solidária como novo modo de produção” (Singer), veja-se CRUZ, 2006, p. 37-55.

⁵⁹⁸ “A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão”. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Último acesso em 25 de janeiro de 2015.

⁵⁹⁹ “A economia solidária, tal como ela se apresenta, retrata formas de resistência política aos efeitos deletérios dessa fase do desenvolvimento capitalista e manifestações frágeis de luta pela sobrevivência material” (CARLEIAL; PAULISTA, 2008, p. 32).

⁶⁰⁰ “[A] Aliança Cooperativa Internacional foi fundada em 1895 e os seus princípios foram formulados, em Paris, em 1937, com base nas normatizações de Rochdale. A proposição inicial foi revisitada no ano de 1966 e 1995, respectivamente em Viena e Manchester, sem apresentar alterações substanciais. Os princípios atualmente em vigor da ACI são: a) adesão voluntária e livre; b) gestão democrática pelos membros; c) participação econômica dos membros; d) autonomia e independência; e) educação, formação e informação; f) intercooperação; g) interesse pela comunidade. A orientação da Aliança Cooperativa Internacional influenciou, por exemplo, a atual política nacional do cooperativismo fixada no Brasil – em 1971, no período da ditadura –, na Argentina e na Colômbia” (SILVA, 2011, p. 35).

muito próximo ao positivismo. Ao materialismo histórico, no entanto, compete uma análise mais densa da ideologia que subjaz ao cooperativismo popular, com objetivo de respeito à tradição histórica que buscou a compreensão de seu significado e limites.

Ao fundo dos princípios encontram-se inúmeras polêmicas. Elas apresentam uma diversidade de contradições, cuja compreensão permite uma apreensão mais densa dos limites e do significado das experiências associativas, bem como de suas leis e políticas públicas. Nesse sentido, será fornecido um panorama desses embates, como o anarquismo, o marxismo e alguns autores brasileiros. A seguir, passa-se à crítica do paradigma hegemônico na política pública brasileira, qual seja, o fornecido pelo Prof. Paul Singer.

3.1.3.1. Ideário clássico: anarquistas e socialistas

São próximas no tempo a formulação teórica dos socialistas utópicos e as experiências conhecidas como cooperativas em Rochdale, Delitzsch e Heddesdorf. Conforme aponta Cruz:

Um curto período de tempo separa a época das formulações utópicas de Claude Saint-Simon (1760-1825), de Charles Fourier (1772-1837) e de Robert Owen (1771-1858), bem como das primeiras experiências inspiradas em suas idéias, na Europa e na América do Norte, daquelas experiências conhecidas como “cooperativas”, em Rochdale (no norte da Inglaterra, em 1844), em Delitzsch e Heddesdorf (na Prússia, em 1850) e em Milão (na Itália, em 1866), as quais se multiplicaram rapidamente em seus países⁶⁰¹.

O primeiro debate teórico aberto, a respeito dos limites e possibilidades de iniciativas de caráter associativo, é o que se dá entre Pierre Proudhon, por um lado, e Karl Marx e Friedrich Engels, de outro. A discussão teórica se desenvolve “na mesma década em que surgem as primeiras cooperativas (com esta designação) e em que o movimento operário emergia com força na cena política europeia, em meio às revoluções democráticas de 1848”⁶⁰².

⁶⁰¹ CRUZ, 2006, p. 08.

⁶⁰² CRUZ, 2006, p. 09.

É o período de início da organização política do proletariado, em que ele se diferenciava do programa e da ação da burguesia europeia. O alcance da polêmica, portanto, é bem mais amplo do que o debate específico do cooperativismo⁶⁰³. Discutia-se o objetivo do movimento e, junto a ele, os métodos e meios de luta para alcançá-lo⁶⁰⁴.

Proudhon entendia as cooperativas como base de uma futura sociedade socialista. Em um primeiro momento, o autor defendia que essa futura sociedade só seria possível mediante uma revolução política. Tratava-se de diferenciação explícita com o socialismo utópico, de Saint-Simon, Owen e Fourier⁶⁰⁵. A seguir, no entanto, Proudhon realiza uma “autocrítica” das posições revolucionárias. Com ela, passa a defender a “transição progressiva”, “a partir do *mutualismo* (como princípio econômico) e do *federalismo* (como princípio político), ambos organizados sob o princípio mais geral da *autogestão*”⁶⁰⁶.

Do ponto de vista mais geral das reflexões anarquistas, Bottomore assinala diferenças entre anarquistas individualistas e anarquistas socialistas⁶⁰⁷, bem como entre Proudhon e Bakunin⁶⁰⁸. Sobre Bakunin, Engels escreve carta em que afirma que a diferença essencial entre marxistas e anarquistas se refere ao Estado. Os anarquistas viam o Estado como o “mal fundamental”, e não como a proteção que as classes dominantes adotaram aos seus privilégios sociais. Isso levaria à defesa da abolição do Estado, e não de

⁶⁰³ O debate do cooperativismo é anterior a essa polêmica. Já era referenciado pelos socialistas utópicos, por exemplo. No entanto, a magnitude da polêmica entre Proudhon e Marx faz o debate superar seu momento de especificidade, podendo ser localizado em um contexto mais amplo. É por esse motivo o interesse em ressaltá-la.

⁶⁰⁴ CRUZ, 2006, p. 09.

⁶⁰⁵ Cruz adjetiva Proudhon, nessa fase, como “publicista”. É a fase anterior à revolução liberal de 1848 (CRUZ, 2006, p. 09).

⁶⁰⁶ CRUZ, 2006, p. 10.

⁶⁰⁷ “Uma distinção importante é a que se estabelece entre anarquismo individualista e anarquismo socialista. O primeiro enfatiza a liberdade individual, a soberania do indivíduo, a importância da propriedade ou da posse privada e a iniquidade de todos os monopólios: pode ser considerado um liberalismo levado às consequências extremas. O ‘anarcocapitalismo’ é uma variação contemporânea dessa escola [...]. O anarquismo socialista, ao contrário, rejeita a propriedade privada juntamente com o Estado, como a principal fonte da desigualdade social. Insistindo na igualdade social como a condição necessária para a máxima liberdade individual de todos, o ideal do anarquismo socialista pode ser caracterizado como a ‘individualidade na comunidade’. Ele representa uma fusão do liberalismo com o socialismo: socialismo libertário” (BOTTOMORE, 2012, p. 16).

⁶⁰⁸ “Ao contrário de Proudhon, Bakunin defendia a expropriação violenta e revolucionária da propriedade capitalista e da propriedade fundiária, o que levaria a alguma modalidade de coletivismo” (BOTTOMORE, 2012, p. 16).

sua conquista visando à abolição do capital. Por consequência, tem-se o equívoco do abstencionismo político, elevado à natureza de “princípio”⁶⁰⁹.

Sobre Proudhon, Marx escreve o seguinte, no prólogo ao seu “Miséria da Filosofia – Resposta à Filosofia da Miséria do senhor Proudhon” (1847):

O senhor Proudhon tem a infelicidade de ser singularmente desconhecido na Europa. Na França, tem o direito de ser um mau economista, porque passa por ser um bom filósofo alemão. Na Alemanha, tem o direito de ser um mau filósofo, porque passa por ser um dos mais fortes economistas franceses⁶¹⁰.

Anos mais tarde, logo após a morte de Proudhon, Marx escreve carta em que reconhece a importância do autor, com maior sobriedade⁶¹¹. No entanto, conforme aponta Aloísio Teixeira, a crítica era correta. Como Proudhon não lia inglês nem alemão, não conhecia os principais economistas do século XVIII e XIX (a economia inglesa), nem os grandes autores da filosofia alemã⁶¹². No sentido rigoroso do termo, não era socialista ou utópico; em outro sentido, “era um reformador social e um anarquista que sonhava com uma França povoada por artesãos e pequenos proprietários”⁶¹³.

O crédito ocupava preocupação privilegiada em suas pesquisas. “A propriedade é um roubo”, afirma o autor. Mas não porque a propriedade em si

⁶⁰⁹ “Enquanto a grande massa dos operários sociais-democratas partilha conosco a opinião de que o poder de Estado nada mais é do que a organização que as classes dominantes — proprietários fundiários e capitalistas — adotaram para proteger os seus privilégios sociais, Bakunin afirma que foi o Estado que criou o capital, que o capitalista apenas tem o seu capital graças ao Estado. Assim, como o Estado é o mal principal, seria necessário abolir, antes de mais nada, o Estado, e então o capital iria por si próprio para o diabo; ao passo que nós, inversamente, dizemos: abolis o capital, a apropriação do conjunto dos meios de produção nas mãos de uns poucos, e o Estado cairá por si próprio. A diferença é essencial: a abolição do Estado sem um revolucionamento social prévio é um contra-senso, a abolição do capital é precisamente o revolucionamento social e implica uma alteração do conjunto do modo de produção. Como, porém, o Estado é para Bakunin o mal fundamental, não é permitido fazer nada que possa manter o Estado em vida, i. e., de qualquer Estado, república, monarquia ou qualquer outro. Daí, portanto, abstenção completa de toda a política. Praticar um ato político, mas especialmente participar numa eleição, seria uma traição ao princípio” (ENGELS, 1872).

⁶¹⁰ MARX *apud* TEIXEIRA, 2002, p. 39.

⁶¹¹ “Sua primeira obra, *Que é a propriedade?*, é positivamente o que produziu de melhor. Marca uma época (...). Nesse livro, a relação de Proudhon com Saint-Simon e Fourier é mais ou menos a mesma de Feuerbach com Hegel. Comparado a Hegel, Feuerbach é pobre. No entanto, marcou época depois de Hegel, por ter ressaltado certos pontos (...) importantes para o progresso da crítica e que Hegel deixara em uma semi-obscuridade mística (MARX *apud* TEIXEIRA, 2002, p. 39).

⁶¹² TEIXEIRA, 2002, p. 39.

⁶¹³ TEIXEIRA, 2002, p. 39.

seja ruim⁶¹⁴, e sim porque ela *torna possível* a apropriação, que se dá por meio do juro. Com esse diagnóstico, defendia “um sistema de empréstimos sem juros, capaz de salvar uma classe de pequenos proprietários já condenada pelo desenvolvimento capitalista”⁶¹⁵. Vê-se, assim, que Proudhon não era “propriamente anticapitalista, mas pré-capitalista”⁶¹⁶. Seu objetivo era a “abolição do juro, e não da propriedade capitalista”⁶¹⁷.

Aloisio Teixeira destaca, entre suas ideias, três eixos: (a) o horror à democracia⁶¹⁸, (b) o horror ao Estado⁶¹⁹ e (c) o horror à autoridade⁶²⁰, bem como os já mencionados princípios do federalismo (enquanto princípio político) e mutualismo (enquanto princípio econômico), este com fornecimento de subsídios para o cooperativismo e o associativismo.

O problema, para Proudhon, é “antes de mais nada e sempre, moral”⁶²¹. O objetivo da humanidade é “a busca da justiça”⁶²². As revoluções, em suas palavras, “são as manifestações sucessivas da justiça na humanidade”⁶²³. Já a justiça, também em suas palavras, configura-se como “o respeito, espontaneamente sentido e reciprocamente garantido, pela liberdade humana, em relação a qualquer pessoa e em qualquer circunstância na qual esta se encontre comprometida, (...)”⁶²⁴.

Há um predomínio da ética na reflexão de Proudhon, acompanhado da debilidade em economia e filosofia. A decorrência é uma incompreensão do mecanismo da concorrência e concentração do capital⁶²⁵, o que leva o autor a

⁶¹⁴ Veja-se, por exemplo, que o autor exaltava a propriedade camponesa (TEIXEIRA, 2002, p. 40).

⁶¹⁵ TEIXEIRA, 2002, p. 40.

⁶¹⁶ TEIXEIRA, 2002, p. 40.

⁶¹⁷ TEIXEIRA, 2002, p. 40.

⁶¹⁸ “(...) não só critica o sufrágio universal, alegando que a questão central não é política, mas econômica e social; e chega a afirmar que democracia ‘é uma palavra fictícia que significa amor ao povo, amor às crianças, mas não governo do povo’” (TEIXEIRA, 2002, p. 41).

⁶¹⁹ “(...) sonha com uma sociedade anárquica, em que o Estado fosse substituído por livres associações de trabalhadores” (TEIXEIRA, 2002, p. 41).

⁶²⁰ “O horror à autoridade (da Igreja, do Estado, do Partido), que é a matriz do ideal libertário; na carta que marca seu afastamento de Marx (1846), escreve: ‘...Não nos façamos chefes de uma nova intolerância, não nos arvoremos em apóstolos de uma nova religião, ainda que seja a religião da lógica, a religião da razão’” (TEIXEIRA, 2002, p. 41).

⁶²¹ TEIXEIRA, 2002, p. 41.

⁶²² TEIXEIRA, 2002, p. 41.

⁶²³ PROUDHON *apud* TEIXEIRA, 2002, p. 42.

⁶²⁴ PROUDHON *apud* TEIXEIRA, 2002, p. 41.

⁶²⁵ Aspectos trabalhados no Capítulo 1 (seção 1.5).

tomar o “progresso econômico” como positivo, e não como espaço de reprodução da exploração e da desigualdade⁶²⁶.

Na tradição marxista, a polêmica é grande. Marx, ao analisar as cooperativas, dá destaque ao “jogo de espelhos” que elas expressam. O trabalho associado fornece pistas para a eliminação do antagonismo entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que faz com que trabalhadores se tornem seus próprios exploradores. Nas palavras do autor alemão:

[...] [As cooperativas são,] dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas o antagonismo entre capital e trabalho encontra-se superado, embora ainda sob uma forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles próprios, o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o seu próprio trabalho. Mostram como a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais das formas sociais de produção que lhes correspondem, se constitui um novo modo de produção e se liberta naturalmente do anterior. Sem o sistema de fábrica, proveniente do modo de produção capitalista, a cooperativa operária não poderia desenvolver-se, assim como não o poderia sem o sistema de crédito resultante do mesmo modo de produção. Tal como ele constitui o elemento principal da transformação progressista das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também o sistema de crédito fornece os meios para uma extensão gradual das empresas cooperativas a uma escala mais ou menos nacional. Quer as sociedades capitalistas por ações quer as empresas cooperativas são de considerar como forma de transição entre o modo de produção capitalista e o sistema de associação, com a única diferença de que, nas primeiras o antagonismo é superado de maneira negativa e, nas segundas, de maneira positiva⁶²⁷.

Rosa Luxemburgo retoma o dilema apresentado por Marx e acrescenta novo fundamento. Para além de afirmar que nas cooperativas o trabalhador é seu próprio explorador, justifica essa afirmativa em diretriz econômica, qual seja, “o espaço de produção das cooperativas é guiado pelo

⁶²⁶ “O ponto focal da crítica de Marx à proposta de Proudhon – a questão do Estado – tinha um caráter eminentemente econômico. Marx argumentava que, sem um elemento de coordenação entre as unidades produtivas, o mercado tenderia a produzir mecanismos variados de transferência de renda e de riqueza entre os produtores de unidades de produção distintas, ainda que fossem produtores associados entre si em cada iniciativa. Aquilo que Proudhon via como essencial para evitar a estagnação do progresso econômico – a concorrência –, Marx via como o espaço de reprodução da exploração econômica e da reprodução da desigualdade social” (CRUZ, 2006, p. 11).

⁶²⁷ MARX *apud* SILVA, 2011, p. 29.

tempo do capital, isto é, da concorrência das empresas que estão sob a economia de mercado”⁶²⁸.

Com isso, a relação entre capital e trabalho, antes percebida como antagonismo externo (relação entre patrão e empregado), passa a ser apreendida como contradição interna (relação entre trabalhador e trabalhador). Prossegue como antagonismo externo, mas é gerada modificação na subjetividade do trabalhador. Forja-se falso dilema sobre autogoverno, que não sabe se determina ou é determinado⁶²⁹.

A forma com que se busca resolver o problema é artificial: contra a concorrência do mercado, propõe-se a fundação de cooperativas de consumo, que garantiriam a compra antecipada dos bens produzidos. Nas palavras de Rosa, isso faz com que as cooperativas de produção, “na melhor das hipóteses, [fiquem restritas] a um pequeno mercado local e a reduzido número de produtos alimentícios”⁶³⁰. A maior parte dos ramos mais importantes da produção estão excluídos da cooperativa de consumo e, por conseguinte, também das cooperativas de produção⁶³¹.

3.1.3.2. Economia solidária e crítica marxista

Paul Singer não ignora as advertências de Rosa Luxemburgo. No entanto, considera-as “inconsistentes, por desprezar[em] a resistência dos trabalhadores ao absolutismo e às arbitrariedades do capital”⁶³². Para o autor, a economia solidária é “um modo de produção alternativo ao capitalismo” e

⁶²⁸ SILVA, 2011, p. 32.

⁶²⁹ SILVA, 2011, p. 33.

⁶³⁰ LUXEMBURGO *apud* SILVA, 2011, p. 33.

⁶³¹ “Se com isso ficam as condições de existência das cooperativas de produção na sociedade atual ligadas às condições de existência das cooperativas de consumo, vem resultar daí que as cooperativas de produção têm de limitar-se, na melhor das hipóteses, a um pequeno mercado local e a reduzido número de produtos alimentícios. Todos os ramos mais importantes da produção capitalista: indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, como a indústria de construção de máquinas, locomotivas e navios, estão de antemão excluídos da cooperativa de consumo e, por conseguinte, das cooperativas de produção. Eis porque, sem ter em conta o seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor a sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média” (LUXEMBURGO *apud* SILVA, 2011, pp. 33 e 34).

⁶³² COUTINHO, 2011, p. 107.

possuiria “caráter revolucionário”, baseada no “fato de que não tem tendência de ser um paliativo contra o desemprego e a exclusão, mas um espaço de organização dos trabalhadores”⁶³³.

A visão de que as experiências cooperativas são a base de um sistema alternativo ao capitalismo é compartilhada por Euclides Mance. O autor defende a expansão de “redes solidárias” (formadas pela tríade organização do trabalho, educação solidária e consumo solidário), mediante redes de colaboração. O objetivo é assegurar o “bem viver” dos “excluídos”, que se expandiria no interior do capitalismo, “podendo escapar ao seu controle ou ‘eventualmente substituí-lo’”⁶³⁴.

Segundo Razeto, os empreendimentos solidários buscam uma nova estrutura de sociedade, entendendo a solidariedade como elemento ético fundador e preponderante, que leve a uma nova relação entre economia, política e cultura⁶³⁵. Com efeito, Razeto pensa a economia solidária como o resgate de uma concepção de homem como pessoa aberta à comunidade, sujeito de necessidades e aspirações, que não busca apenas interesses individuais, pois tem como horizonte a preponderância dos valores do trabalho e da solidariedade.

A dinâmica de produção e reprodução da vida faz presente um cenário menos otimista para o desenvolvimento desses valores. A maior parte dos empreendimentos enfrenta dificuldades para sustentar seu negócio e não possui o conhecimento necessário para viabilizá-lo economicamente.

A partir da necessidade de serem analisadas as relações sócio-econômicas realmente existentes, que possam, em alguma medida, somar

⁶³³ COUTINHO, 2011, pp. 103 e 104.

⁶³⁴ COUTINHO, 2011, p. 103.

⁶³⁵ Sobre esta nova sociedade, baseada na economia da solidariedade, afirma o sociólogo e economista uruguaio: “Es obvio que una civilización no se construye arbitrariamente ni en base a proyectos inventados por personas o grupos más o menos distanciados de los reales problemas y intereses de la sociedad, sino a partir de iniciativas y procesos que partan de las fuerzas sociales existentes y que, comprendiendo los problemas reales y actuales de la sociedad derivados de la crisis de la civilización anterior, tengan posibilidades efectivas de darles solución. La nueva civilización, o está ya emergiendo desde la crisis de la anterior que hace surgir las orientaciones y fuerzas portadoras, al menos en germen, de los contenidos esenciales de la nueva, o simplemente no podrá aparecer” (RAZETO, 1997).

para movimentos contra-hegemônicos com possibilidade de êxito, Coraggio (2003) busca observar a forma organizacional dos setores populares⁶³⁶.

Suzanne Brunhoff, nessa linha, defende que “as instituições não capitalistas, de caráter mais ou menos estatal, asseguram a reprodução da força de trabalho dentro dos limites de uma insegurança fundamental do emprego”, por um lado, junto a “formas de manutenção da disciplina do trabalho”⁶³⁷.

Como dito, podem ser citadas diferentes perspectivas acerca do cooperativismo: anarquistas, socialistas, liberais, ecléticos. Apesar das significativas diferenças no debate sobre caráter, função e perspectivas da economia solidária, há um elemento comum entre todas elas: buscam encontrar mecanismos de combate à pobreza. Como afirma Cruz:

Em todos esses debates e em todas essas experiências, a análise do papel das cooperativas vinculava-se à possibilidade de construção de alternativas econômicas que dessem solução ao problema da pobreza gerado pelo capitalismo. Enquanto Walras e Marshall defendiam as cooperativas como uma forma social de empresa capitalista, os demais discutiram o papel (positivo ou negativo) das cooperativas na transição do capitalismo ao socialismo e/ou na consolidação deste último modelo de sociedade. Tempos em que o capitalismo açambarcava o mundo, expandindo-se pelo planeta em busca da integração máxima de contingentes territoriais e populacionais à sua lógica acumulativa⁶³⁸.

O que significa uma política cujo foco é a pobreza? Para Joana Coutinho, trata-se da substituição da divergência entre “reforma e revolução” por “formas de construir a sociedade do futuro aqui e agora”, por meio de “tentativa e erro”⁶³⁹.

O perigo dessa substituição era alertado por Rosa Luxemburgo. É necessária a organização de trabalhadores para fins imediatos, pela

⁶³⁶ “Se trata de partir de la realidad para transformala y de respetar los tempos que esa transformación requiere. Esto supone no ver la economía popular mejorada, solidaria o de los trabajadores como ‘la alternativa’, como um sistema social nuevo cuyos integrantes viven em catacumbas, autoorganizados a través de redes sin centro, sin Estado, y esperando el fin del capitalismo. Supone diferenciar entre la economía popular realmente existente – subordinada a la cultura, valores y poderes de la sociedad y el Estado capitalistas –, y la posibilidad que contiene de devenir uma economia del trabajo – por oposición a la economía del capital” (CORAGGIO, 2003, p. 23).

⁶³⁷ COUTINHO, 2011, p. 105.

⁶³⁸ CRUZ, 2006, p. 31.

⁶³⁹ COUTINHO, 2011, p. 106.

importância que essa organização tem para a elevação da consciência social. Porém, uma organização de defesa de direitos imediatos não deve ser chamada de “socialização da economia”. Isso lhe retiraria o sentido, “porque deixa de ser um meio de educação e preparação da classe trabalhadora para a tomada do poder”⁶⁴⁰.

Se não significam a socialização da economia, o que significam essas experiências? Importante pista é dada por Alan Bihr. O autor afirma que elas significam a construção de “contrapoderes”, no entanto “a construção de contrapoderes (pelas ambiguidades das organizações) não substitui a luta de classes. Tampouco são uma alternativa ao sistema capitalista”⁶⁴¹.

Para Coutinho, em síntese,

A criação das cooperativas de trabalho tornou-se, portanto, uma forma legal de sonegar impostos e encargos e reduzir ditreitos trabalhistas. A experiência dessas organizações representa uma alternativa de sobrevivência imediata de populações de baixa renda. Mesmo assim, elas permanecem vitimadas pelas condições econômicas extremamente adversas e por um mercado cada vez mais competitivo. As cooperativas agem como ‘contrapoderes’, mas criam a ‘autoexploração’: os trabalhadores são obrigados à ampliação de sua jornada, à redução do salário (remuneração, no jargão das cooperativas) e à competição, para garantir a simples sobrevivência. Nesse caso, os trabalhadores (contrariando o professor Paul Singer) provavelmente prefeririam ter o ‘patrão’: carteira assinada, férias, décimo terceiro salário, horas extras remuneradas⁶⁴²...

A crítica ao discurso emancipatório da economia solidária, tal como desenvolvido por Paul Singer, encontra hoje posições consolidadas. Por um lado, porque ele dá centralidade excessiva à forma cooperativa como organização dos trabalhadores, sem levar em consideração seus limites, demonstrados historicamente. Por outro lado, ignora-se também que as cooperativas tem funcionado mais como sintoma do que como “solução” ao sistema colocado⁶⁴³.

Vejam-se três momentos, fases ou períodos. Ao ser analisada a primeira fase do capitalismo, de 1800 a 1848⁶⁴⁴, as formas de resistência dos

⁶⁴⁰ COUTINHO, 2011, p. 106.

⁶⁴¹ BIHR *apud* COUTINHO, 2011, p. 108.

⁶⁴² COUTINHO, 2011, pp. 108 e 109.

⁶⁴³ GERMER, 2006, p. 213.

⁶⁴⁴ Singer denomina essa fase de “cooperativismo revolucionário” (SINGER *apud* GERMER, 2002, p. 35), não realizando diferenciação entre iniciativas práticas dos trabalhadores, seus

trabalhadores não eram apenas de constituição de cooperativas. Pelo contrário, organizavam-se também os primeiros sindicatos, bem como ocorria resistência por via direta, com a destruição de máquinas. A conversão de fábricas falidas em cooperativas serviu como base para socialistas utópicos, como Fourier, Saint-Simon e Owen. Entretanto, compatibilizava-se justamente com a proposta do “socialismo utópico”, que Marx e Engels caracterizavam como expressão de aspirações pessoais bem intencionadas, e não de tendência de mudanças concretas⁶⁴⁵.

Deve-se pontuar também que, no período após 1848, as propostas utópicas em relação ao cooperativismo desviaram os trabalhadores da luta pelo poder do Estado. O proletariado surgia como classe e o cooperativismo lhe oferecia uma “alternativa a lutar”, isto é, ao invés de tomar o poder, deviam-se formar cooperativas. Nesse sentido, até mesmo a classe proprietária e o Estado passaram a adotar algumas propostas em defesa do cooperativismo. Marx, nesse sentido, também entendia que o cooperativismo podia funcionar como uma camuflagem para farsas reacionárias⁶⁴⁶.

Em um terceiro momento, ademais, com o fim da 1ª Guerra Mundial e com as revoluções russa, alemã e húngara, chega-se ao que Claus Germer entende como terceira fase do socialismo moderno. Passa-se à sua realização prática, entendido como conquista do poder do Estado pelo proletariado, no plano político, como abolição da propriedade privada dos meios de produção e constituição da propriedade social, bem como com substituição do mercado pelo planejamento integrado da produção e da distribuição⁶⁴⁷. Sobre o fenômeno do cooperativismo nesta fase, assim afirma:

motivos, suas aspirações, e propostas teóricas da época, com sua incidência ou não nessas iniciativas.

⁶⁴⁵ GERMER, 2006, pp. 197 e 198.

⁶⁴⁶ “Quando Robert Owen, logo depois do primeiro decênio deste século, não só defendeu teoricamente a necessidade de uma limitação da jornada de trabalho, mas também introduziu realmente a jornada de dez horas em sua fábrica em New-Lanarck, isso foi ridicularizado como utopia comunista, assim como sua ‘união de trabalho produtivo com a educação das crianças’, como também as empresas cooperativas dos trabalhadores, fundadas por ele. Hoje em dia [década de 1860], a primeira utopia é lei fabril, a segunda figura como frase oficial em todas as Factory Acts [Leis Fabris] e a terceira [cooperativas de trabalhadores] já serve até como camuflagem para farsas reacionárias” (MARX apud GERMER, 1983, p. 236).

⁶⁴⁷ GERMER, 2006, p. 201.

A tentativa de restabelecer o cooperativismo como centra da luta dos trabalhadores pelo socialismo, nos dias de hoje, constitui um retrocesso às limitadas ações anticapitalistas dos trabalhadores na sua infância como classe social. Acima de tudo induz a classe trabalhadora a lutar por soluções fantasiosas, conduzindo-a a uma forma de luta que uma longa e trágica história revelou ineficaz. O surto de propostas utópicas nos moldes da “economia solidária”, assim como a proliferação de seitas salvacionistas, reflete o momento de crise e desesperança pelo qual passa a classe trabalhadora mundial atualmente, e neste sentido repete o ocorrido em todos os períodos de crise prolongada do capitalismo, caracterizados por grande desemprego e desespero dos trabalhadores, cuja capacidade de resistência nesses momentos é significativamente diminuída, proporcionando terreno fértil para a difusão de soluções milagrosas e oportunistas⁶⁴⁸.

No mesmo sentido, afirma Lênin:

Por que eram fantasiosos os planos dos antigos cooperativistas, desde Robert Owen? Porque eles sonhavam em converter pacificamente a sociedade contemporânea em socialismo sem levar em consideração problemas tão fundamentais como a luta de classes, a conquista do poder político pela classe trabalhadora, a abolição das leis da classe exploradora. É por este motivo que temos razão ao encarar como inteiramente fantasioso este socialismo “cooperativista”, e como romântico e mesmo banal o sonho de transformar inimigos de classe em colaboradores de classe e a guerra de classes em paz de classes (...) por intermédio da mera organização da população em sociedades cooperativas⁶⁴⁹.

Neutralização do ímpeto revolucionário: é nesses termos que Germer entende que a economia solidária funciona, o que parece se confirmar em países como o Brasil, onde ela se configura, segundo Carleial, como um “controle social da pobreza”. Parece importante a conclusão de Germer, que reproduzimos abaixo:

A adoção da “economia solidária”, em lugar da disputa pelo poder de Estado, como estratégia de transição para o socialismo, consistiria no abandono do terreno em que as condições de luta são relativamente mais favoráveis aos trabalhadores, por um terreno no qual são amplamente desfavoráveis. Os trabalhadores deixariam de concentrar a sua ação na ampla arena da política, em que, como classe social, avultam numericamente em relação à diminuta expressão da classe capitalista, restrita a menos de 5% da população em todos os países capitalistas significativos (LABINI, 1983), para atuar em estreita faixa na arena da luta econômica, em que os trabalhadores seriam, em primeiro lugar, pulverizados em pequenos grupos, nas cooperativas, tanto regionalmente quanto em termos de

⁶⁴⁸ GERMER, 2006, p. 202.

⁶⁴⁹ LÊNIN *apud* GERMER, s/d, p. 467-475

segmentos de mercados, e em segundo lugar seriam lançados a um terreno – o da concorrência econômica –, em que se encontram em esmagadora inferioridade em relação à classe capitalista, pois nesse terreno o que conta não é a expressão demográfica ou populacional, mas a escala e a qualidade do capital e dos meios de produção, ao lado dos vínculos tecnológicos e financeiros monopolizados pela classe capitalista⁶⁵⁰.

As perguntas que restam são: efetivamente, no Brasil, essas iniciativas tem tido dificuldade econômica, isto é, tem se restringido às características globais da centralização crescente do capital? Mais, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, expressa-se na economia solidária a agudização das contradições da atual fase do capitalismo em escala mundial?

Carleial descreve: com o desenvolvimento das forças produtivas, a coletivização dos meios de produção se expressa, mais firmemente, nas firmas-rede do que nos empreendimentos solidários. Já as políticas públicas, em especial a partir da SENAES, não sustentam a criação de características de sustentabilidade às empresas coletivas solidárias; apenas conseguem atrair, induzir e capacitar parcialmente os envolvidos⁶⁵¹.

Assim é que se deve ter muito cuidado, e não apenas celebração, quando há políticas públicas como as propostas pelo SENAES e, em específico, a nova lei de cooperativas de trabalho.

A indução a alternativas econômicas com o papel de incluir e validar socialmente a atuação de associados e cooperados tem que levar em consideração que estes necessitarão não apenas de apreensão de valores éticos, morais e sociais da cooperação. Além disso, também irá arcar com a responsabilidade de construir um modelo de superação do capital, no interior de regras não-afastáveis, como a necessidade de incorporação de procedimentos de agregação de valor de forma regular e contínua. Afirma Carleial:

Enquanto isso, os trabalhadores reais que vivem a economia solidária ganham pouco, trabalham demasiado quando mensurado em horas de trabalho, sofrem pressões para a intensificação deste trabalho, não possuem acesso a crédito, na esmagadora maioria dos casos, e

⁶⁵⁰ GERMER, 2006, p. 203.

⁶⁵¹ CARLEIAL, 2008, p. 33–35.

vivem sem perspectivas concretas de alterar o futuro na direção de uma vida melhor⁶⁵².

Os empreendimentos solidários, nesse sentido, não se apresentam como uma “utopia social transformadora”, mas, antes, como uma espécie de controle social da pobreza. Quando as cooperativas não se apresentam como mera forma de precarização e flexibilização direta da legislação trabalhista, a partir do cooperativismo tradicional ou mesmo das “coopergatos”, apresentam-se no mais das vezes como alternativa, falsa, para trabalhadores em situação de pobreza.

Esse é o panorama, denso e contraditório, que o marco jurídico cooperativo enfrenta. Por um lado, os interesses diretos do capital, que incentivaram e fizeram nascer a legislação cooperativista no Brasil. Por outro, as esperanças e a busca por alternativas da classe trabalhadora, com limitações materiais e dificuldades ideológicas.

Os atores do cooperativismo tradicional e do cooperativismo popular desenvolveram embates, ao longo da década 2000, para a renovação da forma jurídica cooperativa. Seus interesses originais restaram delimitados nesta seção. Sua contraditória evolução histórica, e mesmo os limites das “vitórias” contidas na renovação do marco jurídico, serão sumarizados a seguir.

3.2. A renovação da forma jurídica cooperativa e seus velhos dilemas

A forma jurídica cooperativa é emblemática. No processo de expropriação primária brasileira, não foi necessário apenas um movimento na superestrutura jurídica e política, que “refletisse” os interesses do capital no campo e na cidade. A lei tem origem nos interesses do capital e dá autoridade e centralidade à OCB, representante desse campo. Com sua autonomia relativa, no entanto, foi e é disputada por movimentos sociais, que geram contradições em seu interior e passam a utilizá-la, buscando retomar o ideário do cooperativismo popular clássico. Forja-se, nesse caminho, a economia solidária, com limites que ultrapassam o desenvolvimento histórico brasileiro, mas que nele também encontram particular qualificação.

⁶⁵² CARLEAL, 2008, pp. 37 e 38

As demandas apresentadas pelos movimentos sociais, nesse sentido, passam a enfrentar e conciliar-se com o cooperativismo tradicional. Em alguma medida, como na defesa de regime tributário mais benéfico às cooperativas, até mesmo convergem aos interesses do cooperativismo tradicional. Demonstram, inequivocamente, que a superestrutura jurídica e política deve ser matizada, avaliada a partir da complexa relação de interesses que nela se realiza.

Essa complexa relação se desenvolve fortemente na década de 1990, como demonstrado, em razão do neoliberalismo. Nos anos 2000, verifica-se maior dificuldade para o avanço do cooperativismo popular, justamente em razão da maior geração de empregos formais, oportunizada pelas políticas públicas do governo federal.

Nesta seção, busca-se observar a materialidade que renova a relação entre os setores que disputam a forma jurídica cooperativa (3.2.1). Na sequência, analisa-se o real concreto da economia solidária (3.2.2), que dá origem às demandas por uma nova lei geral do cooperativismo (3.2.3) e uma nova lei de cooperativas de trabalho (3.2.4).

3.2.1. Anos 2000 e nova base da pirâmide social

Dá-se concretude, nesta seção, ao movimento de expropriações no Brasil. Como dito, apenas 30% da população mundial residia nas cidades em 1950⁶⁵³. No Brasil, essa década marca o movimento de inversão da pirâmide da urbanização. Em 1940, predominava no país a população rural, na marca de quase 70% do total. Em 1960, a população urbana ultrapassou a rural. Em 1970, o registro é de 55,9% das pessoas residindo nas cidades⁶⁵⁴. É a expropriação primária brasileira.

⁶⁵³ Vide seção 3.2.1.

⁶⁵⁴ “Dados de 2007 indicam que, do total de 98.846.000 pessoas economicamente ativas, 82,6% moram nas cidades. Dos(as) 90.786.000 ocupados(as) no país, apenas 18,3% estão em atividades agrícolas. Esse quadro contrasta profundamente com o perfil do país há algumas décadas atrás. Em 1940, só 31,2% dos 41.236.315 residentes no país vivia nas cidades. Foi nos anos 1960 que a população urbana ultrapassou a rural. Em 1970, eram moradoras das cidades 55,9% das 93.139.037 pessoas recenseadas. Isto implica reconhecer que a classe trabalhadora no Brasil é profundamente concentrada no meio urbano, mas que essa concentração se produziu de forma dramaticamente rápida nas últimas décadas do século XX. O que traz implicações para a vida urbana nos grandes centros, que cresceram muito em

A passagem da sociedade agrária para a urbano-industrial teve como assento fundamental uma economia de baixos salários⁶⁵⁵. Pochmann destaca que “a reprodução dessa situação se deve à presença de força de trabalho sobrando às necessidades imediatas de médio e longo prazo das atividades econômicas (privada e pública)”⁶⁵⁶.

As atividades de natureza servil persistiram, mesmo após a passagem do trabalho livre ao trabalho assalariado⁶⁵⁷. Ademais, a construção do assalariamento urbano conviveu com presença constante do mercado informal, inclusive como “forma de passagem”.

Durante o ciclo de industrialização nacional (1930–1980). Apesar do inegável avanço do emprego assalariado, sobretudo nas grandes cidades, prevaleceu certa incapacidade de absorção da totalidade da força de trabalho urbana, conformada por enorme fluxo migratório do meio rural. Para que o segmento sobrando dos trabalhadores não se convertesse em desemprego aberto, houve significativa presença dos postos de trabalho informais, inclusive como uma forma original de ‘passagem’ para o emprego formal. As atividades informais ocupam trabalhadores que recebem remunerações geralmente inferiores às daquelas dos postos de trabalho formal. Além da ocupação, a informalidade permitiu atender à demanda de serviços atinentes aos segmentos sociais de alta renda, bem como ofertar bens aos trabalhadores precariamente empregados numa economia de baixos salários, quando não para integrar parte das cadeias produtivas existentes no país⁶⁵⁸.

Desprovidos de direitos sociais, diferenciaram-se da condição de subordinação direta e operaram certo grau de autonomia no trabalho. Tudo isso com grande desproteção, “sinal inequívoco da condição de últimos cidadãos brasileiros”, na nomenclatura de Pochmann⁶⁵⁹.

Na década de 1980, a economia brasileira ingressa em longa fase de baixo dinamismo nas atividades produtivas. O resultado é de maior distância entre aumento da população economicamente ativa (PEA) e a expansão do

pouco tempo, vivendo todo o tipo de contradições sociais decorrentes desse inchaço, como também para a experiência e cultura da classe, que possui enormes contingentes ainda fortemente marcados pela vida no campo, pessoal ou das gerações ainda vivas da família” (MATTOS, 2009, p. 12)

⁶⁵⁵ POCHMANN, 2012, p. 23.

⁶⁵⁶ POCHMANN, 2012, p. 23.

⁶⁵⁷ Em especial, “em formas de criadagem, prestação de serviços domésticos ao modo de vida dos ricos, capangagem, entre outras” (POCHMANN, 2012, p. 24).

⁶⁵⁸ POCHMANN, 2012, p. 24.

⁶⁵⁹ POCHMANN, 2012, pp. 24 e 25.

emprego⁶⁶⁰. No quadrante 1980–2000, é significativo o aumento da força de trabalho sobrando, o que possibilita o entendimento do quadro no interior do qual se desenvolve a economia solidária e o cooperativismo popular.

Na década de 2000, expandem-se ocupações, formais e informais, a maior parte delas para trabalhadores de “salário de base”, isto é, com renda até 1,5 salário mínimo. Geraram-se 21 milhões de postos de trabalho. Destes, 94,8% tiveram rendimento de até 1,5 salário mínimo⁶⁶¹.

Demonstra-se grande contraste em relação às décadas de 1970/80. Na década de 1970, foram gerados 17,2 milhões de postos de trabalho; 34,3% deles ofereceram baixa renda (até 1,5 salário mínimo) e 16,9% possuíam rendimento igual ou superior a cinco salários mínimos. Na década de 1980, foram criadas 18,1 milhões de novas ocupações; 25,4% com remuneração de baixa renda e 33,1% com remuneração igual ou acima de cinco salários mínimos⁶⁶².

Na década de 1990, verifica-se contraste de outro tom. Foram gerados 11 milhões de novos postos de trabalho; 53,6% não previam remuneração. Instituiu-se novo padrão de trabalho, com redução do assalariamento (cerca de 260 mil postos de emprego a menos) e crescimento das ocupações por conta própria⁶⁶³.

Em 2000, a faixa daqueles que recebiam até 1,5 salário mínimo passava por redução, apresentando percentual de 34,3% do total. Trinta anos antes, 64,3% dos ocupados recebiam essa contrapartida remuneratória. Mas é justamente nessa década que o quadro se modifica. Em 2009, o percentual volta a crescer e atinge quase a metade do total⁶⁶⁴. Veja-se figura abaixo.

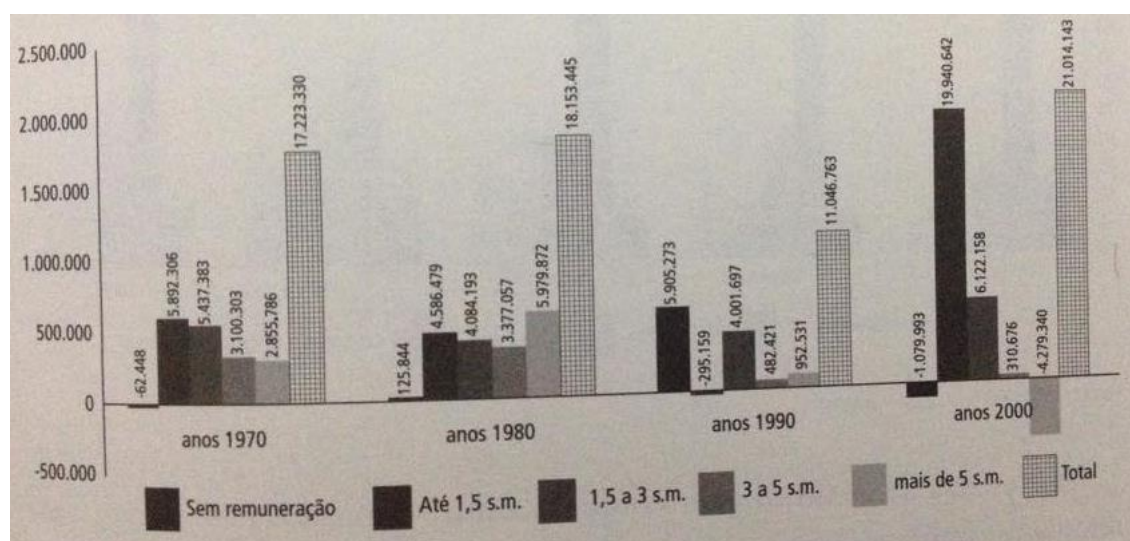
⁶⁶⁰ POCHMANN, 2012, p. 25.

⁶⁶¹ POCHMANN, 2012, p. 27.

⁶⁶² POCHMANN, 2012, p. 26.

⁶⁶³ POCHMANN, 2012, p. 38.

⁶⁶⁴ “Na década de 2000, o sentido das ocupações segundo remuneração alterou-se profundamente. De um lado, o retorno à expansão da presença dos postos de trabalho de até 1,5 salários mínimo mensal, com redução das vagas sem remuneração e de maior rendimento. Assim, os ocupados de até 1,5 salário mínimo mensal aproximaram-se da metade do total das ocupações existentes em 2009, o que contribuiu para a redução da desigualdade entre as diferentes faixas de rendimento do trabalho” (POCHMANN, 2012, p. 28).

Figura 2 - Evolução do saldo das ocupações segundo faixa de remuneração

Fonte: POCHMANN, 2012, p. 28

As ocupações de baixa renda, assim, constituem “a base da pirâmide social”. Sua relevância se evidencia pela soma de 47,8% da força de trabalho ocupada e 24,5% das remunerações do país⁶⁶⁵. No interior da classe trabalhadora, configura-se como fração relevante, com características que explicam o modelo de expansão macroeconômica do país⁶⁶⁶.

A evolução da ocupação na base da pirâmide social pode ser analisada por vários ângulos. Do ponto de vista de seu crescimento, foi em 2,4 superior ao conjunto de todos os postos de trabalho na década de 2000⁶⁶⁷. Do ponto de vista de gênero, é predominantemente feminina, o que reverte a lógica da década de 1980⁶⁶⁸. Do ponto de vista étnico-racial, as ocupações

⁶⁶⁵ “Em 2009, por exemplo, os ocupados com até 1,5 salário mínimo absorviam 24,5% do total da remuneração do trabalho no país, ao passo que, em 1989, recebiam 22,3% do conjunto dos rendimentos” (POCHMANN, 2012, p. 29).

⁶⁶⁶ Pochmann refuta a ideia de que esse setor configure uma “nova classe média”. Nomina-o, em contraposição, de “trabalhadores pobres”. “Em conformidade com a literatura internacional, esse segmento social deveria ser mais bem considerado na categoria analítica de *working poor* (trabalhadores pobres), pois se trata fundamentalmente de ocupados de salário de base. A sua presença, em maior ou menor expressão, revela o padrão de trabalho existente e, consequentemente, o modelo de expansão macroeconômica do país” (POCHMANN, 2012, p. 30).

⁶⁶⁷ As ocupações de até 1,5 salário mínimo cresceram no ritmo de 6,2% ao ano, “o que equivaleu ao ritmo 2,4 vezes maior que o conjunto de todos os postos de trabalho (2,6%)” (POCHMANN, 2012, p. 31).

⁶⁶⁸ Duas citações de Pochmann ilustram a situação das mulheres na base da pirâmide social: (a) “Na década de 2000, por exemplo, quase 60% das ocupações geradas absorveram mulheres. Durante os anos 1990, o emprego feminino respondeu por dois terços do total dos postos de trabalho gerados, ao passo que, na década de 1980, eram as ocupações masculinas

geradas são predominantemente voltadas à população não-branca, o que mantém a lógica anterior, com nuances. Com o aumento significativo do número total de ocupações geradas, modifica-se a composição geral étnico-racial, com a população não branca passando de 49,2% (1989) para 57,3% (2009) do total das ocupações de baixa renda⁶⁶⁹.

Do universo de trabalhadores de salário de base, 75% são assalariados. Destes, 2/3 possuem carteira assinada. Isso porque, “(...) para cada grupo de dez ocupações abertas para trabalhadores de salário de base, sete foram de empregos formais, e a cada vaga aberta de emprego assalariado informal, três outras eram criadas para o trabalho com carteira assinada”⁶⁷⁰.

Existe um universo de 30% de ocupações geradas sem carteira assinada. Isto é, sem assalariamento, ao menos no formato clássico, com direitos sociais garantidos. No interior dessas vagas, verifica-se a geração de trabalho autônomo, como importante fenômeno da base da pirâmide social brasileira.

Ocupações autônomas, para Pochmann, são aquelas “que, em geral, são desempenhadas por natureza própria, sem subordinação e nem sempre com a presença de algum meio de produção, pois isso seria próprio das atividades de empregadores”⁶⁷¹.

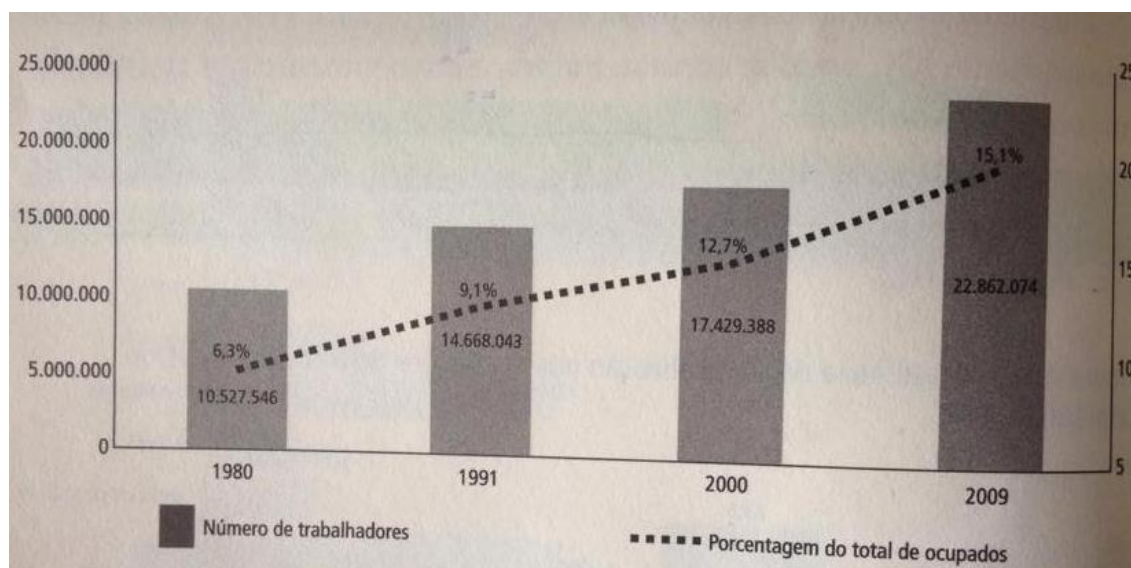
que predominavam” (POCHMANN, 2012, p. 32); e (b) “No quesito gênero sexual, a composição dos ocupados de salário de base segue modificando-se com o passar dos anos, tendo em vista que a presença feminina no total dos ocupados de baixa remuneração tem sido crescente. Em 2009, por exemplo, a cada dois ocupados de salário de base, um é mulher, ao passo que, em 1979, o sexo feminino representava apenas um terço dos trabalhadores de reduzida remuneração” (POCHMANN, 2012, p. 41).

⁶⁶⁹ Nos anos 1990, 20,1% das ocupações geradas para trabalhadores de salário de base o era para brancos, ao passo que 79,9% era gerada para brancos. Nos anos 2000, 22,8% das ocupações geradas foram destinadas a não-brancos, contra 77,2% destinadas a brancos (POCHMANN, 2012, p. 36). “(...) em relação à composição dos trabalhadores de salário de base segundo raça/etnia, percebe-se a passagem para a condição de maioria dos ocupados não brancos. Em 2009, trabalhadores não brancos eram mais de 57% do total da ocupação de baixa remuneração, ao passo que, em 1979, eram menos de 50%” (POCHMANN, 2012, pp. 41 e 42).

⁶⁷⁰ POCHMANN, 2012, p. 38.

⁶⁷¹ POCHMANN, 2012, p. 69.

Figura 3 - Evolução dos trabalhadores autônomos (1980–2009)



Fonte: POCHMANN, 2012, p. 78.

O trabalho não assalariado de natureza autônoma, com efeito,

vem respondendo pela **parcela crescente** do total das ocupações brasileiras. Em 2009, por exemplo, o trabalho autônomo era exercido por 22,9 milhões de ocupados, o que significou praticamente **um quarto de todos os postos de trabalho do país**. Quatro décadas antes, em 1970, 7,2 milhões de pessoas eram trabalhadoras autônomas, o que representava apenas 6,3% do total de ocupados⁶⁷² [grifos nossos].

São números significativos. Referem-se a trabalhadores de baixa remuneração⁶⁷³, sem proteção trabalhista, predominantemente homens (embora com tendência contrária em andamento)⁶⁷⁴, com recente maioria não-branca⁶⁷⁵ e, de maneira geral, com baixa ação sindical⁶⁷⁶.

⁶⁷² POCHMANN, 2012, p. 78.

⁶⁷³ “A cada grupo de três ocupações autônomas, duas podem ser atribuídas aos trabalhadores de salário de base, pertencentes à base da pirâmide social brasileira” (POCHMANN, 2012, p. 78).

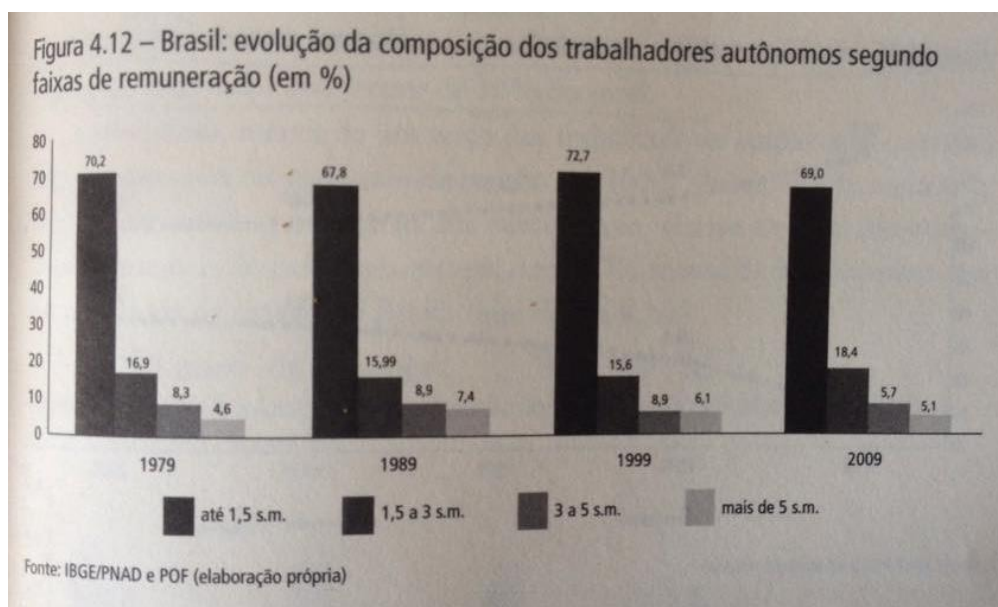
⁶⁷⁴ Aumenta a presença feminina nesses postos de trabalho, mas eles ainda são ocupados em maioria por homens. Em 1970, as mulheres representavam 13,1% do total. Em 2009, representavam 37,3% do total (POCHMANN, 2012, p. 79).

⁶⁷⁵ “Cada vez mais o trabalho autônomo vem sendo exercido pela população não branca. Até o fim da década de 1990, o contingente numérico dos trabalhadores brancos era levemente superior dentro do total das ocupações autônomas. No ano de 2009, porém, os ocupados não brancos representam quase 55% do total do trabalho autônomo no país” (POCHMANN, 2012, p. 81).

⁶⁷⁶ “(...) observa-se baixa presença sindical, uma vez que menos de 15% dos trabalhadores são filiados à entidade de representação de seus interesses laborais” (POCHMANN, 2012, p. 78).

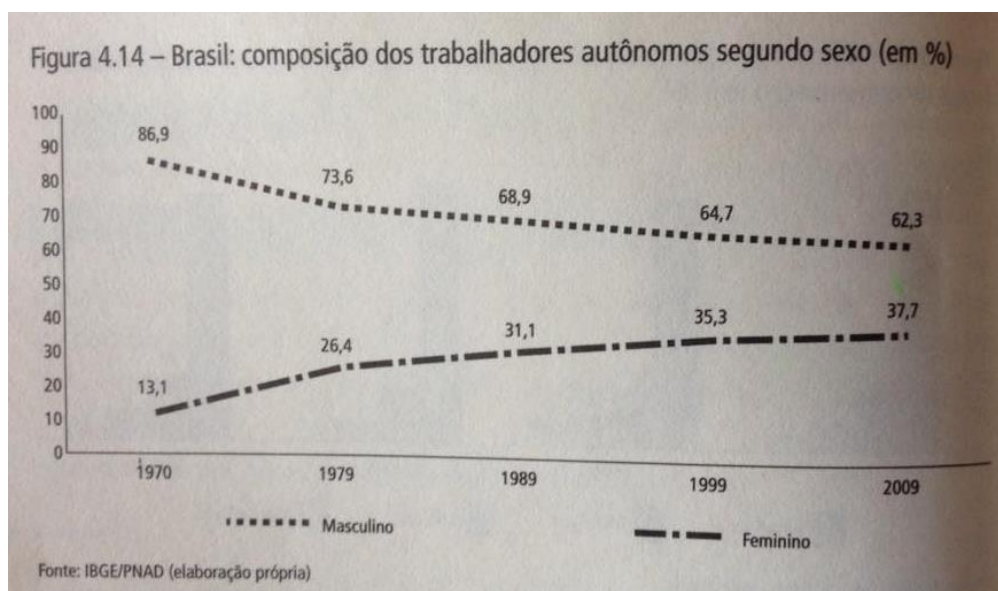
Vejam-se figuras concernentes à composição de renda e à evolução de gênero e raça abaixo.

Figura 4 - Evolução da composição dos trabalhadores autônomos segundo faixas de remuneração

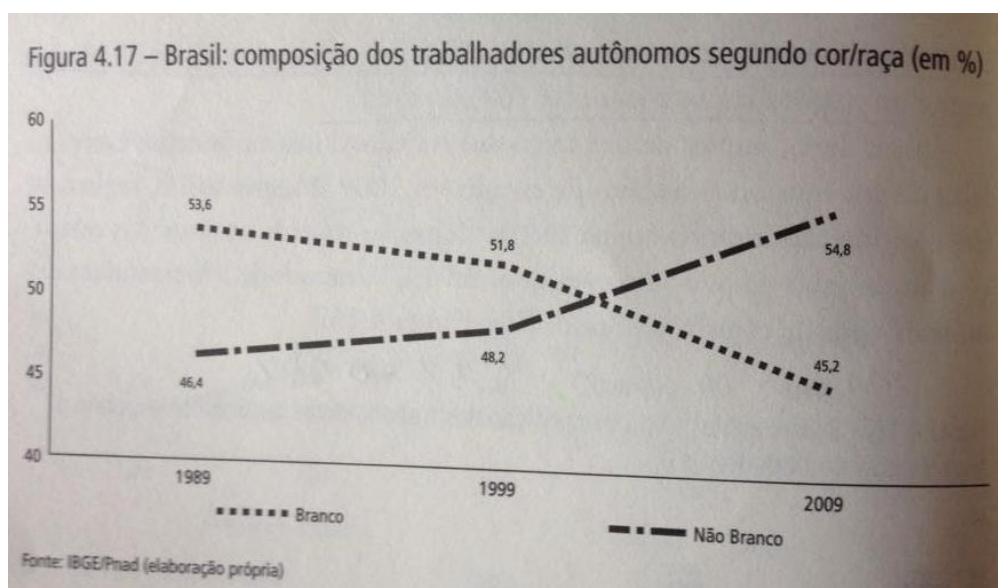


Fonte: POCHMANN, 2012, p. 78

Figura 5 - Composição dos trabalhadores autônomos segundo sexo



Fonte: POCHMANN, 2012, p. 79

Figura 6 - Composição dos trabalhadores autônomos segundo cor/raça

Fonte: POCHMANN, 2012, p. 81

O quadro se completa com a informação geográfica, sob dois aspectos. Em 1970, o trabalho autônomo se concentrava no meio rural (i) e na região Nordeste (ii). Quanto ao primeiro aspecto (i), 47% do trabalho autônomo era rural em 1979, percentagem que diminui para 29,5% em 2009. Já o meio urbano concentrava 33% dos autônomos em 1970, passando a 47% em 2009⁶⁷⁷.

Em relação ao total da força de trabalho ocupada urbana, no entanto, o aumento do trabalho autônomo é menos significativo. Passa de 19,9% do total em 1979 para 23,5% em 2009. Verifica-se um aumento proporcional, ainda assim⁶⁷⁸.

Segundo Pochmann, a crescente modificação do trabalho autônomo (do meio rural para o urbano) se reflete também em modificações entre as grandes regiões do país. Eis o segundo aspecto (ii): em 1970, mais de 47% dos trabalhadores autônomos viviam na região Nordeste, com apenas 17,6% na região Sudeste. Passados quarenta anos, as regiões Nordeste e Sudeste respondem por parcela equivalente dos trabalhadores autônomos, qual seja, 34% cada uma⁶⁷⁹.

⁶⁷⁷ POCHMANN, 2012, p. 81.

⁶⁷⁸ POCHMANN, 2012, p. 82.

⁶⁷⁹ POCHMANN, 2012, p. 83.

A principal constatação de Pochmann, a respeito dos deslocamentos do trabalho autônomo, refere-se a um movimento mais geral. É o de crescente deslocamento do trabalho, do rural para o urbano, independentemente do tipo de trabalho. É o movimento de expropriação primária de trabalhadores.

Como já afirmado, os números são relevantes. Apontam que, aproximadamente, um a cada quatro trabalhadores urbanos é autônomo no Brasil. Sem dúvida, a relevância desse indicador afirma que a expropriação primária brasileira produz possibilidades baixas de assalariamento e acesso a direitos sociais. É o movimento de expropriação secundária de trabalhadores.

3.2.2. O real concreto da economia solidária e a demanda por um novo marco jurídico

Conforme analisado supra, a última década assinala crescimento do trabalho assalariado e do autônomo, bem como queda desemprego no Brasil. São esses os dois principais indicadores materiais que fornecem subsídio para a compreensão do cooperativismo do trabalho, que gera ocupação e renda para trabalhadores autônomos coletivos.

Por que são autônomos e quais as dificuldades deste um quarto da força de trabalho ocupada brasileira⁶⁸⁰? Um primeiro indicador já foi citado e se refere à situação de pobreza: não é casual que, a cada três ocupações autônomas, duas sejam ocupadas por trabalhadores de baixa remuneração⁶⁸¹. É neste universo que se localizam os empreendimentos de economia solidária.

Relembre-se que, a cada dez ocupações geradas nos anos 2000, sete foram empregos formais. Restam três ocupações que não se enquadram no emprego formal, mais as que não foram geradas, como explicação da existência de empreendimentos de economia solidária (EES). Face ao desemprego ou à insegurança das diversas informalidades, a vida reclama soluções. Uma delas é o trabalho autônomo, com a economia solidária se apresentando como possibilidade.

⁶⁸⁰ O detalhamento do universo dos trabalhadores autônomos foi realizado na seção 3.2.1. Os trabalhadores autônomos coletivos são apenas parte dele. Não se buscam conclusões mais gerais sobre o trabalho autônomo, embora se compreenda que o trabalho cooperativo fornece importantes pistas para essa apreensão.

⁶⁸¹ POCHMANN, 2012, p. 78.

O número total de empreendimentos, no Primeiro Mapeamento do SIES⁶⁸², era de 21.859 empreendimentos em economia solidária. No Segundo Mapeamento, divulgado em 2013, foram registrados 19.708 empreendimentos, o que representa uma redução de 2.151 grupos. Neste segundo mapeamento, registra-se o total de sócios em EES como mais de um milhão de pessoas (1.423.631).

Em que pese o número total de empreendimentos tenha caído, a informação sobre o motivo pelo qual constituíram empreendimentos é relevante. Vejam-se os quatro mais citados:

- 1) 9.624 afirmam que buscavam uma “fonte complementar de renda para os associados”;
- 2) 9.106 informam que constituíram EES como “uma alternativa ao desemprego”;
- 3) 8.471 visualizavam possibilidade de “obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo”;
- 4) 8.024 tinham como objetivo “desenvolver uma atividade onde todos são donos”.

Dos quatro motivos mais citados, portanto, apenas um é “ideológico”. Os outros três referem-se a condições materiais de existência, seja para a sobrevivência direta (face ao desemprego), seja para o aumento da renda (face à baixa remuneração).

As dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos são variadas. Entre elas, destacam-se o financiamento e a forma organizativa. O financiamento é tido como uma necessidade para mais de dois terços dos empreendimentos⁶⁸³. A forma organizativa prossegue sendo um obstáculo imposto pelo marco jurídico, visto que a maioria dos empreendimentos são

⁶⁸² Como já mencionado, em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entre suas atribuições, está a promoção de pesquisas e estudos que contribuam para viabilizar a coordenar as atividades de economia solidária. Por esse motivo, foi criado o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), que realiza o mapeamento nacional dos empreendimentos, entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária. Como resultado do Primeiro Mapeamento Nacional, foi elaborado e divulgado o “Atlas da Economia Solidária” (2008). Como resultado do Segundo Mapeamento Nacional, foi elaborado e divulgado o “Atlas Digital da Economia Solidária” (2003).

⁶⁸³ 13.764 EES afirmaram precisar de financiamento no momento. 5.944 afirmaram não precisar de financiamento no momento.

regularizados como associações (11.823) ou grupos informais (6.018). São poucos os que conseguem chegar à forma jurídica cooperativa (1.740)⁶⁸⁴.

Um dos principais obstáculos à constituição de empreendimentos na forma jurídica cooperativa é o número mínimo de sócios. Só podem ser consideradas sociedades cooperativas singulares, nos termos da Lei n. 5.764/1971, aquelas que possuírem pelo menos 20 (vinte) associados (art. 6º, I). Como destacam Kruppa, Gonçalves e Macdonald, a nova Lei de Cooperativas de Trabalho (Lei n. 12.690/2012) apresenta flexibilização desse requisito, que passa a ser de 7 (sete) sócios. Em 2012, segundo os autores, esse dispositivo poderia beneficiar “4.926 empreendimentos econômicos solidários que têm entre 7 e 19 associados”⁶⁸⁵.

Há dezesseis anos é debatido um novo marco jurídico para o cooperativismo no Brasil. Alguns projetos com essa intenção já foram referidos e problematizados na presente pesquisa, como o PL n. 171/1999, de autoria de Osmar Dias, então filiado ao PSDB/PR, arquivado em 2007. No mesmo ano de 1999, outros dois projetos foram apresentados: o PL n. 428, de José Fogaça (PMDB-RS) e o PL n. 605, de Eduardo Suplicy (PT-SP). Os três projetos foram arquivados pelo mesmo motivo, qual seja, decurso do prazo de oito anos de tramitação⁶⁸⁶.

Em 2007, mesmo ano do arquivamento, os Senadores Osmar Dias e Eduardo Suplicy propuseram novos projetos de lei para o tema (PLS n. 03 e 153/2007), com redação muito semelhante à dos projetos anteriores. Recentemente, a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) foi designada relatora dos projetos e apresentou um substitutivo a eles, aprovado no Senado em 16/02/2014.

Somando-se à Lei n. 12.690/2012, que trata das cooperativas de trabalho, o substitutivo pode vir a representar o que há de mais relevante na legislação cooperativista. A atualização do marco jurídico, entretanto, não significa necessariamente uma modificação dos rumos do cooperativismo no Brasil. Ainda assim, os interesses que a motivam não são pequenos e seus dezesseis anos de debate seguramente informam contradições latentes da

⁶⁸⁴ SIES, 2013.

⁶⁸⁵ KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 24.

⁶⁸⁶ Regimento Interno do Senado, art. 332, § 1º.

forma jurídica cooperativa. Desvelar suas determinações essenciais é o objetivo da presente seção.

Para tanto, já debatidos os interesses da OCB e do cooperativismo tradicional na renovação do marco jurídico cooperativo⁶⁸⁷, ora sumarizam-se algumas dificuldades das cooperativas populares, a partir de seu real concreto (3.2.2). A seguir, verifica-se em que pontos o novo marco jurídico apresenta respostas e em que medida mantém velhos dilemas para o cooperativismo popular e a economia solidária (3.2.3).

O começo da investigação relembra que a legislação cooperativista não tinha como objetivo fomentar iniciativas de cunho popular. Pelo contrário, representava os interesses da modernização conservadora do campo no Brasil, apoiada pela ditadura civil-militar. A expressão mais desenvolvida desse processo foi a constituição e a consolidação da OCB, que há décadas representa e defende os interesses do cooperativismo tradicional⁶⁸⁸.

Inúmeras características da Lei 5.764/1971 exemplificam dificuldades impostas ao cooperativismo popular. Especial destaque deve ser dado aos entraves jurídicos e burocráticos para a constituição e manutenção das cooperativas.

Uma pista sobre o motivo da redução pode ser encontrada nos dados disponibilizados no SIES. Segundo dado já citado, em 2012 mais de 60% dos empreendimentos se organizavam como associação e quase um terço deles eram grupos informais. Apesar de apenas 9,7% dos empreendimentos se apresentarem como cooperativas, no entanto, estas reuniam quase 40% do total de associados em EES (37,53%)⁶⁸⁹.

O problema é antigo e já se apresentava em 2007⁶⁹⁰. Verificava-se, naquele ano, que a maior parte dos empreendimentos eram associações. Em

⁶⁸⁷ Na seção 3.2, foi comentada a relação entre cooperativismo tradicional e neoliberalismo, bem como os principais pontos da proposta original do Senador Osmar Dias, de 1999.

⁶⁸⁸ Na seção 3.1 foi comentado sentido histórico do cooperativismo no Brasil, bem como a constituição da OCB e sua relação com a ditadura civil-militar.

⁶⁸⁹ SIES, 2013.

⁶⁹⁰ “Com base em informações coletadas entre os anos de 2005 e 2007, o SIES aponta que grande parte dos empreendimentos econômicos solidários (EES) mapeados não possuem uma forma jurídica adequada para desenvolver suas atividades econômicas, sendo a grande maioria formalizada como associação. Desde 2002, o Código Civil define associação como ‘a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos’ (art. 53). Assim, esses empreendimentos têm uma série de restrições para o desenvolvimento de suas atividades,

aparente contraste, a maior parte de pessoas envolvidas com a economia solidária se organizavam em cooperativas. Na verdade, tem-se uma unidade dialética: o grau de formalização é relacionado com a capacidade de os empreendimentos agregarem mais ou menos pessoas⁶⁹¹. Havia uma dificuldade para a constituição de cooperativas, haja vista maior entrave formal. As cooperativas já existentes, no entanto, possuíam maior número de associados e, pode-se afirmar, maior probabilidade de desenvolvimento e manutenção.

Os dados econômicos dos empreendimentos confirmam essa tese. As cooperativas representavam, em 2007, apenas 10% dos empreendimentos de economia solidária. Em contraste a essa baixa porcentagem, apresentavam VPM-T (Valor de Produção Mensal Total) de mais da metade do todo o VPM-T contabilizado entre os empreendimentos, somando a significativa porcentagem de 60% do total. Os grupos informais, que representavam 37% dos empreendimentos cadastrados, geravam apenas 5% do VPM-T. As associações, 52% do total dos empreendimentos, contabilizavam apenas 29% do VPM-T⁶⁹².

A informalidade é feminina, rural, nordestina⁶⁹³. A viabilidade econômica dos empreendimentos é um desafio, com pouco mais da metade deles conseguindo cobrir suas despesas ou possuindo algum tipo de sobra⁶⁹⁴.

como a dificuldade ou impossibilidade de emissão de notas fiscais. Outros 36,5% dos EES são informais e apenas aproximadamente 9,7% deles estão formalizados como cooperativas, forma jurídica apropriada para a grande maioria dos EES devido suas características organizacionais e políticas” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 21).

⁶⁹¹ “Desta maneira, apesar dos grupos informais representarem 36,5% do total dos empreendimentos mapeados, eles agregam apenas 10% do total de associados. Relação inversa às cooperativas. Ou seja, apesar delas representarem 9,7% do total de EES, elas agregam quase 40% do total de associados. Estes dados nos mostram que o grau de formalização é relacionado com a capacidade dos empreendimentos agregarem mais ou menos pessoas. Quanto maior o grau de formalização, a tendência é o empreendimento agregar mais associados” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 24).

⁶⁹² KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, pp. 24 e 25.

⁶⁹³ “Podemos assim afirmar que, além de um fenômeno eminentemente rural, as associações são, em sua maioria, nordestinas. Outra característica é que a informalidade significa, além de um recorte urbano, também um recorte de gênero. De fato, conforme podemos observar na Tabela 4, os grupos informais são mais frequentemente formados por mulheres, as associações já um pouco menos e as cooperativas são majoritariamente formada por homens” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 23).

⁶⁹⁴ “Em relação ao desafio da viabilidade econômica, observa-se que 38,1% dos EES conseguiram obter sobras em suas atividades, enquanto somente 14,9% foram deficitários no último ano. Ao mesmo tempo, 33,8%, embora não obtendo sobras, conseguiram pagar as despesas realizadas (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 25).

Não se trata de uma casualidade, mas de operações práticas impossibilitadas pela informalidade, como a emissão de notas fiscais e a restrição à circulação dos produtos. Veja-se tabela concernente à relação entre informalidade e comercialização.

Tabela 5 - Relação entre formalização e comercialização

Dimensão	Associação	Cooperativa	Informal	Limitada	Soc. mercantil em nome coletivo	Soc. mercantil de capital e indústria	Outras	Não informado tipo de EES	Total geral	Part. %
Comércio legal ou comunitário	4.568	566	4.729	15	28	99	70	1	10.076	46,1%
Mercado/comércio municipal	2.885	455	1.510	16	13	28	26	-	4.933	22,6%
Mercado/comércio micro-regional	1.083	268	488	9	4	13	5	-	1.870	8,6%
Mercado/comércio estadual	657	224	336	6	2	9	11	-	1.245	5,7%
Mercado/comércio nacional	240	163	113	3	3	2	3	-	527	2,4%
Exportação para outros países	69	21	20	-	-	1	2	-	113	0,5%
Não se aplica	147	47	83	1	2	8	6	-	294	1,3%
Não informado	1.677	370	699	4	4	32	14	1	2.801	12,8%
Total	11.326	2.114	7.978	54	56	192	137	2	21.859	100%

Fonte: KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 27.

Perceba-se que há relação direta entre nível de formalidade do empreendimento e sua comercialização em âmbito comunitário, municipal ou estadual. Aos grupos informais, por exemplo, resta majoritariamente a alternativa comunitária (72,31%). Como sistematizam Kruppa, Gonçalves e Macdonald:

Desta maneira, grande parte dos grupos informais limita-se a vender na própria comunidade (72,31%) ou no município de que fazem parte (19,84%). Regionalmente ou em nível estadual, a venda é mínima. São também os que mais afirmam ter dificuldade de comercialização. Conforme se caminha para as cooperativas, o número de empreendimentos que vendem em sua região (15,77%) ou no estado (13,28%) vai aumentando significativamente. Porcentagem insignificante de empreendimentos disputa o mercado das compras públicas. Apenas 2% fornecem a órgão governamental⁶⁹⁵.

⁶⁹⁵ KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, pp. 27 e 28.

Do ponto de vista do ideário clássico do cooperativismo, apenas 31% dos empreendimentos declararam estar desenvolvendo sua atividade com o motivo de que todos fossem proprietários dos empreendimentos. Em outro sentido, 45% citaram como um dos motivos buscar uma alternativa em face do desemprego; 44%, para buscar uma fonte complementar de renda; 39%, por fim, com a finalidade de obter maiores ganhos a partir de empreendimento associativo⁶⁹⁶.

Conclui-se, assim, que a maior parte dos cooperados realiza sua atividade com objetivos materiais, ou seja, de sobrevivência, complementação de renda, alternativa ao desemprego. É minoritário o grupo de pessoas que busca, no cooperativismo, desenvolver atividade em que ausente a hierarquia entre patrões e empregados.

Assim, se o objetivo principal do cooperativismo tem sido o da sobrevivência material, deve-se analisar o nível de vida que ele oportuniza aos cooperados. Os dados não são positivos.

Em 2008, 50% dos empreendimentos viabilizavam aos seus sócios remuneração com valor até meio salário mínimo; e, em 26,1%, a remuneração era de meio a um salário mínimo⁶⁹⁷. Em 2013, as dificuldades materiais prosseguem latentes. O mapeamento do SIES indica que cerca de 2/3 dos empreendimentos possuem como duas principais dificuldades sua viabilização econômica (13.108 EES) e a geração adequada de renda aos sócios (14.503)⁶⁹⁸. A terceira maior dificuldade concerne à própria existência do empreendimento: 11.048 EES apontaram como desafio a manutenção da união do grupo.

Os dados apontam, inequivocamente, para o seguinte panorama: a maior causa de existência dos EES são as condições materiais de existência de seus sócios. Buscam-se constituir alternativas de trabalho e renda e, por isso, gestam-se os empreendimentos. A alternativa, no entanto, mantém a precariedade das condições de vida dos sócios. Tem-se, pois, uma solução que mantém o problema, ainda que modificado.

⁶⁹⁶ SIES, 2008.

⁶⁹⁷ SIES, 2008.

⁶⁹⁸ SIES, 2013.

A modificação reside no seguinte: a alternativa que se constrói possui dificuldades para garantir renda adequada aos sócios (14.503), quando não para se viabilizar economicamente (13.108) ou para se manter existente, unida, coletiva (11.048). Da dificuldade material individual, passa-se à necessidade de financiamento, coletiva. Dos 19,7 mil empreendimentos, 13.764 empreendimentos informam necessitar de financiamento; apenas 5.944 indicam ausência dessa necessidade⁶⁹⁹.

Veja-se que os diversos dados indicam, de forma bastante contundente, as dificuldades materiais dos empreendimentos. Trata-se de um deslocamento: das dificuldades das pessoas (individualmente), passa-se às dificuldades dos cooperados (como parte do empreendimento).

As descontinuidades devem ser ressaltadas, eis que o problema passa a ser coletivo, e não mais individual. Eis um deslocamento ideológico. Permanecem latentes, no entanto, permanências. Prossegue existente a condição de pobreza ou dificuldade financeira das pessoas cooperadas. A permanência, nesse sentido, diz respeito às condições materiais de existência, na vida e no trabalho.

3.2.3. O substitutivo ao PL n. 03/2007: novo marco geral do cooperativismo

Nesse cenário, marcado por pobreza e informalidade, o novo marco jurídico se apresenta como uma necessidade. É defendido como um dos principais desafios para o desenvolvimento e democratização do cooperativismo no Brasil⁷⁰⁰.

Os principais campos envolvidos no debate sobre a renovação da forma jurídica cooperativa, a partir da defesa do cooperativismo popular, foram a UNICAFES⁷⁰¹, a UNISOL⁷⁰², a CONCRAB⁷⁰³, a ANTEAG⁷⁰⁴ e o FBES⁷⁰⁵.

⁶⁹⁹ SIES, 2013.

⁷⁰⁰ “A aprovação de uma nova Lei do Cooperativismo é um dos principais desafios para o desenvolvimento e a democratização do cooperativismo no Brasil, especialmente, para a garantia de possibilidades de formalização das cooperativas dos empreendimentos econômicos solidários” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 43).

⁷⁰¹ “Em 22.06.2005, foi criada a UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Representa mais de 1.000 cooperativas no país e está se estruturando em cinco unidades regionais e outras estaduais congêneres. A UNICAFES tem

Embora com diferenças entre si, possuem no antagonismo à OCB seu principal eixo de unificação⁷⁰⁶. Três delas, em janeiro de 2014, resolveram formar a UNICOPAS (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias)⁷⁰⁷.

O surgimento da UNICOPAS é relacionado ao debate acerca do novo marco jurídico. A Lei n. 5.764/1971 estabelece representação exclusiva pela OCB. Entre as consequências dessa prescrição, destaca-se o acesso exclusivo aos fundos públicos, como o SESCOOP. O PL n. 03/2007, em sua redação original, mantinha a necessidade de registro de toda cooperativa junto à OCB.

Além do debate sobre a representação, outros dois pontos controversos são reticências do projeto de 1999, de contexto neoliberal: primeiro, sobre a amplitude do ato cooperativo, com consequências sobre o regime tributário; e segundo, sobre abertura do capital das cooperativas, com possibilidade de participação de pessoas jurídicas com fins lucrativos como suas sócias.

Vejam-se, em detalhe, os três pontos controversos.

historicamente proximidade com movimentos de trabalhadores rurais, particularmente com a CONTAG, e com o sindicalismo rural brasileiro” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 34).

⁷⁰² “Em 2004, foi criada a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil – UNISOL- BRASIL. Em 2010 a UNISOL/Brasil possuía mais de 700 cooperativas espalhadas pelos 27 estados da federação. A UNISOL/Brasil surgiu com forte apoio da Central Única dos Trabalhadores/CUT, (...)” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 35).

⁷⁰³ “A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB) – entidade Ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi criada em 1992 com objetivo de organizar a produção nos assentamentos do MST a partir do fomento de Cooperativas e da cooperação. Neste sentido, a CONCRAB aglutina cooperativas e centrais de cooperativas e há duas décadas representa centenas de cooperativas de produtores organizados nos assentados rurais” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 35).

⁷⁰⁴ “A Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas e Co-geridas (ANTEAG) surgiu em 1991, inicialmente a partir da criação de cooperativas por trabalhadores que buscavam recuperar empresas em crise através da autogestão, e já representou mais de 400 empresas recuperadas e/ou controladas pelos trabalhadores na forma de cooperativas” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, pp. 35 e 36).

⁷⁰⁵ “O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), criado em Plenária em junho de 2003, com a participação de mais de 900 delegados, hoje está organizado nos 27 estados do Brasil e representada milhares de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários através dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária. Além dos empreendimentos e cooperativas, também compõem o FBES entidades de representação das cooperativas, como a UNICAFES e ANTEAG, entidades de apoio e fomento a economia solidária, ligadas a igrejas, sindicatos, ONG’s, universidades etc., e gestores públicos de economia solidária, organizados na Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 36).

⁷⁰⁶ KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 36.

⁷⁰⁷ A união se deu entre UNICAFES, CONCRAB e UNISOL.

(a) Sobre a representação: O substitutivo de Gleisi Hoffmann propõe um consenso entre os atores envolvidos. Mantém a necessidade de filiação a uma entidade nacional. Oportuniza, no entanto, duas possibilidades: a tradicional OCB e a popular UNICOPAS, recentemente criada (art. 8º, II⁷⁰⁸; e art. 78, §§ 1º e 2º⁷⁰⁹).

(b) Sobre a abertura do capital: o texto original de Osmar Dias previa a possibilidade de instituição de capital rotativo (art. 15⁷¹⁰) e emissão de certificados de aporte de capital (arts. 54-57⁷¹¹). O substitutivo de Gleisi

⁷⁰⁸ “Art. 8º A cooperativa deverá: (...)

II – em noventa dias contados da data de sua constituição, registrar-se em uma das entidades nacionais de representação do sistema cooperativista de que trata o § 2º do art.78, para verificação da adequabilidade estrutural com esta lei”. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=158892&tp=1>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷⁰⁹ “Art. 78. A representação do Sistema Cooperativista Nacional cabe às entidades nacionais de representação do sistema cooperativista, estruturadas de acordo com o disposto nesta Lei, competindo a cada uma precipuamente: (...)

§ 1º É livre a filiação ou não a entidades nacionais de representação do sistema cooperativista nacional, sem prejuízo do registro obrigatório de que trata o art. 8º.

§ 2º São entidades nacionais de representação do sistema cooperativista:

I – a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na Capital Federal; e

II – a União Nacional das organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na Capital Federal”. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=158892&tp=1>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷¹⁰ “Art. 15. A assembléia geral poderá instituir capital rotativo, para fins específicos, estabelecendo o modo de formação, aplicação, atualização e os juros, bem como os requisitos para suas retiradas e utilização.

Parágrafo único. Poderá a cooperativa emitir Certificados de Aportes de Capital nas hipóteses previstas nesta lei”. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/9132.pdf>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷¹¹ “Art. 54. A cooperativa, para a consecução de seus objetivos sociais, e mediante aprovação da assembléia geral, poderá emitir Certificados de Aporte de Capital.

Art. 55. O limite máximo de certificados não poderá exceder o capital social subscrito ou, quando se tratar de investimentos ao equivalente a 80% (oitenta por cento) do montante previsto para a sua implantação ou ampliação.

Parágrafo único. O descumprimento dos limites fixados implicará responsabilidade solidária dos associados da cooperativa.

Art. 56. Os Certificados de Aporte de Capital poderão ser ofertados a não-sócios, sendo proibido conferir qualquer direito privativo de sócio, exceto o de fiscalizar, nos termos desta lei, os atos dos administradores.

Art. 57. A assembléia geral que autorizar a emissão de Certificados de Aporte de Capital deverá fixar o valor nominal, juros, coeficiente de participação nos resultados positivos obtidos pela cooperativa, garantias reais, se houver, época e as condições de vencimento, resgate e amortização.

Parágrafo único. Estando a emissão vinculada a um investimento, a participação somente incidirá sobre os resultados positivos por esse produzido”. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/9132.pdf>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

Hoffmann não prevê essas possibilidades, mantendo concepção mais próxima ao cooperativismo clássico.

(c) Sobre o regime tributário: o texto de Osmar Dias buscava a ampliação do conceito de ato cooperativo, equiparando ao seu conceito os “os negócios auxiliares ou meios, indispensáveis à consecução dos objetivos sociais” (art. 48, § 2º⁷¹²). A intenção era de extensão do tratamento adequado ao ato cooperativo, previsto na Constituição Federal⁷¹³. O texto de Gleisi Hoffmann mantém o conceito anterior de ato cooperativo, mais restritivo (arts. 46 e 49⁷¹⁴).

Outrossim, relevem-se duas outras novidades do substitutivo. A primeira, referente ao número mínimo de associados. Já no PL n. 171/1999, Osmar Dias propunha que o número mínimo de associados fosse reduzido para sete sócios (art. 4º, I⁷¹⁵). O autor manteve a mesma previsão na redação original do PLS n. 03/2007⁷¹⁶. Gleisi Hoffmann, no seu substitutivo, modifica esse entendimento. Realiza previsão genérica, em que o mínimo necessário para a constituição de cooperativa singular é a soma do número mínimo dos

⁷¹² “Art. 48. Ato cooperativo é aquele praticado entre a cooperativa e seu associado, ou entre cooperativas associadas, na realização do trabalho, serviço ou operação que constituem o objetivo social da cooperativa.

§ 1º O ato cooperativo não é operação de mercado nem contrato de compra e venda de produto, mercadoria ou prestação de serviço.

§ 2º Equiparam-se ao ato cooperativo os negócios auxiliares ou meios, indispensáveis à consecução dos objetivos sociais”. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/9132.pdf>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷¹³ Trata-se do art. 146, III, “c”, da Constituição Federal de 1988.

⁷¹⁴ “Art. 46. Denomina-se ato cooperativo o praticado entre a cooperativa e seu cooperado, entre este e aquela e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. (...)

Art. 49. Respeitado o seu objeto social, a cooperativa poderá operar com não-cooperados quando a assembleia geral autorizar.

Parágrafo único. As operações ou serviços efetuados na forma deste artigo não configuram ato cooperativo”. Disponível em: <

<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=158892&tp=1>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷¹⁵ “Art. 4º. As cooperativas são consideradas:

i. singulares, as constituídas de no mínimo de 7 (sete) pessoas físicas, (...)”. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=37104&tp=1>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷¹⁶ “Art. 4º. As cooperativas são consideradas:

i. singulares, as constituídas de no mínimo de 7 (sete) pessoas físicas, (...)”. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/9132.pdf>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

órgãos de administração e fiscalização (art. 4º, I⁷¹⁷). Com efeito, pode-se interpretar esse mínimo como de seis pessoas (três de cada um dos órgãos, conforme disposto nos arts. 33 e 41).

A segunda novidade, que merece destaque, é a previsão de cooperativas de ajuda mútua ou viés solidário. Esse tipo de cooperativa não encontra correspondente histórico em nenhum marco legal brasileiro. Seu objetivo, segundo o substitutivo, é a atuação “em segmentos sociais economicamente frágeis ou vinculadas a iniciativas de superação da pobreza” (art. 2º, § 2º). Para tanto, “poderão receber prioridade ou facilidades no acesso a recursos públicos e, também, tratamento tributário e fiscal diferenciado” (art. 2º, § 3º).

Sem dúvida, o substitutivo busca facilitar a instituição de cooperativas e diminuir a informalidade. Evita o enfrentamento do regime tributário, um dos poucos consensos entre cooperativismo tradicional e cooperativismo popular⁷¹⁸. Mais do que isso, no entanto, refuta as propostas de cunho neoliberal, que se reapresentavam desde o PL n. 171/1999, e institui a possibilidade de representação nacional por parte do cooperativismo popular, com o reconhecimento da UNICOPAS.

3.2.4. A Lei n. 12.690/2012 e as cooperativas de trabalho

As cooperativas de trabalho representam importante e controvertida espécie da forma jurídica cooperativa. Não eram previstas na Lei n. 5.764/1971. Seguem sem previsão no substitutivo de Gleisi Hoffmann, apresentado acima. A previsão é dada por lei específica, que complementa a regulamentação geral do cooperativismo.

⁷¹⁷ “Art. 4º As cooperativas são consideradas:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de pessoas naturais necessário à composição dos órgãos de administração e fiscalização, sem limitação de número máximo, garantidas as renovações nos termos desta lei”. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=158892&tp=1>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷¹⁸ Sobre o embate entre cooperativismo (tradicional e popular) e Secretaria da Receita Federal, afirmam Kruppa, Gonçalves e Macdonald: “As primeiras, pedindo uma legislação tributária e uma definição de ato cooperativo mais amplo e que traga maiores benefícios ao conjunto das cooperativas e o segundo (o governo) preocupado em não transformar a tributação de cooperativas em um grande instrumento de evasão fiscal para setores consolidados” (KRUPPA, GONÇALVES, MACDONALD, 2012, p. 53).

Por meio da Lei n. 12.690/2012, foi consagrada a figura da cooperativa de trabalho. No dispositivo legal, foram garantidos direitos mínimos ao trabalhador cooperado. A iniciativa apresenta dificuldades, ao mesmo tempo, às *cooperfraudes*⁷¹⁹ e à viabilização das cooperativas populares. Veja-se em detalhe.

O cooperativismo tem como marcos gerais a Lei n. 1.637, de 1907, o Decreto n. 22.239, de 1932 e, em especial, Lei n. 5.764, de 1971, para além dos dispositivos presentes na Constituição Federal de 1988 (art. 5, XVIII; art. 146, III, “c”; art. 174, § 2º). As cooperativas de trabalho tem como principal marco legal, prévio à Lei n. 12.690/2012, a Lei n. 8.949/94⁷²⁰. Relembre-se que a legislação de 1994 teve como proponente o MST⁷²¹.

A Lei n. 12.690/2012 estabelece uma série de princípios, a maioria deles já previstos na Lei Geral do Cooperativismo⁷²². Diferem-se, no seu art. 4º, os tipos de cooperativas de trabalho, quais sejam, de produção e de

⁷¹⁹ “Esta é uma das origens do surto de cooperativas de trabalho. Empresas criam cooperativas de trabalho, com seus estatutos e demais apanágios legais, as registram devidamente e depois mandam seus empregados se tornarem membros delas, sob pena de ficar sem trabalho. Os empregados são demitidos, muitas vezes de forma regular, e continuam a trabalhar como antes, ganhando o mesmo salário direto, mas sem o usufruto dos demais direitos trabalhistas. Estas são as **falsas cooperativas** também conhecidas como **cooperfraudes** e outros epítetos. São cooperativas apenas no nome, arapucas especialmente criadas para espoliar os trabalhadores forçados a se inscrever nelas” (SINGER, Paul. Cooperativas de trabalho. 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0F046C68D9/prog_cooperativatrabalho2.pdf>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015).

⁷²⁰ A Lei n. 8.949/1994 acrescenta o parágrafo único no art. 442 da CLT, com a seguinte redação: “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”.

⁷²¹ “No princípio dos anos 1990, ex-sócios de cooperativas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) passaram a denunciá-las à Justiça do Trabalho, requerendo retroatividade de direitos trabalhistas. Em função disso, o MST solicitou ao Partido dos Trabalhadores (PT) que propusesse uma emenda ao Artigo 442 da CLT determinando a inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus sócios, e entre estes e os tomadores de serviços daquela. A aprovação da emenda em 1994, em tempo recorde, diga-se de passagem, embora buscasse garantir segurança jurídica e econômica às cooperativas de trabalhadores, desencadeou a proliferação de falsas cooperativas de trabalho em setores típicos da terceirização, como limpeza, segurança, manutenção, auxílio a escritórios, recepção etc.” (PEREIRA, SILVA, 2012, p. 69).

⁷²² Destacam-se, entre os princípios específicos das cooperativas de trabalho, os seguintes (Lei n. 12.690, art. 3: VIII - preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa; IX - não precarização do trabalho; X - respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nesta Lei; XI - participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

serviços⁷²³. Estabelece o número mínimo de sete associados para sua constituição (art. 6º). Elenca, outrossim, garantia de direitos aos sócios, em rol não exaustivo:

Art. 7º A Cooperativa de Trabalho deve garantir aos sócios os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

- I - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;
- II - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;
- III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- IV - repouso anual remunerado;
- V - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;
- VI - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;
- VII - seguro de acidente de trabalho⁷²⁴.

Do ponto de vista histórico, é apenas nos anos 1980 as cooperativas de trabalho começam a organizar-se e ganhar visibilidade; e, a partir da década de 1990, expandem-se no contexto da reestruturação produtiva⁷²⁵. Sobre esse fenômeno, comenta Selma Cristina Silva:

Portanto, o contexto de expansão das cooperativas de trabalho no Brasil está diretamente relacionado com o aumento das formas de contratação flexíveis e com o crescimento do desemprego estrutural⁷²⁶.

Em 2003, cerca de 27% das 7.355 cooperativas cadastradas junto à OCB eram cooperativas de trabalho, configurando-se como maior ramo de cooperativas no Brasil. Em 2010, este deixa de ser o maior ramo, visto que o

⁷²³ “Art. 4º A Cooperativa de Trabalho pode ser:

I - de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e
II - de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷²⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷²⁵ SILVA, 2007, p. 150.

⁷²⁶ SILVA, 2007, p. 150

número de cooperativas era de 1.024; em 2011, eram 966 empreendimentos, com 188.644 cooperados⁷²⁷.

Embora com queda no número de empreendimentos, mantiveram-se tentativas de regulamentar tais cooperativas de trabalho, mesmo antes da Lei n. 12.690/12. Citem-se o Projeto de Lei n. 4.622 de 2004, cuja justificativa era de garantir maior desenvolvimento a uma “realidade consolidada”, mediante regulamentação da situação de precariedade existente⁷²⁸.

O acesso a direitos restringe as condições de “competitividade” das cooperativas de trabalho e, portanto, diminui a possibilidade de preços de contratação inferiores aos de empresas de prestação de serviços⁷²⁹. Ao mesmo tempo, as cooperativas menores, em especial as constituídas por trabalhadores em situação de pobreza, passam a ter novas dificuldades na sua operação – isto porque os trabalhadores tornam-se a um só tempo portadores de direitos trabalhistas e devedores dos direitos em relação a si mesmos.

Assim sendo, a Lei, aparentemente carregada de vontades “verdadeiras” e “sinceras” de garantir direitos, a um só tempo estimula um novo tipo de institucionalidade do trabalho, não regulamentada pela CLT, e traz maiores dificuldades ao cooperativismo popular. O empreendedorismo, estimulado por este cooperativismo, torna-se mais difícil e custoso.

A SENAES, desde seu início, busca combater as *cooperfraudes*. Com propostas alternativas, o FBES também buscou a extensão de direitos a trabalhadores cooperados⁷³⁰. Foi da Secretaria, no entanto, a proposta

⁷²⁷ Dados disponíveis no “Relatório da Gerência de Monitoramento”, em “Panorama do Cooperativismo Brasileiro – Ano 2011”. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro__2011.pdf>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

⁷²⁸ “As cooperativas de trabalho constituem realidade consolidada. Dar-lhes um marco legal que permita seu desenvolvimento e, assim, promover a criação de mais oportunidades de trabalho legal a homens e mulheres é o objetivo deste projeto” (MATTOS *apud* SILVA, 2007, p. 151).

⁷²⁹ É importante destacar, entretanto, que o apoio e incentivo ao cooperativismo está previsto na Constituição Federal de 1988, dessa forma o tratamento distinto para as cooperativas é autorizado e prescrito legalmente.

⁷³⁰ “Já o anteprojeto do FBES (Anexo II), em seu Art. 7º, conclama as cooperativas de trabalho a buscarem alcançar benefícios para os seus cooperados, “em níveis equivalentes ou superiores aos da legislação trabalhista em vigor” e dispõe sobre a constituição de fundos para garantir tais benefícios, porém “de acordo com suas condições financeiras e econômicas”. Em outras palavras, para o Fórum é desejável que a cooperativa estenda aos seus cooperados os direitos do trabalhador assalariado, mas tal garantia dependerá de sua capacidade financeira” (PEREIRA *apud* GONÇALVES, 2014, p. 195).

aprovada de regulamentação das cooperativas de trabalho⁷³¹. Como afirma Paul Singer, Secretário Nacional da Economia Solidária, o objetivo é realizar a extensão de direitos sociais aos trabalhadores cooperados:

A generalização dos direitos acabaria de uma vez com a necessidade prática de distinguir cooperativa de verdade ou de mentira. As falsas cooperativas têm como única finalidade deixar de pagar o ônus destes direitos; se a fiscalização trabalhista pudesse obrigá-las a cumprir a legislação, cessaria sua razão de ser. As cooperativas de trabalho autênticas perderiam a possibilidade de se auto-explorar para obter contratos, como muitas vezes fazem. Teriam que disputar em condições de igualdade os mercados com empresas capitalistas, outras cooperativas e outros tipos de sociedade⁷³².

Veja-se que, ao regulamentar a situação no que se refere às cooperativas tradicionais, a intenção é de diminuição dos efeitos da precarização do trabalho, garantindo-se mínimos direitos. No entanto, deve ser questionado se o objetivo não deveria ser o combate à precarização, e não meramente a seus efeitos. É como apontava Silva já sobre a proposta de lei de 2004:

A análise do projeto revela, ainda, que há um processo de transferência para os trabalhadores (agora na condição de cooperados) dos custos e direitos trabalhistas e sociais. Em outros termos, com esse processo as empresas contratantes se desoneram parcialmente dos custos do trabalho⁷³³.

Eloísa Gonçalves questiona a existência de sanções à cooperativa (arts. 17 e 18) e a ausência de responsabilidade daqueles que se beneficiam de eventual gestão fraudulenta. Como afirma:

Dessa forma, percebe-se que as principais sanções são direcionadas aos cooperados e à própria cooperativa, ao invés de serem imputadas àqueles que se beneficiam da gestão fraudulenta das cooperativas. Assim, é o próprio trabalhador, que se encontra em

⁷³¹ “Assim, desde o seu início a SENAES tem procurado formas de combater os empreendimentos que se valem da estrutura do trabalho cooperado para burlar a legislação trabalhista. A partir de um grupo de trabalho focado na questão do marco jurídico, a SENAES propôs tanto uma nova legislação para o cooperativismo, como uma regulamentação específica das cooperativas de trabalho. Essa última foi aprovada no final de 2012 (Lei Federal n. 12.690/2012), o que demonstra a atualidade desse debate e a importância de se compreender as concepções de economia solidária e de trabalho defendidas pela Secretaria” (GONÇALVES, 2014, p. 193).

⁷³² SINGER *apud* GONÇALVES, 2014, pp. 193 e 194.

⁷³³ SILVA, 2007, p. 151.

uma relação de trabalho precarizada, pois submetido à terceirização via cooperativa, que deverá suportar as sanções legais, o que de forma alguma contribui com o objetivo maior de se combater as cooperativas fraudulentas.

Ora, além de garantir aos cooperados menos direitos do que aqueles que os trabalhadores assalariados possuem, a Lei nº 12.690 imputa – em última análise – aos próprios cooperados a responsabilidade pela garantia desses direitos, mantendo desonerada a empresa que contrata a cooperativa⁷³⁴.

Ao debater sobre “autonomia” e “controle” nas relações entre os empreendimentos solidários e as empresas contratantes de seu serviço, Silva afirma que se trata de uma espécie de “autonomia controlada”, na medida em que a autonomia é evocada pelas empresas apenas quando o tema em questão são os custos e a responsabilidade sobre o trabalho. Em paralelo, no cotidiano das relações de trabalho, a relação entre empresas contratantes e cooperativas são, em verdade, de submissão destas em relação àquelas. Conclui que um elemento comum, entre a cooperativa tradicional e a popular, acaba sendo o da dominação do trabalho⁷³⁵.

3.3. Da origem à renovação da forma jurídica cooperativa: a tentativa de consolidação de uma “autonomia precária” no trabalho brasileiro

Nesta seção, busca-se realizar uma retomada crítica dos principais elementos abordados no presente capítulo. Retomam-se os interesses do capital e do trabalho no que concerne ao cooperativismo e, na sequência, aponta-se a tentativa de constituição de uma “autonomia precária” no trabalho brasileiro.

O ideário clássico do cooperativismo tem como origem o debate sobre a constituição de uma alternativa ao modo de produção capitalista. Socialistas utópicos, anarquistas, marxistas e até mesmo liberais ressaltaram diferentes aspectos dessa forma de organização do trabalho. Um dos poucos

⁷³⁴ GONÇALVES, 2014, p. 197.

⁷³⁵ “Esse é o principal traço comum entre a cooperativa verdadeira e a cooperativa pragmática analisadas: ambas expressam uma nova forma de dominação do trabalho. Nesse sentido, verificamos que a associação dos trabalhadores em cooperativas não tem representado melhores condições e relações de trabalho. Ao contrário, no contexto estudado, revela a manutenção e o refinamento das contradições inerentes à relação capital-trabalho, cujo eixo tem sido a precarização do emprego e do trabalho” (SILVA, 2007, p. 166).

consensos é de que o cooperativismo é uma alternativa à – ou um controle da – pobreza.

No Brasil, a forma jurídica cooperativa passa a ter maior consistência a partir da legislação de 1971. Surge descolada de seu ideário clássico. Sua consolidação tem outro objetivo: a utilidade às elites agrárias, no interior dos interesses da modernização conservadora do campo. Nos seus mais de quarenta anos, no entanto, foram possibilitadas condições para que diferentes atores políticos a disputassem. Eis, em uma lei concreta, a expressão da base material na origem e da autonomia relativa no desenvolvimento da superestrutura jurídica e política.

A política e a economia agiram em união dialética, condicionando o desenvolvimento do campo jurídico. Forte indicador pode ser encontrado na percepção de que o movimento de expansão do cooperativismo foi paralelo ao movimento de ataque aos trabalhadores, em período de expressivo desemprego aberto, na década de 1990.

Os setores populares fizeram o possível para expandir alternativas de trabalho e renda, o que incluiu a retomada do ideário e das propostas do cooperativismo clássico. No mesmo período, expandiam-se estratégias ligadas à conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais, especialmente por meio de ONGs e de políticas focalizadas de combate à pobreza. Esses dois movimentos não têm a mesma origem histórica, mas se complementam e retroalimentam, tanto no sentido ideológico como no sentido material, conforme abordado na seção 2.5.3.

Verifica-se, nesse ponto, o aspecto da primazia do econômico, sempre presente na relação entre base e superestrutura jurídica e política. A ideologia cooperativista não se desenvolveu, no Brasil, por “vontade autônoma” de setores “esclarecidos”. Desenvolveu-se em momento histórico determinado, especialmente na década de 1990, quando a base material das relações de trabalho possibilitou ou condicionou que se expandisse esse ideário no Brasil, na conjugação entre cooperativismo e ONGs.

A sociedade cooperativa, como forma jurídica, é de difícil constituição e manutenção. Historicamente controlada por setor conservador, suas regras são avessas às pequenas cooperativas, que dificilmente

conseguem se registrar como cooperativas. No mais das vezes, as experiências de economia solidária e cooperativismo popular foram constituídas como grupos informais ou associações.

Era o direito que se achava na rua, nas organizações populares, em formas de organizar a vida e o trabalho. Independentemente da possibilidade de adotar formalmente a denominação “cooperativa”, entendiam-se como parte da economia solidária e buscavam constituir experiências comuns. Diferentes atores foram fortemente influenciados por esse ideário. Com base nele, foram criados milhares de empreendimentos, fóruns, centrais e, até mesmo, uma Secretaria Nacional no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

A forma jurídica cooperativa já não era apenas uma criação do cooperativismo tradicional. Passava a ser recheada de contradições e interesses demandados pelo campo popular. Grupos informais e associações eram o “externo” do cooperativismo do ponto de vista formal: a rua, a ideologia que se faz direito cooperativo, mesmo que fora dele. Era o direito ao trabalho e à renda, à utopia de relações solidárias mesmo sob o capital, à vontade e à prática de resistência no neoliberalismo.

Vê-se, assim, que os interesses do capital fizeram nascer a forma cooperativa em 1971 e, também, o desemprego aberto na década de 1990. Os interesses do trabalho, por outro lado, são determinados pelas condições materiais e políticas postas e dão novo significado ao desemprego aberto, operado pela burguesia no Brasil. Sem dúvida, a apropriação do ideário cooperativista é complexa e compreende um conjunto de fatores. Destacam-se determinado estágio da organização dos trabalhadores no Brasil, suas condições de vida e a necessidade de encontrar alternativas concretas para a sobrevivência.

O ponto delicado reside nas limitações estruturais e ideológicas da forma jurídica cooperativa. Longe de se constituir como um novo modo de produção, que se desenvolve “nos interstícios” do capitalismo, as “redes solidárias” foram limitadas e ressignificadas pelos interesses do capital. Isso não significa que não constituíram “contrapoderes” ao capitalismo. Também não significa que as experiências foram desnecessárias para os trabalhadores. No entanto, não forneceram tendência contrária à concentração do capital em

nível brasileiro ou mundial. Também não oportunizaram proteção suficiente a trabalhadores cooperados, que de maneira generalizada perderam em direitos sociais. O sentido que a crítica marxista dá à economia solidária é de uma espécie de controle da pobreza, operada como incentivo à constituição de experiências focalizadas de autogestão e autonomia no ambiente do trabalho.

Os dados do real concreto, mapeados pelo SIES, dão materialidade a este cenário. A SENAES e os setores populares do cooperativismo, como FBES ou UNICOPAS, apostaram grande parte de seus esforços, em nível nacional, ao novo marco jurídico do cooperativismo. Em resposta às *cooperगतos* ou *cooperfraudes*, incentivaram a criação da Lei n. 12.690/2012. Em resposta à hegemonia do cooperativismo tradicional no acesso aos fundos públicos, bem como às dificuldades de formalização dos empreendimentos, apoiaram o substitutivo de Gleisi Hoffmann ao PL n. 03/2007. Sem dúvida, ambos os projetos representam avanços formais em direitos e atendimento das demandas do cooperativismo popular. A aposta na renovação do marco jurídico, no entanto, parece trilhar caminho paradoxal aos aprendizados da década de 1990.

Do direito achado no trabalho cooperativo chega-se ao direito perdido no trabalho cooperativo. Na década de 1990, a organização popular superava a forma jurídica cooperativa, em seu sentido histórico e em sua hegemonia política, ditada pelo cooperativismo tradicional. Surgiam, assim, o cooperativismo popular e a economia solidária, como importantes iniciativas para a sobrevivência e a renda e para manter acesa a esperança em utopias e projetos de emancipação.

Nos anos 2000, entretanto, há tendência contrária ao desemprego aberto, bem como aumento relativo do trabalho autônomo. O trabalho autônomo se apresenta como uma das formas de expropriar direitos de trabalhadores. Veja-se que o direito do trabalho prescreve: quem dirige a atividade econômica deve suportar seus riscos. O trabalho autônomo pressupõe que os trabalhadores dirigem a atividade econômica, por isso restam responsáveis pela garantia de seus direitos sociais. No entanto, a maior parte dos trabalhadores autônomos possui baixa renda (2/3). Já os trabalhadores cooperados, tidos como autônomos coletivos, elencam como três

principais dificuldades (a) a renda dos sócios, (b) a viabilidade econômica dos empreendimentos e (c) a manutenção da união coletiva do grupo. O cenário, sem dúvida, não é de quem “dirige” atividade econômica.

Sob essa máscara ou fundamentação (“dirigir a atividade econômica”), mantém-se sua decorrência jurídica (“suportar os riscos”). A proteção ao trabalho, dessa forma, resta desconstituída, expropriada e, ainda pior, tornada responsabilidade daqueles que não possuíam outra alternativa.

Não por acaso, quase um quarto da população economicamente ativa, no Brasil, é composta por trabalhadores autônomos. Não é coincidência, ademais, que dois terços dos “autônomos” recebam até um salário mínimo e meio e que bem mais de dois terços dos EES (13.764) reclamem necessidade de financiamento. Procuram ajuda para constituir sua autonomia coletiva, limitada pelas suas condições materiais.

A renovação da forma jurídica cooperativa busca “consolidar” e “expandir direitos” ao trabalho autônomo coletivo. Entretanto, não o faz em resposta ao desemprego. A única base material que lhe motiva é a consolidação de uma nova institucionalidade do trabalho, ainda que concorram com ela as bases ideológicas oriundas do cooperativismo popular.

A autonomia proposta⁷³⁶, pois, se dá em alternativa ao emprego, e não ao desemprego. Consolida-se como um movimento ou tendência de expropriação de direitos e, portanto, como uma forma de precarização do trabalho brasileiro. Essa consolidação corresponde ao movimento de expropriações secundárias e trabalho regulado pelo direito civil, apresentada no primeiro capítulo. Compatibiliza-se, também, com o movimento de negação da existência da subordinação jurídica e da existência de classes sociais antagônicas, sintetizado no segundo capítulo.

⁷³⁶ A autonomia, no sentido kantiano clássico, consiste “no fato de o sujeito se dar a si a própria lei da conduta” (LUDWIG, 2011, p. 50). Corresponde, portanto, a uma refutação da fundamentação heterônoma da vontade. No lugar de “interesses”, “felicidade”, “prazer”, o sujeito age em nome da “boa vontade”. Sem dúvida, não é essa boa vontade, autolegislada, que motiva o trabalho autônomo no Brasil. Ainda assim, é com essa aparência que se apresenta a autonomia no seu sentido tradicional, que faz nascer o dito trabalho autônomo. Diferentes críticas podem ser apresentadas à noção de autonomia kantiana, em especial pelo formalismo e idealismo com que o autor fundamenta sua ética. Para uma crítica marxista da ética kantiana, veja-se Mészáros (2011).

Três cenários, concernentes ao trabalho regulado pelo cooperativismo, devem ser destacados: (a) cooperativismo tradicional e assalariamento, (b) “cooperfraudes” ou “coopergatos” e (c) cooperativismo popular. As distâncias são relevantes e merecem matização.

O cooperativismo tradicional não corresponde ao ideário do cooperativismo clássico. Beneficia-se costumeiramente de assalariamento, inclusive para aumentar as receitas oriundas do SESCOOP. Não é, portanto, um modelo de trabalho “autônomo” que dirige atividades econômicas. O primeiro cenário é de setores tradicionais, que reproduzem a lógica do assalariamento.

As “cooperfraudes” ou “coopergatos”, por outro lado, flexibilizam diretamente os direitos sociais. Oportunizam a diminuição do preço da força de trabalho, com a subtração de direitos sociais de trabalhadores. O segundo cenário, pois, é de flexibilização direta dos direitos sociais.

O cooperativismo popular, por fim, possui intenção de se constituir como trabalho autônomo coletivo. Realiza deslocamentos ideológicos, ainda que com contradições. Possibilita a apreensão de que o problema das condições materiais de existência não é individual, mas coletivo. Busca forjar, portanto, uma autonomia coletiva dos cooperados, em contraposição a respostas individuais para a situação de pobreza. Ao manter a pobreza ou as dificuldades de renda, no entanto, dá forma a um tipo peculiar de autonomia: uma autonomia precária, dependente do Estado, cujo foco da existência não é a luta política, mas a luta econômica pela sobrevivência do empreendimento⁷³⁷.

As premissas para essa conclusão são variadas e conectadas ao trabalhador cooperado individualmente e ao empreendimento de forma coletiva. Quanto ao empreendimento, destaca-se a dependência de financiamento do Estado; quanto ao trabalhador cooperado, destacam-se a baixa renda, a ausência de direitos sociais e a insegurança constante no trabalho, oportunizada pela possibilidade de que o EES não logre sucesso econômico.

⁷³⁷ Ressalva-se a existência de um “movimento cooperativista”, já assinalado, existente em nível nacional, de que o FBES e a UNICOPAS são a maior expressão.

Em termos jurídicos, a tendência ao crescimento de uma “autonomia precária” figura como desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, bem como à proteção do trabalho. Pode-se afirmar, com efeito, que a ausência de “direção de atividade econômica” apresenta uma contradição de difícil resolução no plano do direito. Mantida a situação de pobreza e a ausência de direção de atividades econômicas, é contraditório que os próprios trabalhadores cooperados sejam responsabilizados pelo desrespeito aos seus direitos, como prescreve a Lei n. 12.690/2012.

A autonomia precária, nesse ponto, é resultante do deslocamento ideológico que o cooperativismo popular engendra. A responsabilidade quanto à situação de pobreza é coletiva, e não mais individual. Por um lado, o deslocamento ideológico sugere a alternativa do trabalho coletivo, contra a situação de pobreza individual. Eis a busca pela autonomia. Por outro lado, a precariedade reside, justamente, na distância entre a diretriz (busca por autonomia) e o real concreto dos empreendimentos – de maneira geral, com dificuldades financeiras para sua viabilização e para a garantia de direitos.

Reconhecida a autonomia precária dos EES, é contraditória a afirmação de que a renovação da forma jurídica cooperativa representa maior garantia de direitos a trabalhadores cooperados⁷³⁸. Pelo contrário, deve-se afirmar que o aumento da responsabilidade trabalhista das cooperativas denota mais uma expressão de seus dilemas. O trabalhador precário coletivo (em forma de cooperativa) não deve ser responsável pelo trabalhador sem direitos sociais, que venha a desistir do trabalho autônomo coletivo. Não é a cooperativa popular a inimiga de classe do trabalhador expropriado de direitos.

Deve ser indicada, nesse ponto, uma retroalimentação entre as utopias subordinadas e a autonomia precária. As utopias subordinadas negam ou ocultam a existência do antagonismo entre classes sociais. Estimulam respostas falsas, focalizadas e desconectadas do âmbito de totalidade. Em última análise, pode-se afirmar que elas legitimam a existência de uma autonomia precária. Posta em movimento e institucionalizada, nesse sentido, a autonomia precária passa a contradizer os projetos utópicos que lhe legitimam,

⁷³⁸ A menção de “maior garantia de direitos” se refere ao art. 7º da Lei n. 12.690/2012, já referido na presente pesquisa (seção 3.2.4).

ao não possibilitar melhoras significativas nas condições de vida de trabalhadores cooperados.

Em outras palavras, tem-se aqui a figuração do deslocamento entre autonomia de classe e autonomia de grupo, sinalizado por Virgínia Fontes⁷³⁹. A autonomia coletiva proposta é limitada pelo horizonte das utopias subordinadas, bem como pela materialidade insuficiente das respostas focalizadas e demandas específicas.

⁷³⁹ Veja-se seção 2.4.3 e, em específico, a nota de rodapé n. 501.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma jurídica cooperativa possui significado emblemático na análise dos direitos sociais no Brasil. Apresenta-se como um entrecruzamento entre direito do trabalho e direito civil. Origina-se em setores conservadores, mas é apropriada por setores ligados à classe trabalhadora. Sua aparência é de conflito e conciliação entre interesses contraditórios. Sua essência é de constituição de uma autonomia precária, no campo do trabalho, e de utopias subordinadas, no campo da consciência social.

A teoria crítica do direito, na década de 1980, apontava a possibilidade de “achar” o direito nas ruas e organizações populares, mesmo quando não positivado em lei. Não poderia prever, no entanto, que parte desse direito seria “perdido”, na década neoliberal. Ainda menos, que o próprio direito achado, em seu desenvolvimento dialético, poderia transformar-se em seu contrário. É o que acontece com a forma jurídica do cooperativismo popular: passa da construção de alternativas à retirada de direitos, na década de 1990, à consolidação do trabalho autônomo como alternativa ao emprego, nos anos 2010.

A auto-exploração do trabalhador, oportunizada pela forma jurídica cooperativa, é originada em meticuloso movimento de negação da técnica jurídica trabalhista. Essa negação foi abordada em dois aspectos na presente dissertação. Um primeiro aspecto é um movimento mais geral, teórico e metodológico, que identifica na divisão do direito em áreas um exercício fundamentado em neutralidade axiológica. Um segundo aspecto é mais próximo à lógica da circulação da força de trabalho e concerne ao reconhecimento ou negação da existência, centralidade e subordinação entre classes, que tem consequências em âmbito jurídico, histórico e político.

A ideia de neutralidade axiológica (Capítulo 1), na escolha da técnica jurídica mais adequada para a interpretação e aplicação do direito, é falaciosa e reducionista. Os limites do campo de visibilidade do positivismo jurídico levam ou à indistinção entre as áreas do direito ou à simples catalogação de “espécies” variadas do gênero jurídico. No entanto, o real concreto, em que vivem mulheres e homens, é permeado de antagonismos e contradições

determinadas, historicamente, em uma totalidade complexa. As diferentes áreas do direito expressam e traduzem diferentes relações sociais concretas.

A ideia de que o mundo seria ordenado pelo direito ou pelo jurista que o interpreta é apenas uma aparência. Seria equivocado, no entanto, não captar as pistas que a aparência fornece. Toda área do direito dá forma a relações realmente existentes, codifica uma certa linguagem e técnica, que passam a produzir efeitos na consciência social, bem como estabelece limites e formas para a dominação e para a direção política da sociedade civil burguesa.

O direito do trabalho é importante espécie da técnica jurídica. Opera a regulação do trabalho assalariado capitalista, ao mesmo tempo em que afirma proteger o trabalhador. Em outras palavras, institui e domestica a relação de trabalho, no interior de determinada correlação de forças entre as classes sociais fundamentais.

Não por acaso, o ideário neoliberal incluía, entre suas diretrizes, a defesa da extinção da Justiça do Trabalho. No Brasil, o TST já foi cúmplice da precarização do trabalho, mas apresenta tendência de resistência à retirada de direitos desde os anos 2000. Isso é um incômodo e um obstáculo para a ideologia dominante. É preciso receber com atenção, portanto, as advertências referentes ao perigo da sobreposição da técnica jurídica pós-positivista à técnica jurídica trabalhista. As recentes decisões do STF sobre o alcance da terceirização e a prescrição do FGTS indicam a possibilidade não da extinção da técnica trabalhista, mas de sua interpenetração à técnica jurídica civil. O resultado dessa distorção não é outro senão a retirada ou expropriação de direitos.

A lógica do capital é de transformação das relações humanas em relações entre coisas, bem como de busca incessante pela expansão do valor. Para tanto, é condição necessária a existência de classes antagônicas e a crescente desvalorização dos trabalhadores, por meio do movimento de expropriações. No campo das expropriações secundárias, é exemplo a criação de trabalho desprovido de direitos sociais, como o consolidado pela forma jurídica cooperativa, quando regulamenta o trabalho.

Tal como a interpretação judicial não é neutra, quando escolhe qual técnica jurídica seguir, as escolhas legislativas também não o são, quando decidem a forma jurídica que regulamenta determinada matéria. É nesse sentido que deve ser refutada a compreensão de que se pode erguer uma “selva legislativa”, sobre qualquer assunto da “base material”, que o significado será sempre o de reflexo das relações sociais de produção. Há diferenças sensíveis, com consequências sobre a garantia de direitos, com base na técnica jurídica acolhida.

A forma jurídica cooperativa, quando regulamenta o trabalho, opera a circulação da força de trabalho, regularmente realizada pela forma jurídica trabalhista. Faz isso, no entanto, por meio da lógica da forma jurídica civil, cuja essência é concernente à circulação mercantil. O entrecruzamento entre uma matéria trabalhista e uma lógica civil não pode ser outro senão o de expropriação de direitos, como o histórico do direito do trabalho demonstra.

A negação da técnica jurídica trabalhista, assim, tem como segunda consequência a negação da existência, centralidade e subordinação entre classes. Esse processo ideológico tem consequências em âmbito jurídico, histórico e político (Capítulo 2).

No âmbito jurídico, foram destacadas duas iniciativas referentes à “busca de alternativas” da dita crise da subordinação jurídica clássica. A primeira iniciativa é de ampliação do campo do direito do trabalho. Foram citados os casos da Espanha (constituição do Estatuto do Autônomo) e da Itália (criação do conceito de parassubordinação). Ambos se revelaram, igualmente, como encobrimento de relação de emprego ou legitimação da precarização da qualidade de vida de trabalhadores.

No Brasil, alguns autores buscam trilhar iniciativa distinta. Ampliam não o campo do direito do trabalho, mas sim o conceito de subordinação (e, consequentemente, o conceito de emprego). Foram destacados quatro entendimentos nesse sentido, quais sejam, os da subordinação jurídica objetiva, subordinação jurídica estrutural, subordinação jurídica reticular e subordinação jurídica potencial. Todas essas teorias demonstram que o mundo do trabalho pós-fordista apresenta características próprias, que não negam, mas sim justificam a existência de relações de trabalho e de subordinação.

Os motivos para a negação da subordinação, no âmbito político e histórico, são investigados por meio de outras pistas. Em especial, arrolaram-se indícios presentes na sociologia do trabalho e nos projetos de emancipação forjados pela classe trabalhadora no Brasil. Como exercício de análise conclusiva e enumeração de pistas em aberto, sugere-se a conexão entre os aspectos históricos e políticos referidos e o ideário cooperativista, na sua renovação recente.

Como mencionado, o cooperativismo no Brasil possui significado histórico com distinções relevantes entre sua origem e seu desenvolvimento. A relação entre as classes dominantes, quando da edição da Lei n. 5.764/71, realizava o que Florestan chamou de “conciliação pelo alto”, entre o moderno e o arcaico. Daí a modernização conservadora do campo, bem como a relação entre Estado autocrático e setores conservadores do cooperativismo brasileiro. A complexa configuração da burguesia brasileira inclui a relação entre frações de classes contraditórias, em que o conservadorismo é um dos elementos caracterizantes mais comuns.

A fração de classe do agronegócio, no entanto, não mantém a hegemonia exclusiva da forma jurídica cooperativa. Ao longo da década de 1990, as sociedades cooperativas expandem-se em grau elevado, em especial por conta da constituição de alternativas de geração de trabalho e renda. Essa expansão ocorre no mesmo período da chamada conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais no Brasil.

Na década de 1980, tem singular importância o surgimento de organizações de alcance nacional, no âmbito da classe trabalhadora brasileira. Em especial, elenque-se a novidade histórica apresentada pela tríade PT-CUT-MST. Em alternativa, no entanto, gestava-se a supramencionada conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais, por meio de ONGs e sua ideologia.

O momento em que as ONGs ascendem é a mesmo em que o cooperativismo popular se expande no Brasil. As bases materiais estavam dadas pelo neoliberalismo, mas as bases ideológicas são novas: operam uma alternativa à proposta inicial da tríade PT-CUT-MST, em interação com ela, ressignificando-a, na forma de utopias subordinadas. Nesse ponto da pesquisa,

pode-se afirmar que há uma conexão dialética entre o desenvolvimento da economia solidária e das ONGs, em dois sentidos: primeiro, na substituição da gramática “reforma ou revolução” pela ideologia das urgências, do “aqui e agora”. Isto é, no lugar do debate sobre a relação entre respostas imediatas e sua soma para a construção do “novo príncipe” gramsciano, propõe-se a realização de respostas pontuais, geralmente como fim em si mesmo. Segundo, pela negação, progressiva substituição ou resignificação das experiências de caráter nacional (PT-CUT-MST). No seu lugar, apresentam-se experiências focalizadas e valorização do aspecto local. É o exercício da substituição dos debates mais gerais, com perspectiva de classe e totalidade, por um conjunto de demandas específicas e desconectadas, que devem estar cindidas tanto quanto possível. De maneira geral, pois, perde-se de vista a luta por conquistas universais, como saúde, transporte, educação, moradia etc.

A autonomia precária, precisamente, expressa esse duplo transformismo ideológico. Por um aspecto, substitui a perspectiva do reconhecimento de classe e da conexão entre o imediato e o projeto (ou a reforma e a revolução) pela perspectiva mais imediata, do “aqui e agora”. Assim, opera soluções apenas em nível de urgência, o que faz surgir sua insuficiência ou incompletude.

Veja-se, desse modo, a nova Lei de Cooperativas de Trabalho (Lei n. 12.690/2012). Foi formalizada uma série de direitos para os trabalhadores cooperados (em tese, “resolvendo” sua situação). No entanto, uma leitura crítica do dispositivo legal demonstra que o trabalho autônomo coletivo apresenta aspectos progressistas quando é uma alternativa ao desemprego, e não quando é uma alternativa ao emprego.

As cooperativas de trabalho são geralmente instituídas em situação de pobreza, como pequenos empreendimentos. Mal conseguem se formalizar como cooperativa, com grande parte não garantindo sobras ou mesmo remuneração digna a seus associados. É um encargo acima de suas possibilidades a garantia de direitos sociais típicos da relação de emprego aos associados. Desse modo, buscar aproximar essa forma jurídica dos direitos previstos ao emprego formal representa a construção de uma nova

institucionalidade do trabalho, que busca elevar as respostas “urgentes” a um caráter mais permanente.

Busca-se a aproximação da forma jurídica cooperativa, ora renovada, à forma jurídica trabalhista. No entanto, a “expansão” do campo do direito do trabalho, com construção de figuras jurídicas próximas ao emprego, mas diferentes dele, tem demonstrações internacionais de fracasso, como os casos da Espanha e da Itália. É temeroso elevar a “alternativa” a um aspecto de maior patamar de direitos, no lugar de crítica às suas causas.

Por um segundo aspecto, a ideologia correspondente à forma jurídica cooperativa é parte do processo de negação da construção de respostas de caráter nacional, em seu lugar atribuindo ênfase às experiências locais, no interior do modo de produção capitalista. Substitui a perspectiva de classe e totalidade, do “novo príncipe” gramsciano, pela valorização dos esforços de indivíduos cooperados. Destes é exigida capacidade de serem empreendedores e se auto-explorarem de forma mais “efetiva”, com vistas ao “sucesso” das organizações de que fazem parte. Não se trata de um movimento de apenas uma via, como se o cooperativismo fosse responsável pela ideologia das ONGs ou o contrário. Em outro sentido, tem-se um processo mais geral de transformação dos projetos de emancipação no Brasil, com seu amoldamento à perspectiva da cidadania e das respostas focalizadas.

Com efeito, o resultado geral pode ser assim resumido: do ponto de vista da proteção do trabalho, a autonomia precária gesta um crescente desrespeito aos direitos dos trabalhadores. No plano material, naturaliza a expropriação de seus direitos e sua condição de pobreza. No plano ideológico, é resultado e parte ativa do processo de construção de utopias subordinadas, isto é, no desvio do anseio por conquistas universais, substituindo-o por respostas focalizadas e experiências locais, dependentes do financiamento do Estado. No campo jurídico, expressa alternativa à utilização da forma jurídica trabalhista, negando-a enquanto técnica e enquanto reconhecimento da existência e subordinação entre as classes. Insere-se em tendência neoliberal, de retirada de direitos por meio de tribunais e reformas legislativas “laterais”, que não buscam retirar diretamente os direitos da classe trabalhadora, mas sim

constituir alternativas, sem direitos, para parte dela – embora seja parte já significativa, de um quarto da população economicamente ativa ocupada.

Eis alguns dos mecanismos da tentativa de consolidação de uma nova institucionalidade do trabalho. A perspectiva da autonomia precária, na aparência, é resultado da ausência de investimentos do Estado em políticas públicas que a financiem e a viabilizem. Observar apenas este aspecto, no entanto, é ignorar parte das pistas do real. Na essência, a própria existência da autonomia como “alternativa” deve ser vista como um sintoma, e não como uma solução, a ser financiada e estimulada. Os riscos apresentados pela sua consolidação não são pequenos. Faz-se necessário recuperar e revigorar a tradição histórica da classe trabalhadora, na busca por conquistas universais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org). **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao Trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ARAUJO, Luciana Souza de. **Cooperativismo e Filosofia Latino-americana: Autogestão como Possibilidade de Libertação?** Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária Como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BORGES, Fábio Garcia; REZENDE, Claudinei Cássio de. **O Arquétipo do Etapismo e a Revolução Brasileira**. In: Aurora. Ano II, n. 2, junho de 2008.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Emenda nº 3 ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007**. Gabinete da Senadora Gleisi Hoffmann. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=158892&tp=1>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília: MTE, SENAES.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Recurso Ordinário n.º 00173-2007-073-03-00-6. Rel. Des. Maurício Godinho Delgado. Publicado no DJ, 22 ago. 2007.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Recurso Ordinário n.º 0023400-18.2007.5.04.0404. Rel.^a Des.^a Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo. Publicado no DEJT, 22 jul. 2010.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Recurso Ordinário n.º 0047000-18.2009.5.05.0195. Rel.ª Des.ª Graça Boness. Publicado no DEJT 31 ago. 2010.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Recurso Ordinário n.º 0090100-94.2007.5.15.0007. Rel. Des. Carlos Roberto do Amaral Barros. Publicado no DEJT, 04 jun. 2010

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso.** São Paulo: IPE/USP, 1986.

CARLEIAL, Liana; PAULISTA, Adriane. **Economia solidária: utopia transformadora ou política pública de controle social?** In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania.** Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 2, 2008.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato Monseff. **O Estado como instituição: uma leitura das “obras históricas” de Marx.** Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7901renato.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013, p. 24.

CORAGGIO, José. **Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado.** In: **Proposta:** revista trimestral de debates, Ano 26, nº 72. São Paulo: FASE, 1997.

_____. **La Economía social como vía para otro desarrollo social.** Documento de lanzamiento del debate sobre "distintas propuesta de economía social" - Red de Políticas Sociales. Disponível em: <<http://www.fronesis.org>>, 2002.

CORREAS, Oscar. **Ideología jurídica.** Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1983.

_____. **Introducción a la crítica del derecho moderno (esbozo).** Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1986.

_____. **Crítica da ideologia jurídica: ensaio sócio-semiológico.** Trad. Roberto Bueno. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1995.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade:** a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2006.

_____. **Economia solidária - a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica.** In: **Cadernos de**

economia: Revista do curso de ciências econômicas, nº 8. Chapecó: Unochapecó, 2004.

ENGELS, Friedrich. **Carta a Theodor Cuno (em Milão)**, 1872. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/01/24.htm>>. Último acesso em 30 de janeiro de 2015.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FEUERBACH, Ludwig. **Princípios da Filosofia do Futuro**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução Teórica à História do Direito**. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. **Modernidade e Contrato de Trabalho:** do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTr, 2002.

FONTES, Virgínia. **Reflexões Im-pertinentes**. História e capitalismo contemporâneo.. 1. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____. **O Brasil e o capital-imperialismo** – teoria e história. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo. **Peculiaridades de E. P. Thompson**. In: As peculiaridades dos ingleses e outros ingleses. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Série Pesquisa. Brasília: Editora Liber Livro, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio G. (coord). **A economia solidária no Brasil:** uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GARCIA, Cyro. **Partido Dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem**. Tese (Doutorado em História) - Programação de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GASPAR, Danilo Gonçalves. **A Crise da Subordinação Jurídica Clássica Enquanto Elemento Definidor da Relação de Emprego e a Proposta da Subordinação Potencial**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

GEDIEL, José Peres. **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: UFPR, 2007.

_____. Marco legal e as políticas públicas para economia solidária. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: FLEM, 2003.

GEDIEL, José Antônio *et al.* **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

GERMER, Claus Magnus. A “economia solidária”: uma crítica com base em Marx. In: **IV Colóquio Marx e Engels**, 2005, Campinas, SP. Anais do IV Colóquio Marx e Engels, 2005.

_____. A “economia solidária”: uma crítica marxista. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 1, 2007.

GONÇALVES, Eloísa Dias. **A Reestruturação Produtiva e a Regulamentação das Cooperativas de Trabalho: análise crítica a partir da perspectiva dos catadores de materiais recicláveis**. In: RAMOS FILHO, Wilson; COUTINHO, Aldacy Rachid; BORDINHÃO NETO, Rubens. *Classes Sociais e (Des)Regulação do Trabalho no Brasil Atual*. Bauru, Canal 6, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel e a Política do Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Juarez. **A Estratégia da Pinça**. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/estrategia-da-pinca?page=ful>>. Último acesso em 04 de fevereiro de 2015.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Democracia de Cooptação e o Apassivamento da Classe Trabalhadora**. In: Evilásio Salvador; Elaine Behring; Sara Granemann; Ivanete Boschetti (Org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, v. 1, p. 285-317.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Fundações Privadas e Associações**. Dados disponíveis em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/pdf/tab05.pdf>. Último acesso em 28 de janeiro de 2015.

KRUPPA, Sonia Maria Portella; GONÇALVES, Alicia Ferreira; MACDONALD, José Brendan (*et alii*). **Regime jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos em Economia Solidária**. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LEOPOLDINO, Cândida Joelma. **A Dupla Qualidade dos Cooperados: sócios e clientes nas sociedades cooperativas**. Dissertação (Mestrado em

Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

LOWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUDWIG, Celso. **Para uma Filosofia Jurídica da Libertação**: Paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

_____. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LYRA FILHO, Roberto. **O Que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Ed. Mandacaru, 1989.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

_____. **Teses sobre Feuerbach**. In: GIANOTTI, José Artur. (Org.). **Marx**. V.1. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A sagrada família - ou a crítica da Crítica crítica**: contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo, 2003

MATTOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo**: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2a.. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAUAD, Marcelo José Ladeira. **Cooperativas de trabalho**: sua relação com o direito do trabalho. 2 ed. São Paulo: LTr, 2001.

MELLO, Marcelo Pereira de; MEIRELLES, Delton Ricardo Soares. **A Reforma da Justiça do Trabalho: avanço ou retrocesso na onda liberal?**. In: Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, Vol. 10, n. 2, 2008, p. 127-156.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MIAILLE, Michel. Introdução crítica ao direito. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

OCB. **Panorama Nacional do Cooperativismo 2012**. 2013. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/numeros_do_cooperativismo___ano_referencia_2012.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____. **Sistema Cooperativista Brasileiro**: dados consolidados 2008. 2009. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/0209_parte_3_apresentacaoocb_atual.pdf>. Acesso em 04 nov. 2014.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Cooperativismo popular**: análise jurídica e econômica. Curitiba: Juruá, 2012.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Cooperar e desenvolver**. Documento disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cooperaredesenvolver.pdf>>. Último acesso em 26 de janeiro de 2015.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. O Mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, M.; NETO, A. C. et al. **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT/PUC Minas, 1999b.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito capitalista do trabalho**: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

RAZETO, Luis. **Los Caminos de la economía de solidaridad**. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1997.

SADER, Emir Simão. Estado e Política Em Marx. SAO PAULO: Cortez, 1993.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: Editora UFPR, 2007, 3ª edição.

SENAES. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010**. Brasília: SENAES/MTE, 2012.

_____. **O que é economia solidária?** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em 20/08/2014.

SIES. **Atlas digital da Economia Solidária**. 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em 19/10/2014.

_____. **Atlas digital da Economia Solidária 2005–2007**. 2009. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 19/01/2015.

SILVA, Eduardo Faria. **A Organização das Cooperativas Brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

_____. **Economia solidária e o direito: da utopia à colonialidade**. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SILVA, Selma Cristina. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia? In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SINGER, André. Sentidos do Lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. **Cooperativas de trabalho**. 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0F046C68D9/pr og_cooperativatrabalho2.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: **Revista Proposta**. São Paulo: FASE, 1997.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Economia solidária: um modo de produção e de distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo et al. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. **Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua**. Porto Alegre - RS: Sérgio Antonio Fabris, 2011. v. 1.

_____. **Direito como liberdade: o Direito Achado na rua – experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. Brasília, 2008

SOUTO MAIOR, Jorge. A SUPERSUBORDINAÇÃO – INVERTENDO A LÓGICA DO JOGO. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 48, n. 78, p. 157-193, 2008.

_____. A supersubordinação: invertendo a lógica do jogo. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região*, v. 41, p. 137-177, 2008.

_____. **Velhas e novas ameaças do neoliberalismo aos direitos trabalhistas**. Disponível em: <<http://www.anamatra.org.br/uploads/article/15-bolivarianismo-anti-trabalhista-tentativa-2.pdf>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2015.

TEIXEIRA, Aloísio. **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Algumas observações sobre classe e "falsa consciência"**. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros ingleses*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

_____. **Modos de dominação e revoluções na Inglaterra**. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros ingleses*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 77, n. 77, p. 71-99, 2001.

VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. O pluralismo jurídico e a economia solidária: um novo olhar. In: BORINELLI, Benilson et al. **Economia solidária em Londrina**: aspectos conceituais e experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1991.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.